

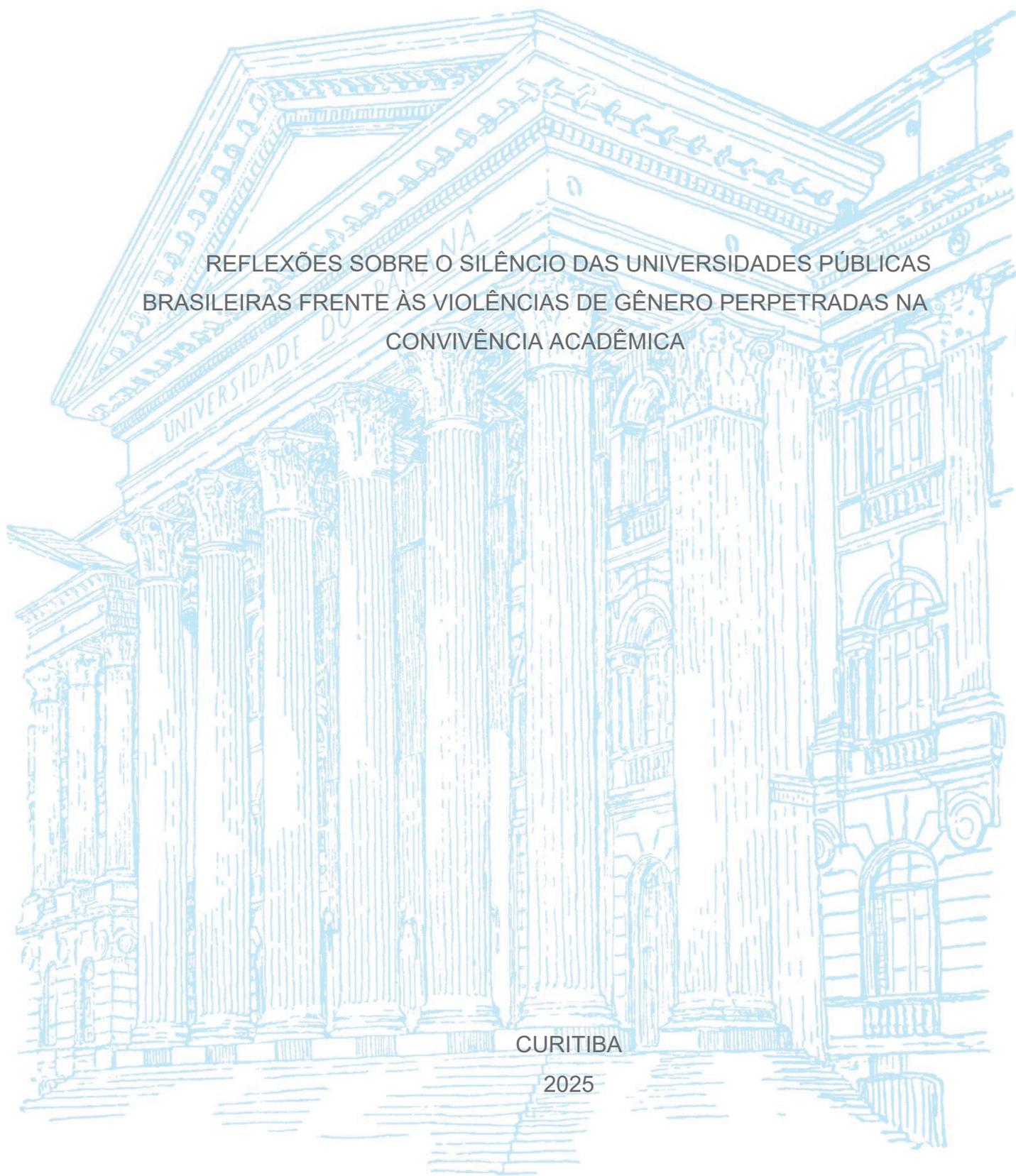
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA PACHECO AMORIM

REFLEXÕES SOBRE O SILÊNCIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
BRASILEIRAS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO PERPETRADAS NA  
CONVIVÊNCIA ACADÊMICA

CURITIBA

2025



FERNANDA PACHECO AMORIM

REFLEXÕES SOBRE O SILÊNCIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
BRASILEIRAS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO PERPETRADAS NA  
CONVIVÊNCIA ACADÊMICA

Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Clara Maria Roman Borges

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Amorim, Fernanda Pacheco

Reflexões sobre o silêncio das universidades públicas brasileiras frente às violências de gênero perpetradas na convivência acadêmica / Fernanda Pacheco Amorim. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito.

Orientadora: Clara Maria Roman Borges.

1. Violência de gênero. 2. Universidades e faculdades públicas - Brasil. I. Borges, Clara Maria Roman. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

**ATA Nº563**

## **ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM DIREITO**

No dia treze de março de dois mil e vinte e cinco às 14:00 horas, na sala de Defesas - 317 - 3º andar, Prédio Histórico da UFPR - Praça Santos Andrade, 50, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **FERNANDA PACHECO AMORIM**, intitulada: **REFLEXÕES SOBRE O SILÊNCIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO PERPETRADAS NA CONVIVÊNCIA ACADÊMICA**, sob orientação da Profa. Dra. CLARA MARIA ROMAN BORGES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: CLARA MARIA ROMAN BORGES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIANA DE SIQUEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE), MELINA GIRARDI FACHIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SILVANA TEREZINHA WINCKLER (UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ), ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CLARA MARIA ROMAN BORGES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Recomendação para publicação.

CURITIBA, 13 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica  
25/03/2025 12:08:36.0  
CLARA MARIA ROMAN BORGES  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
15/04/2025 15:23:13.0  
MARIANA DE SIQUEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE)

Assinatura Eletrônica  
25/03/2025 14:17:23.0  
MELINA GIRARDI FACHIN  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
25/03/2025 13:30:58.0  
SILVANA TEREZINHA WINCKLER  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ)

Assinatura Eletrônica  
26/03/2025 08:58:05.0  
ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU  
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FERNANDA PACHECO AMORIM**, intitulada: **REFLEXÕES SOBRE O SILÊNCIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO PERPETRADAS NA CONVIVÊNCIA ACADÊMICA**, sob orientação da Profa. Dra. CLARA MARIA ROMAN BORGES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 13 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 12:08:36.0

CLARA MARIA ROMAN BORGES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 15:23:13.0

MARIANA DE SIQUEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE)

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 14:17:23.0

MELINA GIRARDI FACHIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/03/2025 13:30:58.0

SILVANA TEREZINHA WINCKLER

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ)

Assinatura Eletrônica

26/03/2025 08:58:05.0

ANA CLAUDIA DA SILVA ABREU

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL)

---

Praça Santos Andrade, 50 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80020300 - Tel: (41) 3310-2685 - E-mail: ppgdufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 435134

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 435134**

Aos ausentes, não pertencentes, desencaixados e ocupantes das fronteiras,  
bordas e margens.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meu pai por nunca desistirem de me ter de volta.

À minha família (Emerson, Simone, Artur Jorge, Bernardo, Eduardo, Tainara, Caiã, Yasmin, Claiton, Cristiano, Marita, Anizia, Ancelmo, Gustavo, Dalzira, Julio, Victor, Lorenzo, Pricila, Jennifer, Marcelo, Vinicius, Juliana, Camila) por me lembrar diariamente que amor é ato.

À minha Beba por, desde o início, acreditar mesmo quando eu não acreditei.

Às minhas avós por me ensinarem sobre perseverança e aos meus avôs por me ensinarem sobre persistência.

À minha orientadora, profa. Dra. Clara Maria Roman Borges, por me conduzir o olhar para o invisível.

Às amigas e amigos do doutorado (Angélica, Deise, Honácio, Fábio, Patricia, Renan e Anara) por todas as trocas e sustentações.

À banca de qualificação, por me fazer entender a parte que faltava.

À UFPR, à Capes e às profas. Dra. Taysa Schiocchet e Profa. Dra. Melina Fachin pelas oportunidades de trabalho de pesquisa.

À Teresa Cristina, uma bucica levemente disfuncional, pelas lambidas em todos os momentos de crise e pela maluquice em todos os outros dias.

Estou aqui, como antes já estive quase. Estou aqui, ainda que não-estar por vezes  
tenha sido a minha especialidade.

Na alma a agudeza como pede o sangue e não como manda o figurino. Estou  
cansada de atravessar paredes, ofício que me inclina à dor insolúvel de parecer não  
ser igual a nada.

Desde sempre aturo a leitura rasteira do que paira e respira visível em mim. É o  
preço do líquido existir.

Engendro enfim a minha história, escrita estritamente com meus traços. Não a  
alegoria nefasta de tintas distorcidas que me quer suspeita, estridente, e minhas  
esquinas aparadas.

Vou pela treva intermitente de olhos abertos - o que é a treva diante da inata joie de  
vivre? - rumo ao meu lugar, onde respira pura a música de Antonio, verão perene  
em minha vida. Minha cara no espelho: a mesma fome. Minha alma no mundo:  
íntima de avessos, trato de atravessar o direito com tolerância e graça e estou aqui,  
como antes já estive quase (Ledusha, Rua Aribau, 2018)

## RESUMO

A presente pesquisa procurou responder à seguinte pergunta: qual o posicionamento das Universidades em relação às violências de gênero decorrentes da convivência universitária? Numa tentativa de encontrar elementos suficientes para resposta foi realizada uma pesquisa empírica quantitativa e qualitativa com: i. aplicação de questionário; ii. realização de entrevistas em profundidade; iii. análise documental dos regimentos internos de 51 Universidades Federais; iv. coleta de dados sobre o número de processos acadêmicos disciplinares que envolviam violência de gênero nas Universidades através do Painel Correição em Dados da Controladoria Geral da União; e v. requisição de informações diretamente às Universidades pesquisadas através da plataforma Fala.Br com fundamento na Lei de Acesso à Informação. O objetivo foi identificar qual o papel institucional em relação às violências de gênero que acontecem no ambiente universitário e como as Universidades (não) lidam com isso. A resposta à pergunta central não parece indicar a falta de conhecimentos sobre a complexidade das demandas, mas antes um conhecimento profundo, além de um esforço ativo para se manter como um não-lugar de demandas, sem se reconhecer como espaço que deva se responsabilizar sobre aquelas realidades. Há ausências e não-ditos. Há incômodos. Há também resistências, ainda que frágeis, que se negam a assumir que é “assim mesmo” e se escandalizam com a banalização das violências cotidianas, não só nos intramuros institucionais.

Palavras-chave: Ausências 1; Violência de Gênero 2; Universidade 3; Poder 4; Descolonialidade 5.

## ABSTRACT

The present research sought to answer the following question: what is the position of universities regarding gender-based violence resulting from university life? In an attempt to find sufficient elements for an answer, a quantitative and qualitative empirical research was conducted with: i. the application of a questionnaire; ii. in-depth interviews; iii. documentary analysis of the internal regulations of 51 federal universities; iv. data collection on the number of academic disciplinary proceedings involving gender-based violence in universities through the Corregedoria Panel on Data from the General Comptroller of the Union; and v. requests for information directly from the researched universities through the Fala.Br platform based on the Access to Information Law. The objective was to identify the institutional role concerning gender-based violence that occurs in the university environment and how universities (do not) address this issue. The response to the central question does not seem to indicate a lack of knowledge about the complexity of the demands, but rather a deep understanding, alongside an active effort to maintain themselves as a non-place for demands, without recognizing themselves as a space that should take responsibility for those realities. There are absences and unsaid issues. There are discomforts. There are also resistances, albeit fragile, that refuse to accept that it is "just the way it is" and are scandalized by the trivialization of everyday violence, not only within institutional walls.

Keywords: Absences 1; Gender Violence 2; University 3; Power 4; Decoloniality 5.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA .....	59
FIGURAS 2 E 3 – ABA “DENÚNCIAS” DO APLICATIVO CAMPUS USP.....	150
FIGURAS 4 E 5 – MAPA DE OCORRÊNCIAS DO APLICATIVO CAMPUS USP NA DATA DE 24 DE JULHO DE 2024.....	151
FIGURA 6 – ABA “ENTRAR EM ALERTA” DO APLICATIVO CAMPUS USP.....	152
FIGURA 7 – RESUMO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA USP.....	153
FIGURA 8 – FLUXO DE ATENDIMENTO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA USP.....	154
FIGURA 9 – RODAPÉ SITE USP MULHERES.....	155
FIGURA 10 – SITE PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO USP.....	156

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – VÍNCULO INSTITUCIONAL.....	46
GRÁFICO 2 – ÁREA DO CONHECIMENTO À QUAL ESTÁ VINCULADA.....	47
GRÁFICO 3 – INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS .....	47
GRÁFICO 4 - IDADE DAS PESSOAS PARTICIPANTES.....	48
GRÁFICO 5 – GÊNERO DAS PESSOAS PARTICIPANTES.....	50
GRÁFICO 6 – IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS PESSOAS PARTICIPANTES .....	51
GRÁFICO 7 – PESSOAS QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .....	52
GRÁFICO 8 – ÁREA DO CONHECIMENTO À QUAL ESTÃO VINCULADAS AS PESSOAS QUE RESPONDERAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .....	53
GRÁFICO 9 – GÊNERO DAS PESSOAS QUE AFIRMARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .....	54
GRÁFICO 10 – IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS PESSOAS QUE AFIRMARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO .....	55
GRÁFICO 11 – TIPOS DE VIOLÊNCIAS SOFRIDAS .....	56
GRÁFICO 12 – LOCAL ONDE SOFREU A VIOLÊNCIA .....	56
GRÁFICO 13 – DENÚNCIAS À INSTITUIÇÃO .....	57
GRÁFICO 14 – CONSIDERA QUE A RESPOSTA INSTITUCIONAL FOI ADEQUADA?.....	58
GRÁFICO 15 – DECISÕES SOBRE CONCESSÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	99
GRÁFICO 16 – MOTIVAÇÃO DAS NEGATIVAS DE ACESSO.....	100
GRÁFICO 17 – MOTIVAÇÃO DAS CONCESSÕES PARCIAIS DE ACESSO.....	100
GRÁFICO 18 – INFORMAÇÕES SOBRE DADOS NOS ACESSOS CONCEDIDOS.....	103
GRÁFICO 19 – DELIMITAÇÃO DOS DADOS INFORMADOS.....	105
GRÁFICO 20 – RESPONDERAM SOBRE PROGRAMAS, PROJETOS E RESOLUÇÕES.....	116
GRÁFICO 21 – PROGRAMAS INSTITUÍDOS POR AQUELAS QUE RESPONDERAM.....	117
GRÁFICO 22 – ENFRENTAMENTO NOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS.....	117

GRÁFICO 23 – REGIMENTOS INTERNOS QUE ABORDAM QUESTÕES RELATIVAS A DISCRIMINAÇÕES.....	119
GRÁFICO 24 – NÚMERO DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DE RESPOSTAS ESTIMULADAS.....	147
GRÁFICO 25 – NÚMERO DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DE RESPOSTAS ESPONTÂNEAS.....	147
GRÁFICO 26 – ANÁLISE INTERSECCIONAL ENTRE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RAÇA/COR.....	148
GRÁFICO 27 – AÇÕES PRIORITÁRIAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS NA USP.....	148

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – GRADUANDOS(AS) E POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO COR OU RAÇA – 1996 A 2018 (%) – ANDIFES.....	51
TABELA 2 – UNIVERSIDADES COM MECANISMOS PARA ACOLHIMENTO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	120
TABELA 3 – UFRA.....	186
TABELA 4 – UFAC.....	186
TABELA 5 – UFMG.....	186
TABELA 6 – UFLA.....	186
TABELA 7 – UFCA.....	187
TABELA 8 – UFES.....	187
TABELA 9 – UFPE.....	187
TABELA 10 – UFJF.....	188
TABELA 11 – UFRJ.....	188
TABELA 12 – UFMT.....	188
TABELA 13 – UFRRJ.....	189
TABELA 14 – UFSB.....	189
TABELA 15 – UFCAT.....	189
TABELA 16 – UFERSA.....	189
TABELA 17 – UFCSPA.....	190
TABELA 18 – UFBA.....	190
TABELA 19 – UFAP.....	190
TABELA 20 – UFG.....	190
TABELA 21 – UFOPA.....	191
TABELA 22 – UFPel.....	191
TABELA 23 – UFOP.....	191
TABELA 24 – UFSCar.....	192
TABELA 25 – UFPA.....	192
TABELA 26 – UFC.....	193
TABELA 27 – UFAM.....	193
TABELA 28 – UFAL.....	193
TABELA 29 – UFPB.....	194
TABELA 30 – UFF.....	194

TABELA 31 – UFU.....	194
TABELA 32 – UFABC.....	195
TABELA 33 – UFFS.....	195
TABELA 34 – UFCG.....	195
TABELA 35 – UFOB.....	196
TABELA 36 – UFPI.....	196
TABELA 37 – UFSM.....	196
TABELA 38 – UFSC.....	197
TABELA 39 – UFV.....	197
TABELA 40 – UFS.....	197
TABELA 41 – UFRR.....	198
TABELA 42 – UFMA.....	198
TABELA 43 – UFRPE.....	198
TABELA 44 – UFT.....	199
TABELA 45 – UFTM.....	199
TABELA 46 – UFRB.....	199
TABELA 47 – UFRGS.....	200
TABELA 48 – UFDPAr.....	200
TABELA 49 – UFRN.....	200
TABELA 50 – UFGD.....	201
TABELA 51 – UFMS.....	201
TABELA 52 – UFVJM.....	201
TABELA 53 – UFJ.....	202

## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

CGU – Controladoria Geral da União

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DCE – Diretório Central de Estudantes

EAD – Educação à Distância

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LAI – Lei de Acesso à Informação

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC;

UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre;

UFAL – Universidade Federal de Alagoas;

UFAM – Fundação Universidade do Amazonas;

UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco;

UFBA – Universidade Federal da Bahia;

UFC – Universidade Federal do Ceará;

UFCA - Universidade Federal do Cariri;

UFCAT - Universidade Federal de Catalão;

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande;

UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

UFDF - Universidade Federal do Delta do Parnaíba;

UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido;

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;

UFF – Universidade Federal Fluminense;

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul;

UFG – Universidade Federal de Goiás;

UFGD – Fundação Universidade Federal da Grande Dourados;

UFJ - Universidade Federal de Jataí;

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora;

UFLA – Universidade Federal de Lavras;

UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão;  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais;  
UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;  
UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso;  
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia;  
UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto;  
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará;  
UFPA – Universidade Federal do Pará;  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba;  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco;  
UFPEl – Fundação Universidade Federal de Pelotas;  
UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí;  
UFPR – Universidade Federal do Paraná;  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia;  
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul;  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte;  
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco;  
UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima;  
UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe;  
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia;  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;  
UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos;  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria;  
UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins;  
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro;  
UFU – Universidade Federal de Uberlândia;  
UFV – Universidade Federal de Viçosa;  
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
2.1 MULTIPLICIDADE DE CAMINHOS E O CAMPO DE PESQUISA COMO GPS .	20
2.2 OI, EU SOU A FERNANDA E FALO PALAVRÃO .....	26
2.3 SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMA.....	33
2.4 (ME) ENTENDENDO COM O MÉTODO.....	35
2.5 RECALCULANDO ROTA: UM QUESTIONÁRIO NO MEIO DO CAMINHO .....	43
<b>3 PERSPECTIVA DESCOLONIAL E A EPISTEMOLOGIA PARA (DES) CONSTRUÇÃO DESTE TRABALHO</b> .....	<b>59</b>
3.1 QUAL O CENTRO DO MUNDO? CONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER.....	59
3.2 GIRO DESCOLONIAL: DESCONSTRUINDO O CENTRO A PARTIR DE UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA .....	67
3.3 REFERENTES AUSENTES DA COLÔNIA: CATEGORIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE PODER .....	73
3.4 ENTRE O IDEAL E O REAL: A FRATURA COMO POSSÍVEL.....	77
3.5 O QUE (NÃO) É GÊNERO: PAUL PRECIADO (NÃO) É UM MONSTRO.....	79
3.6 O QUE (NÃO) É RAÇA: SOJOURNER TRUTH (NÃO) É UMA MULHER .....	85
3.7 O QUE (NÃO) É INTERSECCIONALIDADE: A MATRIZ DE DOMINAÇÃO (NÃO) EXISTE .....	88
3.8 O QUE (NÃO) É VIOLÊNCIA: ASSÉDIO SEXUAL (NÃO) É O PROBLEMA .....	92
<b>4 E(SCA)NCARANDO O AUSENTE: ESCUTANDO AS ENTRELINHAS DOS DADOS</b> .....	<b>97</b>
4.1 PLATAFORMA FALA.BR E PAINEL CORREIÇÃO EM DADOS: O QUE AS UNIVERSIDADES (NÃO) DIZEM.....	98
4.2 COMEÇANDO DENTRO DE CASA: ACESSO NEGADO AOS BANHEIROS E AOS DADOS .....	110
4.3 REGIMENTOS INTERNOS, RESOLUÇÕES E PROGRAMAS: QUAIS AS GARANTIAS?.....	114
4.4 APRENDENDO COM A ESCUTA.....	121
4.4.1 Helena .....	124
4.4.2 Heloísa .....	129

4.4.3 Hannah.....	134
<b>5 POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO.....</b>	<b>139</b>
5.1 A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COMO REFERÊNCIA .....	139
5.2 REVISÃO DE LITERATURA: O QUE JÁ FOI IDENTIFICADO .....	159
5.3 RESPONSABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL: QUAL O PAPEL DAS UNIVERSIDADES .....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE 1 – TABELAS COMPARATIVAS ENTRE DADOS RECOLHIDOS DAS RESPOSTAS OBTIDAS ATRAVÉS DA LAI NA PLATAFORMA FALA.BR E DADOS COLETADOS NO PAINEL CORREIÇÃO EM DADOS DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO .....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE 2 – TABELAS RESULTANTES DA REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO 1 – MODELO DE RESOLUÇÃO PARA ENFRENTAMENTO INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Impossível começar de outra forma que não demarcando que essa tese foi construída dentro das possibilidades, no sentido mais genuíno da expressão. Assumo isso aqui, pois acho importante registrar o quão difícil é esse processo de escrever uma tese de doutorado, de criar algo, de se responsabilizar pelas suas ideias, teorias, propostas, falhas, erros, insuficiências.

Enquanto eu estava no mestrado eu achava que o pessoal do doutorado era muito mais evoluído, não era um poço de incertezas como eu, mas descobri que as incertezas só aumentam com a vida acadêmica e a gente aprende a fazer, da melhor maneira, o possível.

Para além disso, quando falo em “possibilidade” estou me referindo, muito mais, à sua ausência, ou seja, às impossibilidades que foram surgindo no desenrolar desse trabalho e que só reforçam a principal hipótese: há uma construção ativa, por parte das universidades, de ausências em relação às violências de gênero no ambiente acadêmico.

Começo pelo fim, pois foi o fim que me permitiu um recomeço. Iniciei o processo de pesquisa esperando encontrar algo, um fio condutor, um dado, um número, enfim, qualquer coisa que me respondesse (de maneira complexa) ao seguinte problema de pesquisa: as Universidades, especialmente as Universidades Federais, possuem mecanismos, normativas e procedimentos claros e suficientes para solucionar de forma satisfatória as demandas complexas advindas de casos de violência de gênero ocorridos nos ambientes de convivência universitária?

Ao me deparar com os dados, a resposta ao problema de pesquisa foi um “simples” não, e digo simples pois num primeiro momento parece que as Universidades sequer sabem o que está acontecendo. Confesso que lido muito mal com ausências, elas me perturbam e geram um desconforto desestabilizador. Vivi esse processo de maneira mais intensa até a qualificação, mas ele me perseguirá por muito tempo.

O texto que está nas próximas páginas não é o texto que foi qualificado. Apresentei uma proposta inicial que estava apegada à minha busca incessante por informações e dados concretos. Mas depois de muita ajuda, especialmente da

minha orientadora, entendi que a única forma de construir essa tese de maneira ética seria construí-la pelo que falta.

E falta muito! Primeiro, falta em mim a capacidade de fazer perguntas (aos dados, à teoria e a mim mesma) que abram o diálogo com a dor dos outros (Sontag, 2003), diante das minhas mais diversas limitações e, especialmente, diante dos meus privilégios, enquanto mulher branca, cisgênera, bissexual e neurodivergente.

Escrevo aqui como pesquisadora encarnada (Messeder, 2020), que vivencia aquilo que escreve e é posta de frente à realidade, mas vivenciando essa encarnação de maneira dual. A verificação da realidade de maneira tão próxima, em razão de estar olhando para o ambiente acadêmico no qual estou imersa, proposta nesta pesquisa, é decorrente de uma construção de um espaço acadêmico excludente (Hooks, 2019; Moreira, Almeida e Corbo, 2022).

Ocupo um lugar de exclusão, pois esse espaço foi construído para que eu o ocupasse no lugar de outros corpos, já que, apesar da particularidade relativa à minha sexualidade e neurodivergência, minha passabilidade (Kilomba, 2019) é o que me permite estar aqui escrevendo uma tese de doutorado em Direito num excelente programa de pós-graduação, o que é negado àquelas que são desumanizadas por uma academia colonizada e colonizante (Passos, 2022; Gonzalez, 2019; Silva, 2022; Bento, 2022) sustentada até hoje por um “racismo disfarçado” (Gonzalez, 2019) e pela exclusão de corpos monstruosos (Preciado, 2023) e pensamentos endiabrados (Silva, 2022).

A dualidade reside no fato de que, apesar de reconhecer isso (ou justamente por reconhecer), a alternativa que resta é pesquisar (Borges, 2024), mas pesquisar com “o diabo no corpo” e desobedecendo o cânone (Silva, 2022), usando esse espaço para construir diálogo com as ausências, rompendo com o “pacto da branquitude” (Bento, 2022) e, dentro das minhas incapacidades, construir perguntas capazes de transformar meu mundo para que a outra caiba nele (Diniz e Gebara, 2022).

Para tanto, sustento-me na escuta, na imaginação, na aproximação, no acalento, na lembrança, na reparação, na recriação, na celebração, no compartilhamento, nas perguntas, na fala e na desobediência (Diniz e Gebara, 2022) numa tentativa de encontrar uma forma prática de lidar com o desconforto de

precisar construir algo olhando para as ausências e exclusões que inclusive a minha existência causa.

E, mais, reconhecendo que não é a minha desistência da ocupação do espaço que fará com que corpos não convergentes ao hegemônico colonial o ocupem (Borges, 2024). Mas o papel que me cabe é o compromisso com escutar (Diniz e Gebara, 2022) o que o sangue, o pus e o suor derramados pelos corpos desumanizados denunciam (Anzaldúa, 2000) a fim de tensionar o que está dado e contribuir com o aumento da fratura da colonialidade (Lugones, 2019).

O segundo ponto central que falta é a (im)possibilidade de construir as perguntas certas capazes de, a partir de uma “genealogia da experiência” (Miñoso, 2020), gerar o desconforto necessário para que o problema ganhe cada vez mais visibilidade e, novamente, a fratura aumente.

Num primeiro momento a interpretação de que as Universidades “não sabem” o que acontece nos intramuros faz sentido. Mas essa interpretação é também construída e conduzida pela perspectiva acadêmica colonizada a fim de nos afastar de um dos cerne do problema: as ausências, as quais verificaremos nas próximas páginas, não são inexistentes por si só, mas são construídas de maneira deliberada a fim de redirecionar as demandas para outros espaços.

Isso quer dizer que ao menos em relação às violências, aparentemente, as universidades representam a face mais cruel da colonialidade, pois foram muito exitosas ao se excluírem da realidade. Para adotarmos uma “antropologia por demanda” (Segato, 2021), precisamos que perguntas sejam feitas a partir daquilo que a realidade demanda, mas neste tema a colonialidade está tão presente, que a pergunta central é quase impossível, já que a sua ausência foi construída de maneira deliberada.

Conforme veremos mais adiante, a naturalização de que nas Universidades é “assim mesmo”, e a ausência da ideia de dever institucional em relação às violências é tão grande que as demandas que surgem são direcionadas à coletividade, ou a grupos e pessoas específicos e não à Instituição. E aí reside a perniciosidade da questão, esse direcionamento à coletividade decorre de uma ausência construída por parte da própria Universidade, que se coloca quase que

num plano metafísico em relação ao debate, isentando-se de uma responsabilidade que, no fundo, é sua.

Dessa forma, a pergunta central acaba sendo silenciada de maneira “natural”, mas o que pretendo debater é: qual o posicionamento das Universidades em relação às violências de gênero? E a resposta não me parece, como pensei de início, uma falta de conhecimento das Universidades sobre a complexidade das demandas, mas sim um conhecimento profundo sobre isso e um esforço ativo para se manter como um não-lugar de demandas, ou seja, que sequer é reconhecido como um espaço que deva se responsabilizar sobre aquelas realidades.

Por isso, seguiremos com o desconforto das ausências (Castro, 2020) e procurando o significado nos não-ditos, pois é isso que nos permitirá abrir espaço para as perguntas que precisam ser feitas (Lugones, 2019).

## 2 METODOLOGIA

Abordarei nesta parte a metodologia como o desenho sistêmico e complexo do caminho que segui para a construção da tese (Minayo, 2014), passando pela construção de mim enquanto pesquisadora, escolhas formais, escolhas epistemológicas e de método em si.

### 2.1 MULTIPLICIDADE DE CAMINHOS E O CAMPO DE PESQUISA COMO GPS

Quero começar contando de onde essa tese surgiu, já que o meu projeto de pesquisa, apresentado para avaliação e aprovado no processo seletivo do doutorado, era sobre Ciberfeminismo e o cumprimento da Agenda 2030 e não tinha nada a ver com o que estou entregando como “produto” agora. Muito pelo contrário, era algo completamente diferente, exclusivamente teórico e escrito por alguém que precisava entender melhor que tipo de pesquisa queria fazer.

No início de janeiro de 2021, quando ainda estávamos na pandemia da Covid-19, eu ainda morava em Florianópolis (mudei-me para Curitiba para finalizar o doutorado depois que as atividades voltaram para o presencial) tive a primeira conversa com a minha orientadora, professora Clara Maria Roman Borges. Sentei-me à mesa da cozinha na casa dos meus pais, peguei um caderno, uma caneta, um tanto de coragem e fui.

Apesar de eu ter começado a conversa me tremendo inteira, logo percebi que poderia me acalmar. Conversamos por quase duas horas sobre muita coisa da vida e da pesquisa e recebi, naquele momento, a melhor orientação que poderia, quando a professora Clara me disse: nesse primeiro ano tua tarefa é te perder, viver o doutorado, conhecer novas teorias e textos e abrir os horizontes e depois a gente te acha.

Fiz exatamente isso: aproveitando que estávamos na pandemia, com muita aula online, fiz diversas disciplinas e fui conhecendo a Universidade, as linhas de pesquisa, as professoras e professores e me ambientando (mesmo que de longe) com o doutorado. Fiz disciplinas que estavam bem longe da minha zona de conforto, tentei entender melhor coisas que nunca tinham me passado pela cabeça, as vezes com sucesso e muitas vezes não.

No início de 2022, muito em decorrência da proximidade das eleições e do cenário político e virtual que estávamos vivendo, eu estava querendo muito pesquisar sobre o avanço do neoconservadorismo contra os feminismos, especialmente nas redes sociais. Os discursos de ódio no Instagram, TikTok e Twitter (redes que eu usava naquela época) estavam cada vez maiores, especialmente com a promessa de uma candidatura do Lula para a presidência. E se tem uma coisa que a direita neoconservadora sabe fazer é usar as redes sociais e construir discursos de fácil reprodução<sup>1</sup>.

Depois de ter abandonado o meu projeto inicial, eu ainda não estava convencida sobre o novo tema pelo qual me interessei, pois, aquela realidade era a típica “todo mundo sabe que existe, mas não tem muito como provar” e, para além disso, ainda não estava claro para mim como eu iria fazer uma vinculação jurídica disso tudo. E, sinceramente, acho que a professora Clara não estava convencida com a ideia também.

Minha angústia, desde sempre, com a pesquisa é conseguir responder, antes de qualquer coisa, algo simples: qual a utilidade prática disso que estou fazendo? Como vou devolver à sociedade esse investimento – gigantesco, diga-se de passagem – que está sendo feito na minha formação? De maneira bem direta: para que(m) minha pesquisa vai servir?

E peço que, por favor, não me entenda mal. Não estou falando sobre a forma de fazer pesquisa, pois cada uma é extremamente importante. Também não

---

<sup>1</sup> Tenho o hábito (que acredito ser muito comum entre estudantes de pós-graduação) de ir a livrarias e sebos e ficar revirando as estantes sobre feminismos (meu tema de pesquisa) para encontrar novas obras para ler. Foi assim que encontrei o livro “Guia de bolso contra mentiras feministas” organizado pela até então Deputada Estadual catarinense Ana Caroline Campagnolo, que ganhou visibilidade nacional em razão de ter processado sua orientadora de mestrado, professora do curso de história da Universidade do Estado de Santa Catarina, por uma suposta perseguição, já que ela estava querendo “destruir” as teorias feministas, enquanto sua orientadora pesquisava sobre elas. Fiquei bem incomodada com o livro estar separado junto das obras feministas, mas foi isso que permitiu que eu acesse seu conteúdo, pois eu acabei comprando o tal Guia para poder “passar raiva”. Foi com esse livro que vi a ideia de discursos falaciosos de fácil reprodução ser assumida diretamente por alguém da direita neoconservadora. A organizadora não escreveu uma “introdução”, ela escreveu “como usar este livro” e o primeiro parágrafo dizia o seguinte: “*Este guia de bolso está organizado no formato “perguntas e respostas” para facilitar a sua consulta e referência. Vários parágrafos foram pensados para que você pudesse copiá-los e usá-los na internet, em trabalhos escolares ou em discussões com amigos. Outros trechos são mais detalhados e podem orientar estudos mais aprofundados sobre os temas em questão.*” Estava ali o combo: neoconservadorismo com teorias falaciosas sendo disseminadas em redes sociais com um simples copia e cola. (Não irei referenciar o livro, mas com as informações acima quem tiver interesse consegue encontrá-lo).

estou falando sobre termos que entregar uma solução prática para algo, até porque a pesquisa mais traz dúvidas e angústias existenciais do que respostas (Lugones, 2019).

Estou falando sobre ela tratar de questões urgentes a serem tratadas. Com todo o respeito a quem discorda, mas na minha cabeça, ao menos, não faz sentido nenhum alguém pesquisar sobre o cheque hoje em dia (nem sei mais se alguém aceita cheque por aí), entende? De que adianta eu falar sobre algo que não possui relevância social?

Talvez por isso eu tenha abandonado minha primeira temática. Qual seria a relevância em diagnosticar que o uso de novas tecnologias pode auxiliar no alcance da equidade de gênero, mas que não será possível de cumprir até 2030 nos termos do que propõe o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 5 que trata da equidade de gênero? Aprendi que o Direito é uma ciência social aplicada e justamente por isso não é nosso papel exclusivamente as análises teóricas dissociadas da realidade, ainda mais quem pesquisa sobre violências (Borges, 2024).

Fiquei pensando nisso tudo e depois de ter comprado, lido e fichado alguns livros incríveis (Avritzer, Kerche e Marona, 2021; Abranches, 2019; Arendt, 2012; Tiburi, 2019; Dufour, 2008; Tiburi, 2015; Rocha, 2021; Lacerda, 2019; Biroli, 2020; Vaggione, Machado e Biroli, 2020) e que me deixaram cheia de ideias, mas todas sem muita estrutura. Desisti do projeto sobre o neoconservadorismo e voltei para o mesmo ponto: estava perdida, mas confiando na promessa da professora Clara de que iríamos me achar. Até que um dia, depois da aula na pós-graduação, a professora pediu para que eu, a Angélica Pavelski e a Deise Santos ficássemos um pouco mais para conversarmos.

Naquele dia ela nos contou que foi procurada pela professora Dayana Brunetto, que atuava no Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, da SIPAD – UFPR, que estava preocupada com os procedimentos institucionais para tratamento dos casos e condução dos processos administrativos nas situações que envolviam violências de gênero na Universidade. Já tínhamos “escutado falar” disso, porque a rádio corredor sempre tem sinal, mas não tínhamos noção de que a ausência de regulamentação era tão grande.

Diante dessa realidade, a professora Clara nos pediu ajuda para construirmos uma resolução a ser proposta institucionalmente para definição de regras procedimentais para atuação da Universidade frente a casos de violência de gênero no ambiente universitário, considerando todas as complexidades que envolvem a questão e que envolvem o próprio ambiente social universitário e, ainda, considerando os marcadores de opressão distintos, a necessidade de tratamento verdadeiramente equânime e o respeito às vítimas.

Na hora topamos a empreitada, dividimos as tarefas e começamos os trabalhos. Pouco tempo depois fizemos algumas reuniões, trabalhamos juntas, discutimos as ideias e tínhamos a proposta de resolução construída, mas a dúvida era: será implementada efetivamente? Ou vai se tornar um documento perdido na gaveta de alguém? Até o momento de construção dessa tese, apesar dos esforços de muitas mulheres, a resolução está “engavetada”.

Durante os debates que tivemos para a construção da proposta de resolução, percebemos que apesar de todas termos procurado regimentos internos, resoluções, protocolos ou outros documentos institucionais que abordassem a questão em outras universidades que não a Federal do Paraná, não encontramos (quase) nada.

Essa inexistência gerou uma indignação no nosso grupo: há muitos casos de violência de gênero nas universidades, mas não há regras para tratarmos sobre a questão? Até o judiciário tem um Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, construído pelo Conselho Nacional de Justiça e que tem embasamento teórico fundado em pesquisas desenvolvidas também pela academia, mas as Universidades não têm?

Foi essa indignação e a dor causada pela percepção da realidade (Hooks, 2017, 103-104) que me fez teorizar sobre este tema. Achei a propulsão para a tese e, dessa vez um pouco antes da aula na pós-graduação, combinei com a professora Clara que tínhamos me achado, ali estava o novo tema de tese: as formas de (não) enfrentamento à violência de gênero pelas Universidades.

Eu queria um problema prático para pesquisar? Ali estava ele, “dentro de casa”, envolvendo, para além de uma infinidade de pessoas no país inteiro, as pessoas do meu convívio e me envolvendo: as Universidades, especialmente as

Universidades Federais, possuem mecanismos, normativas e procedimentos claros e suficientes para solucionar de forma satisfatória as demandas complexas advindas de casos de violência de gênero ocorridos nos ambientes de convivência universitária?

Comecei a pensar no que eu queria descobrir com essa pesquisa e quais eram os meus objetivos ao pesquisar isso, já que não adianta ter um grande problema se não tivermos objetivos claros. Já dizia o gato: se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve (Carrol, 2019). Aprendi especialmente durante o doutorado que pesquisa precisa ter um caminho traçado, caso contrário ela pode acabar sendo infrutífera.

E vivenciei isso, quando sofri por não ter o fio condutor que esperava existir nos dados que coletei e acabei me perdendo no meu próprio caminho. Quando as ausências se tornaram palpáveis achei que tinha perdido a trajetória que tinha imaginado, numa imaginação feminista que me permitiria sentir a realidade (Diniz e Gebara, 2022).

Mas a conscientização para uma mudança de rumo (Hooks, 2019) se tornou o único caminho possível. No *Esperança Feminista* (Diniz e Gebara, 2022), que é uma obra que nos chama à ação e nos mostra alguns caminhos para isso, o primeiro verbo é ouvir. Para além do simples ato biológico de ouvir, já que se fosse isso seria capacitista como as próprias autoras apontam, propõem a escuta feminista a partir dos sentidos.

A escuta demanda que sejamos afetadas e, mais ainda, ela será sempre incompleta e incômoda (Diniz e Gebara, 2022). Por isso tudo que precisei fazer um giro acolhendo a surpresa que o campo de pesquisa apresentou e entendendo a riqueza daquilo que (não) encontrei (Zago, 2011).

As ausências estavam gritando e meu papel, apesar do incômodo, é escutá-las para então retomar a imaginação e fugir da lógica do “é assim mesmo” que a colonialidade nos impõe (Diniz e Gebara, 2022). Por isso tudo, o objetivo central da pesquisa se tornou escutar o que as ausências dizem sobre o papel das Universidades, especialmente as federais, no enfrentamento à violência de gênero no ambiente acadêmico.

E, para poder alcançar esse objetivo, precisei encontrar as ausências e os não-ditos. Para tanto, os objetivos específicos foram fortes aliados:

- i) identificar nos regimentos internos das Universidades Federais se há alguma norma ou forma específica para tratamento de casos que digam respeito à violência de gênero nos ambientes de convívio acadêmico;
- ii) coletar junto às Universidades Federais as informações quantitativas sobre os processos administrativos disciplinares que envolvem violência de gênero nos ambientes de convívio acadêmico;
- iii) fazer uma revisão das pesquisas que coletam dados sobre casos de violência de gênero nos ambientes acadêmicos para posterior análise comparativa com as informações recebidas das Universidades Federais;
- iv) escutar atentamente as percepções e demandas das pessoas que sofreram violências de gênero nos ambientes de convívio acadêmico sobre as respostas institucionais (não) recebidas e quais as possibilidades de enfrentamento a essa lamentável realidade que essas pessoas enxergam como viáveis para minimizar o sofrimento causado por esses episódios e futuramente evitá-los;
- v) verificar propostas e formas para melhorar a atuação das Universidades Federais frente a este tipo de violência já pensadas e apresentadas numa tentativa de identificar os motivos pelos quais (não) tiveram sucesso.

Com isso tudo lembrei de um livro infantil chamado “A parte que falta” (Silverstein, 2018), que conta a história de um círculo que não tem uma fatia e fica rolando devagar buscando incessantemente encontrar o que falta. O círculo depois de viver coisas bonitas pelo caminho de busca, acaba encontrando a parte que falta, conversa com ela e percebe que sua plenitude estava justamente na ausência de antes.

O campo de pesquisa recalculou a rota desta tese. Continuo afirmando que não gosto de ausências, mas precisei olhar para elas a fim de encontrar a potência desse trabalho, pois como já disse me parece que elas nos dão uma resposta muito

complexa sobre o problema que estamos enfrentando aqui. Precisei parar de buscar a parte que falta e entender que esta tese se fará nas ausências.

Elas nos demonstram o esforço ativo que as Universidades fazem para se manter como um não-lugar de demandas, ou seja, que sequer é reconhecido como um espaço que deva se responsabilizar sobre as violências, já que ela mesma as exerce, permitindo que uns se sentem ao trono do castelo que é construído sobre corpos de outros. E da mesma forma que os reis têm cara: branca, cisgênero, heterossexual, neurotípico e rico, o corpo que sustenta o castelo das universidades é de uma travesti negra, lésbica e neurodivergente, e ela grita. Nosso dever é escutá-la (Borges, 2024).

## 2.2 OI, EU SOU A FERNANDA E FALO PALAVRÃO

Foi a Deise Santos, colega do doutorado, quem me falou que era assim que eu deveria começar a tese, pois era assim que eu me apresentava para colegas e professores nas aulas durante o doutorado. Assim como me apresentei durante as aulas, apresento-me aqui, pois essa pesquisa está construída por uma pessoa física, que tem suas particularidades e sua forma de ver o mundo.

Essa construção de mim me coloca lentes de leitura de realidade muito específicas (Borges, 2024). Farei um esforço para me transformar de forma que as perguntas aqui realizadas abram espaço para o outro (Diniz e Gebara, 2022), mas eu vou falhar (Zakaria, 2021). Portanto, esta parte tem o objetivo de expor uma parte daquilo que sou e que pode impactar no olhar que aplico ao campo de pesquisa, pois, conforme já dito, para além das ausências que encontrarei, existirão as que sequer conseguirei enxergar em razão da minha lente, que também é branca e cisgênera (Vergès, 2020).

Sou de Florianópolis, uma “manezinha da ilha”, e vivi lá praticamente a vida inteira, cercada por uma família de mulheres fortes (acho que isso é pressuposto para fazer parte dela), mas irei destacar aqui três mulheres responsáveis por eu ser quem sou. A primeira, inclusive com quem aprendi todos os palavrões: minha avó Terezinha, mãe do meu pai, que tinha a “boca mais suja que uma fossa” e que, para além disso, ensinou-me sobre a importância de ter com quem contar e o valor do afeto.

Com a minha avó Maurilia, mãe da minha mãe, aprendi sobre força de vontade e coragem para enfrentar a vida, pois uma mulher que não completou a 4ª série do ensino fundamental alimentou 5 bocas, construiu suas próprias oportunidades e permitiu um futuro melhor para todos nós. E com a minha mãe, Alessandra, aprendi, para além da força, sobre resiliência e como é importante, apesar de ser extremamente doloroso, nos levantarmos depois de cada queda, pois teremos que fazer isso muitas vezes durante a vida.

Além disso, aprendi também com os homens que compõem a família, nessa história representados pelo meu pai e avôs. Meu pai, Artur Jorge, que me incentivou desde muito cedo à leitura. Tenho fotos de quando mal conseguia me firmar sentada, segurando um gibi, que estava do lado contrário, mas estava lá. Aos meus 9 anos de idade, meu pai me deu para ler “O mundo de Sofia” e depois tive que conversar com ele sobre minhas impressões da obra, que à época se resumiram ao mistério das cartas recebidas por Sofia. E a leitura, principalmente de gibis e literatura, sempre fez parte da minha constituição enquanto ser e ser-acadêmica.

Com meu avô Romulo, pai da minha mãe, aprendi que não há nada mais precioso do que o conhecimento, o estudo e, principalmente, a sabedoria. Ele, apesar de saber apenas assinar o nome, era uma das pessoas mais perspicazes que conheci e foi um dos maiores entusiastas da minha formação, mas sempre me lembrava das minhas origens, o que é extremamente importante para que a “arrogância do saber” não tome conta. Infelizmente meu avô faleceu em meados de 2023 vítima de um câncer e não pode realizar um dos seus grandes sonhos: me ver doutora, mas sei o quanto ele estaria orgulhoso de mim.

Do meu avô Artur Jorge, pai do meu pai, veio a necessidade de olhar para o lado e não fazer do nosso umbigo o centro do universo e, como um brinde extra, a poesia. Cresci sem ele (ele faleceu num acidente de carro quando eu tinha 3 anos de idade), mas sempre ouvindo as histórias sobre como ele tratava os outros e lendo as poesias que tinha deixado escritas em pedaços aleatórios de papel. De alguma forma segui seus passos e acabei escrevendo sobre essa família de mulheres fortes:

Nasci menina em família de Amazonas  
Mulheres fortes e guerreiras  
Que carregam as dores de existir nos quadris  
Recebi meu nome de uma mulher que me queria firme perante a vida  
Escolhido em razão da sonoridade  
Fernanda não é nome de quem passa leve pelos caminhos que trilha

Cresci moleca em família de mulheres que lutam  
 Encheram-me de laços, mas me ensinaram a tirá-los em batalha  
 Ouvei a fome de perto  
 Olhei nos olhos da dor e da morte desde cedo  
 Aprendi que firmeza começa nos apertos de mão e se estende para tudo

Tornei-me mulher amparada por elas  
 Que nunca romantizaram as dificuldades da existência  
 Que nunca naturalizaram as tristezas do viver, mas aprenderam a sorrir no meio do caos  
 Que, mesmo quando a vida estava fodida, achavam motivos para seguir  
 Que descobriram momentos de felicidade nos menores detalhes

Aprendi com elas a sofrer o que tenho para sofrer  
 Aprendi que é melhor pra fora que pra dentro  
 Aprendi sobre independência  
 Aprendi a descansar em locais seguros

Vi mulheres que cresceram sozinhas  
 Firmaram o corpo e encararam a luta com elegância e graça  
 Perdi uma parte das aulas de graciosidade  
 Mas nunca faltei às de firmeza

E estou aqui  
 Firmando o corpo mais uma vez  
 Já que a vida às vezes não vem leve  
 Lembrando que sou mulher  
 Mulher numa família de Amazonas  
 Mulher numa família de matriarcas  
 Mulher numa família na qual quando cansamos  
 Outras mulheres seguram a onda e nos dão colo e proteção

O que esperavam de mim?  
 Tenho nome forte!  
 Os laços? Arranquei todos, desde criança  
 A firmeza? Para além dos apertos de mão, reside no corpo  
 A elegância? Em cada passo  
 As dores? Escancaradas no peito  
 As certezas? Questionadas todos os dias  
 As felicidades? Vividas intensamente  
 A morte? Acolhida, pois as mulheres fortes dessa família também descansam e dão lugar para as  
 novas matriarcas

Seguimos família de matriarcas  
 Nasci de uma mulher forte  
 Que me ensinou desde sempre:  
 No coração, a gentileza  
 Nos olhos, o sangue para encarar a vida!

Só será possível entender o caminho e todas as ausências dessa tese conhecendo também a minha trajetória. E só é possível conhecer a minha trajetória sabendo quais são minhas raízes. Eles, mas especialmente elas são minhas raízes e me trouxeram até aqui. E cheguei aqui em razão das muitas histórias que ouvi e li durante a vida. Faço isso também pensando numa ruptura com a colonialidade do

saber (Curiel, 2020, 128) mas registro desde já que foi o feminismo descolonial<sup>2</sup> que me fez olhar para os diferentes saberes e suas diferentes formas de construção como hoje enxergo.

Minha trajetória na pesquisa sobre feminismos começou em razão de um relacionamento abusivo que vivi durante a adolescência. Terminei o namoro no final da graduação e acabei me interessando pelos debates feministas, assim acabei “caindo” nesse caminho. Comecei com um feminismo branco liberal, como boa parte das mulheres, com pitadas de Judith Butler para poder fazer uma análise de uma decisão judicial num caso que envolvia estupro marital, durante o Trabalho de Conclusão de Curso da graduação.

Na pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal fiz uma análise do Projeto de Lei 3369/2019, que propunha o agravamento da pena do crime de denunciação caluniosa quando a falsa imputação se tratar de crimes contra a dignidade sexual e a violência institucional envolvida na proposta.

Durante o Mestrado tive o primeiro contato com a interseccionalidade e a ideia de diferentes marcadores de opressão. Apesar disso, ainda utilizei a interseccionalidade enquanto categoria com uma análise bem superficial quando da construção da dissertação e fiz uma pesquisa sobre violência contra as mulheres,

---

<sup>2</sup> Há um debate sobre o uso dos termos decolonial ou descolonial. Opto por usar descolonial/descolonialidade numa tentativa de fugir do estrangeirismo, já que no português o prefixo “des” é o utilizado gramaticalmente, mas rechaçando a suposta ideia de que o uso do termo propõe um desfazimento da colonialidade e de seus reflexos, já que considero isso impossível. Sobre as principais diferenças entre os termos, Ana Claudia da Silva Abreu, explicou muito didaticamente: No *Diccionario del pensamiento alternativo*, organizado por Hugo Biagini e Arturo Roig, sobre o verbete “pensamento descolonial/decolonial” infere-se que as duas grafias estão corretas, destacando-se uma preferência na Argentina pelo uso do termo “descolonial” enquanto nos demais países optou-se pela designação “decolonial”. Catherine Walsh, na obra *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, ao tratar do termo decolonial, explica que seu uso traduz uma postura ou atitude contínua de transgredir, intervir, in-surgir. [...]. Na nota da tradução do livro *Um feminismo Decolonial*, de Françoise Vergès (2020, p.13-14), as tradutoras explicam que quando a autora mobiliza a palavra *décolonial* para “se referir propriamente aos processos histórico administrativos de desligamento das metrópoles das ex-colônias”, a opção se dá pelo uso dos termos “descolonizar”, “descolonização” e “descolonial”. No entanto, quando Vergès se refere ao “movimento contínuo de tornar pensamentos e práticas cada vez mais livres da colonialidade, elas recorreram a termos como ‘decolonial’ e ‘decolonialidade’, marcando essa diferença por meio da supressão do ‘s’”. Suzana de Castro (2020b) justifica a sua opção pelo uso do termo “decolonial”, pela impossibilidade de nos desfazermos das marcas do colonialismo e porque, em conformidade com Catherine Walsh, o uso da designação decolonial significa “não mais de reagir, mas de agir e construir alternativas mais inclusivas e positivas sobre os saberes e as práticas do continente latino-americano”. (Abreu, 2023, p. 25-26).

que abrangia exclusivamente mulheres cisgênero e heterossexuais. Em resumo, esse foi o caminho que segui dentro dos Feminismos, até chegar aqui.

Passei pela necessidade de “explicar” como a dominação e o patriarcado surgiram, como se fosse possível encontrarmos o momento exato de suas criações; comecei a entender que todes experienciamos a vida de formas diferentes e nossas características pessoais (as mais diversas) nos geram facilidades, dificuldades, ou ainda colocam alvos nas costas, considerando que vivemos numa sociedade racista, machista, capacitista etc.; aprendi um pouco melhor sobre performance de gênero e que estudos de gênero estão longe de ser estudos sobre mulheres cisgênero; e comecei, durante o doutorado, a me familiarizar com o feminismo descolonial e seus reflexos na pesquisa e na vida de alguém que efetivamente se compromete com a ideia.

E, no meio dessa trajetória de pesquisa, a vida continuou acontecendo e, infelizmente, no início de 2020 eu fui vítima de uma violência sexual, que impactou bastante minha trajetória, inclusive acadêmica, já que lidar com dados e números diretos sobre violências era algo que eu não estava mais disposta a fazer, para não mexer em algumas feridas.

Conto isso, pois logo em seguida, ainda em 2020, participei do processo seletivo para o doutorado. Escrevi um projeto que não trabalharia com números, dados ou “realidade”, mas não estava confiante no projeto e, honestamente, não estava confiante em mim mesma naquele momento.

Segui com a vida. No mês de novembro de 2020 recebi a informação de que tinha passado para a fase de títulos e posteriormente entrevista do processo seletivo para ingresso no doutorado e estava sobrecarregada tanto profissional quanto emocionalmente e apesar de muitas dificuldades pessoais e de saúde consegui cumprir as exigências e fui aceita para o doutorado.

Em janeiro conversei com a professora Clara pela primeira vez. Contei antes sobre as questões acadêmicas que conversamos, mas para além disso a conversa durou muito tempo, pois contei para ela a minha história e pedi ajuda e paciência. Eu sabia que estava despedaçada, tendo que lidar com incontáveis lutos e preocupada em não dar conta de uma empreitada tão árdua quanto um doutorado, mas também não queria perder a oportunidade - decorrente de vários privilégios que tenho enquanto mulher branca, cisgênero, que vem de uma família trabalhadora capaz de me proporcionar alguns auxílios para que esse doutorado virasse uma realidade - e

me comprometi em dar o meu melhor e me esforçar para que as coisas “acontecessem”.

Comecei a cursar o doutorado. Escrevi um livro quase catártico para tentar lidar com a violência sexual que sofri. Não conseguia mais me reconhecer na minha própria pele (me tatuei inteira em um ano) e na profissão que estava seguindo. Decidi me mudar para Curitiba, pois em Florianópolis (minha terrinha natal) eu não conseguia mais respirar.

Segui cursando o doutorado. Estudei outros feminismos. Participei de projetos de extensão. Fui bolsista por um tempo. Fiz estágio de docência. Troquei de emprego. Pedi demissão do emprego. Escrevi muita poesia. Segui lendo, estudando, fazendo terapia, tatuando meu corpo e me retomando aos poucos. Tudo isso com ajuda e suporte de muita gente.

Muitas outras coisas que tiveram um impacto pessoal e profissional aconteceram durante o período do doutorado. De 2021 até início de 2024 tive a sensação de estar participando de uma maratona, na qual tive muito suporte para finalizar o percurso. E te conto tudo isso para que você entenda quem é a Fernanda que chegou aqui, pois definitivamente não é, nem de perto, a mesma que entrou.

Quando me vi vítima de uma violência sexual e diante de um desmoronamento do que eu acreditava ser a minha estrutura, precisei olhar intensamente para dentro. Revisitei minhas escolhas, os caminhos que estava seguindo, minha forma de ser no mundo, o que de fato queria para mim, de que forma eu gostaria de ser lembrada, como eu poderia ser útil. E foi uma incursão tão forte que quando vejo fotos de antes de 2020 sequer me reconheço (e não só esteticamente). Escrevi sobre esse não reconhecimento:

*Desnuda*  
*Não há nada entre mim e o mundo*  
*Não mais*  
*Por um tempo houve distância*  
*Eu e meu corpo deixamos de ser uma só*  
*E então viver era mais complexo*  
*Vivi fora de casa, a minha casa*  
*Fui arrancada de lá duas vezes*  
*Entre mim e o mundo havia tanta coisa*  
*Tanta tralha que deixaram aqui*  
*Tanta bagunça de quem passou e tirou as coisas do lugar*  
*Tantas expectativas que depositaram na caixa de correios*

*Tantos papéis a desempenhar: a esposa, a filha, a mulher forte sempre, a amiga.*

*E eu?*

*E o meu papel? Sabe aquele papel que a gente mesma escolhe? O papel do Oscar?*

*Foi naquele sofá de couro, com a almofada no colo que fiz meu último teste de elenco*

*Levantei, limpei a casa e entendi que sou eu quem abro a porta*

*Naquele sofá de couro, sentada de frente à protagonista, percebi que minha única vontade era voltar para casa, a minha casa*

*Tirar as roupas, as joias, a maquiagem e ficar lá*

*Eu, os livros, o liquidificador, uma caneca de chá e um pertencimento que não existia havia anos  
Sentada naquele sofá de couro rasguei as linhas de outrora, linhas retas de um roteiro com começo,  
meio e fim*

*E uma menina de olhos amendoados e sorriso frouxo sentou ao meu lado, agradecida por eu ter  
voltado para casa*

*Ela achou que eu tivesse me perdido*

*Mas me achamos, desnuda de corpo e alma, naquele sofá de couro.*

E, como a vida nunca é simples, fácil ou vem de leve, em setembro de 2021 perdi minha avó materna, aquela mulher que me contava histórias de bruxas. Logo depois, em agosto de 2023, perdi meu avô materno, a pessoa que mais tinha orgulho da minha formação. E esse é um resumo, bem resumido, da minha trajetória pessoal durante o doutorado.

Novamente te digo, estou contando tudo isso pois é fato que a minha trajetória de vida impacta a minha trajetória de pesquisa. Eu entrei no curso uma pessoa fragmentada, que não acreditava que seria capaz de pesquisar novamente, quem dirá sobre feminismos, em razão da dor causada por mexer com algumas coisas e da insegurança que tomou conta de mim depois que me senti perdendo a posse sobre meu próprio corpo.

Mas fui entendendo que a vida é complexa, que as cicatrizes vão existir e vão doer mesmo em alguns dias, só que fui encontrando formas de fazer doer menos e de retomar a confiança de que eu seria capaz de produzir algo decente, mas que para isso precisaria de ajuda.

Por tudo isso me senti tão acolhida pelos feminismos descoloniais e decidi partir para uma pesquisa empírica, na qual todo o conhecimento seria construído coletivamente, pois nada do que fiz e que será apresentado nesta tese, fiz sozinha.

Por tudo isso escolhi alguns caminhos metodológicos. Por tudo isso optei por não olhar diretamente para as violências sofridas, ou trabalhar com os dados e

números sobre elas, mas sim olhar para a forma de lidar com o problema. A professora Clara uma vez me disse que na pesquisa a gente tem a tendência de querer curar algumas feridas nossas e eu hoje vejo que estou curando uma gigantesca que tenho: a violência que sofri não teve uma resposta formal, pois eu sequer procurei o Judiciário por medo de uma revitimização, por não ter provas suficientes e por estar fragilizada demais para encarar um processo.

Quando soube dessa mesma situação, de respostas institucionais insuficientes e inadequadas, supostamente acontecendo no local que eu tinha escolhido para juntar meus cacos (a Universidade), aquilo mexeu com algo muito mais profundo e estou aqui tentando trazer uma contribuição acadêmica, construindo uma tese a muitas mãos, colando cacos e retomando o tipo de pesquisa que eu gosto de fazer. Agora você sabe quem eu sou e entendeu os motivos pessoais que me conduziram para essa pesquisa.

Registro aqui, e é indispensável que seja feito, que reconheço o privilégio que é poder juntar cacos, ainda mais fazer isso dentro de um programa de pós-graduação. Conforme já disse, sei que, apesar de não estar sentada no trono da universidade, ocupo esse espaço às custas da ausência de outros corpos (Borges, 2024; Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 73; Bento, 2022).

Mas a melhor forma de não ser signatária desse pacto da branquitude (Bento, 2022) cisgênera (Oliveira, 2023) é usar esse espaço a serviço da escuta feminista (Diniz e Gebara, 2022), reconhecendo que a minha existência neste lugar também é parte do problema, e que preciso ocupá-lo (r)existindo (Hooks, 2017; Zakaria, 2021).

### 2.3 SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FORMA

Algumas escolhas que fiz, e que com certeza você já reparou, também têm como base a construção teórica proposta pela perspectiva descolonial, já que a ideia é justamente olhar para a produção do conhecimento de uma forma menos excludente, sob vários aspectos, e pensando sempre a quem serve meu feminismo (Carvajal, 2020, 197-199).

Por isso a preocupação, também, com a forma. Como disse, sou uma mulher neurodivergente e foi por isso que, durante um tempo, fiz parte de um grupo que me aproximou dos debates sobre capacitismo (Martín, 2017), que é o

preconceito e as exclusões direcionadas a pessoas com deficiência e neurodivergentes. A forma escolhida para esta tese procura minimizar os impactos que o formato tradicional acadêmico gera, especialmente nas pessoas com deficiência ou neurodivergentes.

Primeiro, o alinhamento dos parágrafos à esquerda já deve estar te causando estranhamento há algum tempo, pois a regra é um alinhamento justificado, no qual as linhas ficam todas com o mesmo comprimento. Mas o alinhamento justificado dificulta a leitura para pessoas disléxicas e o alinhamento à esquerda facilita a compreensão, já que a página não fica alinhada igualmente e o texto fica aparentemente menos monótono.

A questão do alinhamento, assim como a tentativa de utilização de parágrafos mais curtos, de fontes não serifadas (como a Arial) e de cores para o fundo e corpo de texto diferentes do branco e do preto (nesse texto o fundo é quase branco e a cor da fonte é quase preto) fazem parte de uma série de dicas dadas pela Associação Britânica de Dislexia e replicadas por institutos brasileiros de dislexia<sup>3</sup> que estou tentando incorporar à tese.

Você deve ter reparado também que as palavras generalizadoras gendrificadas estão riscadas, ou escritas sob rasura. Isso não foi ideia minha, mas ideia do Lucas Carpinelli tradutor do livro “Crítica da razão pós-colonial: por uma história do presente fugidio” da Gayatri C. Spivak (2022, p. 32). Lucas usa a escrita sob rasura na tradução do livro com base na proposta derridiana, a fim de marcar a responsabilidade daquele que escreve, pois reconhece que a palavra é necessária e precisa ser compreendida, mas a oposição à gendrificação fica explícita na forma de rasura.

Eu gostaria de me opor à generalização feita no masculino, mas não queria que essa oposição fosse excludente, pois utilizar o “x” ou o “e” faz com que a palavra fique ilegível nos leitores de tela para pessoas com deficiência visual e não queria “tomar partido” numa discussão da qual não estou inteirada (sobre como romper com essa generalização no masculino na língua portuguesa). Quando vi a

---

<sup>3</sup><https://www.domlexia.org.br/post/2018/09/02/como-deixar-um-material-escrito-mais-amig%C3%A1vel-para-quem-tem-dislexia>; <https://medium.com/acessibilito/6-pr%C3%A1ticas-ruins-que-prejudicam-usu%C3%A1rios-disl%C3%A9xicos-942c5a6f1dc0>;

solução da rasura achei ótimo, mas ainda faltava confirmar como isso (não) funcionaria com os leitores de tela.

Baixei o Jaws Screen Reader, que é um dos softwares mais utilizados<sup>4</sup>, e usei a versão de teste gratuita para leitura de um texto qualquer que tinha palavras gendrificas escritas com “x”, com “e” e sob rasura. De fato, as duas primeiras não são lidas, mas as palavras rasuradas são lidas normalmente, com a generalização da forma como está escrita, o que, infelizmente, torna a crítica no decorrer do texto não legível para pessoas com deficiência visual.

Sei que, no fim das contas, fazer essas escolhas estruturais talvez seja apenas uma pretensão muito grande, como se muitas pessoas fossem ler o que estou colocando aqui e talvez isso nunca aconteça. Apesar disso, meu ponto é: eu gostaria que essa tese fosse de “fácil” leitura para quem se interessar por ela, mesmo que nunca ninguém se interesse.

Estou pesquisando e escrevendo sobre um problema que envolve muitas pessoas plurais que estão inseridas em ambientes acadêmicos e optei por este formato para que a maior quantidade dessas pessoas tenha acesso aos resultados, seja pela linguagem e forma de escrita mais direta e "simples", seja por questões “estéticas” como o alinhamento.

Por fim, quero deixar claro que nada disso altera o meu comprometimento com a ética, a metodologia que escolhi, uma forma transparente de coleta e análise dos dados e todos os outros requisitos essenciais para o bom desenvolvimento de uma pesquisa de qualidade. Apenas o formato é um pouco diferente do habitual.

## 2.4 (ME) ENTENDENDO COM O MÉTODO

Neste tópico pretendo descrever a metodologia utilizada na tese, pois esse não foi um caminho linear e facilmente trilhado. E preciso reconhecer que minha relação com a metodologia foi ruim durante muito tempo, pelo simples fato de que eu não sabia o que era, de fato, metodologia.

---

<sup>4</sup> O Jaws é indicado como software com larga utilização pela página de cooperação e acessibilidade da Universidade Federal de São Carlos conforme o link:  
<https://www.acessibilidade.ufscar.br/recursos/leitores-de-tela/leitores-de-tela>

Pedi ajuda à minha tia que lecionou a matéria de metodologia durante anos e ela me fez entender que o que eu achava que sabia de metodologia estava errado. Somado a isso, ingressei no doutorado e fui cursar a disciplina de Metodologia com a professora Taysa Schiocchet e lá confirmei: eu não entendia nada do que era metodologia, mas ainda tinha salvação.

Meu primeiro desafio foi aprender a estruturar um projeto de pesquisa encontrando lacunas capazes de sustentar o desenvolvimento de uma tese de doutorado. Depois aprendi sobre categorias, análise de dados, descritores de busca, revisões de literatura, bases de dados, tipos de pesquisa (empírica, teórica etc.) etc.

Com isso tudo entendi a parte central da metodologia: descrever os caminhos, as escolhas, para que eventualmente a pesquisa possa ser refeita ou confirmada por pares e interlocutores do campo de conhecimento e assim a ciência avance e isso demanda uma *reflexividade metodológica*, uma capacidade de olhar o campo e dar significado aquilo que se vê, um significado que encontra eco na essência de próprio pesquisador (Sarmiento, 2011, p. 151).

Por respeito a essa reflexividade que reitero meu compromisso com a perspectiva descolonial, que será abordada de maneira mais aprofundada em seguida, e que contei minha história, mas, mais que isso, precisei descrever cada escolha para coleta e análise de dados que fiz.

Ainda não me sentia segura sobre os métodos existentes para o desenvolvimento de uma pesquisa: dialético, etnográfico, pesquisa participante? Eu não conhecia o suficiente sobre eles para poder prosseguir com o desenvolvimento da pesquisa. Então fiz um levantamento de livros de metodologia indispensáveis para quem resolvesse fazer pesquisa empírica.

Foi com essas leituras que entendi que o método se assemelha a um roteiro, ou o design da investigação que será realizada (Sarmiento, 2011, p. 137-179). O método é o desenho daquilo que será feito e por isso há diversas possibilidades. Foi com essas leituras, também, que percebi que no caso da minha pesquisa eu não conseguiria seguir apenas um método existente, e que faria mais sentido beber de muitas fontes, já que a compreensão (ao menos de uma parte) de uma realidade complexa, demanda uma construção complexa de caminhos (Minayo, 2014, p. 78)

Não que eu tenha a pretensão de misturar métodos para compreender a totalidade, longe de mim. Mas acredito que o uso de várias fontes para construção

de um roteiro individualizado para o meu processo de pesquisa fará mais sentido e atenderá melhor os objetivos aos quais me propus.

A ideia de que nada é estático, mas sim dinâmico, mutável, cambiante e que as coisas e pessoas não são, mas estão num eterno tornar-se e que podemos analisar os fenômenos enquanto promessas, mas nunca como meras repetições pré-determinadas, foi um dos pontos principais que me chamou atenção no método dialético e que resolvi incorporar aos pressupostos para minha análise de dados, especialmente para os dados quantitativos (Minayo, 2014, p. 340-341).

Os números com os quais iremos trabalhar são indicativos (promessas) das estruturas (não) encontradas, mas não podem ser considerados mera repetição, pois assim desconsideraríamos os avanços (mesmo que pequenos) que já aconteceram.

Já com a pesquisa-ação entendi que pesquisa empírica é um tipo de investigação social que demanda o envolvimento de pesquisador para construção de possíveis soluções para demandas e problemas de determinado grupo social. Isso foi importante para a ideia de que a forma como iria construir a pesquisa, necessariamente, deveria ser participativa, ou seja, as sujeitas que seriam entrevistadas, caso se sentissem confortáveis e desejassem, precisavam participar da criação de possíveis soluções (Minayo, 2014, p. 51).

A minha permanência enquanto parte integrante do ambiente investigado, o ambiente acadêmico, que fez com que eu observasse a realidade do campo; a fuga de uma lógica dedutivista que demandaria testagem de hipóteses durante o processo de pesquisa, especialmente durante a realização das entrevistas nas quais procurei ir despida de qualquer ideia prévia; e a proposta de apresentar os dados e a realidade como ela é, com um esforço de construir uma narrativa fidedigna e capaz de interligar as questões teóricas às práticas, são elementos oriundos de uma orientação etnográfica, que está presente em todo o processo de escrita dessa tese (Sarmiento, 2011, p. 152-153).

Mas o método mais presente e facilmente identificável, que a meu ver é o que possui maior ligação com a proposta epistemológica feminista descolonial, é a pesquisa participante. A pesquisa participante parte do princípio de que a ciência não é neutra e objetiva e que a credibilidade de uma pesquisa não reside em rigores positivistas, mas sim na ética existente em sua construção e na sua potencialidade

emancipatória (Brandão, 2006, p. 16-17), o que conversa substancialmente com toda a proposta de epistemologia feminista descolonial.

Este método, a pesquisa participante, é utilizado habitualmente em pesquisas inseridas em movimentos e ações sociais, que permitem que o próprio movimento, enquanto ação popular, se envolva diretamente no desenvolvimento da pesquisa (Brandão, 2006, p. 24) e surgiu às margens (Anzaldúa, 2019, p. 324) do ambiente universitário.

O meu processo de pesquisa não foi dentro de um movimento popular ou ação social e por isso não posso dizer que desenvolvi uma pesquisa participante, até porque, conforme falado anteriormente, usei alguns princípios de outros métodos para orientar o desenvolvimento do trabalho.

Contudo, foi com a pesquisa participante, dialogando com propostas da epistemologia feminista descolonial (neste caso, especialmente Lugones, 2020), que entendi duas questões centrais, especialmente para o desenvolvimento da etapa qualitativa da pesquisa.

1) O deslocamento da relação clássica sujeito pesquisador-objeto de pesquisa, para uma relação sujeito-sujeito (Silva, 2006, p. 125-126), na qual a escuta ativa (Sobottka, Eggert e Streck, 2006, p. 187) e feminista (Diniz e Gebara, 2022), a troca e a reciprocidade são condições indispensáveis;

2) Os significados e conclusões decorrentes dos dados, especialmente a articulação deles, só estarão completos com a leitura que cada um fará deste texto, pois a interpretação faz parte do diálogo final com a pesquisa, já que a necessidade de exposição e associação de diferentes ideias se torna ainda mais pungente (Gonsalves, 2006, p. 258).

Da mesma forma, a pesquisa etnográfica, que também é uma fonte metodológica da qual bebo, aponta a importância de ler na construção de significado do texto. É com a leitura que o texto ganha sua forma final, pois cada um daqueles que lê irá completar os hiatos do texto com a sua realidade. Por isso a beleza da etnografia, ela abre espaço para a discordância (Sarmiento, 2011, p. 173).

E com o tempo, leituras e aprofundamentos percebi que há diversas aproximações entre alguns métodos, assim como diversos pontos que os diferenciam e, principalmente, percebi que não preciso definir um método e seguir com ele durante toda a pesquisa. Ou seja, não vou te contar aqui que fiz uma

pesquisa etnográfica dialética, pois seria desonesto de minha parte tanto com os resultados, quanto com o próprio método.

Mas tentei, ao menos até aqui, expor alguns elementos de cada método que orientaram a condução da pesquisa. Portanto, você encontrará elementos do método dialético, particularmente na parte quantitativa; da etnografia e da pesquisa participante e da observação participante, especialmente na etapa qualitativa e de triangulação dos dados.

Descrevo esse emaranhado de métodos, pois é essa trama que permite o diálogo com a realidade, com a experiência (Miñoso, 2020). Uma trama que se (re)molda a cada incursão teórica e permite um diálogo honesto com os dados que (não) se apresentam (Streck, 2006, p. 278).

Diante disso tudo, optei por realizar uma triangulação de métodos (Minayo, 2014, p. 361), unindo o método quantitativo, com aplicação de questionários e avaliação de números relativos a processos acadêmicos disciplinares, e o método qualitativo, realizando entrevistas em profundidade, analisando relatos, e fazendo análise de conteúdo de normativas e resoluções.

A proposição de triangulação de métodos surgiu com a ideia de proporcionar um aprofundamento maior nas nuances do tema de pesquisa (Minayo, 2014, p. 76), especialmente em razão da necessidade de realizar as análises a partir de ausências e das monstruosidades construídas pela colonialidade (Preciado, 2023), e a fim de encontrar ainda mais subsídios para fundamentação da tese aqui proposta, já que a conjugação de métodos qualitativos e quantitativos permitiu uma visão mais clara daquilo que não é dito, dos reflexos causados pelas ausências e da própria construção do ausente (Minayo, 2014, p. 362).

Portanto, para o alcance dos objetivos desta tese, utilizei o método quantitativo (Minayo, 2014, p. 56) para coleta de alguns dados. Primeiramente entrei em contato com as Universidades Federais via plataforma Fala.BR solicitando informações sobre o número de processos administrativos disciplinares que envolviam casos de violência de gênero e quais mecanismos para prevenção e responsabilização dessas violências a instituição possui. As universidades federais foram o recorte definido já que seria inviável coletar dados de todas as universidades brasileiras e com as Federais seria mais fácil o acesso em razão da Lei de Acesso à Informação.

Em segundo lugar, preparei um questionário on-line intitulado “Possibilidades de enfrentamento da violência de gênero nos ambientes acadêmicos”. Encaminhei o link do questionário para pessoas conhecidas e pedi que replicassem nos grupos universitários em que participavam, bem assim enviei o link por e-mail e direct do Instagram para os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) das universidades federais. Este questionário obteve 112 respostas e foi utilizado como item preparatório para a fase de entrevistas.

Por fim, numa terceira etapa, acessei o Painel Correição em Dados, ferramenta criada pela Controladoria Geral da União, que traz informações sobre penalidades e processos administrativos contra agentes públicos, empresas e entidades e dados gerais sobre processos administrativos disciplinares. Nesta ferramenta foi possível fazer uma pesquisa individualizada por Universidade Federal sobre os processos que envolviam questões de gênero (com algumas limitações que serão expostas no capítulo de análise dos dados).

Reconheço as críticas feitas ao uso do método quantitativo nas ciências sociais, mas o que elas destacam não é o uso do método em si e sim o reducionismo aplicado durante a análise dos dados (Minayo, 2014, p. 56). Não se pode utilizar o método quantitativo nas Ciências Sociais da mesma forma como é utilizado nas Ciências Naturais e Biológicas, pois aqui não lidamos apenas com números puros e simplesmente e esses dados que citei acima seriam insuficientes para qualquer conclusão minimamente sólida (Richardson, 2008, p. 78-79).

Estas críticas reforçaram ainda mais a necessidade de triangulação dos métodos. Além dos dados quantitativos que expus acima, precisei buscar dados qualitativos, para um aprofundamento complexo do problema (Richardson, 2008, p. 80), através de algumas estratégias:

- 1) Com a preciosa ajuda da bibliotecária Eglem, uma revisão de literatura sobre meu tema de pesquisa, que trouxe resultados interessantes sobre a temática e que me permitiram pensar ainda mais sobre as inconsistências que os dados trouxeram;

- 2) A solicitação de informações sobre resoluções, projetos e programas que eram destinados ao combate e prevenção à violência de gênero no ambiente acadêmico, realizada para as Universidades Federais, através da plataforma Fala.BR;

3) O levantamento, através dos sites das Universidades Federais, dos regimentos internos de cada uma delas para análise de conteúdo (Minayo, 2014, p. 303) através da identificação de categorias operacionais (Minayo, 2014, p. 179), que “são conceitos classificatórios” (Minayo, 2014, p. 178), capazes de auxiliar no entendimento de qual o procedimento institucional formal para casos de violência de gênero no ambiente acadêmico.

4) Através da observação participante (Richardson, 2008, p. 261-262), tendo em vista minha inserção enquanto parte do ambiente que está sendo estudado e, mais ainda, a participação ativa da minha orientadora, professora Clara, em espaços universitários deliberativos fizemos uma análise de ausências diante de um relato da professora Clara em relação a uma situação pública de violência de gênero da qual ela foi testemunha e resistência;

5) Entrevistas não estruturadas, ou entrevistas em profundidade, que permitem que a pessoa entrevistada fale sem perguntas direcionadas sobre a sua vivência (Richardson, 2008, p. 208) e demandam da pesquisadora uma escuta afetada (Diniz e Gebara, 2022), com 3 mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente acadêmico, a fim de ouvi-las, suas dores, demandas e, especialmente, entender o que faltou para que se sentissem, no mínimo, acolhidas.

Especificamente para realização das entrevistas, o projeto apresentado ao Comitê de Ética requereu, inicialmente, o acesso a processos administrativos disciplinares relativos a violências de gênero ocorridas na Universidade Federal do Paraná, para análise e seleção de possíveis entrevistadas, mas essa forma de seleção precisou ser revista e as mulheres foram selecionadas através do questionário aplicado anteriormente.

Reconhecendo o risco de revitimização que a pesquisa poderia causar, previu-se, no projeto apresentado ao Comitê de Ética, requisitos capazes de minimizar esse risco. Para tanto foram selecionadas apenas mulheres que tinham sofrido a violência há mais de um ano e que se dispuseram de maneira explícita a participar da pesquisa no questionário aplicado previamente.

Mais ainda, o foco das entrevistas não foi revisitar a violência e isso foi dialogado com as entrevistadas durante o contato para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e logo no início das entrevistas. Como o objetivo não era pesquisar a violência sofrida, elas sequer precisavam contar sobre o fato, já

que nos importava entender como a Universidade (não) lidou com a situação, no momento posterior.

Como aquelas mulheres já tinham vivenciado as situações há bastante tempo (e isso foi um critério de exclusão de participantes verificado através do questionário prévio), elas optaram por relatar o que tinha acontecido, mas todas se mostraram confortáveis em abordar o tema, justamente em razão do tempo decorrido.

De qualquer forma, a previsão de encerramento da entrevista a qualquer momento estava presente durante toda a conversa, assim como mantive o cuidado de não realizar perguntas que abordassem a violência sofrida, mas sempre sobre as respostas institucionais que (não) foram dadas.

Tentei, durante as entrevistas, colocar-me diante da dor daquelas que estavam ali comigo, entendendo minha incapacidade de compreensão total das marcas que foram deixadas naquelas mulheres (Sontag, 2003), mas disposta à afetação que aquele diálogo iria gerar e ciente de que a cumplicidade para a efetivação daquele compartilhamento demandava o meu deslocamento naquele processo de pesquisa (Diniz e Gebara, 2022).

Esse deslocamento foi feito através de alguns ajustes de mim e da forma de contato, que serão detalhados quando da análise das entrevistas. Das 113 pessoas que responderam o questionário, 12 se dispuseram de participar de entrevista, deixando seus nomes, e-mails e WhatsApp para contato.

Dessas 12, 6 tinham sofrido a violência há menos de 1 ano e por esse motivo não foram selecionadas para participação. Enviei um e-mail agradecendo a participação e informando os critérios de seleção, para que as pessoas tivessem um retorno.

Num primeiro momento enviei um e-mail para as 6 mulheres que deixaram seus contatos para entrevista e que estavam dentro dos critérios elencados para evitar revitimização. Encaminhei meu contato de WhatsApp no corpo do e-mail e aguardei as respostas. Depois reforcei o contato pelo WhatsApp. No total, apenas 3 responderam. Duas por WhatsApp e uma delas me respondeu pelo e-mail, mantendo um contato mais formal durante o processo, até o momento da entrevista, no qual conseguimos nos conectar de uma maneira mais próxima.

Essas 3 mulheres que responderam meu contato confirmaram a possibilidade de participação na pesquisa de maneira virtual e então agendamos

nosso primeiro contato síncrono via Teams, todos feitos de maneira individual. Num primeiro momento conversamos, nos apresentamos e apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que elas se sentissem seguras em relação à seriedade da pesquisa e à proteção de seus dados e suas histórias.

Tiramos as dúvidas, elas assinaram o termo e marcamos uma nova data para fazermos as entrevistas em si. As entrevistas foram realizadas nos horários que cada uma indicou como de sua preferência e duraram em torno de uma hora cada.

Essas entrevistas, conforme será detalhado no capítulo referente às análises, corroboram com as ausências e, foi através delas, junto de uma observação participante e do relato decorrente do contato com minha orientadora que descreveu situações assustadoras que também serão abordadas na análise dos dados, que ficou claro o esforço ativo das universidades para não serem reconhecidas como espaço demandável em relação às violências de gênero.

Portanto, este foi o caminho feito para o desenvolvimento deste trabalho e apresentarei os detalhes e minúcias de cada uma das etapas no capítulo específico para exposição de dados, que nos permitirá verificar as ausências que citei até aqui.

## 2.5 RECALCULANDO ROTA: UM QUESTIONÁRIO NO MEIO DO CAMINHO

Como falei anteriormente, foi feita a aplicação de um questionário para seleção de pessoas a serem entrevistadas. Mas isso foi decorrente de um reajuste de rota imposto ao trabalho em razão da negativa sistemática por parte de Universidade Federal do Paraná (UFPR) de acesso a alguns dados, acesso esse que foi autorizado pelo Comitê de Ética em Ciências Sociais e Humanas da própria UFPR.

Essa negativa será abordada no capítulo específico sobre análise de dados, mas cito ela aqui, pois foi em razão disso que precisei readequar a estratégia de seleção de pessoas para a entrevista, pois a forma de selecionar essas pessoas também precisa ser descrita ao Comitê de Ética, a fim de garantir o tratamento ético em relação a todo o processo de pesquisa empírica.

Quando a primeira opção deu errado, conversei com minha orientadora e decidimos seguir com a aplicação de um questionário que nos trouxesse alguns dados relevantes para selecionar as pessoas a serem entrevistadas e mais alguns

dados interessantes sobre a temática da violência de gênero no ambiente universitário.

Optamos por apresentar os dados decorrentes do questionário aqui na metodologia, pois o encaramos como parte do método, já que sua função principal foi, de fato, encontrar as pessoas que se propusessem a participar das entrevistas. Reconheço que os dados coletados não possuem relevância estatística, já que temos apenas 112 (cento e doze) respostas sobre um tema que envolve o universo das Universidades Brasileiras, que é gigantesco. Mas, ainda assim, gostaria de apresentar as informações que obtivemos, pois elas são simbólicas e poderão nos ajudar com a leitura que será feita sobre as ausências posteriormente.

Para além disso, utilizar o questionário exclusivamente como uma fonte de coleta de pessoas a serem entrevistadas seria manter uma cumplicidade (Miñoso, 2020, p. 98-99) com uma construção de saberes colonizada, na qual e outre se torna um simples objeto de análise da elite intelectual (Segato, 2021, p. 86-87) e sua existência só é reconhecida dentro dos interesses de pesquisador (Moreira, Almeida e Corbo, 2022).

Portanto, esse subtópico tem por objetivo valorizar e escutar aqueles que se propuseram a responder às perguntas e apresentar elementos que, apesar de não terem relevância estatística para fins de pesquisa no sentido tradicional e universalizador da colonialidade (Segato, 2021, p. 315-345), possuem relevância social pelo simples fato de ainda persistirem dentro do ambiente universitário e, mais ainda, possuem relevância para cada um daqueles que teve que enfrentar a realidade cruel de cada violência.

E, para além disso, o cruzamento de alguns dos dados aqui coletados com outras informações que serão trazidas no capítulo específico de análise de ausências, permitirão demonstrar o *modus operandi* sobre o qual estamos teorizando, já que, apesar de ser uma amostra muito pequena, essa microanálise é um “balão de ensaio” que corrobora com a perspectiva macro que será apresentada.

Para tanto, foram elaboradas perguntas para identificar alguns espaços ocupados pelas pessoas que estavam respondendo ao questionário. Das 112 (cento e doze) pessoas que responderam, a arrasadora maioria eram estudantes universitárias, totalizando 100 (cem) pessoas, enquanto apenas 9 (nove) eram docentes, 2 (duas) servidoras e 1 (uma) pessoa informou não possuir vínculo institucional.

Como o questionário foi encaminhado para grupos de discentes dos quais eu fazia parte e distribuído via redes sociais por alguns Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), faz sentido que o número de pessoas que responderam à pesquisa e eram estudantes seja muito superior a qualquer outro vínculo institucional. Contudo, não se pode inferir que discentes estejam mais propensos a violências exclusivamente a partir desse questionário.

Mas isso nos dá uma pista, ainda mais quando lemos a informação colhida com o questionário junto da ideia de colonialidade do poder (Lugones, 2020, p. 55-62), que nos permite perceber como as relações hierárquicas são construídas e inscritas pelo poder decorrente da própria colonialidade.

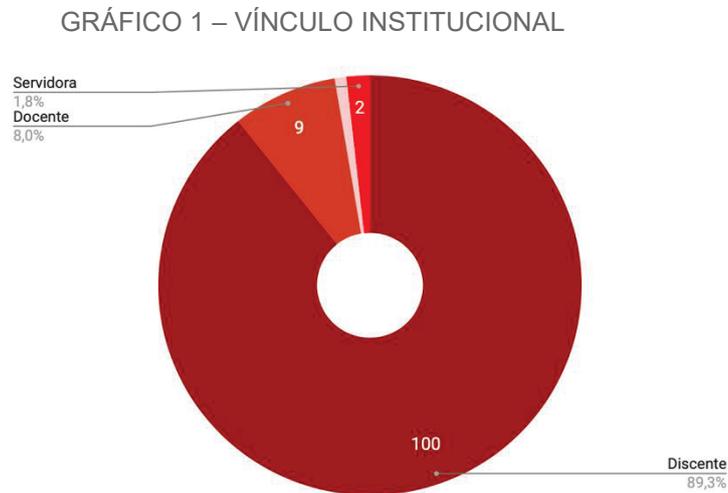
E, quando falamos de relações acadêmicas, considerando as universidades enquanto um microcosmo social, o elo mais frágil é o corpo discente, que está numa posição de subalternidade em relação a docentes e servidores, que por sua vez ocupam um espaço privilegiado de poder, quando encarados coletivamente. Essa afirmação funciona para um olhar ao coletivo, mas demanda um olhar interseccional para as vulnerabilidades inscritas em alguns corpos, já que não são, exclusivamente, as relações de poder que geram violências.

Ou seja, posso afirmar que uma professora terá menos chances de sofrer violência de gênero que uma aluna? Pensando de maneira “universalizante” e coletiva, sim. Mas ao adicionarmos o fator gênero, ou raça a essa equação, por exemplo, a realidade muda. Uma professora trans provavelmente terá mais chance de sofrer violência de gênero que uma aluna cis, mesmo estando numa suposta posição de poder.

Isso quer dizer que a leitura das opressões e violências complexas, demanda uma análise também complexa que leve em conta o bloco interseccional de vulnerabilidades que a colonialidade inscreve(u) sobre determinados corpos que foram construídos como abjetos (Butler, 2019, p. 14-18). E essa construção, já que não há uma “natureza” envolvida no processo (Haraway, 2019), foi feita pela colonialidade, e é o que a sustenta.

De qualquer forma, ao encararmos respostas como as que surgiram em relação ao vínculo institucional, elas nos apresentam um dos pontos possíveis de análise que deve ser levado em consideração quando da construção colonial deste bloco de opressões (Borges, 2024), que são as relações de hierarquia e poder existentes nas universidades e que indicam um silenciamento de alguns grupos, que

em alguns momentos podem sentir que “sequer adianta falar” (Spivak, 2010, p. 37-41)

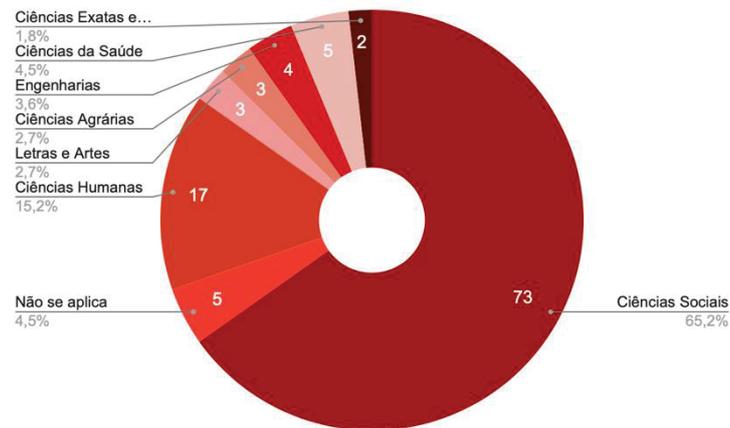


FONTE: A autora, 2024.

A segunda pergunta realizada dizia respeito à área do conhecimento à qual a pessoa estava vinculada. Foram disponibilizadas as seguintes alternativas, tendo em vista a divisão que o Ministério da Educação (MEC) apresenta: ciências humanas, ciências sociais, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências agrárias, engenharias, letras e artes e não se aplica.

A arrasadora maioria das pessoas respondeu estar vinculada às ciências sociais e a isso também se atribuiu o fato de que o questionário acabou chegando mais facilmente para pessoas que cursavam Direito, já que é a área a qual estou vinculada e os grupos principais aos quais tive acesso para distribuição direta ou indiretamente, com a ajuda da minha orientadora e de colegas de curso.

GRÁFICO 2 – ÁREA DO CONHECIMENTO À QUAL ESTÁ VINCULADA

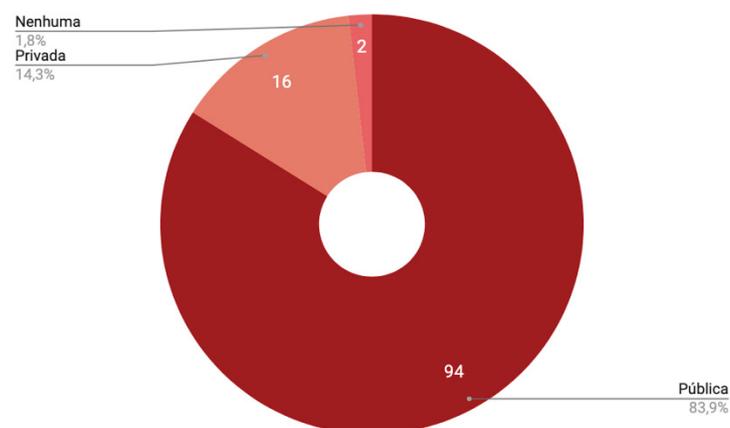


FONTE: A autora, 2024.

Em relação às Instituições às quais as pessoas respondentes estavam vinculadas, percebe-se uma predominância de Instituições Públicas (federais e estaduais), correspondendo a 94 (noventa e quatro) pessoas entrevistadas enquanto as privadas correspondem a apenas 16 (dezesesseis) pessoas entrevistadas e 2 (duas) pessoas afirmaram responderem não estarem vinculadas a nenhuma instituição.

Da mesma forma que os dados anteriores, atribuiu-se esta realidade à (im)possibilidade de distribuição do questionário elaborado, em razão de eu ter mais contato com pessoas que estudam em universidades públicas e isso impede qualquer inferência estatística confiável.

GRÁFICO 3 – INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

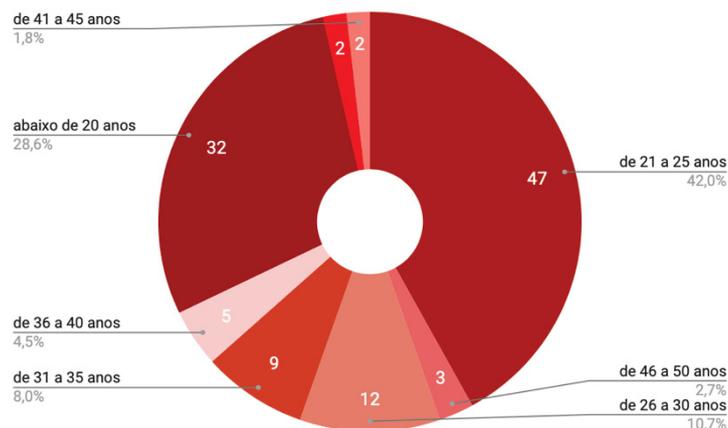


FONTE: A autora, 2024.

Em decorrência da prevalência de pessoas respondentes vinculadas ao grupo de estudantes universitárias, a idade das pessoas participantes ficou concentrada em pessoas mais jovens, conforme o gráfico apresentado abaixo. Esse resultado está em consonância com o perfil do vínculo discente de graduação apresentado pelo Censo da Educação Superior de 2023 (Brasil. INEP, 2024, p. 11) produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao MEC.

Segundo os resultados da pesquisa, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade educação à distância (EAD), o perfil da pessoa ingressante no ensino superior possui como atributo 19 (dezenove) anos de idade, enquanto a idade de conclusão é de 23 (vinte e três) anos no presencial e 24 (vinte e quatro) anos na modalidade EAD.

GRÁFICO 4 – IDADE DAS PESSOAS PARTICIPANTES



FONTE: A autora, 2024.

Em relação às respostas sobre identificação de gênero das pessoas participantes da pesquisa, podemos fazer duas interpretações. A primeira segue a mesma inferência anterior, qual seja a consonância dos resultados com o Censo da Educação Superior (Brasil. INEP, 2024, p. 11), já que a maioria das pessoas respondentes se identificam como mulher/mulher cis/feminino e o perfil do vínculo discente de graduação em ambas as modalidades (presencial e EAD) apresenta como um dos atributos o sexo feminino.

A segunda decorre da pluralidade de respostas encontradas. Optamos por fazer uma pergunta aberta a fim de identificar, também, o que as pessoas entendiam

como gênero, pois apesar de as vezes encarmos como “categoria comum”, não é. E esse “senso comum acadêmico” daquilo que é gênero, que será mais bem abordado no capítulo 3, é uma das estruturas que sustenta o lado oculto do gênero (Lugones, 2020) e invisibiliza uma pluralidade de (re)existências.

Conforme vemos pelos resultados, há uma confusão entre gênero, sexo e sexualidade. A maior parte das pessoas respondeu “feminino” ou “masculino”, o que é a resposta comum de formulários que perguntam sobre sexo, que é correspondente ao sexo biológico de cada indivíduo.

Apenas 9 (nove) pessoas responderam ser mulher cis, 1 (uma) gênero neutro e 3 (três) não-binárias, demonstrando uma interpretação do conceito de gênero para além da lógica biologizada, ou seja, demonstrando o entendimento de que a identificação de gênero está atrelada a uma construção social de signos imposta aos corpos, que nem sempre corresponde ao sexo biológico (Butler, 2003).

1 (uma) pessoa respondeu apenas cisgênero, o que impediu a identificação, já que isso apenas nos diz que a pessoa se identifica com seu sexo biológico, mas não sabemos qual é. E, ainda, 3 (três) pessoas responderam sua sexualidade quando questionadas sobre gênero, 1 (uma) pessoa respondeu heterossexual, 1 (uma) pessoa respondeu lésbica e 1 (uma) respondeu homossexual.

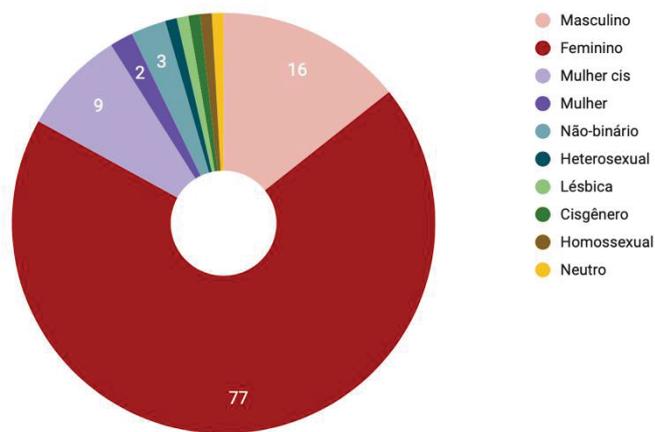
Da mesma forma que todos os outros dados deste questionário, não podemos fazer conclusões estatísticas que nos apresentem tendências sociais de estudantes universitários, mas os resultados servem, ao menos, para nos causar um estranhamento e desconforto. Fala-se tanto de gênero nas pesquisas universitárias, mas será que não estamos apenas fetichizando uma categoria e esvaindo o sentido crítico dela (Segato, 2021, p. 334) tendo em vista essa ausência de um entendimento mínimo daquilo que ela representa para além dos círculos fechados nos quais ela circula?

Da mesma forma, preocupa-me o outro lado da interpretação acima: será que é nosso papel, enquanto pesquisadoras de gênero, “conferir” se todos estão entendendo aquilo que estamos debatendo e quais os reflexos das nossas pesquisas? Não acredito existir uma única resposta correta para essas perguntas, mas reforço que acredito na importância do desconforto que essas respostas obtidas no questionário causaram.

Esse desconforto foi o que me permitiu entender a importância de fazer um esforço conceitual e de alinhamento para o entendimento daquilo que (não) se

entenderá por gênero para os fins dessa pesquisa. Para além disso, esse desconforto foi o ponto inicial para a identificação de algumas ausências importantes, como de pessoas trans por exemplo, e, ainda, a necessidade de olhar para a universidade enquanto um ambiente cisheteronormativo, questões que serão abordadas nos capítulos subsequentes.

GRÁFICO 5 – GÊNERO DAS PESSOAS PARTICIPANTES

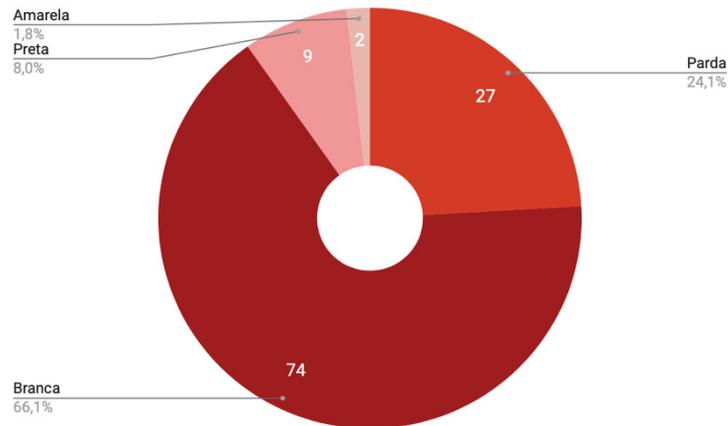


FONTE: A autora, 2024.

Em seguida foi feita uma pergunta para autoidentificação racial das pessoas participantes da pesquisa. Houve uma predominância de participação de pessoas brancas, correspondendo a 74 (setenta e quatro) pessoas, enquanto apenas 24 (vinte e quatro) pessoas afirmaram ser pardas, 9 (nove) pessoas pretas e 2 (duas) amarelas.

As porcentagens obtidas no questionário são bastante próximas à porcentagem apresentada na Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior desenvolvida em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

GRÁFICO 6 – IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS PESSOAS PARTICIPANTES



FONTE: A autora, 2024.

Na 5ª edição da citada pesquisa foi identificado que no ano de 2018 houve uma diminuição do número de pessoas brancas (43,3% do total) e aumento do número de pessoas pretas (12% do total, com a soma de pretos quilombolas e não-quilombolas) e pardas (39,2% do total) graduandas nas Instituições Federais de Ensino Superior em comparação com as pesquisas anteriores de 1996, 2003, 2010 e 2014. Ainda, pessoas amarelas corresponderam a 2,1% do total, indígenas a 0,9% do total (com a soma de indígenas aldeados e não aldeados) e sem declaração formaram 2,5% do total, conforme tabela abaixo.

TABELA 1 – GRADUANDOS(AS) E POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO COR OU RAÇA – 1996 A 2018 (%) - ANDIFES

Cor ou Raça	Pesquisa	1996 <sup>1</sup>	2003 <sup>1</sup>	2010 <sup>1</sup>	2014 <sup>1</sup>	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).  
<sup>1</sup>FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

\* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".

\*\* Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

FONTE: Brasil. ANDIFES, 2019, p. 21.

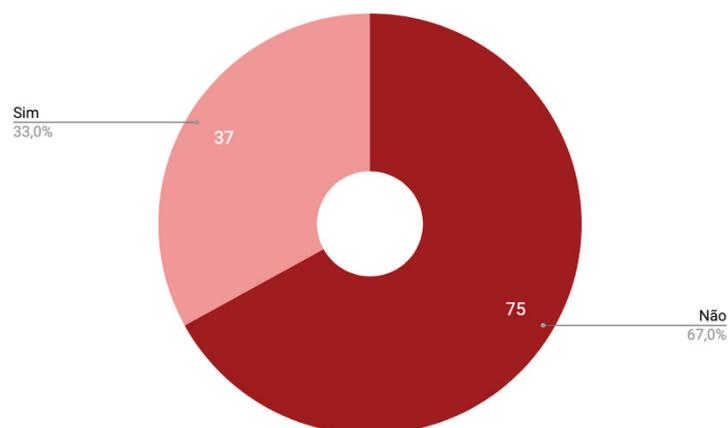
Essas informações reforçam a ideia de que essa pesquisa está em consonância com os dados estatísticos existentes, ao menos em relação ao perfil racial das pessoas estudantes universitárias das Instituições Federais de Ensino Superior. E, acima de tudo, impõem a utilização de uma lente interseccional para análise do ausente, pois escancaram o bloco de violências indissociáveis que recaem sobre alguns corpos (Akotirene, 2019; Borges, 2024).

Existem ao menos dois pontos a serem levantados a partir desses números. Primeiro, a questão da dificuldade de acesso por pessoas racializadas ao ambiente universitário, o que demonstra o racismo estrutural (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 124-127; González, 2019, p. 240) e o pacto da branquitude (Bento, 2022) existentes na nossa sociedade.

Assim, em sendo o ambiente universitário um microcosmo social, o segundo ponto é o racismo institucional (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 119-124; Hooks, 2017) que impera nas universidades e que impõe um branqueamento das pessoas racializadas para sobrevivência nesse ecossistema (Carneiro, 2023), o que também contribui com as ausências que serão analisadas nessa tese. Neste caso a ausência de possibilidade de ser quem se é a fim de evitar um aniquilamento ainda maior.

Em seguida, a fim de encontrar as pessoas a serem entrevistadas, questionou-se quem havia sofrido violência no ambiente universitário, sendo que 37 (trinta e sete pessoas) responderam afirmativamente. O questionário foi encerrado nesta pergunta para as pessoas que responderam de maneira negativa.

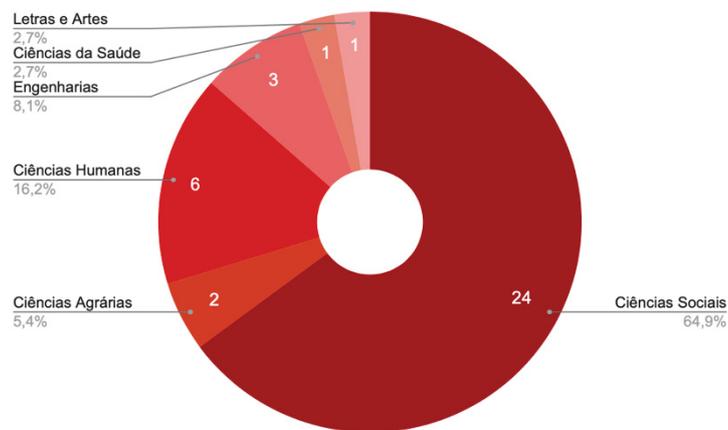
GRÁFICO 7 – PESSOAS QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO



FONTE: A autora, 2024.

Dentre as pessoas que afirmaram ter sofrido violência de gênero, a maioria estava vinculada à área de conhecimento das ciências sociais. Da mesma forma como na análise geral demográfica dos participantes, os dados não são suficientes para gerar uma afirmação de que haveria mais violências nas ciências sociais, ou no curso de Direito, já que essa realidade pode ser uma simples decorrência lógica do alcance delimitado da pesquisa.

GRÁFICO 8 – ÁREA DO CONHECIMENTO À QUAL ESTÃO VINCULADAS AS PESSOAS QUE RESPONDERAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO



FONTE: A autora, 2024.

Em relação ao gênero das pessoas que afirmaram ter sofrido violência no ambiente universitário, observa-se que a maior parte das pessoas respondentes são do sexo feminino, e aqui imagino se tratar de mulheres cisgênero, em razão da “interpretação comum” de que sexo biológico e gênero são a mesma coisa. Levando isso em consideração, apenas 5 (cinco) pessoas das 37 (trinta e sete) não seriam mulheres cis: duas pessoas não-binárias e três homens cis (através da leitura dada aos termos masculino e homossexual).

Essa noção de que masculino, feminino, homossexual, lésbica e mulher podem ser lidos a partir da cisnormatividade é sustentada pelos resultados da pesquisa da ANDIFES (2018, p. 212) que apontou que apenas 0,2% (zero vírgula dois por cento) dos graduandos de Instituições Federais de Ensino Superior do país se declaram pessoas trans.

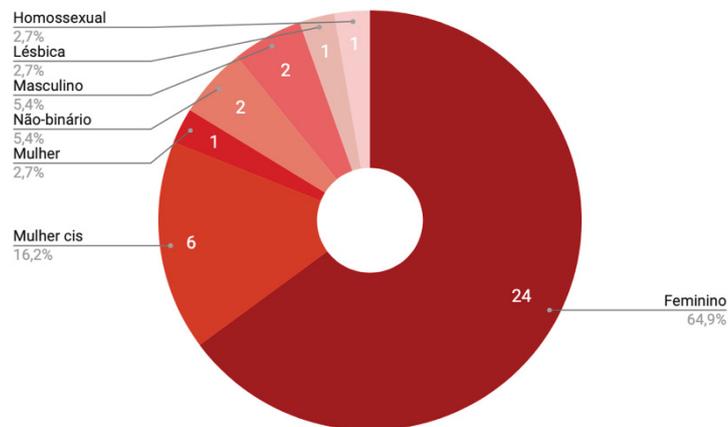
Há uma porcentagem de pessoas que negam a cisgeneridade e não se reconhecem como trans, que somadas chegam a 11,6% (onze vírgula seis por

cento) do total. O que demonstra a cisnormatividade existente no ambiente universitário, ao menos dentre as Federais. O que, por sua vez, nos escancara a ausência do gênero, para além de mulheres e homens cis.

Outra informação que gera dúvidas é dois homens cisgênero (a partir da leitura de masculino) que afirmaram ter sofrido violência de gênero no ambiente universitário. Podemos pensar por duas perspectivas, uma de que essa violência possa ser decorrente da interseccionalidade da violência a partir da sexualidade, já que não houve questionamento sobre a sexualidade dos respondentes.

A outra perspectiva seria a falta de entendimento do que é de fato violência de gênero, já que o grupo dominante, neste caso os homens cisgênero (em especial os brancos), não pode fazer parte do grupo vitimado, já que este tipo de violência pressupõe uma construção de outridade (González, 2019) que a “justifica”. Isso nos direciona, ainda mais, à hipótese de que há uma construção deliberada de ausências, inclusive de definições, pois assim há uma impossibilidade de demanda e responsabilização institucional.

GRÁFICO 9 – GÊNERO DAS PESSOAS QUE AFIRMARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

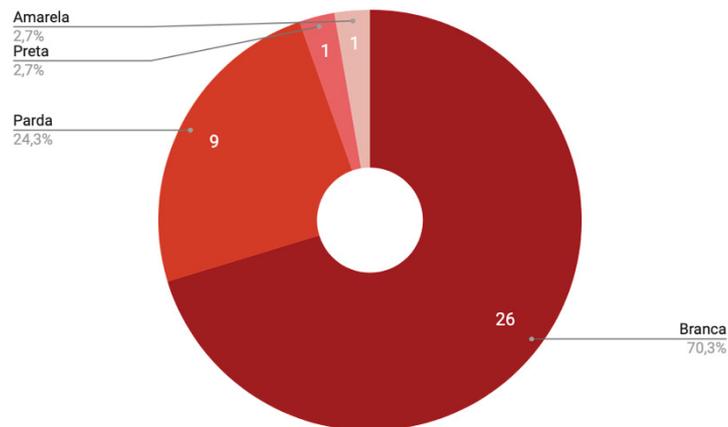


FONTE: A autora, 2024.

Em relação à raça 33,3% das pessoas respondentes que se identificaram como pardas afirmaram ter sofrido violência de gênero no ambiente universitário. 35,13% das pessoas respondentes que se identificaram como brancas afirmaram ter sofrido violência de gênero. 11,1% das pessoas respondentes que se identificaram como pretas afirmaram ter sofrido violência de gênero no ambiente universitário. E 50% das pessoas que se identificaram como amarelas afirmaram ter sofrido violência de gênero.

Uma leitura simples dos dados poderia nos levar a uma falsa inferência de que pessoas brancas estão mais sujeitas a violência de gênero no ambiente universitário quando em comparação com pessoas racializadas, mas a leitura das ausências novamente se impõe aqui. Estes resultados foram pontapé inicial para a questão da indissociabilidade entre gênero e raça para uma leitura menos colonizada da realidade que se apresenta.

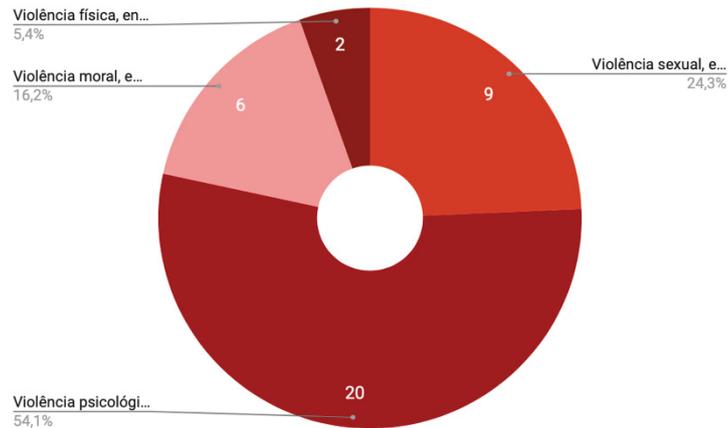
GRÁFICO 10 – IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS PESSOAS QUE AFIRMARAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO



FONTE: A autora, 2024.

Perguntamos, também, sobre os tipos de violência sofridas, apresentando as opções e definições que aparecem na Lei 11.340/2006 (Lei de Violência Doméstica). A única forma de violência que não apareceu nas respostas foi a patrimonial e a violência psicológica foi a mais sofrida pelas pessoas respondentes. Aqui, destaco que os três homens cisgênero (conforme análise anterior) afirmaram ter sofrido violência psicológica.

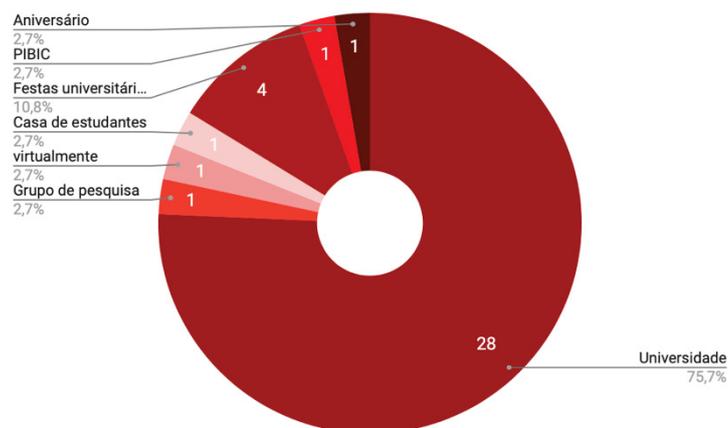
GRÁFICO 11 – TIPOS DE VIOLÊNCIAS SOFRIDAS



FONTE: A autora, 2024.

Em seguida, procurou-se identificar os locais nos quais as violências mais aconteciam, entendendo o ambiente universitário de maneira ampla, englobando os locais de convivência acadêmica. Confesso que imaginei, antes de observar os resultados, que haveria uma prevalência de ocorrências em ambientes “externos” às paredes universitárias, mas a realidade veio me redirecionar o olhar. A maior parte das violências (75,7%) aconteceu dentro das universidades, o que nos indica ainda mais uma construção ativa institucional de silenciamentos, naturalizações e ausências.

GRÁFICO 12 – LOCAL ONDE SOFREU A VIOLÊNCIA

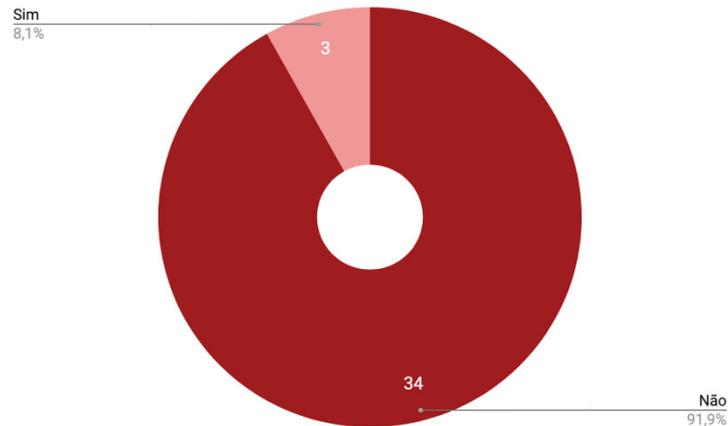


FONTE: A autora, 2024.

Por fim, focamos nas denúncias e respostas institucionais. Das 37 (trinta e sete pessoas) que afirmaram ter sofrido violência de gênero, apenas 3 (três) delas fizeram denúncias formais às instituições de ensino. O que pode nos indicar que a

Instituição sequer é vista como demandável, o que coloca as universidades num local bastante confortável de sequer precisar tentar responder a um problema do qual é, para além de conivente, também causadora.

GRÁFICO 13 – DENÚNCIAS À INSTITUIÇÃO



FONTE: A autora, 2024.

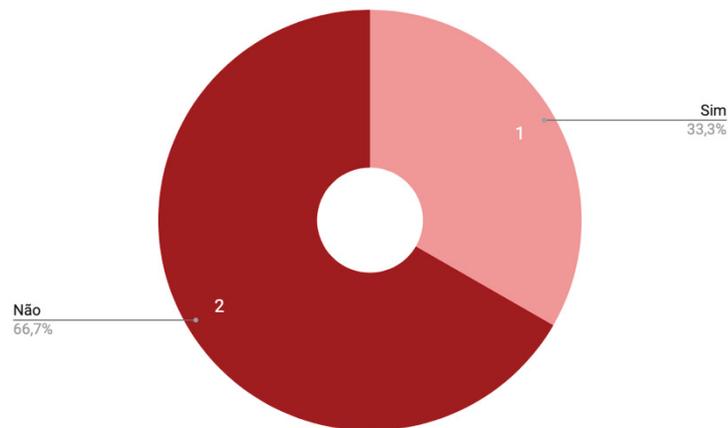
Dessas 3 (três) pessoas, 2 (duas) não consideraram a resposta institucional adequada pelos seguintes motivos: “Porque nada aconteceu com o aluno, não foi responsabilizado e fui tratada (*sic*) por uma psicóloga” e “Porque até então somente uma professora teve acesso ao caso”.

A pessoa que afirmou além de ter sofrido violência sexual, ter sido tratada por uma psicóloga, é uma mulher negra, o que nos indica ainda mais a necessidade de adoção de uma perspectiva interseccional. Já a pessoa que afirmou considerar a resposta institucional adequada o fez nos seguintes termos:

“Foi um caso coletivo de diversas aproximações sexuais constrangedoras feitas por um aluno contra alguns discentes (sendo que uma ele chegou a seguir no caminho para a casa dela). Ele era bastante insistente, mas parou depois que foi determinado pela Comissão de Graduação que ele fizesse acompanhamento social e psiquiátrico, o que tranquilizou as vítimas.”

Acontece que, essa mulher foi uma das entrevistadas e, conforme veremos na análise das entrevistas, a resposta dada não é absolutamente condizente com a realidade encarada por esta mulher no decorrer do enfrentamento dos reflexos da violência sofrida. O que nos fez olhar para a baixíssima expectativa das próprias vítimas em relação à responsabilidade institucional, por quem foi construída e, mais ainda, a quem serve essa ausência.

GRÁFICO 14 – CONSIDERA QUE A RESPOSTA INSTITUCIONAL FOI ADEQUADA?



FONTE: A autora, 2024.

Conforme disse, adicionamos aqui este subtópico pois o questionário foi respondido por pessoas às quais agradeço imensamente a participação. Utilizá-lo apenas como etapa preparatória das entrevistas sem uma análise, mesmo que não estatística, seria desonesto com a perspectiva proposta no desenvolvimento do trabalho.

E, principalmente, encará-lo como um “balão de ensaio” foi essencial para encarar a realidade que está por vir nos próximos capítulos desta tese. Muitos dos desconfortos causados pela leitura dos dados desse questionário fizeram com que ausências começassem a ser identificadas e algumas perguntas fossem feitas. Em razão disso, por encará-lo como uma das partes condutoras da pesquisa, em razão dos questionamentos que gerou, que optamos por apresentá-lo nesta descrição metodológica.

Porém, antes de prosseguirmos para um aprofundamento das questões inicialmente aqui apresentadas, precisamos alinhar conceitos e perspectivas. Para isso, no próximo capítulo falarei sobre a perspectiva descolonial que direcionou a formulação e leitura desse questionário, bem a análise dos dados obtidos e a interpretação das mencionadas ausências.

### 3 PERSPECTIVA DESCOLONIAL E A EPISTEMOLOGIA PARA (DES) CONSTRUÇÃO DESTE TRABALHO

#### 3.1 QUAL O CENTRO DO MUNDO? CONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER

Olhar para o mapa mundial foi uma das coisas que me fez entender o tamanho do impacto da colonialidade. A imagem é simbólica e pode ajudar a entender como a colonialidade opera e está entranhada como algo “natural” (Castro, 2020, p. 149).

A figura abaixo é uma das variações (as principais alterações são em relação às cores) utilizadas para apresentar a geografia mundial: Europa ao centro e ao norte e dando a entender que ocupa um espaço muito maior que o real caso fossem aplicadas as devidas proporções (e, ainda, sem levar em conta que 40% do território europeu é ocupado pela Rússia).

FIGURA 1 – MAPA

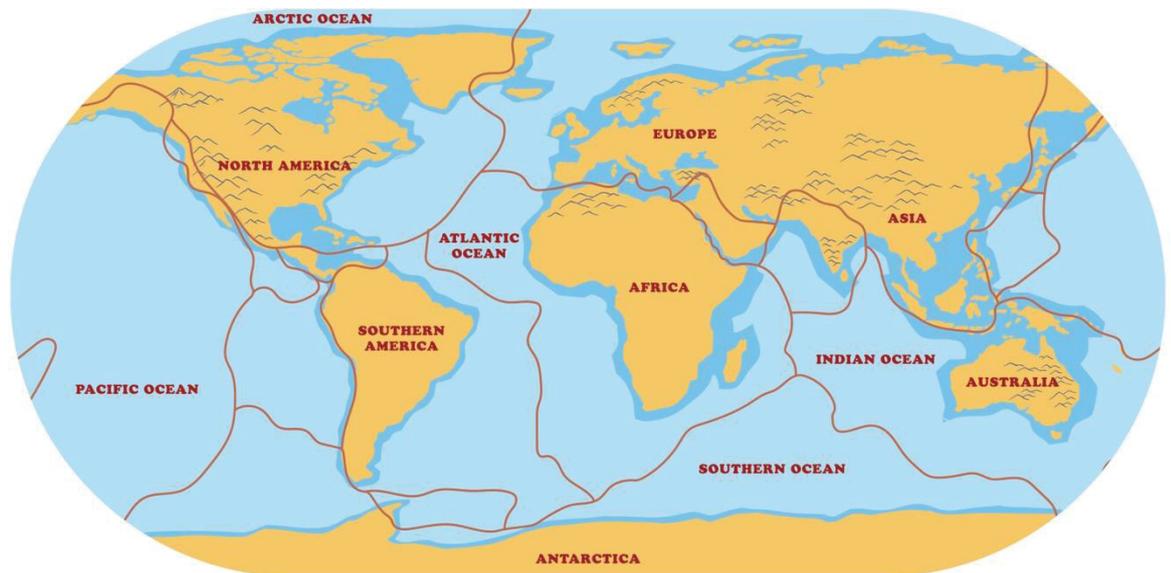


Imagem de brgfx no Freepik

Eu nunca tinha questionado esta imagem, e, até hoje, se tento imaginar o mapa mundial é ela quem se desenha na minha mente como se fosse uma verdade natural, absoluta, correta e indiscutível. Mas a Terra é uma geóide, uma esfera imperfeita próxima de uma elipse, e está posta naquilo que chamamos de universo.

Qual é a parte de cima desse universo? Existe parte de cima para ser usada como referencial para construção de uma imagem na qual alguns estão acima de outros, ou ao centro da figura? Como ensinou Mignolo (2007, p. 15), a divisão da Terra em continentes não foi feita por um ser divino. A representação da Europa como o centro da Terra, menos ainda.

E, conseguir entender isso foi o primeiro passo para o início de uma trajetória sem volta pela descolonialidade. Entender isso é perceber que o mapa mundial exposto na figura anterior foi feito cartograficamente dessa forma a partir de uma perspectiva (Schaefer, 2022). Qual perspectiva? A da Europa colonizadora, que construiu uma história na qual quem dá a direção é o Norte e ela quem ocupou o Norte Global (Porto-Gonçalves e Quental, 2012).

Isso nos permite (ao menos começar) entender os impactos causados por essa visão. Vamos usar como exemplo o Brasil: “sabemos” que nosso país foi descoberto em 22 de abril de 1500. Quando entendi a violência contida na afirmação desta data fiquei chocada, e é algo que demoramos a digerir.

Aceitamos a narrativa de que nosso território precisou ser descoberto para que passasse a existir e ser reconhecido sem sequer questionarmos, pois essa aceitação foi construída de maneira violenta (e ainda houve uma tentativa de apagar esse processo). O ano do descobrimento do Brasil é um “conhecimento comum”, “corriqueiro”. Mas o “ano do descobrimento do Brasil” existe às custas dos milhares de anos antes de existência territorial, civilizacional e social dessa área de terra (Castro, 2020).

Mais ainda, “o ano do descobrimento do Brasil” existe sob um massacre a povos originários que tinham cultura, organização, história, conhecimento etc. Representa, para além de um apagamento de alguns, a construção ativa daquilo que era considerado “selvagem” a partir da perspectiva de quem se colocou no lugar de única capaz de contar a história “verdadeira”: a Europa Colonizadora (Castro, 2020).

Em sala de aula, a professora Clara nos propôs um exercício de imaginação esclarecedor: pensarmos a história de “descoberta” a partir da perspectiva de alguém pertencente aos povos originários. Uma pessoa que vivia nessa terra tropical, banhando-se ao mar, lidando com o calor, interagindo com a natureza rica da qual dispunha e... num belo dia chega um barco cheio de gente branca e com um aspecto pálido, doente (pois as viagens eram uma excelente forma de proliferação

das mais diversas doenças), exausta e com vestimentas, língua e (poucos) hábitos de higiene no mínimo estranhos.

Sob essa perspectiva, quem é o “selvagem”? Isso nos mostra que, de fato, tudo é questão de perspectiva. E a história foi construída sob(re) alguns corpos, sob(re) algumas vivências e sob(re) algumas “verdades”. Significantes foram cunhados a fim de garantir o direcionamento para um determinado povo como o centro do mundo e isso permanece até hoje.

O mundo como hoje o conhecemos (socialmente, cartograficamente, geograficamente) foi construído com a modernidade e não existe “desde sempre” como a colonialidade nos induz a acreditar (Porto-Gonçalves e Quental, 2012).

E esse processo de colonização se ramifica e espraia em muitos aspectos. É isso que ensina Maria Lugones ao dialogar com Quijano sobre a ideia de “colonialidade do poder”, que é o eixo, junto da modernidade, que sustenta o poder capitalista e eurocêntrico que comanda as estruturas sociais até hoje (Lugones, 2020, p. 55).

Esses eixos funcionam como pressupostos que estruturam as próprias relações e que posicionam as individualidades em locais previamente demarcados de opressão/dominação a partir de alguns âmbitos da vida humana: gênero, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, e as questões raciais, dentro desse sistema, aparecem como um “meta-âmbito” em relação aos anteriores (Lugones, 2020, p. 55-62).

E, ao aprofundarmos e adotarmos essa perspectiva para olhar para a produção de conhecimento, percebemos como funciona a colonialidade do saber (Curiel, 2020, p. 128), já que se reconhece, como disse Francis Bacon, que conhecimento é poder, mas com cada uma dessas palavras tendo um significado completamente diferente daquela conotação dada pelo filósofo.

Tive meu primeiro contato com a teoria descolonial durante o doutorado e demorei algum tempo para me render a ela e entendê-la. Hoje entendo que essa resistência se deve ao desconforto que a lente descolonial causa, pois ela exige que repensemos todas as nossas bases, estruturas, história acadêmica e construções prévias.

Por mais que eu já tivesse mais próxima do feminismo interseccional e do feminismo negro, o feminismo descolonial foi “desconfortável”. Tive que rever toda a minha trajetória e perceber as falhas, ausências e fragilidades no caminho que já

tinha trilhado e, pior, tive que lidar com a perspectiva de que os próximos passos também seriam falhos, também teriam ausências e estariam compostos por fragilidades. Aquela falsa ideia de construção neutra e verdadeira de um conhecimento correto e perene estava se despedaçando, logo no doutorado, momento em que eu tinha que construir algo “meu”.

Somos ensinados desde o início da trajetória enquanto pesquisadores que há o jeito certo, no sentido hegemônico e universalizante, de fazer ciência (Oyewùmi, 2020, p. 85), que se seguirmos a “fórmula” aquele conhecimento será válido e, se fizermos tudo dentro das regras, lá no doutorado poderemos começar a “pensar” sozinhos, construindo ideias e teorias.

Essa é a forma eurocentrada de construção de conhecimento, que também opera como um “scanner científico”, o qual foi construído a fim de permitir a perpetuação de uma visão única (Ballestrin, 2013) do que pode ser considerado ciência e conhecimento “válido”.

Esse “scanner acadêmico” exclui da categoria da “ciência” qualquer conhecimento que não advenha da maneira “tradicional” – leia-se eurocentrada – de construção do saber, e isso gera um impacto cruel: a colonização, para além dos nossos corpos e de nossas subjetividades, de nossas mentes (Hira, 2023, p. 124).

E assim nos vendem a ideia de epistemologia, como se fosse única e desconsiderando que ela não é sinônimo de racionalidade técnico-científica que gera um único modelo válido, neutro, objetivo e universal de construção de conhecimento (Curiel, 2020, p. 128).

◊ pesquisador é transformado num sujeito quase mitológico, que se despe de quem é, a fim de construir um conhecimento/teoria universal, válido, neutro e capaz de apresentar respostas adequadas a perguntas que, por vezes, sequer são problemas reais e isso é sinônimo de “avanço científico”.

Na ciência jurídica, isso é vendido com ainda mais força: o jurista é visto como “operador do Direito”, ou seja, o Direito é quase uma entidade que se autoforma e nós pesquisadores somos os dispositivos para o alcance da grande “verdade” (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 75).

E assim se perpetua um binarismo muito cruel com os saberes: o binário conhecimento/ignorância. Tudo aquilo que não é elaborado da forma como o pensamento do Norte Global determina, não entra no conceito de conhecimento e é

taxado como simples ignorância (Passos, 2022, p. 14). Não há meio termo. Não há exceções. Não há espaço para o “diferente”.

Essa lógica binária e colonizada de construção do saber encampa uma série de problemas. Um deles é o afastamento da ética durante a construção do pensamento científico, já que ela faz parte de uma dimensão subjetiva, que não pode estar vinculada à “verdade” do conhecimento (Hira, 2023, p. 124).

Acontece que as questões éticas, morais e subjetivas não somem magicamente durante a pesquisa. Eu não deixo de ser quem sou, não coloco minha vivência de lado ao escrever essa tese, não consigo virar o tal “ser neutro” na hora de interpretar os dados, e não reconhecer isso é que afasta a ética, que deveria ser bússola do processo de pesquisa, pois oculta escolhas subjetivas sob um verniz de cientificidade.

Aliás, a perpetuação dessa suposta cientificidade, traduzida como neutralidade, objetividade, tecnicismo, é o que continua garantindo o sucesso de uma colonialidade que continua atuando a todo vapor na construção dos conhecimentos (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 68). Há um scanner validador que foi colocado lá e não querem que perguntemos de onde ele surgiu e quem/quais tipos de conhecimento ele privilegia.

Walter Mignolo (2017, p. 1-18), ao abordar impactos decorrentes da colonialidade e da revolução tecnológica à educação e formação, afirma que o “pensamento tecnológico” faz com que um novo tipo de sujeito “empacotador de conhecimento” surja. Um sujeito que escolhe o conhecimento a partir de um “menu” tecnológico pré-definido. E a “neutralidade científica” estimula ainda mais esse tipo de sujeito, já que apresenta um “menu metodológico” que justifica de maneira despersonalizada os recortes e escolhas feitas.

Outro problema grave trazido pela colonialidade do saber é o afastamento da realidade, que tem duas consequências nefastas:

- 1) resultar em pesquisas, saberes e conhecimentos, muitas vezes distantes daquilo que é concreto, que acontece no dia a dia e sem a possibilidade de gerar efeitos contundentes na sociedade que nos cerca e sem sequer procurar entender as necessidades complexas que advém do campus social no qual interagimos. No direito, chamamos isso de raciocínio jurídico (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 31).

2) Ou, pior, aqueles conhecimentos que são produzidos com toda a preocupação com a realidade social, em gerar efeitos, explicar desigualdades, construir possibilidades de novos horizontes, mas que, por se ocuparem tanto com a “forma certa” de serem apresentados, tornam-se despolitizados e ininteligíveis para a arrasadora maioria da população e ficam restritos a um círculo muito delimitado e privilegiado de pessoas, fazendo com que seu alcance perca tração (Hooks, 2019, p. 45).

Por fim, dentre muitos outros problemas graves decorrentes da epistemologia colonizada e colonizante e de seguirmos cegamente o que ela nos impõe como “certo”, está o fato de que, enquanto pesquisadores do Sul Global, estaremos sempre na “antessala da pesquisa” (Borges, 2024), sem termos os créditos adequados às nossas construções científicas, ou suas importâncias validadas e reconhecidas da mesma forma que pesquisadores do Norte Global têm (Segato, 2021, p. 327). E, ainda assim, seguimos os métodos propostos e criados por eles e para eles.

Veja, isso não quer dizer que a epistemologia e metodologia desenvolvidas pelo Norte Global são inúteis ou erradas, pelo contrário, a epistemologia descolonial reconhece a importância, a utilidade e o papel que a metodologia e epistemologia eurocêntricas desempenham e desempenharam, já que a ciência foi e é produzida até hoje dessa maneira.

Mas, a adoção dessa forma engessada de construção de conhecimento de maneira acrítica, como se só existisse uma maneira de produção de conhecimento certa e válida, reforçando o binômio conhecimento/ignorância, é temerária, ainda mais para pesquisadores do Sul Global.

Em resumo, o que a epistemologia descolonial propõe é que temos que pensar e construir conhecimento por e para nós, tendo em vista a nossa realidade, as nossas potências, as nossas fragilidades, que são muito diferentes daquilo que o Norte Global enfrenta, e rompendo com a proposta universalizante que a colonialidade nos impõe (Mignolo, 2017).

A epistemologia do Norte Global, lida com as lentes da descolonização do saber, tem cara, tem cor (Bento, 2022, p. 28-29), tem gênero (Passos, 2022), tem sexualidade etc. definidos e importarmos isso acriticamente para a nossa realidade faz com que desconsideremos as nossas caras, nossas cores, nossos gêneros etc.

Dois exemplos clássicos no mundo jurídico: o “homem médio” e o “sujeito de direitos”, duas abstrações que se pretendem universais e tal “universalidade” estica um véu sobre desigualdades estruturais. Sejam honestos, uma travesti negra está longe de ser a “personificação” de um sujeito de direitos. O sujeito de direitos continua sendo imaginado enquanto um homem branco, cisgênero, heterossexual, burguês, cristão (Moreira, Almeida e Corbo, 2022, p. 275-276) e neurotípico e o que o direito estuda/pesquisa, a fim de entender e construir soluções e políticas, são as demandas desse sujeito.

Diante disso, a epistemologia feminista descolonial surgiu como uma alternativa muito própria para (re)pensar a forma de fazer pesquisa e de encarar os mais diversos conhecimentos. A proposta não é “jogar fora” tudo o que foi feito até aqui em termos de epistemologia e metodologia, mas sim tensionar o que está dado a fim de verificar a viabilidade do uso para desenvolvimento de pesquisas dentro de cada realidade e, mais, reconhecer que não existe apenas uma maneira válida de produzir conhecimento (Miñoso, 2019, p. 273-293; Messeder, 2020; Miñoso, 2020; Curiel, 2020; Lazreg, 2020; Carvajal, 2020; Costa, 2020).

Conhecimento e ciência podem ser produzidos de formas que rompam com a lógica neutra e universal e ainda assim serem verificáveis e válidos. Sandra Harding (2019, p. 143-162) no texto “Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo” enfrenta justamente o debate sobre as controvérsias existentes quando da análise do papel da objetividade na construção de uma ciência válida e propõe uma harmonia das construções científicas a partir de múltiplas perspectivas e múltiplos métodos a partir, justamente, das singularidades.

Citei antes a ideia de “antessala da pesquisa”, que surgiu durante uma fala da professora Clara (Borges, 2024) numa de suas aulas na pós-graduação e tem a ver com o fato de que, enquanto não pertencentes ao Norte, não somos chamados ao centro dos debates, não temos as contribuições reconhecidas e nunca estamos verdadeiramente na sala, sempre ficamos na antessala, de fora, torcendo para que nos deixem entrar.

A proposta da epistemologia descolonial é justamente rompermos com essa necessidade de ingresso. Reconhecemos a casa, a importância dela e como ela ainda pode ser uma referência, mas apenas uma referência e não um scanner validador do conhecimento. Até porque vivemos na fratura da colonialidade, jamais conseguiremos retornar ao antes da colonização (Borges, 2024). Precisamos

entender que construção de conhecimento existe há muito tempo, mesmo antes de cogitarmos conceituar epistemologia.

Me ajuda a entender, pensar que os âmbitos citados por Lugones (gênero, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade e questões raciais) funcionam como um grande scanner corporal de um aeroporto no qual os resultados te considerarão humano ou não, para primeiro determinar se você é capaz de adentrar ao aeroporto e, caso a desumanização não aconteça, te darão acesso a determinados locais/voos, independentemente de compra da passagem.

O primeiro escaneamento feito diz respeito à raça e dependendo do resultado você sequer passa para algumas das próximas fases, já que a animalização pode ser imposta para alguns corpos. As outras quatro questões são escaneadas posteriormente, a depender da resposta anterior.

E cada resultado individual vai determinar se você poderá acessar salas vip ou lanchonetes que têm comida ruim e preços exorbitantes, voos curtos ou internacionais, primeira classe ou econômica, se você será passageiro ou trabalhador do aeroporto, e, em sendo trabalhador, qual tipo de trabalho você irá desempenhar. Ou, ainda, se você poderá entrar no aeroporto ou ficará em volta dele imaginando como é poder ver os aviões decolando.

Uso o verbo determinar, pois a lógica é, de fato, determinista. Isso não quer dizer que há uma estratificação social, na qual uma atendente do balcão do aeroporto nunca poderá se tornar piloto. Mas, mesmo que se torne, há uma marca social feita nela de que ela “nasceu para ser” atendente. E, pior, ela nunca sequer sonhará que também é dona do aeroporto.

Mais ainda, há uma desumanização de alguns corpos que sequer são vistos como passíveis de ingresso no aeroporto. Alguns só conseguem entrar na companhia daqueles que são considerados humanos, dentro das gaiolas adequadas, outros são “animais selvagens” e nunca entrarão.

Assim se estrutura a sociedade. Inscrevem em nossos corpos, a partir desses âmbitos, os acessos, as (im)possibilidades e os locais (im)possíveis e essa marca é indissociável. E quem constrói esse “scanner social” é a colonialidade somada à modernidade, com o objetivo de manter alguns na posição de donos do aeroporto (sociedade enquanto lócus comunitário) e escondendo a realidade: o aeroporto é um ambiente coletivo pertencente a todos e o scanner não estava lá na

entrada desde sempre: ele foi construído, programado e instalado por alguns, que definiram como seria o seu funcionamento de maneira a lhes manter privilégios.

Precisamos encontrar, valorizar, estimular, fazer crescer a potência contida nesta antessala (Borges, 2024), nas bordas, nas fronteiras (Anzaldúa, 2005), nas monstruosidades (Preciado, 2023), no endiabrado (Silva, 2022). Isso, justamente, é o que sustenta e é sustentado pelo giro descolonial, conforme será abordado no próximo tópico.

### 3.2 GIRO DESCOLONIAL: DESCONSTRUINDO O CENTRO A PARTIR DE UMA MUDANÇA DE PERSPECTIVA

A proposta do giro descolonial é teoricamente bastante simples. A expressão aparece pela primeira vez num texto de Nelson Maldonado Torres e “basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013).

Apesar de explicado em praticamente duas linhas, o giro descolonial é algo extremamente complexo de ser feito e que é impossível de se fazer sozinho (Lugones, 2019, p. 372), já que resistir à colonialidade é resistir a si mesmo, reconhecendo que somos parte do problema já que é a colonialidade que nos forma e estabelece os parâmetros de nossa construção e reconhecimento de ser, não-ser, ser-ausente, monstruosidade ou qualquer outra categoria que o próprio sistema moderno colonial nos induza a construir para manter a dominação.

Dar o giro e adotar a perspectiva descolonial demanda um esforço ativo, pois um mundo inteiro se descortina e é desconfortável enxergá-lo. Lembro de um episódio da série *Black Mirror* (temporada 3, episódio 5) intitulado *Engenharia Reversa* (trarei muito *spoiler* a partir daqui, mas sugiro que mesmo assim você assista!). Lá somos apresentados a um soldado que faz parte de um exército que luta contra as “baratas”, que é um grupo de humanóides que têm uma doença genética que está se espalhando rapidamente. Este grupo precisa ser exterminado para evitar o fim da humanidade.

Os soldados usam um chip implantado em suas cabeças para facilitar a comunicação e outras tarefas durante o combate, que precisa ser certo. Numa das missões, o soldado que o episódio nos permite acompanhar é atacado por uma das baratas com um equipamento que irradia uma luz. Depois disso, seu chip

começa a dar defeito, fazendo com que ele não consiga mais se comunicar e fique assustado e com medo de ser infectado por aquelas monstruosidades.

O soldado então começa a perceber que, talvez, as baratas não sejam exatamente aquilo, até que consegue entender a fala delas, suas fisionomias deixam de ser monstruosas e passam a ser de seres humanos comuns. O personagem principal, este soldado, atua de forma envolvente e nos faz sentir junto dele a angústia de perceber que estava matando pessoas inocentes, que nada tinham de doença genética contagiosa.

O episódio foi lido por especialistas como uma crítica às políticas de guerra especialmente dos Estados Unidos da América contra o Iraque, demonstrando uma lógica de desumanização de outré para tornar mais palatável o extermínio por parte dos soldados que lá precisavam guerrear, já que a humanidade constante no outré, mesmo que ele seja diferente de nós, provoca, de algum modo, um reconhecimento da nossa própria humanidade/monstruosidade (Butler, 2015; Sontag, 2003; Preciado, 2023).

A perspectiva descolonial faz as vezes do equipamento que irradia a luz no chip que a colonialidade/modernidade nos instala. E o descortinamento nos faz ter que lidar com o desconforto: somos os soldados, atacamos muitas pessoas acreditando serem “baratas”, somos parte de todo o problema e agora sabemos que estávamos usando lentes deturpadas, que nos induziam um entendimento desumanizador.

Daí o desconforto. É mais simples continuar vivendo dentro do sistema. É mais fácil seguir sonhando com o crescimento na carreira: passar de soldado a cabo, a sargento e assim por diante até comandar o exército (aqui mora o perigo do feminismo branco, o que gera muitas críticas). Mas a danificação do chip feita pelo entendimento da perspectiva descolonial impede uma reprogramação e obriga a perceber que, na maior parte das vezes, você sequer desejaria fazer parte daquele exército sanguinário.

O problema é que não podemos sair desse “exército social” (por mais que eu flerte muito com a ideia nos momentos de crise). Precisamos seguir, mas agora sem o conforto de acreditar que somos os-heróis. Precisamos nos reconhecer enquanto parte do problema (Borges, 2024) e nos posicionar na fratura dele (Lugones, 2019), ocupando o local de forma resistente, comprometendo-nos a danificar o chip de cada vez mais soldados e tentando não recair em velhos hábitos de ataque.

É uma tarefa árdua. Difícil. Diária. Seguir estudando. Conhecendo. Descortinando a realidade. Tudo isso na coletividade. Escutando. Reconhecendo a insuficiência dos espaços e procurando as perguntas certas e que deveriam ser feitas nos locais capazes de enxergá-las. Imbricar-se, analisar-se, contribuir (Diniz e Gebara, 2022). Tudo dentro do possível, mas a possibilidade lida como potência aristotélica, no sentido de ir ao ato, movimentar-se (Aristóteles, 2006; Aristóteles, 2021).

Para tanto, especialmente quando da construção de um trabalho acadêmico, a perspectiva descolonial precisa ser usada a fim de tensionar (Lugones, 2019) a própria epistemologia, através de um giro epistemológico descolonial.

Pois bem, sob um aspecto inicial, a epistemologia descolonial propõe um rompimento com a ideia de neutralidade, pois é impossível se despir de si para fazer ciência. A subjetividade não deixa de existir, não deixo de ser quem sou, de ter crenças, valores, privilégios, fragilidades, e uma história que impacta nas escolhas metodológicas que faço. E há dois caminhos:

1) apresentar as escolhas metodológicas sem adentrar nessa questão e acreditar que todas são feitas de maneira exclusivamente racional e “científica”, ou 2) assumir que há questões outras que impactam nos caminhos pelos quais escolho caminhar, em razão da minha “subjetividade corpórea”, e que podem gerar reflexos nos resultados da minha pesquisa (Messeder, 2020, p. 168).

Rita Segato, ao apresentar a proposta de antropologia por demanda, divide a construção da pesquisa social em dois momentos: um primeiro no qual é eleita a perspectiva teórica por quem realizará a pesquisa, com as definições dos pontos que serão destacados e um segundo no qual são observados os objetos e analisados os dados. Segundo Rita, o segundo momento pode ser construído com certa neutralidade, mas o primeiro, que delimita o campo e o recorte, é decorrente de escolhas teórico-políticas de cada pesquisador e evidenciar isso é condição indispensável da própria cientificidade (Segato, 2021, P. 18-19).

Por isso o esforço de explicar os motivos das escolhas que fiz da forma mais completa que consegui para que, num processo de verificação da pesquisa, seja possível entender a completude e, principalmente, sejam identificadas minhas fragilidades enquanto pesquisadora que eventualmente possam comprometer os resultados, e, assim, construirmos uma ciência mais “honestas”.

É um processo de reconhecer que usei as lentes colonizadas por tanto tempo que poderei incorrer nos mesmos erros de sempre. Para dirimir as chances desses erros, a melhor maneira é expor o caminho para que outres, que têm visões e vivências diferentes das minhas, possam contribuir formando uma leitura cada vez mais acertada da realidade.

Noutro ponto, a epistemologia descolonial, propõe um olhar diferenciado para os mais variados saberes. Ativistas podem produzir conhecimento e ciência, militantes podem produzir conhecimento e ciência, benzedeadas podem produzir conhecimento e ciência, pesquisadores também podem produzir conhecimento e ciência.

Aliás, são esses espaços às margens do que é considerado científico que mais se debruçam sob(re) a realidade a fim de modificá-la, pois a sentem na pele (Segato, 2021, p. 344-345; Bento, 2022). Olhar para esses saberes reconhecendo-os como tal é condição de resistência, já que a coletividade, o compartilhamento e o outro, são as únicas maneiras de resistência à colonialidade possíveis (Lugones, 2019, p. 372).

Mas é claro que essas construções não serão todas feitas da mesma forma e seguindo as mesmas “regras” colonizantes de uma epistemologia excludente. Cada fronteira (Anzaldúa, 2005), cada margem (Segato, 2021) encontrará seu próprio caminho de resistência, de explicação de si e de apresentação de seus conhecimentos, ou seja, das suas pedagogias, a partir da consciência do processo de categorização e inferiorização ao qual foram submetidos (Passos, 2022, p. 48).

Uma proposta de epistemologia descolonial tem a ver muito mais com o reconhecimento de que temos mais perguntas do que respostas quando estamos realizando pesquisas, e isso é difícil. Assumir que não sabemos e que nossa pesquisa não dará conta de “resolver”, ou as vezes sequer dará conta de identificar todo o problema é desgastante e assustador, pois aprendemos que a pesquisa deve validar ou contrariar as hipóteses que elaboramos para o problema e aí teríamos uma “conclusão”.

Mas, depois de mergulhar nas teorias epistemológicas descoloniais, especialmente depois de ler sobre a genealogia da experiência proposta por Yuderky Espinosa Miñoso (2020, p. 102), acredito que pesquisar é ser capaz de criar boas perguntas e entender que elas não darão conta de responder nada, mas podem dar conta de criar um desconforto suficiente para que mais pessoas (diversas

e plurais) pensem sobre o mesmo tema a partir de suas perspectivas e novas hipóteses surjam até que uma delas, ou uma junção de várias delas, consiga trazer soluções interessantes para o problema inicial (ou algum derivado, já que os problemas também mudam com o tempo).

E, mais, é fazer tudo isso de um sabido lugar de insuficiência e com todo o cuidado para não passarmos com o “trator acadêmico dos saberes” por cima de identidades, lutas, realidades e conhecimentos já consolidados, o que não é tarefa fácil, já que fomos forjados nesta academia colonizada e colonizante.

A Coletiva Chama, em apresentação elaborada para o livro *Crítica da razão pós-colonial* de Gayatri Spivak (2022, p. 17-18), apresentou uma série de questões as quais (ao menos deveriam) assolar a mente de pesquisadores descoloniais durante o processo de pesquisa (e confesso que o meu sono elas conseguiram tirar por um bom tempo):

Como reconhecer que o lugar que nos confere estrutura dentro de um contexto histórico de desigualdades também marca nosso lugar discursivo dentro e fora da universidade – e o que podemos fazer com isso? Como nos dar conta dos mecanismos que nos atam a histórias coloniais de violência racial e como agir, uma vez que estamos nelas implicadas? Como sabotar os cânones intelectuais e acadêmicos que nos forjaram como parte integrante dessa história colonial? O que fazer quando percebemos que nós mesmas reproduzimos na vida acadêmica os critérios epistêmicos coloniais estabelecidos pelos cânones, que estruturam avaliações e solicitações de bolsas de pesquisa e produtividade e que são eles mesmos engendrados pela história da violência colonial? Como podemos reconhecer e agir sobre as forclusões que produzimos como pessoas das palavras e das letras? Quantas vezes forcluímos em sala de aula ao repetirmos teorias sem desconstruir e revelar as forclusões que contêm? Se, segundo Spivak, a mulher que publica já não é mais subalterna, mas sim a *informante não-exatamente-não-nativa* (cf. p. 148, *infra*), que acessou o conhecimento e os espaços acadêmicos, como se implicar e sentipensar a partir deste lugar? Como evitar transformar as ditas políticas de identidade em *branding* da dinâmica de apropriação capitalista, que continua subjugando mulheres racializadas, mantendo-as em seus lugares subalternizados de trabalho, enquanto seguimos usando *nossas roupas de algodão e fazendo partos naturais*? Como faremos para não transformar as lutas sociais das mulheres empobrecidas de todo o mundo em *posts* no mercado das imagens visuais da vida intelectual contemporânea que circulam nas plataformas de redes sociais dos monopólios mundiais sustentadas pelo trabalho semiescravidado das mulheres subalternas? E como fazer essa crítica sem deixar margem à apropriação por aqueles e aquelas que simplesmente querem deixar as coisas como estão? Quantas vezes o próprio ato de abrir espaço para a fala não se transforma, em si mesmo, em espaço que cala e que blinda qualquer possibilidade de crítica? Sabemos de fato ouvir, apesar da voz oscilante, da gagueira, do outro tempo e termo de linguagem, sem sobrepor a correção e a limpidez do discurso esclarecido que corre nas veias das pessoas da metrópole acelerada? Como perceber quando o desejo nos trai na fetichização subalterna? Que fazer quando a sororidade vira instrumento de opressão e exclusão nas mãos de feministas esclarecidas (sejam elas professoras ou as jovens filhas das mulheres subalternas forcluídas)? Como reconhecer o narcisismo operante na

suposta independência da mulher, essa “celebração da Mulher” que, segundo Spivak, é “evidência do sucesso continuado do projeto imperialista, deslocado e dispersado para formas mais modernas” (p. 149, *infra*) – e o que podemos fazer com isso? Seguiremos invocando a categoria “mulheres” sem registrar o enquadramento cis-heterossexual em que nos encarcera, assim como todas as forclusões que esse termo produz?

Trago as perguntas na íntegra, pois elas apresentam de maneira sistematizada muitos desconfortos que precisamos enfrentar ao encarar a descolonialidade como estrutura epistemológica. E o meu processo de pesquisa foi marcado pela minha própria dualidade de propor uma tese descolonial e diferente do “padrão”, mas com medo de romper com toda a base que construí até aqui.

Até que entendi, com base em todas as leituras, debates e conversas decorrentes dos estudos sobre feminismos descoloniais, que não há rompimento, mas tensionamento (Lugones, 2019, p. 371) e isso me fez perceber que tudo o que aprendi, estudei e pesquisei será útil também nesta etapa, mas que precisaria fazer ajustes e olhar com novas lentes para o que aprendi a fim de reorganizar as propostas de uma forma que faça sentido para aquilo que procuro e proponho.

Uma proposta de pesquisa descolonial tem a ver com o reconhecimento de que os saberes são plurais e construídos de maneira plural e que, diferente daquilo que a epistemologia eurocêntrica nos leva a crer, não existem pesquisas ou pesquisadores mais autorizados que sejam determinados a partir de uma medição “padrão” (Messeder, 2020, p. 160)

O “scanner científico” não existe, ele foi criado. A ciência deve ser verificável e muitos saberes produzidos bem longe da academia possuem essa característica, e qual o motivo para não serem considerados ciência?

Foi essa proposta epistemológica descolonial que me permitiu olhar para o conhecimento de maneira diferente e me fez rever minha história. Não estou falando apenas de trajetória acadêmica, mas de vida. Admirei muitas feministas teóricas durante meu trajeto na universidade, comecei me apaixonando pela Judith Butler e pela Carole Pateman, depois fui para Djamilla Ribeiro e Marcia Tiburi, passei por Sueli Carneiro e Cida Bento e muitas outras, que ainda admiro e respeito, mas foi a epistemologia descolonial que me fez perceber que a minha arrogância acadêmica me impediu de entender que só me tornei a feminista que sou em razão das mulheres que me cercavam desde a infância e a mesma arrogância contribuiu com os epistemicídios que cometi (Vergès, 2020, p. 38-39).

Foram as histórias sobre bruxas, benzedeadas e mulheres fortes e dissidentes que me fizeram começar a questionar as estruturas sociais e que me deram base para partir para a teoria. Perceba, não estou minimizando a importância da teoria, mas antes eu minimizava a importância das histórias que ouvi sobre as vivências plurais que me cercavam, desconsiderando a relevância de alguns saberes que podem ser considerados fronteiriços (Anzaldúa, 2005), já que rompem com a lógica androcêntrica, colonizante, branca e europeia de construção de conhecimento.

Foi esse giro descolonial que me permitiu olhar para a epistemologia e para a metodologia de uma forma mais construtivista e, mais ainda, foi o que me demonstrou a necessidade de perceber os saberes marginais que permitiram também que essa pesquisa existisse.

Além disso, foi a perspectiva descolonial que me trouxe a necessidade de encarar a pesquisa como um espaço de resistência a partir dos meus privilégios. Faço parte do problema e a única forma de resistir a ele é me responsabilizando e o encarando (Borges, 2024).

Ainda mais quando a proposta é pesquisar o próprio espaço das ciências por direito: as Universidades. Um suposto direito construído pela colonialidade/modernidade a partir da exclusão de corpos, (r)existências, vivências, saberes, mas é um direito tratado como “natural”.

Isso tudo impacta na forma de olhar para os dados e ausências que serão apresentados nos próximos capítulos, e por isso a importância da perspectiva descolonial para construção da tese. É essa perspectiva que me permitiu “brigar” com as categorizações e entender a necessidade de ocupar o espaço da fratura (Lugones, 2019), conforme descreverei a seguir.

### 3.3 REFERENTES AUSENTES DA COLÔNIA: CATEGORIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE PODER

Carol Adams é uma pesquisadora e ativista da causa animal, que fez uma vinculação entre teorias propostas dentro da defesa dos animais com questões de gênero e raça. Na sua obra “A política sexual da carne” ela realiza uma ampliação da ideia de referente ausente apresentada por Margaret Homans.

O referente ausente é a nomenclatura criada para evitar que algo seja visto como tendo sido um ser. No caso, a “carne” é o referente ausente de todos os animais, seres vivos, que precisaram morrer para que nos alimentássemos, mas não queremos lidar com o desconforto de lembrar que aquilo que está no nosso prato era um ser vivo, por isso é mais confortável chamar de “carne” (Adams, 2012, p. 12).

A ampliação do conceito proposta por Carol Adams está no entendimento de que a aplicação da ideia de referente ausente pode ser feita a outras nomenclaturas construídas, como “mulher”, “raça”, “gênero” ou “homossexual”, por exemplo. E que isso serve a um grupo determinado (o homem branco, cis, hétero, burguês) que se regozija com o sofrimento de determinados corpos de seres racionais ou não.

Quando universalizamos, ou construímos categorias, o processo é cercado de ausências, pois a tendência é que desconsideremos as individualidades existentes enquanto significantes daqueles termos e isso impede o descobrimento de conexões entre grupos oprimidos (Adams, 2012, p. 48), pois o reconhecimento é pressuposto da aproximação (Butler, 2015, p. 34-56; Butler, 2016, p. 19-29).

E assim a colonialidade se mantém, pois é com a construção ativa da ausência de determinados corpos que as dominações e relações de poder se perpetuam com o tempo. Quando constrói referentes ausentes, a colonialidade, novamente, “naturaliza” e mascara a “não-existência” sob o véu de uma categoria o que faz com que, por vezes, os próprios grupos vulnerabilizados se tornem reprodutores do mecanismo, vide o feminismo branco liberal (Hooks, 2019).

Da mesma forma que a “carne” esconde o animal que precisou morrer, a “mulher” esconde as individualidades existentes (especialmente as mulheres negras) de mulheres plurais que (r)existem, o gênero esconde a performatividade (Butler, 2003) e todos aqueles que rompem com o padrão binário e (r)existem (Preciado, 2023), a “raça” esconde o racismo a (im)possibilidade de ser de alguns que (r)existem (novamente, em especial as mulheres negras) (Carneiro, 2023; Bento, 2022; Carneiro, 2019; González, 2020) e a “violência” esconde as estruturas de poder construídas e o aniquilamento seletivo outorgado pela colonialidade.

É um esforço ativo de cada pesquisador (com ajuda de muita gente, como foi meu caso) perceber que as armadilhas da pesquisa, construídas pela epistemologia colonial, nos conduzem para essa naturalização do ausente. Mas é difícil perceber aquilo que possui relevância justamente por “não-estar” (e aqui,

novamente faço um *mea culpa* em relação ao caminho inicial dessa tese, em razão da minha dificuldade imensa de olhar para a falta).

Veja, olhar para as ausências é olhar para a “carne” e precisar enxergar que um ser teve sua existência interrompida e sofreu para que eu pudesse estar ali me alimentando de sua morte. Há alternativas? Há! O vegetarianismo e o veganismo são movimentos que se ocupam com demonstrar que seres não precisam morrer para que tenhamos uma alimentação saudável, balanceada e saborosa. Ou seja, entender a ausência na carne é reconhecer que somos parte do problema quando continuamos comendo (e as vezes não conseguimos parar de comer) e isso dói (Borges, 2024).

Da mesma forma, olhar para as ausências é olhar para “mulher”, “gênero”, “raça” e “violências” (para o objetivo dessa tese, por exemplo) e perceber que este próprio trabalho se constrói sob(re) o “não-estar” de uma pluralidade de pessoas, já que ocupo esse espaço em razão de uma série de privilégios. É perceber que as categorias são os referentes ausentes para esconder a humanidade intrínseca em todos os corpos.

Isso tudo não quer dizer que acredito na existência de uma hierarquia de opressões. Pelo contrário, não pensaremos as ausências, que serão apontadas na sequência, a partir de uma valoração de sofrimentos. Isso quer dizer, como bradou Audre Lorde (2019), que não podemos nos dar ao luxo de ser coniventes com a colonialidade, pois ela nos seduz com o brilho da pirita, mas o ouro continua guardado por e para os mesmos.

Eu enquanto mulher branca, cis, bissexual e neurodivergente tenho acessos, desde que mantenha minha passabilidade (Kilomba, 2019) em dia e isto pode ser sedutor: ocupar bons cargos, ser (ao menos aparentemente) respeitada, poder falar e ser (ao menos aparentemente) escutada etc. Mas, esquecer que o direito de estar livre da intolerância, mais ainda, esquecer que o direito à existência não é exclusivo do meu grupo vulnerabilizado, não pode ser uma opção (Lorde, 2019).

Por isso tudo a necessidade de entender as categorias como uma das formas que a colonialidade encontrou para nos manter coniventes com seu projeto, construindo referentes ausentes, excluindo corpos através da construção de meta-significados e de ocultações (Lugones, 2020). Por vezes nos ocupamos tanto com a descrição/construção/ampliação das categorias que esquecemos da problematização que as precede (Lugones, 2020).

A subjetificação de colonizado (Lugones, 2019, p. 363 e 364) é um processo que se renova e precisamos persistir enquanto teóricas da resistência pois é ela quem nos mantém agentes e nos permite a (re)construção de uma subjetividade para além daquela (invisivelmente) imposta pela colonialidade (Lugones, 2019, p. 362) e esse processo, segundo Lugones (2020, p. 79) passa por:

(...) entender a organização do aspecto social para conseguirmos tornar visível nossa colaboração com uma violência de gênero sistematicamente racializada, e assim chegarmos a um inescapável reconhecimento dessa colaboração em nossos mapas da realidade.

Lugones (2020, p. 73) aponta as categorias, especificamente “raça” e “gênero”, como “ficções poderosas” construídas pela colonialidade. Entendo a ideia proposta por Lugones no mesmo sentido que entendo a proposta dos referentes ausentes: como algo que foi construído para manutenção de poder.

Optei por trabalhar com referentes ausentes justamente pelo sentido das palavras. A ficção remete à construção de algo a partir do imaginário, mas ainda assim existe algo no lugar e não acho que a colonialidade crie essas ficções, seu mecanismo é ainda mais pernicioso. Acredito que a ideia das ausências faça mais sentido para descrever aquilo que a colonialidade faz. A construção colonial se faz no ausente, no não-lugar, na negativa, na exclusão.

Prefiro encarar essas categorias como uma ausência de espaço para (r)existência, pois entendo que olhar para o significado dado a elas não é olhar para uma ficção, mas sim olhar para a construção deliberada da não existência, do ausente, com um comprometimento com o escancaramento da brutalidade: são corpos mutilados diariamente com a conivência das categorias que os apagam.

Assim, os próprios grupos não-existentes dentro da lógica colonial constroem as ficções para criação do pertencimento como uma resposta às ausências impostas pelo mecanismo de poder. Isso faz com que resistência e conivência sejam fáceis de confundir e gerem pontos de inflexão dentro dos próprios espaços de fronteira.

E aqui, mais uma das dificuldades de uma perspectiva descolonial: a necessidade de trabalhar com categorias (sendo conivente), mas as tensionando a todo tempo (resistindo). Sinto-me, por vezes, numa briga interna e é María Lugones, conforme trarei a seguir, com a ideia de lócus fraturado quem me ajuda a entender a lacuna que ocupamos, tensionamos e alargamos aos poucos.

### 3.4 ENTRE O IDEAL E O REAL: A FRATURA COMO POSSÍVEL

A partir do momento que enxergamos os referentes ausentes constantes nas categorias de análise que tratamos como “naturais” e “universais”, uma chacina se descortina na nossa frente e a dualidade de sentimentos impera. Continuar usando as categorias é ser conivente com isso? Como é possível resistir?

Foi com a leitura do lócus fraturado (Lugones, 2019) que encontrei uma resposta no viável. Qual o ideal? Que pouco importem as categorias e que a universalização seja a nossa realidade social. Uma universalização na qual todes tenham o reconhecimento de sua existência enquanto ser, por si e pelos outres, e que a precariedade existente em cada vida tenha apenas o significado ontológico comum a qualquer ser vivo (Butler, 2019, p. 40-46).

Infelizmente o ideal não é a nossa realidade e está longe de ser alcançado. Mas isso não pode ser paralisador, pois ele ainda está no horizonte e caminhamos em sua direção. Isso é ocupar a fratura: pensar no possível almejando o futuro (Borges, 2024).

Por isso que construímos, usamos, tensionamos e dialogamos com as categorias, mas sempre lembrando que o objetivo é romper com elas. Voltando à analogia do scanner social: consertamos o aparelho a fim de aumentar a passagem, mas sem esquecer que nosso objetivo é arrancá-lo de lá.

Ocupar a fratura é lembrar que a (r)existência só existe na pluralidade e no diferente (Lugones, 2019, p. 371) e que é com a reafirmação das diferenças que chegaremos, um dia, num universal idealizado. Ocupar a fratura é apegar-se à criatividade e ao povoamento que existe em cada um de nós (Lugones, 2019, p. 372; Nunes, 2021).

Sued Nunes tem uma música chamada “Povoada” e na introdução da música ela diz que normalmente usamos a palavra povoada em relação à Terra, mas nós também somos terra povoada. Não andamos sós, pois temos muitos em nós (Nunes, 2021). E é nesse sentido que Lugones (2019, p. 372) nos chama ao compartilhamento, à comunidade, ao boca a boca, à passagem de práticas vividas para encontrarmos os espaços de (r)existência à fragmentação colonial.

A potência do resistir está justamente na multiplicidade (Lugones, 2019, p. 373) e é ampliando, reconhecendo e estimulando o múltiplo que conseguiremos chegar no “universal”. E aqui lendo o “universal” como “comum”. Um lugar comum de

reconhecimento do ser, no qual todas as vidas serão passíveis do mesmo luto pelo simples fato de serem vidas (Butler, 2016).

Aí está a ocupação da fratura, das bordas: apegar-nos às categorias, amplificando-as e enaltecendo as diferenças, para que as fronteiras vão pressionando os limites e, com a força e pressão aplicadas, eles deixem de existir (Lugones, 2019, p. 374).

Conviver com a dualidade é o desafio. Acredito que os Direitos Humanos são indispensáveis, mas precisamos reconhecer a exclusão que eles causam em razão de um parâmetro anterior de quem chega a ser considerado humano (ou não). A solução é acabarmos com os direitos humanos? Não! Eles são um avanço, mas precisamos reconhecer que a leitura que precisa ser dada a eles deve ser feita a partir das ausências que ele esconde, ou seja, precisamos ler escancarando o referente ausente que ali está (Borges, 2024).

E essa lógica se aplica a outras categorias, textos, análises e documentos que precisam ser feitas. Por exemplo, utilizarei, no capítulo 5, a Universidade de São Paulo (USP) enquanto referência em relação às medidas adotadas/pesquisas realizadas numa tentativa de combate à violência de gênero no ambiente universitário.

E a USP é, de fato, referência. Só que utilizo essa Universidade como referência pelos motivos específicos que serão detalhados no capítulo adequado, mas sem esquecer que a USP é uma das maiores reprodutoras da lógica colonizada, inclusive no processo de produção da resistência à violência de gênero, tendo em vista que os programas/pesquisas foram desenvolvidos em razão de uma vinculação da Instituição com a Organização das Nações Unidas (ONU), que é outra instituição fruto da colonialidade/modernidade (que possui uma série de países enquanto referentes ausentes).

Isso faz com que a USP se torne menos referência? Não! Isso faz com que a leitura feita da USP precise levar em consideração que os resultados muito provavelmente conterão ausências e não ditos. Identificá-los é a tarefa difícil de ser feita.

Por tudo isso e pensando na ocupação e alargamento da fratura que trabalharei com não-posicionamentos em relação às principais categorias de análise que serão elencadas neste trabalho. Não posso me dar ao luxo (Lorde, 2019) de não estabelecer uma conceituação mínima sobre gênero, raça, violência de gênero e

interseccionalidade, por isso, nos próximos tópicos, farei o esforço de apresentar conceituações dialogando com a negação delas.

### 3.5 O QUE (NÃO) É GÊNERO: PAUL PRECIADO (NÃO) É UM MONSTRO

Tive a felicidade e o privilégio de, desde o primeiro semestre, estudar com o Fábio Augusto de Souza, que durante o meu período no doutorado concluiu um mestrado no programa de pós-graduação em Sociologia e se tornou doutorando no programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, no qual também é orientando da professora Clara.

Começo este item falando do Fábio, pois ele, junto da professora Clara com suas disciplinas indispensáveis, foi uma pessoa essencial na minha trajetória dentro dos feminismos. Friso a importância do Fábio, pois ele, com toda a sua generosidade, ensinou-me, e ensina, sobre gênero e foi por causa dele que comecei a questionar o uso dessa palavra enquanto categoria.

Eu não tinha parado para pensar que quando alguém fala que pesquisa questões de gênero a primeira coisa que vem à mente da maioria das pessoas é que esse alguém pesquisa questões relacionadas às mulheres (aqui também entendido enquanto uma categoria delimitada e limitante). Falamos tanto sobre gênero, há tantos trabalhos pesquisando gênero, há linhas de pesquisa em diversas universidades sobre gênero, mas nem sempre debatemos qual o conceito de gênero que situa essas pesquisas.

O que você entende por gênero? O que eu entendo por gênero? Há diferentes significados ou só é possível entender de uma única maneira? Isso faz diferença? Faz diferença na forma como pesquisamos? Na análise dos dados?

Como o nosso entendimento sobre o que é gênero é construído? Como o entendimento sobre o que é gênero e, conseqüentemente, o que são questões de gênero se transformou num "senso comum acadêmico"?

Os debates sobre as questões de gênero acontecem há muito tempo e sob várias perspectivas. É um campo histórico de disputa, já que é uma das categorias sustentadoras de espaços de poder acessíveis por corpos muito específicos (Scott, 2019). As sufragistas, Simone de Beauvoir, Olympe de Gouges, Betty Friedan e outras teóricas feministas começaram a questionar a dominação masculina e procurar respostas para aquilo que sofriam.

Não que os debates e resistências às questões de gênero e opressões tenham surgido exclusivamente com essas mulheres, mas as cito aqui pois elas foram bastante importantes para, ao menos em determinados círculos acadêmicos/intelectuais, inserir um debate incipiente sobre algumas demandas, em razão do privilégio de ocupar alguns espaços.

É claro que essa inserção se deu a partir de muitas exclusões, silenciamentos e apagamentos, especialmente de mulheres negras (Figueiredo, 2020; Gonzalez, 2020; Pires, 2020) e, atualmente (com muita força), de mulheres trans (Passos, 2022; Butler, 2024).

Contudo, a ideia de que ninguém nasce mulher, mas se torna, ainda ecoa em nossa sociedade, vide a repercussão que teve a inserção de uma questão no Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 com a frase de Simone de Beauvoir. O alvoroço foi enorme, especialmente em redes sociais, e gerou uma possibilidade de análise interessante: acreditávamos estar num outro patamar em relação aos debates de gênero, mas na prática muitas pessoas ainda não conseguiam ter uma interpretação mínima daquilo que significa “tornar-se mulher”.

Isso tudo demonstra o quanto “homem” e “mulher”, e adiciono aqui o “gênero”, são categorias vazias e transbordantes, pois ao mesmo tempo que não estão formadas (estão vazias), promovem exclusões (transbordam) (Scott, 2019, p. 75). Mais, evidencia que estamos tratando de categorias políticas e econômicas que são fortes em razão da interdependência que possuem (Wittig, 2019).

Por isso afirmei anteriormente que as categorias são construídas a partir das ausências. A exclusão e o não pertencimento imposto a alguns gera uma necessidade de reconhecimento de sua existência (Butler, 2016) tão forte a ponto de criar/ingressar nos campos de disputa pela própria noção de si.

E esse ingresso possui reflexos, produz novas ausências, novas disputas, novas exclusões e gera rupturas dentre as próprias (r)existências. Esse mecanismo cruel e pernicioso é fruto da modernidade/colonialidade. Encontraram uma forma de, para além de lucrar com a disputa, fazer com que os próprios campos políticos reestruturassem os mecanismos de poder coloniais no passo das mudanças sociais.

Em suma, a construção do “universal” feita a partir das ausências nos obriga a lutar contra a universalização e nos faz esquecer que, na verdade, lutamos por ela. Ou seja, não queremos um mundo no qual cada nova identidade de gênero que

surja precise ser reconhecida enquanto ser, mas um mundo no qual “gênero” sequer existe e que apenas sejamos pelo simples fato de existir.

Acontece que – para além do ideal – no agora, enquanto ainda um campo de disputa, há uma verdadeira fetichização da categoria gênero, com um esvaziamento de sua capacidade crítica (que não é uma capacidade intrínseca) (Segato, 2021, p. 334), já que os debates relacionados a questões de gênero ganharam importância nos últimos tempos.

Não podemos partir do pressuposto de que gênero é uma categoria de entendimento ordinário, pois não é. Encarar desta forma é silenciar um debate muito mais complexo e necessário, pois invisibiliza uma série de identidades, pessoas e existências. É enxergar apenas o lado visível do gênero e esquecer que há um lado oculto e cruel (Lugones, 2020).

É claro que Judith Butler nos ajudou, e muito, a iniciar a desconstrução do conceito de gênero atrelado à ideia biologizada de sexo quando propôs a noção de performatividade de gênero, na qual não há estaticidade, mas sim uma construção social de correspondências e símbolos de suposto pertencimento (Butler, 2003).

Mas a leitura da performatividade de gênero, num primeiro momento e caso desarticulada de textos complementares, pode levar a um entendimento mantenedor do binário: homem e mulher, pois mesmo quem é gênero fluído, por exemplo, acabaria tendo que, em determinadas situações, performar dentro das atribuições daquilo que se entende por homem ou mulher, ou as pessoas agênero que seriam as que não se encaixam no binário. Mas quem rompe com isso? Há rompimento?

A própria Butler revisita/aprofunda a performatividade ao questionar “Quem tem medo do gênero” (2024). E, ao fim e ao cabo, acredito que todos nós temos, e deveríamos ter, quando percebemos que gênero é um constructo social que precede o sexo biológico e o forma, inclusive (Butler, 2024, p. 30-34).

Devemos ter medo do gênero quando constatamos que ele é uma categoria viva que se adapta para sobreviver às incursões que fazemos contra ele e assim continua nos formando dentro de seus significantes fluidos, pois ao mesmo tempo que o moldamos durante essas incursões, somos moldados por ele.

E a dúvida que fica com tudo isso é: podemos negar o gênero? Sim e não. Não podemos, pois não somos donos de nosso gênero, já que as categorias (ou a adequação da performance) só existe na nossa relação com o outro (Butler, 2024, p. 152). Mas podemos negá-lo a partir do momento em que entendemos a dubiedade

existente na negativa: posiciono-me dentro da categoria gênero almejando sua inexistência. Ou seja, fazendo um (não) posicionamento.

E isso é um debate extremamente complexo e difícil de ser feito. Foi lendo Paul Preciado, em sua obra "Eu sou o monstro que vos fala" (2023), que é a transcrição de uma palestra dada por ele para psicanalistas franceses, na qual sua fala foi interrompida, que comecei a entender que mesmo quem rompe com as "normas de gênero" ainda está submetido a elas. Ou seja, o binário nos persegue.

Paul Preciado se apresenta enquanto um homem trans, pois precisa se apresentar de alguma forma dentro do sistema binário para ser reconhecido enquanto cidadão. E nesta palestra, que foi transformada em livro, Paul teve sua fala interrompida, justamente por questionar sobre quem a psicanálise está falando quando fala de homem e mulher? Qual é o papel que é preciso performar para poder ser entendido enquanto ser humano e não enquanto psicótico por justamente não performar aquilo que é considerado "normal"? O que é o "normal" e quem o define? O que é preciso, ou melhor, quem é preciso ser para sair do lugar de monstro?

Enquanto o macaco Pedro Vermelho falava diante dos cientistas, dirijo-me hoje a vocês, acadêmicos da psicanálise, da minha "jaula" de um homem trans. Eu, um corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como "transexual", caracterizado na maioria de seus diagnósticos psicanalíticos como sujeito de uma "metamorfose impossível", situando-me, segundo a maioria de suas teorias, além da neurose, à beira ou mesmo na psicose, incapaz, segundo vocês, de resolver corretamente um complexo edipiano ou tendo sucumbido à inveja do pênis. Bem, é a partir dessa posição de doente mental da qual vocês me classificam, embora eu me dirija a vocês como o símio-humano de uma nova era. Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que vocês construíram com seus discursos e suas práticas clínicas. Eu sou o monstro que se levanta do divã e fala, não como paciente, mas como cidadão, como seu monstruoso igual. (Preciado, 2023)

Paul tensiona o sexo e o gênero de uma forma intensa nesse texto e gera desconfortos importantes ao se colocar justamente nesse lugar de monstro, abraçando a monstruosidade imposta pela não conformidade e demonstrando que essa monstruosidade, que gera efeitos absolutamente complexos, é construída através de "simplicidades" diárias que são negadas a quem não se encaixa.

Um exemplo de uma questão muito simples é: para conseguir solicitar a emissão de um passaporte brasileiro é necessário preencher um formulário no qual sequer se pergunta qual seu gênero, ainda é preciso assinalar o sexo, que pode ser masculino, feminino ou outro. Nos formulários mais atualizados há o campo de gênero, mas ainda limitado a homem e mulher, trans e cis e outros.

E para mim, Fernanda (mulher branca, cis, bissexual), não há problema algum no preenchimento dessas coisas, não há dificuldade em me encaixar numa das categorias, mas para uma pessoa que não se enquadra nos binarismos e categorias impostas pela construção social ter que preencher com a resposta "outros" pode ser uma experiência extremamente violenta, pois estar fora do binário é estar fora da existência: é ser o monstro.

Foi numa das aulas da professora Clara que o Fábio apontou isso tudo e nos propôs pensar como pessoas travestis e pessoas intersexo se opõem efetivamente ao binarismo. São essas pessoas que não se submetem ao binário, não performam nem no masculino, nem no feminino e ao mesmo tempo não negam nenhum dos dois, pelo contrário, constroem e ocupam um terceiro lugar e, justamente por isso, são, habitualmente, colocadas à margem da sociedade e violentadas.

Começar a entender isso fez com que um mundo se abrisse para mim. Por mais que eu pesquisasse sobre gênero há algum tempo, sempre tive a visão binária dessa pesquisa: reconhecia a existência de uma pluralidade de mulheres com suas particularidades, mas não tensionava meus resultados de pesquisa levando em consideração essas identidades.

Diante disso tudo, não estou afirmando que pesquisas que falem sobre direitos das mulheres não são pesquisas sobre questões de gênero, elas são sim. O que estou afirmando, com base em todas as teorias apresentadas até aqui, é que pesquisas que abordem questões de gênero não são apenas sobre isso. Direitos das mulheres é um pequeno pedaço daquilo que se pesquisa sobre gênero e não podemos correr o risco de cair na armadilha do patriarcado e só darmos uma cara nova para opressões antigas.

Por isso que não faz sentido epistemologicamente continuar encarando gênero enquanto binário e usar isso como base de pesquisas acadêmicas, pois essa categorização é representacional e construída socialmente a partir da noção de sexo, que segundo Teresa de Lauretis (2019, p. 121) se fundem numa estrutura conceitual chamada de sistema de sexo-gênero.

A definição subentendida do que é gênero, especialmente nas pesquisas acadêmicas, é uma das facetas da construção representacional do sistema sexo-gênero. Ou, como afirma María Lugones, é uma prática decorrente da colonialidade que inscreve uma série de subentendimentos no significado de gênero (Lugones, 2020, P. 56).

Reconhecer o gênero enquanto uma construção decorrente da ausência imposta pela colonialidade é fazer uma leitura de seu significante enquanto uma tecnologia, como uma construção ciborgue (Haraway, 2019). Da mesma forma a sexualidade, que também é uma tecnologia construída para demarcação dos corpos (Preciado, 2019).

Paul Preciado nos aponta como alternativa a contrassexualidade: o rompimento com a construção ciborgue através do reconhecimento dos corpos pura e simplesmente como corpos falantes e com a renúncia dos benefícios que podem ser obtidos com a naturalização dos efeitos sociais das práticas significantes (Preciado, 2019, p. 411).

Enxergar a contrassexualidade como possibilidade é perceber que não podemos voltar no tempo, numa época anterior à colonialidade na qual gênero não era uma categoria e os papéis atribuídos aos corpos eram marcados por outros significantes (vide os lorubás em Oyewùmí, 2019). Não é possível um regresso, mas é possível um futuro. Alargar as bordas de tal forma que o centro imploda.

Com isso tudo (e por isso tudo) que Paul Preciado (não) é um monstro. Quando olhamos exclusivamente para o interior da fratura, para o ideal, para a contrassexualidade, Paul Preciado não é um monstro, é apenas um corpo falante “universal”. Mas como ainda não somos dones do nosso gênero (Butler, 2024, p. 152) Paul Preciado é um monstro.

Trago todas essas teorias para sustentar um (não) posicionamento teórico. Digo (não) posicionamento, pois não me sinto nada confortável em afirmar absolutamente o que é gênero, já que estaria caindo, novamente, numa armadilha da colonialidade.

A afirmação possível é que gênero é uma categoria viva (Butler, 2024) e justamente por isso que conceituá-lo é construir delimitações e reorganizar a ausência a favor daqueles que ocupam a posição do “ser” há muito tempo.

Portanto, para os fins que se pretende nesta pesquisa, basta entender o que gênero não é. E, conforme dito, gênero não é a limitação conceitual que o sistema colonial de gênero apresenta. Pesquisar violência de gênero não é sinônimo de pesquisar violência contra mulheres, cis, brancas e heterossexuais, mas sim uma pluralidade de (r)existências.

Isso tudo é importante para entender, por exemplo, que: um homem, cis, gay e negro pode ser vítima de violência de gênero e uma mulher, trans, negra pode ser

vítima de violência de gênero e que, nestes casos, o racismo é parte indissociável da violência; uma travesti pode ser vítima de violência de gênero; e, uma mulher cis branca também pode ser vítima de violência de gênero, mas ela não será vítima da desumanização com a qual o sistema colonial de gênero marca os demais corpos citados nesse exemplo.

É possível associarmos à ideia de desumanização, de maneira complementar, à precariedade apresentada por Judith Butler. Por um lado, a precariedade é condição ontológica (Butler, 2019), já que toda vida depende em certa medida de outrem, mas há uma parte da precariedade que Butler aponta como incidental, decorrente de organizações sociais, políticas e de poder, que geram tanto condições de desumanização, quanto o não reconhecimento de que a humanidade de outrem – sua existência e condição de ser – está sob ameaça (Butler, 2016, p. 16).

Em resumo, há uma construção social não-dita que aponta aqueles que são considerados sujeitos, a quem há o reconhecimento pela sua vida e esta é passível de luto. E o luto é ponto essencial, pois, para Butler (2016), quando uma vida não é enlutável não há esforço para garantir que ela exista e isso impacta nos esforços sociais para garantia de manutenção dessas vidas e seus acessos a direitos o que vai aumentando a precariedade desta vida (Butler, 2019).

Por tudo isso gostaria de deixar registrado o (não) posicionamento em relação ao termo gênero. Especialmente porque os dados que encontrei no decorrer da pesquisa, caso lidos isoladamente e sem essa parte inicial, corroboram com as ausências constantes na própria construção do gênero. Mas não só o gênero é uma categoria construída a partir de ausências, conforme veremos a seguir.

### 3.6 O QUE (NÃO) É RAÇA: SOJOURNER TRUTH (NÃO) É UMA MULHER

O feminismo branco, desde muito tempo é denunciado por mulheres negras em razão da convivência que tem com o patriarcado (e com a colonialidade) na construção da ausência de mulheres racializadas (Hooks, 2019; Gonzalez, 2019).

Essa realidade é um bom exemplo para demonstrar como a construção de ausências por parte da colonialidade nos leva para um lugar de convivência e reforço do ausente (Miñoso, 2020), caso não cuidemos para olhar o ideal contido/buscado pela fratura.

As pautas feministas foram desenvolvidas a partir da ideia de gênero (sem pluralidade no gênero, muitas vezes) e a partir das dores e vivências daquelas que tinham acesso a um espaço de poder. Mesmo não sendo um espaço de poder igual ao de homens brancos, cis, hetero e burgueses, ainda assim é um espaço de poder ocupado sob outros corpos (Zakaria, 2021, p. 112; Kilomba, 2009). Assim, mantém-se a personalidade autoritária da branquitude (Bento, 2022).

Transformado em um movimento de gotejamento (Zakaria, 2021, p. 97), no qual soluções eram criadas “de cima para baixo”, o feminismo enquanto coletivo e nós, feministas brancas, enquanto parte do problema, precisamos recuar, perceber, reconhecer e abdicar do lugar de privilégio ocupado a fim de evitar cair na armadilha da colonialidade.

Minha pauta, enquanto mulher branca privilegiada, poderia ser uma pauta pró escolha e de libertação sexual, mas essa pauta continuaria sendo o exercício de um privilégio às custas de corpos que sofrem (Zakaria, 2021, p. 184-185). A única maneira de romper com o ciclo opressivo da colonialidade é reconhecer que não podemos continuar perpetuando ausências. É usar o espaço que ocupo para escutar (Diniz e Gebara, 2022) aquilo que as ausências me dizem.

E muitas feministas racializadas têm falado sobre suas ausências em todas as lutas (Segato, 2022; Hooks, 2019; Zakaria, 2021; Gonzalez, 2019; Kilomba, 2009; Bento, 2022; Pires, 2020; Figueiredo, 2020; Carneiro, 2019; Anzaldúa, 2019; Collins, 2019; dentre outras). Uma mulher negra não faz parte da categoria mulher, que é universalizada como branca, e não faz parte da categoria raça, que é universalizada como homem (Lugones, 2020). Ou seja, a mulher racializada é transformada na personificação do ausente.

Por isso que se pode dizer que a consciência da opressão ocorre primeiro com a raça (Borges, 2024) e é uma opressão decorrente da colonialidade com a convivência das resistências brancas surgidas (Carneiro, 2023). Acabamos (nós, feministas brancas) resistindo à colonialidade nos aliando a ela e firmando o pacto da branquitude (Bento, 2022).

O reconhecimento de que somos signatárias do pacto é o primeiro passo para rompermos com o processo reiterado de invisibilização e construção de mulheres racializadas como ausente com o qual contribuímos.

Essa invisibilização pode ser entendida nos termos daquilo proposto por María Lugones como a parte oculta do gênero, que, em razão da colonialidade,

esconde e apaga uma série de corpos. A visão colonial de gênero se restringe a mulheres cisgênero e brancas e oculta, especialmente, questões relativas à raça (Lugones, 2020).

Mas para romper com o sistema colonial de gênero as demandas precisam ser entendidas e enfrentadas de maneira complexa, já que geram problemas complexos (Borges, 2024), rompendo-se, assim, com a invisibilização e, por vezes, a animalização de alguns corpos (Lugones, 2020).

Para a realidade do Sul Global, especificamente o Brasil, a questão racial foi mascarada sob o mito da democracia (Carneiro, 2019), impedindo que o próprio reconhecimento de si, por parte de pessoas racializadas, acontecesse (Figueiredo, 2020).

E isso sustenta a ideia de que “no Brasil todo mundo é pardo”, gerando um espaço de conforto para a branquitude e um desejo de extinção de si por parte das pessoas racializadas (Souza, 2019).

É claro que, como decorrência da colonialidade, somos todos racializados, mas a opressão aparece com a desumanização imposta a determinados corpos, gerando espaços de não-lugar dentro do sistema colonial de gênero, em especial das mulheres de cor (Lugones, 2020, p. 60).

A estrutura desse sistema vende a ideia de que a possibilidade de uma pessoa racializada se tornar “ser” se dá apenas através da branquitude. Seja pela história sendo contada pela branquitude (tornando-se objeto de estudo), seja através de um embranquecimento de si (Souza, 2019).

A universalização decorrente de uma resposta às ausências coloniais construídas vai gerando conivências com esse sistema. O rompimento passa pela construção de um entendimento compartilhado do significante dado a cada categoria, ou seja, a cumplicidade política necessária para (r)existir (n)a colonialidade não está dada pelos nossos corpos, mas sim pelo deslocamento de nós mesmos, que precisamos fazer a fim de compartilhar uma luta (Diniz e Gebara, 2022, p. 208-209).

Dessa forma, precisamos entender que reconhecer-se/tornar-se uma pessoa racializada é um vir a ser a partir de um discurso da colonialidade sobre o corpo e um discurso de si mesmo (Souza, 2019, p. 28) feito dentro do (im)possível imposto socialmente.

Por tudo isso que Sojourner Truth (não) é uma mulher. Quando olhamos exclusivamente para o interior da fratura, para o ideal, rompendo com o pacto da branquitude, Sojourner Truth é uma mulher, é um corpo falante “universal”, que tem raça, mas a raça não tem significante (Preciado, 2020). Mas, como ainda o embranquecimento é um destino marcado nos corpos racializados para poderem vir a ser, especialmente de mulheres, Sojourner Truth não é uma mulher.

A tentativa de uma leitura das ausências constantes nos dados que serão apresentados em seguida demanda essa reflexão dual, já que é indispensável o reconhecimento do mecanismo de embranquecimento imposto e aderido (de maneira forçada) aos corpos racializados para reconhecer o não dito e o apagamento de si em relação à leitura de sua realidade.

### 3.7 O QUE (NÃO) É INTERSECCIONALIDADE: A MATRIZ DE DOMINAÇÃO (NÃO) EXISTE

Foi com a crítica feminista negra que o pedaço do opressor que existe dentro de cada uma de nós, feministas brancas, passou a ser denunciado (Lorde, 2019, p. 248).

Esse pedaço diz respeito, especialmente, ao pacto da branquitude (Bento, 2022), sustentador de um racismo por denegação (do ausente), no caso brasileiro, construído pela colonialidade que apresenta o branco enquanto superior, científico, intelectual e o racializado enquanto selvagem, apagando uma série de conhecimentos, (r)existências, saberes etc. resultantes de uma amefricanidade que foi/é massacrada (Gonzalez, 2019).

Essa denúncia foi passo essencial para iniciar um debate importante sobre a maneira como corpos distintos são expostos às mais variadas opressões. E, mais ainda, como os fatores ensejadores de opressão se combinam para atuar sobre esses corpos.

Diversas autoras brasileiras e latino-americanas já falavam sobre o imbricamento das opressões muito antes (Borges, 2024), mas foi com o texto de Kimberlé Crenshaw (1989) que ideia de interseccionalidade acabou sendo difundida, denunciando a combinação de opressões impostas a partir de cada particularidade construída. Acontece que, assim como o gênero, a interseccionalidade se tornou uma categoria fetiche (Segato, 2019) que "precisa" estar presente nas pesquisas

atualmente, mas como essa presença acontece é algo que tem que ser explícito e delimitado.

Patricia Hill Collins tem se preocupado com a utilização acadêmica da categoria interseccionalidade há algum tempo até porque ela defende que as formas de opressão/dominação não são estanques e são decorrentes de um poder que se amolda para automanutenção. E, mais ainda, afirma que a história da interseccionalidade não passa pelo caminho que atualmente tem sido narrado/trilhado (Collins, 2022, p. 177-181).

Em razão do desconforto com a utilização da interseccionalidade, apresentou a ideia de matriz de dominação, para procurar entender a forma de organização das opressões interseccionais e reconhecendo que elas são decorrentes de um poder estrutural, hegemônico e camaleônico, que se adapta e camufla (Collins, 2019, p. 57).

É claro que nomear aquilo que se vive é indispensável para a resistência. Mas a forma como o conceito circula quando apropriado por espaços de poder colonizados e colonizantes pode ser um dos motivos para um esvaziamento do potencial político contido no seu nascimento (Collins, 2022, p. 321-327).

Por isso que Patricia Hill Collins, na sua obra Bem mais que ideias, apresenta a ideia de interseccionalidade como uma teoria social crítica, justamente objetivando repensar a forma de utilização da interseccionalidade, para fugir de seu uso enquanto mera categoria e da simples adição (Collins, 2022, p. 316) de "vulnerabilidades".

Esse uso da articulação sugere que a sociedade não é uma totalidade orgânica, mas sim uma série de partes móveis com uma estrutura geral que reflete os padrões dinâmicos dessas partes. Quando se trata da organização das relações interseccionais de poder, essa dimensão da articulação oferece uma estrutura para as relações mutáveis entre os múltiplos sistemas de poder. Em resumo, racismo, sexismo, capitalismo, nacionalismo, homofobia e xenofobia, entre outros, são articulados de forma diferente em contextos sociais diversos e através deles. As relações entre os sistemas de poder são contingentes e não fixas. E como a sociedade não é organizada por regras capazes de prever resultados estruturais, as relações interseccionais de poder refletem lutas relacionadas à maneira como os elementos da sociedade serão articulados. (Collins, 2022, p. 323).

Em resumo, não é possível simplificar questões complexas, ou dissociar algumas lutas, pois está tudo absolutamente interligado, sob pena de cairmos novamente na ideia de hierarquia de opressões (Lorde, 2019). Mas também não basta unir as pautas inviabilizando outras (r)existências com o uso de termos

incrustados de significantes decorrentes das ausências impostas pela colonialidade, como é o caso de "mulheres", "gênero" ou "raça".

Até porque, como bem pontua Carla Akotirene ao dialogar/ampliar o conceito de interseccionalidade, estamos expostos a um sistema interligado de opressões e por isso "Necessitamos compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade" (Akotirene, 2019, p. 51).

Nessa perspectiva, a preocupação de todos aqueles que são desumanizados, que têm suas vidas mais ou menos precarizadas (Butler, 2019), precisa ser coletiva, pois o impacto do sistema colonial de gênero, raça e classe não segrega os alvos de seus ataques.

Costumávamos debater, em sala de aula, como o neoconservadorismo e o avanço da extrema direita, que aconteceu entre os anos de 2016 e 2022 (mas que ainda perdura, talvez com um pouco menos de força no Brasil atualmente diante dos resultados das últimas eleições), estava nos mostrando na prática como nunca estaremos seguros enquanto ainda houver qualquer resquício desse sistema interligado de opressões em funcionamento (Sátyro, 2021).

Não é porque nós mulheres brancas temos acesso a micro espaços de poder, que estamos seguras. E, mesmo que estivéssemos. O feminismo é um movimento político de libertação baseado na comunhão e compartilhamento. Não podemos esquecer que ninguém é livre enquanto ainda houver prisioneiros (Lorde, 2019, p. 152).

E aqui entendendo enquanto prisão os significantes construídos a fim de suprir as ausências impostas pelo sistema de opressões interligado. Por isso a importância de perceber que as ausências que impactam a minha realidade estão longe de serem as únicas, muito pelo contrário. Olhar só para elas é ser conivente com um projeto de político de manutenção de poder por/para a colonialidade e contribuir com a construção de cisões na própria fratura que ocupamos, diminuindo assim a potência de nossa luta.

Acredito que o compartilhamento de um universal coletivo (pensando no ideal) se dará não a partir de construções novas, mas sim da extirpação dos significantes. Aí então deixaremos de pensar em ausências e passaremos a considerar as presenças individuais como indispensáveis para a coletividade. Aí

então toda vida será passível do mesmo luto e a única precariedade que conheceremos será a ontológica.

Mas, para chegarmos lá, o caminho é inflar os significantes de hoje com as construções decorrentes das fronteiras, para que elas se ampliem ao ponto de causar a implosão necessária do centro e assim permitam que a fratura (que deixará de ser) se torne a realidade comum.

Este caminho é o que a interseccionalidade de Carla Akotirene e de Patricia Hill Collins nos demanda. Entender que pensar interseccionalidade é pensar uma teoria social crítica (Collins, 2022) e um sistema indissociável o qual é impossível de destruir apenas um pedaço e que vem como um bloco opressivo para cima dos corpos excluídos (Akotirene, 2019; Borges, 2024).

No caso dessa pesquisa isso reflete no reconhecimento de que o ambiente universitário é um universo delimitado e limitante. Pessoas trans, travestis, racializadas, com deficiência, entre outras, sequer acessam esse espaço em razão de uma prática social violenta de exclusão de determinados corpos perpetuada por muito tempo e que se mantém firme até hoje (Segato, 2021; Oliveira, 2023; Gonzalez, 2020; Moreira, Almeida e Corbo, 2022; Gonzalez, 2019; Carneiro, 2019; Hooks, 2017; Passos, 2022). Mas só é possível perceber essas ausências se entendermos a interseccionalidade de maneira complexa.

Por isso tudo que interseccionalidade, assim como gênero e raça não é uma categoria ordinária, mas sim uma teoria social crítica de análise de um sistema de opressões complexo e indissociado que atua sobre os corpos que (r)existem. E precisa funcionar como uma lente de aumento para aquilo que as fronteiras produzem e mostram.

Novamente, na fratura, a matriz de opressão não existe no sentido de que não há hierarquia (Lorde, 2019), pois ~~tod<sup>es</sup>es~~ que a ocupam sofrem os impactos do sistema colonial. Mas ela existe quando se percebe que ~~algum<sup>s</sup>~~ sofrem impactos muito maiores que out<sup>res</sup>.

Nancy White (*apud* Collins, 2019) contou que sua mãe dizia que a mulher negra é a mula do homem branco, e a mulher branca é o seu cachorro. Não é porque ganhamos biscoitinho que deixamos de ser desumanizadas e a única forma de romper com essa desumanização é entendendo que nossa luta é conjunta (Collins, 2019, p. 295), já que “(...) habitamos o mundo juntos, em relações de

interdependência. O destino de cada um de nós está, por assim dizer, nas mãos dos outros” (Butler, 2021, p. 53). Só assim que as ausências passam a ficar nítidas.

Para tanto, meu papel enquanto feminista branca e parte do bloco opressivo que recai sobre pessoas racializadas é não aceitar as migalhas que a colonialidade oferece a fim de que esqueçamos o tamanho da luta que enfrentamos (Borges, 2024) e perceber a branquitude que me forma (Zakaria, 2021), para poder desconfiar da minha pesquisa, autorrefletir (Collins, 2022, p. 31) e escutar o que as fronteiras dizem, pois é a partir de lá que a resistência tem força.

### 3.8 O QUE (NÃO) É VIOLÊNCIA: ASSÉDIO SEXUAL (NÃO) É O PROBLEMA

Há alguns aspectos importantes a serem levantados sobre a palavra violência no contexto deste trabalho. Nos termos daquilo que ensina Patricia Hill Collins sobre o que é violência, para além da cola que une os sistemas de poder construtores das opressões, é algo indispensável para administração da dominação exercida pelo poder (Collins, 2022, p. 329).

Ou seja, a violência precisa ser entendida como um mecanismo complexo que, para além de decorrente das relações de poder, é uma das formas de sustentar a própria dominação. A violência pode ser encarada como parte do projeto, já que é usada para manter sob o controle daqueles que detém o poder, os que não se submetem (Butler, 2021, p. 107).

Por isso que violência também não é um termo “comum”, mas um conceito construído e absolutamente comprometido com as desigualdades (Butler, 2021, p. 58). A construção daquilo que é considerado violência, de maneira bem simplista, nos termos do que a criminologia estuda e denuncia há muito tempo quando ao pesquisar o que é criminalizado/criminalizável, tem como um dos papéis direcionar a força de repressão estatal para determinados corpos, para que sejam mantidos às margens.

Mas há muitos atos violentos que possuem uma maquiagem de legalidade e que não são considerados violências. Ocupam um lugar de uma ausência construída que tem como intuito permitir que os donos do poder permanecem no poder, ou seja, a ausência do reconhecimento de algumas violências é usada como um dos mecanismos de manutenção e reinvenção da própria colonialidade.

Quando pensamos em “violência de gênero” no ambiente universitário, a tendência de interpretação do termo enquanto categoria nos joga para significantes ocupados por muitas ausências, por isso o esforço de destrinchar os termos a fim de perceber o não dito e entender o que as fronteiras dizem sobre o que não está ali (Borges, 2024).

Butler ensina que a vulnerabilidade não é uma condição por si só inerente aos seres, mas sim uma condição decorrente da estrutura de uma vida compartilhada. Sempre somos “vulneráveis a uma situação, uma pessoa, uma estrutura social, algo em que confiamos e em relação ao qual ficamos expostos” (Butler, 2019, p. 50).

Por isso que, da mesma forma que a violência é construída, as vulnerabilidades também o são. Os significantes são construídos a partir de um projeto de poder que para ser bem-sucedido depende da subjugação de alguns corpos. Não há espaços de poder e dominação sem subjugação e submissão e essa dinâmica não é voluntária, por isso a importância da violência para perpetuação de alguns mecanismos coloniais.

Tudo isso para chegar num dos pontos centrais deste trabalho: as Universidades são uma das partes mais importantes para o projeto de manutenção do poder colonial, já que são o “viveiro da elite”, o “coração da colonialidade” e o espaço que “garante a reprodução da ordem eurocêntrica e seu olhar racista sobre os corpos e saberes” (Segato, 2021, p. 40).

Ao mesmo tempo, as Universidades precisam manter um verniz de pluralidade, acolhimento, neutralidade etc., e aí percebemos como tudo se retroalimenta, pois o reconhecimento da perpetuação de violências sistemáticas, complexas e imbricadas nos corredores universitários demandaria uma resposta também complexa e que, necessariamente, precisaria olhar para as fronteiras, o local ausente construído pela própria lógica universitária, rompendo com a forma institucional de violência que existe e impera (Butler, 2021, p. 62).

Para tanto, é mais fácil realizar uma construção deliberada de ausências a fim de manter o *status quo* e fingir que há uma preocupação com as “violências” no ambiente universitário. Coloco entre aspas, pois conforme veremos na análise dos dados, ao menos nas Universidades Federais, o que é encarado como “violência de gênero” é o assédio sexual, ou “conduta de conotação sexual”, que é a forma como

aparece no Painel Correição em Dados da Controladoria Geral da União<sup>5</sup>, ferramenta que monitora os dados sobre os procedimentos administrativos a nível federal.

No mesmo painel a “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências” também aparece como uma categoria de procedimento. As demais categorias, como o “assédio moral”, por exemplo, não possuem qualquer recorte interseccional de análise. Isso só reforça que as ausências de informações, dados, políticas, resoluções são um projeto, são construídas intencionalmente a fim de manter o corredor das universidades acessível para os mesmos.

Os dados coletados diretamente com as Universidades através da Lei de Acesso à Informação, que serão apresentados no capítulo seguinte, também nos mostram a mesma realidade. A maioria não tem informações sobre os casos de violência de gênero no ambiente acadêmico e sobre os procedimentos administrativos e, quando tem, se resumem ao assédio sexual contra mulheres (enquanto categoria, pois não há qualquer outra informação).

Contudo, o verniz de acessibilidade é passado sobre as Universidades Federais a cada vestibular com a entrada de alunos cotistas, a cada aprovação em colegiados de programas de pós-graduação para ampliação das cotas para pessoas trans, pretas, quilombolas (mesmo que não se saiba a diferença entre pessoas negras e quilombolas...), indígenas etc.

E coloco o etecetera propositalmente, pois é assim que os ocupantes das fronteiras são tratados pelas Universidades: como eteceteras. Pois no projeto colonial o saber tem cara: o homem branco, cisgênero, heterossexual, burguês, neurotípico e colonizador (Segato, 2021, 329-330). Nós, mulheres brancas, cisgênero e com uma passabilidade maior dentro do projeto colonial, tivemos um acesso concedido há mais tempo, sob a condição da convivência.

O processo de alargamento da fratura passa necessariamente pelo rompimento com essa lógica e a utilização do espaço ocupado como um lugar de denúncia do próprio mecanismo, direcionando as lanternas investigativas para as ausências construídas pela própria colonialidade. Nos deixam entrar se fingirmos

---

<sup>5</sup> <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>

que não vemos, e o direcionamento das pesquisas e das denúncias para a própria construção sistêmica de apagamentos gera silenciamentos institucionalizados (Collins, 2022, p. 331).

Penso o problema da violência de gênero nas Universidades como uma ventania contínua. Não vemos o vento, não há cheiro, não há cor, só sente o vento quem está exposto a ele. Alguns estão em espaços protegidos, cobertos, outros estão num espaço descampado, sentindo os impactos da ventania na pele, tentando se agarrar uns aos outros para formar uma corrente que os permita permanecer.

Para aqueles que estão de alguma maneira protegidos da ventania, a única forma de entender que o vento existe e que é violento é através da escuta (Diniz e Gebara, 2022) e da percepção do ausente. Quem ocupa as fronteiras descampadas fala, grita e, principalmente, não está ao nosso lado nos espaços cobertos (Anzaldúa, 2005).

Mas o sistema colonial se regula para manutenção do poder e para aplacar as (r)existências que surgem, constrói respostas “politicamente corretas” fundadas em lógicas universalizantes de Direitos Humanos a fim de nos convencer de que está do nosso lado em relação à necessidade de ampliação da “diversidade” (outra categoria fetichizada) nos espaços (Segato, 2019).

Perceba, a ideia não é minimizar a importância de programas de cotas para acesso às Universidades, a questão é que eles não podem ser tratados como suficientes para responder a demandas complexas.

Pois não podemos esquecer que aqueles que acessam sofrem mais uma infinidade de violências, já que acessar não é sinônimo de permanecer. E os dados coletados com o questionário e apresentados anteriormente corroboram com isso. Mais ainda, nos indicam que a manutenção do acesso é tão precária e delicada que a convivência com a colonialidade acadêmica é o único espaço minimamente seguro.

Afinal, o lugar de conforto com a fala sobre as violências também é um privilégio, ainda mais quando se trata de violências sofridas num ambiente que também nos forma (Hooks, 2017, p. 173-233). A possibilidade de nomear os atos violentos vivenciados como violência e dar vazão ao sofrimento é passo importante para o combate e negado nos casos de violência de gênero nos ambientes acadêmicos (Segato, 2021).

Rita Segato ensina que “as palavras desnaturalizam o sofrimento evitável” (Segato, 2021, p. 336). Logo, as ausências naturalizam os atos violentos quando sequer os reconhecem como violência e fingem que aquilo não acontece.

Ou seja, violência de gênero é “assédio sexual” ou “conduta de conotação sexual”, as demais violências de gênero que ocorrem de maneira interseccional, complexa e indissociada, não existem: naturaliza-se. Dessa forma as Universidades se colocam como um espaço não demandável: o problema sequer é delas.

E de fato, o problema não é delas, é pior: é construído deliberadamente por elas enquanto instituições (Collins, 2022, p. 331). Por isso tudo é tão difícil resistir e, mais ainda, encarar o problema, pois ele é um problema ausente, conforme os dados a seguir nos dizem.

Diante disso, o assédio sexual não é violência, pois as violências de gênero no ambiente acadêmico são extremamente complexas e começam pela violência institucional de criação de ausências a fim de manutenção do poder colonial. Mas é claro que o assédio sexual também é violência, como uma das possibilidades daquilo que recai sobre corpos vulnerabilizados nesse ambiente.

No próximo capítulo tentarei direcionar os holofotes para as ausências que com muito diálogo, ajuda, colaboração, escuta, sangue, suor, pus e lágrimas (Anzaldúa, 2000) de pessoas plurais conseguimos identificar, sob o risco de não ser capaz de olhar para todas as existentes (Lugones, 2019), mas como uma tentativa de contribuir para um alargamento da fratura.

#### **4 E(SCA)NCARANDO O AUSENTE: ESCUTANDO AS ENTRELINHAS DOS DADOS**

Conforme expliquei na metodologia, fiz um caminho longo para conseguir coletar alguns dados que nos dessem uma pista sobre a realidade das Universidades Federais em relação ao enfrentamento à violência de gênero no ambiente acadêmico.

Comecei enviando um pedido via sistema Fala.BR, que é a plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação do governo federal, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), requerendo a informação sobre a quantidade de processos administrativos disciplinares que envolvam questões relativas a violências de gênero, separados por ano de abertura do PAD, desde quando se tivesse registro na instituição. Ainda, solicitei informações sobre programas, projetos, resoluções e outras medidas que a Universidade possua para enfrentamento da questão.

Esse pedido foi enviado para todas as Universidades Federais que estavam disponíveis no sistema, o que resultou em 51 pedidos realizados nos dias 27/04/2023 e 04/05/2023.

Posteriormente, acessei o painel Correção em Dados, que é um Power BI alimentado pelas Universidades e organizado pela Corregedoria Geral da União desde o ano de 2017, a fim de coletar as informações relativas aos processos administrativos disciplinares de casos de violências de gênero que estão disponibilizadas através da plataforma oficial do Estado.

Em seguida, busquei os regimentos internos das Universidades Federais a fim de identificar qual a normativa interna formal existente para condução dos processos administrativos e se há alguma previsão específica para enfrentamento de casos de violência de gênero.

Por fim, entrei em contato com a Universidade Federal do Paraná a fim de coletar informações sobre os procedimentos desta instituição, em razão de ser a Universidade na qual esta pesquisa está sendo desenvolvida.

Toda essa trajetória será descrita nos próximos itens que compõem este capítulo que será encerrado com as entrevistas realizadas com 3 mulheres que sofreram violência de gênero no ambiente acadêmico, que irão corroborar com a

tese decorrente da análise dos dados (não) encontrados: as ausências são uma construção deliberada.

#### 4.1 PLATAFORMA FALA.BR E PAINEL CORREIÇÃO EM DADOS: O QUE AS UNIVERSIDADES (NÃO) DIZEM

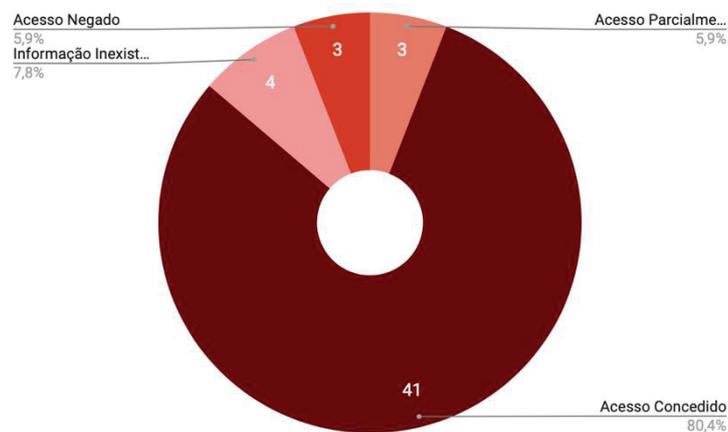
O primeiro passo foi entrar em contato com as Universidades Federais que estavam disponíveis para contato na plataforma Fala.BR à época. Foram realizadas 51 solicitações de informação sobre os processos administrativos disciplinares que envolvessem violências de gênero desde quando se tivesse registro na Instituição e informações sobre projetos, programas, resoluções e outras medidas existentes para mitigar a questão da violência de gênero no ambiente acadêmico. As solicitações foram feitas nos dias 27/04/2023 e 04/05/2023.

O pedido foi enviado para as seguintes universidades: UFPR – Universidade Federal do Paraná; UFC – Universidade Federal do Ceará; UFG – Universidade Federal de Goiás; UFJ - Universidade Federal de Jataí; UFPA – Universidade Federal do Pará; UFBA – Universidade Federal da Bahia; UFCA - Universidade Federal do Cariri; UFF – Universidade Federal Fluminense; UFLA – Universidade Federal de Lavras; UFAL – Universidade Federal de Alagoas; UFPB – Universidade Federal da Paraíba; UFCAT - Universidade Federal de Catalão; UFAM – Fundação Universidade do Amazonas; UFU – Universidade Federal de Uberlândia; UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora; UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais; UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia; UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC; UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre; UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul; UFCG – Universidade Federal de Campina Grande; UFES – Universidade Federal do Espírito Santo; UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia; UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará; UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí; UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; UFV – Universidade Federal de Viçosa; UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe; UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima; UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão; UFPel – Fundação Universidade Federal de Pelotas; UFRPE – Universidade Federal Rural

de Pernambuco; UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins; UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro; UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UFDFPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba; UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; UFRSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido; UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos; UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; UFGD – Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Encaminhamos o exato mesmo pedido para todas as universidades citadas acima, mas as respostas em relação à concessão do acesso às informações solicitadas foram bastante distintas, conforme trazido no gráfico a seguir.

GRÁFICO 15 – DECISÕES SOBRE CONCESSÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO



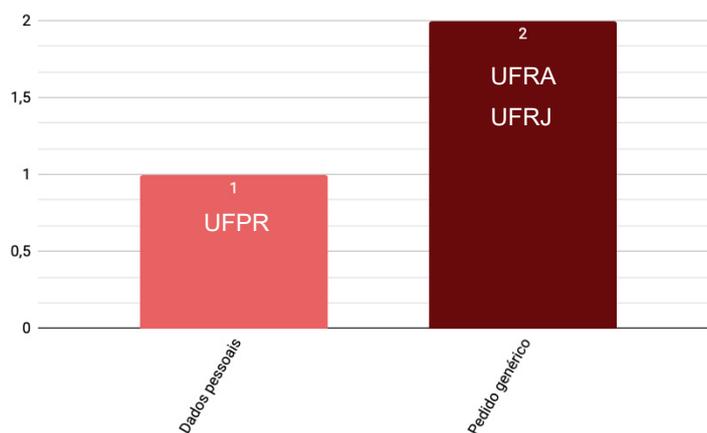
FONTE: A autora, 2024.

Dos 51 pedidos realizados, a arrasadora maioria teve uma resposta positiva em relação à concessão de acesso à informação. Apenas quatro Universidades afirmaram que a informação era inexistente: UFCA - Universidade Federal do Cariri, UFF – Universidade Federal Fluminense, UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins.

3 pedidos feitos foram negados, dois pela justificativa de serem pedidos genéricos (um pela UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia e outro pela

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro) e outro afirmando que demandaria exposição de dados pessoais e sensíveis (pela UFPR – Universidade Federal do Paraná).

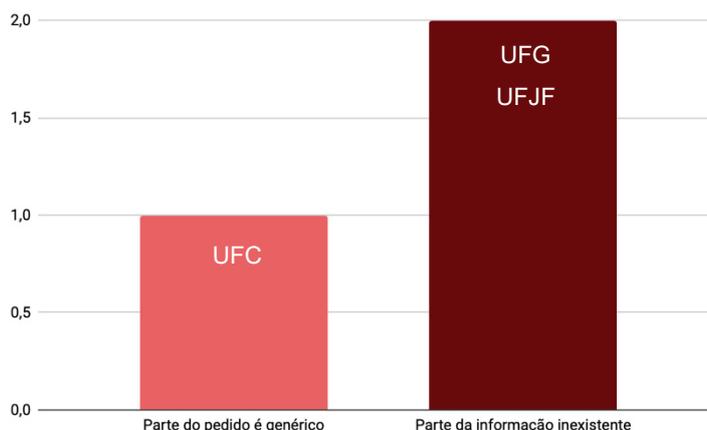
GRÁFICO 16 – MOTIVAÇÃO DAS NEGATIVAS DE ACESSO



FONTE: A autora, 2024.

Ainda, 3 pedidos tiveram acessos parcialmente concedidos, dois sob a justificativa de que parte da informação é inexistente (foram as respostas da UFG – Universidade Federal de Goiás e da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora) e um sob a justificativa de que parte do pedido é genérico (resposta dada pela UFC – Universidade Federal do Ceará).

GRÁFICO 17 – MOTIVAÇÃO DAS CONCESSÕES PARCIAIS DE ACESSO



FONTE: A autora, 2024.

Essa primeira parte já é capaz de gerar alguns questionamentos, sem nem mesmo ingressarmos no teor das respostas apresentadas pelas instituições. Vejamos, o exato mesmo pedido é considerado genérico por algumas instituições,

outras afirmam que há dados pessoais envolvidos e ainda há quem diga que algumas informações são inexistentes.

Apesar das respostas institucionais, não há genericidade no pedido feito. Requerer as informações sobre os processos administrativos disciplinares sobre violência de gênero ocorridas dentro da Universidade desde quando se tenha registro é uma solicitação bastante específica. Pode ser considerada genérica quando a própria Instituição não entende/estabelece o que é considerado violência de gênero.

O pedido realizado não apresentou uma definição do que é violência de gênero para os fins da pesquisa e, mais ainda, optamos por fugir da ideia de assédio sexual de maneira bastante deliberada. Universidades que possuem um entendimento institucional complexo sobre o problema entenderiam a necessidade de apresentar uma resposta também complexa com a delimitação do conceito de violência de gênero para fins de acompanhamento dos processos acadêmicos disciplinares e para fins de desenvolvimento de programas e projetos institucionais de combate à violência.

A resposta da UFG, que foi uma das Universidades que concedeu acesso parcial sob a justificativa de que parte da informação é inexistente, ilustra bastante esse reconhecimento de que é necessária uma delimitação:

Infelizmente não temos um relatório de dados que contenha dados segmentados sobre violência de gênero. A violência de gênero caracterizaria, dentro da nossa classificação - em observância à Resolução nº 12/2017 da UFG (em anexo) -, em atitudes discriminatórias. Porém, nessa classificação encaixam diversas outras situações e não temos essa caracterização pormenorizada para fornecer.

Já a UFJF, que também concedeu acesso parcial à informação sob a justificativa de que parte da informação é inexistente, alegou que a Diretoria de Controle foi criada apenas no ano de 2020 e que por ser recente, somado ao fato de não haver servidores em número suficiente para lidar com a demanda de trabalho, não há um trabalho de classificação dos PADs com separação tipo de infração.

Das que negaram totalmente o acesso, tanto a UFRJ a UFRA justificaram dizendo que não houve delimitação temporal no pedido realizado, sendo que foi solicitada a informação desde quando a própria instituição tivesse registro, o que permite uma delimitação temporal. O pedido não especificou os anos de maneira pragmática a fim de conseguir coletar, inclusive, a informação sobre em qual período

as Universidades Federais começaram a se preocupar com a coleta dos dados de maneira tão específica.

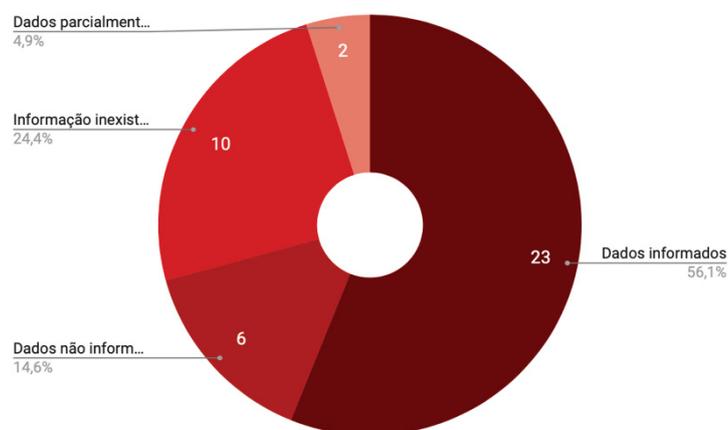
Das 4 respostas de que a informação é inexistente, a UFMG respondeu citando a realização de pesquisa de dados nos sistemas CGU-PAD (utilizado até 2022) e e-PAD da CGU (utilizado a partir de 2022). Segundo a Instituição não foram identificados registros de PADs que tivessem como objeto alguma conduta que se enquadrasse como violência de gênero. Ainda, afirmaram que os PADs que têm como interessados os discentes não foram cadastrados no sistema CGU-PAD. Já no sistema SEI, eles afirmaram não conseguir fazer nenhum tipo de pesquisa em processos que são considerados sigilosos e por isso não sabem se há alguma coisa relacionada à violência de gênero. Ou seja, as poucas informações que eles possuem são incompletas e inconsistentes.

A UFCA, que também respondeu com “Informação Inexistente” afirmou que “não existe documento ou dados já produzidos que atendam ao solicitado” e que a Lei de Acesso a Informação garante o não atendimento da solicitação que demande “trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações.” (art. 13, III, Lei 12.527/2011). Respondeu também que o pedido de informações sobre projetos, programas, resoluções ou outras medidas que enfrentem a violência de gênero na universidade é genérico, sem maiores explicações.

Por fim, a UFF e a UFT, que também responderam com “Informação Inexistente”, ambas enviaram uma frase via plataforma informando que não há registro institucional de PADs que envolvam violência de gênero. Sobre a segunda parte do pedido, sobre projetos, programas, resolução e outras medidas, sequer foi citado nas respostas.

Em relação aos 41 acessos concedidos, nem todos, de fato, concederam acesso aos dados. De todas essas, 10 Universidades (UFCAT, UFSSB, UFFS, UFOPA, UFRGS, UFDPAr, UFRSA-RN, UFAPE, UFGD e UFCSPA) afirmaram não ter registro de casos de violência de gênero (informação inexistente), sendo que a UFDPAr e a UFAPE justificaram que são instituições criadas recentemente e a estruturação de suas corregedorias também é recente, por isso não têm PADs cadastrados.

GRÁFICO 18 – INFORMAÇÕES SOBRE DADOS NOS ACESSOS CONCEDIDOS



FONTE: A autora, 2024.

Mais 6 universidades encerraram a solicitação com a resposta de acesso concedido, mas não deram, de fato, acesso aos dados. Foram elas: UFLA – Universidade Federal de Lavras, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão e UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

A UFLA afirmou que há uma “amplitude semântica” na expressão violência de gênero, o que demandaria “trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações.” (art. 13, III, Lei 12.527/2011), portanto os dados não foram disponibilizados. Tal resposta por um lado é frustrante, já que demonstra a falta de informação dentro da universidade sobre os casos existentes, mas demonstra um aspecto positivo de reconhecimento de que violência de gênero é algo complexo que não se resume a assédio sexual, como dá a entender a maior parte das outras universidades, quando respondem à solicitação com os números relativos aos assédios.

Já a UFPE respondeu informando que a planilha da CGU que é preenchida sobre os PADs não contempla a violência de gênero, o que nos permite perceber que a preocupação está exclusivamente com a resposta a uma demanda formal externa e não com o mapeamento efetivo do problema que acontece intramuros.

A UFAC disse que apenas apura os casos dos PADs, mas que não separa por temática. Ou seja, não há controle algum sobre os processos administrativos

que acontecem dentro da universidade e isso seria o primeiro passo necessário para mapear os problemas e encontrar maneiras de mitigá-los.

A UFES se limitou a informar que encaminha os dados para a plataforma Correição em Dados da CGU e sugeriu o acesso na plataforma para coleta das informações. A UFMA afirmou que enviaria a resposta anexa, mas o anexo continha um documento com o print da própria solicitação realizada.

Por fim, a UFMT disse que não aceita solicitações de dados para fins de pesquisa por meio da plataforma oficial do governo federal (Fala.BR) e não disponibilizou nenhum dado ou informação requerido. O que é bastante simbólico e demonstra diretamente a Universidade atuando de maneira ativa para não ser um espaço demandável, já que não aceita pedido de informações dentro da plataforma oficial para pedidos de informações.

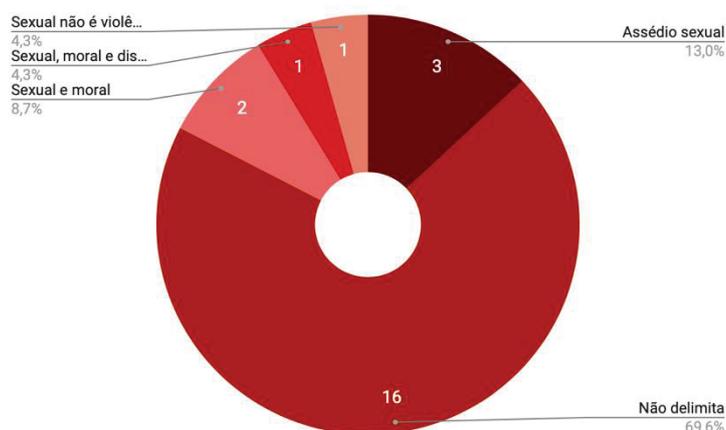
Em relação às duas Universidades que consideramos que informaram parcialmente os dados (UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC e UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto), foi interpretado dessa forma já que elas apresentaram listas com todos os PADs da instituição para que fosse feita a coleta dos dados requeridos. Ou seja, o acesso foi concedido, mas a Universidade demonstrou não ter uma análise própria em relação aos dados que produz, já que não faz a leitura crítica deles.

Portanto, das 41 Universidades que encerraram a solicitação com a resposta “acesso concedido”, apenas 23 delas informaram os dados relativos aos PADs que foram requeridos, foram elas: UFJ - Universidade Federal de Jataí, UFPA – Universidade Federal do Pará, UFBA – Universidade Federal da Bahia, UFAL – Universidade Federal de Alagoas, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, UFAM – Fundação Universidade do Amazonas, UFU – Universidade Federal de Uberlândia, UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia, UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, UFV – Universidade Federal de Viçosa, UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe, UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima, UFPel – Fundação Universidade Federal de Pelotas, UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFSCar – Fundação Universidade

Federal de São Carlos, UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Acontece que esses dados vêm carregados de significantes, já que em sua maior parte são relativos a denúncias de assédio sexual, o que é encarado como sinônimo de violência de gênero pelas Universidades. Algumas reconhecem esse referente ausente do assédio sexual, quando informam que os dados apresentados são sobre isso, mas a maioria só usa do mecanismo sem problematizá-lo.

GRÁFICO 19 – DELIMITAÇÃO DOS DADOS INFORMADOS



FONTE: A autora, 2024.

Por isso que, 3 universidades (UFJ, UFSC e UFS) informam que os dados são relativos aos casos de assédio sexual, 2 informam que são relativos a assédio sexual e moral e uma a assédio sexual, moral e discriminação de raça, enquanto 16 apenas apresentaram os dados sem informar qual o conceito de violência de gênero está englobado por eles. Isso faz com que questões de gênero e questões de raça, nos termos daquilo que vimos no capítulo anterior, sejam apagadas da existência institucional para fins de se tornarem situações não passíveis de luta.

A maior parte das universidades se utiliza da plataforma Correição em Dados da CGU para armazenagem dos dados. Isso fica bem nítido com o teor das respostas, que ou indicam a plataforma como o local adequado para acesso dos dados, ou apresentam os números a partir das divisões que a CGU elencou dentro da plataforma.

O painel correição em dados da CGU é alimentado pelos próprios órgãos federais em relação aos processos administrativos e correicionais através do sistema ePAD que teve seu uso obrigatório instituído pela portaria 2463/2020 da

CGU. Os dados anteriores eram coletados através do sistema CGUPAD e foram adicionados ao painel correção em dados.

O painel correção em dados permite aplicar vários filtros de pesquisa, utilizei alguns para poder delimitar o que mais interessava a este trabalho. Portanto, no filtro Ministério/Secretária, selecionei o Ministério da Educação, no filtro corregedoria selecionei, individualmente, as universidades citadas anteriormente, para as quais foram enviadas as solicitações de informação via sistema Fala.BR e no filtro assunto do procedimento selecionei dois: “conduta de conotação sexual” e “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências”.

E só essa categorização já gera uma série de questionamentos, já que ela constrói ausências. O primeiro e mais gritante ponto é que a violência de gênero, lida nos termos propostos no capítulo anterior, pode ser praticada nas mais diversas condutas enquadradas em outras categorias como “assédio moral”, “dificultar/intervir na atividade de investigação de agentes públicos”, “falta de urbanidade”, “conduta escandalosa”, “incontinência pública”, “manifestação de apreço ou despreço”, dentre outras.

Acontece que o painel não apresenta nenhum tipo de recorte e/ou informação que nos permita entender o perfil das vítimas, colocando-as num lugar ausente, de inexistência e silenciando as suas resistências ao não permitir que se saiba ao menos os dados demográficos das pessoas envolvidas.

Por isso que não conseguimos pesquisar informações sobre quantos PADs/sindicâncias foram abertos contra homens ou mulheres, ou pessoas brancas, pretas, indígenas, por exemplo. Também não conseguimos pesquisar sobre as vítimas envolvidas fazendo qualquer tipo de recorte. E, mais ainda, como não existe a opção “discentes” dentro do filtro “vínculo do agente público” (apenas ente privado, que se divide em pessoa física ou jurídica) é bem possível que os PADs que acontecem em razão de violências que ocorrem entre discentes não estejam elencados nos dados lá apresentados.

Por isso tudo a escolha dos filtros “conduta de conotação sexual” e “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências”, por serem os dois mais capazes de nos trazer alguma informação, mas não que sejam informações adequadas. Aliás, longe disso.

Conforme trazido no capítulo anterior, o assédio sexual ou a conduta de conotação sexual, não é sinônimo de violência de gênero e, da forma como os

dados são apresentados no painel reforça a Universidade como um não-lugar para mulheres pretas e mulheres trans.

Da mesma forma o filtro “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências”, seja pela amplitude da categoria, que coloca uma série de violências “no mesmo pacote”, seja pela delimitação dos termos usados, já que existe uma diferença entre os termos “sexual” e “gênero” e, com a escolha de “sexual” as pessoas trans e travestis, novamente, sequer têm sua existência reconhecida, já que há um fundo biologizante.

Importante destacar que apesar de a pesquisa ter selecionado os dois filtros para verificação dos processos instaurados, apenas encontrou resultados em relação ao filtro “conduta de conotação sexual”, ou seja, não houve nenhum PAD enquadrado como “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências”.

A fim de compatibilizar as informações dadas pelas universidades através das solicitações enviadas no Fala.BR com as informações prestadas pelas universidades através do ePAD que alimenta o painel correção em dados da CGU, elaborei tabelas comparativas, que podem ser encontradas no apêndice 1 desta tese.

Das Universidades que responderam com informação inexistente ou pedido genérico (UFMT, UFRRJ, UFRA, UFMG, UFAC, UFLA, UFCA, UFES, UFPE, UFJF, UFRJ), em apenas dois casos (UFAC e UFMG) realmente não há nenhum caso cadastrado no painel da CGU. Todas as demais têm casos de conduta de conotação sexual registrados.

Das Universidades que apresentaram dados através da solicitação enviada pela plataforma FALA.BR, apenas 7 apresentaram os mesmos números que foram encontrados no painel correção em dados da CGU, foram elas: UFSB, UFCAT, UFERSA, UFCSPA, UFJ, UFBA e UFAP. Acontece que, das 7 apenas uma (UFBA) apresentou a instauração de um PAD em 2023 de conduta de conotação sexual, todas as demais têm registros zerados.

Já a UFG, UFOPA, UFPeI, UFOP, UFSCar, UFPA, UFC, UFAM, UFAL, UFPB, UFF, UFU, UFABC, UFFS, UFCG, UFOB, UFPI, UFSM, UFSC, UFV, UFRR, UFMA, UFRPE, UFT, UFTM, UFRB, UFRGS, UFDPAr, UFRN, UFGD, UFMS, UFVJM e UFJ apresentam dados discrepantes, seja em quantidade de PADs instaurados, seja nos anos de instauração dos PADs.

E sequer é possível identificar um padrão nessas discrepâncias, pois há universidades que responderam ter muito mais casos do que aqueles encontrados no painel da CGU, como o caso da UFG que respondeu ter registro de 49 casos (passíveis de serem encontrados através da lista encaminhada pela universidade), enquanto no painel apenas aparecem 25 PADS.

Mas também há universidades que afirmam ter bem menos casos do que aqueles informados no painel, como é o caso da UFSCar que afirmou ter tido 2 casos (um em 2022 e um em 2023), mas no painel da CGU constam 10 PADs relativos à conduta de conotação sexual (um em 2015, 2 em 2018, um em 2019, 2 em 2020, 3 em 2022 e 2 em 2023).

Três casos específicos me chamaram atenção durante o processo de pesquisa. Primeiro a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que afirmou nunca ter acontecido um caso de violência de gênero na Universidade, o que, por si só, já é algo difícil de acreditar, em sendo uma universidade fundada em 1934. Mas a história não se sustenta quando no painel correção em dados (que, friso aqui, é alimentado pelas informações dadas pelas próprias universidades através do sistema ePAD), aparecem dois casos de conduta de conotação sexual, um em 2018 e um em 2019.

O segundo caso foi da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que apresentou uma resposta com a descrição das condutas que estavam sendo apuradas nos PADs que envolviam violência de gênero. Dentre os 25 PADs citados havia condutas de assédio sexual, falta de urbanidade e assédio moral. No painel correção em dados só foram encontrados 15 casos de conduta de conotação sexual.

Por fim, o terceiro caso foi o da UFTM, que no painel correção em dados não foi encontrado nenhum caso, mas que na resposta dada através da plataforma Fala.BR, informou ter havido um caso em 2017 e outro em 2021. Sendo que, o caso de 2021 foi um PAD aberto contra um servidor que era médico e que estava sendo acusado de estupro, mas, segundo a Universidade, como a situação do estupro aconteceu na vida privada do servidor, o PAD foi arquivado.

Tudo isso apenas demonstra a construção deliberada, por parte das Universidades, das ausências em relação à violência de gênero no ambiente acadêmico. Uma das primeiras maneiras de enfrentar o problema é reconhecê-lo, construir/coletar informações sobre ele e encará-lo. As Universidades quando

sequer possuem dados confiáveis sobre a situação estão, para além de sendo coniventes com o problema, construindo um espaço de conforto no qual não serão demandadas, já que não há nem informações sobre ele.

Ressalto, por fim, que das 51 Universidades contatadas, à época apenas 12 tinham mulheres como reitoras. Inclusive a UFG, que foi a que deu uma das respostas mais complexas, com pesquisa desenvolvida no âmbito da universidade, o que é bastante simbólico, pois nos leva a interpretar que a preocupação com violência de gênero se torna real apenas quando há mulheres ocupando espaços de poder (que nos são negados).

E, cria outra preocupação maior ainda: se é necessário um representante de cada minoria específica, que esteja engajado com as pautas e ocupando espaço de poder, para conseguir desenvolver pesquisas no âmbito institucional que impactem a comunidade acadêmica e gerem reflexos as mulheres negras, trans e travestis nunca terão seus direitos garantidos, já que o processo de aniquilamento de seus corpos é muito mais violento e intenso nos ambientes universitários (Passos, 2022).

A quem isso serve? Àqueles que pretendem manter os corredores universitários como os corredores de acesso da elite (Segato, 2021). E os dados coletados, ou melhor, a ausência de dados constatada demonstra esse mecanismo pernicioso em atividade. Não é possível combater aquilo que “não existe” e no ambiente acadêmico se não há dados sobre algo, esse algo “não existe”.

A ausência desempenha muito bem o seu papel de esconder o lado mais cruel da universidade: o lado violento, racista, machista, sexista, elitista que exclui alguns corpos para as margens (Anzaldúa, 2000) a fim de manter outros no centro.

Por isso tudo que afirmo que não é uma ausência por falta de informação por parte das universidades, mas sim uma ausência construída deliberadamente. Não se objetiva coletar informações para que consigam se manter no lugar não demandável. Isso fica ainda mais nítido com a interação que eu e minha orientadora, professora Clara, tivemos com a Universidade Federal do Paraná, conforme contarei a seguir.

## 4.2 COMEÇANDO DENTRO DE CASA: ACESSO NEGADO AOS BANHEIROS E AOS DADOS

Como falei anteriormente, a pesquisa teve seu pontapé inicial em razão de uma demanda interna trazida ao conhecimento da minha orientadora, professora Clara, a partir da realidade da Universidade Federal do Paraná que não possui diretrizes, resoluções, regimentos estabelecidos para lidar com o problema existente.

Portanto, começamos submetendo ao comitê de ética em pesquisa das ciências sociais e humanas um projeto que visava acessar os processos acadêmicos disciplinares da Universidade Federal do Paraná, para entender o procedimento seguido e identificar possíveis participantes da pesquisa.

Depois de aprovado o projeto, enviamos e-mail para a diretoria disciplinar da Universidade, com o parecer favorável do comitê de ética anexado, requerendo o acesso às informações para fins de pesquisa. Na primeira tentativa não recebemos resposta alguma ao e-mail.

Insistimos e mandamos novamente e-mail requerendo acesso. Desta vez ele foi respondido com a informação de que o requerimento deveria ser feito através da plataforma oficial Fala.BR e que assim a solicitação seria analisada pelo setor competente.

Entramos em contato com a Universidade através da plataforma (protocolo nº 23546.032467/2023-51), conforme a orientação recebida via e-mail, informando sobre a aprovação do projeto no comitê de ética, no qual há o comprometimento com o sigilo dos dados sensíveis, e requerendo acesso à documentação.

12 dias depois da realização do requerimento a resposta institucional foi a seguinte: “Em atenção ao protocolo, informamos que a mesma não se trata de pedido de informação, motivo pelo qual encerramos a demanda”. Diante disso, realizamos novo protocolo (nº 23546.036917/2023-85) requerendo acesso e/ou informação de qual o caminho adequado a ser seguido, diante da inconsistência das informações oficiais.

Nesta segunda tentativa a diretoria disciplinar respondeu informando que entraria em contato via e-mail e abriria um processo SEI para cuidar da demanda. De fato, o e-mail foi enviado com 4 decisões relativas a PADs e com os dados anonimizados. Exclusivamente as decisões e não os processos completos.

Respondemos o e-mail requerendo o acesso completo, conforme autorizado, para fins de pesquisa, mas não obtivemos resposta. Foi então que abrimos novo protocolo na plataforma Fala.BR (nº 23546.057907/2023-83) informando justamente que o acesso não havia sido concedido da maneira como tinha sido autorizado pelo comitê de ética e requeremos, novamente, a disponibilização dos dados completos ou então a informação do local adequado para requerimento dos dados.

A manifestação foi respondida pela diretoria disciplinar informando que havia um processo SEI aberto e que enviaria, novamente, um e-mail para tratar da demanda. E, mais uma vez, recebemos um e-mail da diretoria informando que a anonimização dos dados é um processo trabalhoso e que precisariam de mais tempo para poder disponibilizar os PADs.

Acontece que, conforme dito, o sigilo em relação aos dados pessoais e sensíveis das pessoas envolvidas nos PADs solicitados é pressuposto de admissibilidade e aprovação do projeto perante o comitê de ética em pesquisa da própria Universidade, sob pena de responsabilização tanto da pesquisadora principal (que é sempre a orientadora, no meu caso a professora Clara), quanto da pesquisadora assistente, que neste caso sou eu.

Tudo isso foi ponderado tanto no momento da abertura do último protocolo realizado na plataforma Fala.BR, quanto durante a troca de e-mails feita com a diretoria disciplinar. Acontece que a diretoria, depois de informar que iria anonimizar todos os dados dos PADs, nunca mais respondeu às tentativas de contato. Enviamos e-mails solicitando o envio, requerendo acesso, pedindo informações e nunca mais recebemos respostas.

Em paralelo a isso, a professora Clara deu seguimento à tentativa de levar a proposta de resolução que construímos para análise de espaços capazes de realizarem aprovação e instituição daquele texto, mas sempre encontrando grande resistência, ou o mesmo padrão de ausência de respostas que encaramos durante todo o processo de pesquisa.

Mais ainda, a professora Clara chegou a ouvir que “nunca tínhamos entrado em contato requerendo acesso aos PADS”, apesar de todos os registros formais que foram feitos tanto via e-mail, quanto via plataforma oficial para acesso à informação.

Apesar de a história caber numa descrição de apenas duas páginas, estamos falando de um processo de mais de um ano de tentativas infrutíferas de acesso a dados que foram autorizados para fins de pesquisa. E o questionamento que fica é:

qual o problema em olharmos para o procedimento adotado nos PADs que envolvem violência de gênero no ambiente acadêmico? Há algo que não se pode ver lá dentro, para além dos dados sensíveis dos envolvidos?

Conforme defendido aqui, acreditamos que todas essas ausências possuem uma construção deliberada, a fim de esconder a manutenção da ocupação do espaço por parte daqueles que são considerados seus ocupantes “naturais e por direito”. Isso é feito a fim de invisibilizar o racismo, a transfobia, os assédios e todas as demais violências que sustentam a lógica colonial que ainda impera nas universidades e que, dessa forma, vão sendo naturalizados e reforçando a exclusão de alguns corpos (Segato, 2021, p. 324-331).

Um exemplo concreto disso foi presenciado pela minha orientadora durante uma reunião na qual foi debatida a questão dos banheiros do prédio do Direito da UFPR, mais especificamente os banheiros do terceiro andar, que é o andar destinado à pós-graduação.

Em reunião oficial, na qual participaram professores, servidores e discentes, um dos tópicos da pauta era a readequação dos banheiros do terceiro andar, que eram banheiros divididos entre masculino e feminino, para banheiros sem gênero, nos quais qualquer pessoa, independentemente de sua identidade de gênero, pudesse utilizar.

A pauta foi levantada a partir de uma demanda de alunas trans levada à Comissão de Gênero em razão de uma necessidade de um debate sério sobre a questão já que a universidade precisa ser um ambiente plural e que preze, para além do ingresso, pela permanência de todos os alunos, o que demanda, inclusive, um olhar cuidadoso para aqueles que ocupam as bordas desses espaços.

Aqui, no caso em questão, falamos especialmente de pessoas trans, travestis e não binárias, que são violentadas a cada vez que precisam realizar um simples ato da vida cotidiano, que é frequentar um banheiro num espaço coletivo. Tanto é que esse debate, sobre a questão de banheiro sem gênero, tem sido levantado nos mais variados espaços como uma questão vinculada à dignidade e ao respeito.

Porém, na citada reunião, uma professora achou pertinente afirmar que não se sentiria confortável em cruzar com um homem no banheiro e por isso era contra a instituição de banheiros sem gênero no terceiro andar do prédio do Direito.

Um “comentário” desse tipo ser dito de maneira tão naturalizada levanta uma série de questões. A primeira e mais gritante é a transfobia (invisibilizada e

transformada em ausência) existente e maquiada enquanto opinião e desconforto de uma mulher (branca e privilegiada), que não foi capaz de escutar (Diniz e Gebara, 2022) as demandas que outras pessoas vulnerabilizadas e que (r)existem nas fronteiras (Anzaldúa, 2005) universitárias.

A permanência universitária passa pela condição de bem-estar dos corpos que ocupam aquele espaço (Segato, 2021, p. 330) e justamente para a manutenção da lógica colonial que o bem-estar universitário é construído institucionalmente de maneira direcionada e excludente.

Outro ponto importante de ser destacado é a naturalização institucionalizada, já que a fala transfóbica da professora foi enfrentada por pouquíssimas pessoas presentes, segundo o relato feito a partir da observação participante da professora Clara, sendo que a arrasadora maioria ou se absteve, ou acolheu o “desconforto” levantado.

E, mais ainda, apesar de ter praticado uma violência com seu “comentário”, não houve, até onde se saiba, qualquer tipo de responsabilização institucional da professora em razão da transfobia cometida. O que só demonstra, mais uma vez, o comprometimento institucional com a construção de ausências, ao não se posicionar diante de uma fala violenta proferida em uma reunião oficial, o que legitima o cometimento de novas violências, diante da convivência da instituição e da não responsabilização da agressora.

Para além disso, o caso narrado retrata a total inabilidade institucional para lidar com demandas que envolvam questões complexas, como é o caso das violências de gênero lidas a partir da interseccionalidade e, para além disso, o próprio posicionamento institucional como espaço não demandável.

Neste caso, foi a intervenção de outras professoras e estudantes participantes da reunião que expôs a violência contida naquela fala e trouxe para o debate argumentos científicos que pudessem auxiliar numa tomada de decisão fundamentada para além de um suposto “desconforto”. Por fim, os banheiros do terceiro andar foram transformados em banheiros sem gênero.

Porém, nos dias que se seguiram a retirada das placas indicando o gênero do banheiro, frequentadores do local se sentiram autorizados a colar avisos de papel nas portas insistindo na gendrificação daqueles espaços.

Este foi um dos exemplos das violências cotidianas que acontecem reiteradamente nos corredores universitários e que não recebem qualquer tipo de

resposta institucional, já que as universidades se constroem enquanto ausentes para que as violências, as quais elas não enfrentam, lembrem aos ocupantes das fronteiras que aqueles corredores, que dão acesso aos espaços de poder (Segato, 2021), não são espaço a ser ocupado por eles.

Por fim, gostaria de destacar que quando a diretoria disciplinar encaminhou as decisões dos PADs anonimizadas, enviou 4 decisões. A questão é que, segundo o painel correição em dados da CGU, até 2023 foram instaurados 11 PADs sobre “condutas de conotação sexual”, sendo que até 2023, 7 foram concluídos, ou seja, tiveram algum tipo de decisão. Em relação à “discriminação ou preconceito racial, sexual, religioso, por idade ou devido a deficiências” não houve resultados.

Ou seja, infelizmente a UFPR compõe o rol de Universidades Federais, junto de tantas outras conforme visto anteriormente, que não possuem informações suficientes e confiáveis sobre casos de violências de gênero o que é o primeiro passo para a construção das ausências resultantes em exclusões de corpos e manutenção de poder.

#### 4.3 REGIMENTOS INTERNOS, RESOLUÇÕES E PROGRAMAS: QUAIS AS GARANTIAS?

Como falei anteriormente, a pesquisa teve seu pontapé inicial em razão de uma demanda interna trazido ao conhecimento da minha orientadora professora Clara, a partir da realidade da Universidade Federal do Paraná que não possui diretrizes, resoluções, regimentos estabelecidos para lidar com o problema existente.

Por isso foi adicionado ao pedido de informações enviado para as universidades através da plataforma Fala.BR o requerimento sobre as resoluções, regimentos, diretrizes, projetos, programas e outras medidas que as universidades possuíam para enfrentamento à violência de gênero.

É claro que a questão da violência, conforme debatemos durante a elaboração da proposta de resolução encaminhada para a UFPR, não é um problema que será resolvido através de um regimento que contenha regras específicas para o procedimento de processos administrativos e/ou punição para os agressores.

O combate às violências passa por uma questão de desconstrução cultural, educação, constrangimentos, resistências coletivas dentre outras coisas que desfaçam os locais demarcados para cada papel. Mas, ainda assim, enquanto não conseguirmos atingir o ideal: uma Universidade efetivamente plural, democrática, que respeita e valoriza os direitos humanos enquanto instituição, precisamos ter mecanismos institucionalizados que garantam os direitos de todas as pessoas que convivem no ambiente acadêmico.

As Universidades, especialmente as públicas enquanto instituições estatais, devem observar a devida diligência<sup>6</sup> em relação aos direitos humanos, ou seja, o dever de respeito e garantia aos direitos sob pena de responsabilização a nível internacional.

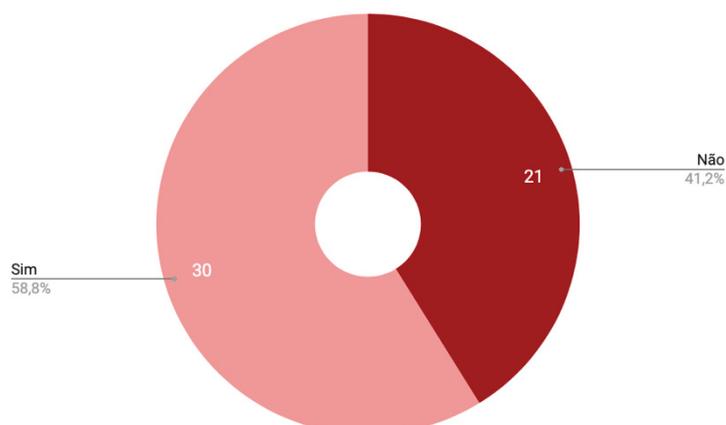
Acontece que, apesar disso, são pouquíssimas as Universidades que reconhecem a importância da questão e que se comprometem a atuar como agentes corresponsáveis pela realidade que enfrentam. Isso, novamente, corrobora a tese de que as Universidades constroem ausências de dados, resoluções, programas, respostas etc. a fim de se manter enquanto espaço não demandável e perpetuar a ocupação e permanência nos seus corredores por corpos específicos.

As respostas obtidas demonstram isso que está sendo afirmado. Aliás, muitas Universidades sequer responderam, apresentando respostas apenas sobre os dados, ou negando resposta em relação a tudo. Das 51 perguntas, apenas 30 trouxeram algum tipo de informação sobre programas, projetos e resoluções que envolviam questões relacionadas à violência de gênero.

---

<sup>6</sup> A devida diligência é lida a partir do artigo 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Reconheço que estamos tratando de um documento com raízes coloniais, especialmente em razão da sua origem, contudo não podemos diminuir o impacto que este tipo de acordo gera nas respostas e comprometimento estatal em relação à efetivação de direitos, justamente pelo receio em relação às possíveis sanções. Um bom exemplo desta lógica é a Lei de Violência Doméstica.

GRÁFICO 20 – RESPONDERAM SOBRE PROGRAMAS, PROJETOS E RESOLUÇÕES

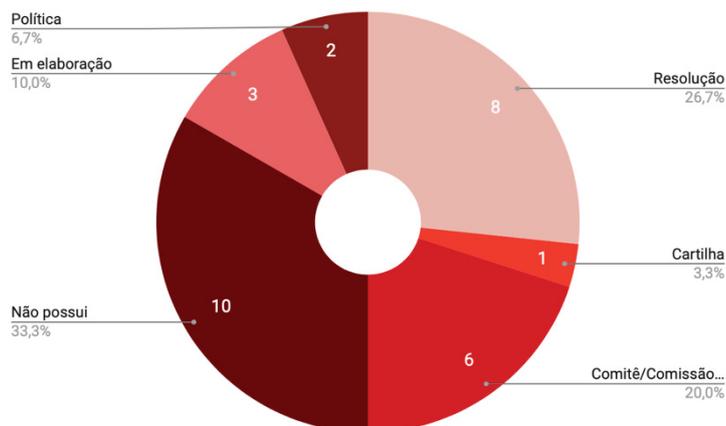


FONTE: A autora, 2024.

Ainda, dentre as que responderam à pergunta feita, 10 delas afirmaram não ter nenhum programa, resolução ou projeto oficial instituído para enfrentamento da questão. Dentre as 20 que responderam com algo, 3 delas falaram que estão elaborando documentação oficial, 2 afirmaram ter políticas específicas, 8 afirmaram possuir resoluções específicas, 1 disse que possui uma cartilha e 6 afirmaram ter comitês/comissões/núcleos de pesquisa para enfrentamento. Todas as 20 citaram também projetos de pesquisa/extensão específicos desenvolvidos dentro de programas de graduação ou pós-graduação por alunos e professores.

É claro que pesquisa e extensão são extremamente importantes, tanto que junto do ensino compõem a própria Universidade, mas não podem ser considerados como resposta suficiente para o enfrentamento institucional em relação à violência de gênero no ambiente acadêmico. Até porque muitos desses projetos e programas não estão direcionados para a realidade da violência no ambiente universitário, mas sim para análises externas.

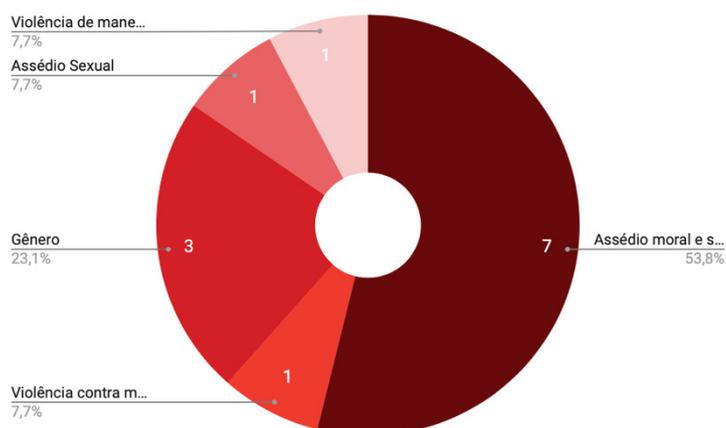
GRÁFICO 21 – PROGRAMAS INSTITUÍDOS POR AQUELAS QUE RESPONDERAM



FONTE: A autora, 2024.

Dentre as que responderam possuir algo institucionalizado para enfrentar a questão da violência, foi possível identificar em 13 respostas qual o recorte de enfrentamento estabelecido, seja na resolução, na cartilha ou no foco dado pelo comitê instituído. Da mesma forma como nas respostas em relação aos PADs, o ponto principal é o assédio. 7 mecanismos de enfrentamento são focados em assédio moral e sexual, enquanto apenas 3 falam de questões de gênero de maneira interseccional (Comitê da UFGD, Resoluções da UFSM e da UFABC). 1 foca apenas em violências de maneira geral, 1 apenas assédio sexual e 1 é especificamente violência contra a mulher, sem tensionar a categoria ou analisá-la de forma interseccional.

GRÁFICO 22 – ENFRENTAMENTO NOS PROGRAMAS INSTITUÍDOS



FONTE: A autora, 2024.

Acontece que esses mecanismos apontados pelas Universidades não abrangiam uma estruturação de formas de responsabilização de eventuais agressores em casos de violência de gênero. Alguns focavam no atendimento e

acolhimento das vítimas, projetos e programas para disseminação de conhecimento e enfrentamento, mas sem objetivar punições e responsabilizações de maneira institucionalizada.

Essa ausência de resposta institucional oficial pode abrir brecha para resposta não oficiais insuficientes e, também, violentas, ainda mais por lidar com demandas tão complexas dentro de um ambiente heterogêneo. Por exemplo, um homem negro cis que cometa uma violência de gênero contra uma mulher branca trans receberá a mesma “punição” que um homem branco cis ao cometer o mesmo tipo de violência?

A chance de a punição dada ao homem negro ser, na verdade, uma nova violência decorrente de uma lógica racista é muito alta, já que não há mecanismos oficiais de controle procedimental em relação a isso. Retirada de bolsas, exclusão de programas, isolamento social etc. são coisas que podem e acabam acontecendo de maneira desproporcional, já que, no exemplo citado, para além da questão de gênero, há uma questão racial envolvida. Ou seja: uma demanda complexa, que precisaria de uma resposta institucional complexa.

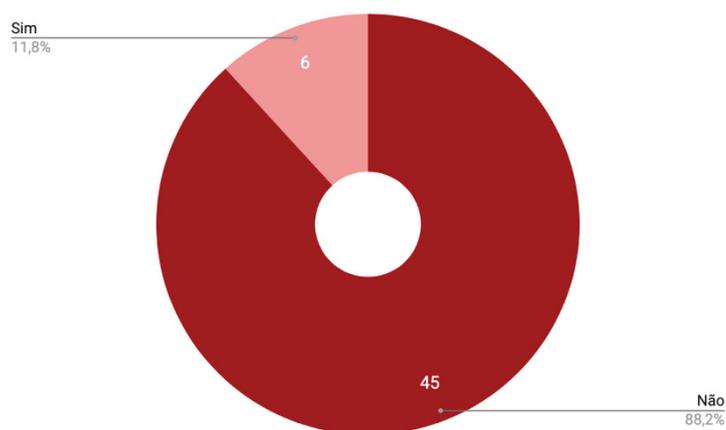
Mas, conforme os dados nos apontam, ou melhor, a ausência desses dados, as Universidades não estão preparadas para atender sequer demandas mais simples, que dirá as complexas. A ausência de mecanismos institucionais claros e eficazes abre brecha para subjetivação nas análises e nas aplicações de penalidades. Mais ainda, para a própria determinação de instauração de PADs.

Por isso tudo que a construção de mecanismos formais, sejam resoluções que tratem do regime disciplinar e do procedimento específico para casos complexos, sejam ajustes nos próprios regimentos gerais das Universidades que, geralmente, já contém os regimes disciplinares, são extremamente essenciais no combate às violências, sejam aquelas cometidas e que precisam de respostas, sejam as institucionais que decorrem da incapacidade institucional de resposta.

De maneira complementar e, considerando que o documento oficial que estabelece princípios e diretrizes e, ainda, o regime disciplinar a ser seguido pelas instituições é o Regimento Geral de cada Universidade, pesquisamos por cada regimento (disponibilizados nos sites oficiais das Universidades) a fim de identificar se há alguma menção específica a questões de gênero e/ou raça nessa documentação.

Das 51 Universidades pesquisadas, correspondentes à mesma lista de Universidades contatadas pela plataforma Fala.BR, citadas anteriormente, apenas 6 possuem Regimentos nos quais há alguma correspondência às palavras: gênero ou mulher ou raça ou discriminação ou racismo ou homofobia ou transfobia. 45 universidades não possuem qualquer menção a isso em seus regimentos.

GRÁFICO 23 – REGIMENTOS INTERNOS QUE ABORDAM QUESTÕES RELATIVAS A DISCRIMINAÇÕES



FONTE: A autora, 2024.

Nas 6 universidades nas quais a questão é apontada nos regimentos internos, em 4 delas (UFCA, UFCAT, UFPE e UFOP) o respeito à diversidade de gênero, raça e orientação sexual, bem como o combate a todas as formas de discriminação é apontado como princípio da própria instituição.

Em 2 delas (UFG e UFCAT) a prática, indução ou incitação de discriminações de raça, gênero ou orientação sexual, dentre outras é prevista como passível de pena de suspensão, dentro das condutas passíveis de penalidades previstas pelo regime disciplinar das Universidades.

Por fim, o respeito aos “membros da comunidade acadêmica sem discriminação ou preconceitos, de raça, cor, orientação sexual, gênero, religião, classe social, ideologia política ou outros” é previsto como um dos deveres do corpo discente da UFAPE.

É assustador perceber que dentro dos regimentos internos, que são os instrumentos formais mais importantes para orientar as regras institucionais e que, via de regra, contém os princípios que regem as Universidades, o reconhecimento do respeito à diversidade e da não violência exista em apenas 6 casos.

Ainda, tendo em vista que a plataforma Fala.BR não havia sido adotada por todas as Universidades Federais brasileiras à época da pesquisa, pois segundo o Ministério da Educação em 2022 havia 69 instituições e em 2023 conseguimos contato com apenas 51, apresento, de maneira complementar, um estudo realizado pelas pesquisadoras Neiva Furlin e Ana Cristina Coll Delgado, vinculadas respectivamente à UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) e FURG (Universidade Federal do Rio Grande).

A pesquisa foi apresentada num artigo intitulado “Enfrentamento da violência de gênero em universidades federais brasileiras: mapeamento dos mecanismos institucionais”. As pesquisadoras, no ano de 2022, fizeram um levantamento dos mecanismos institucionais utilizados pelas Universidades Federais brasileiras através de consultas ao site institucional, pesquisas no google e envio de e-mail oficial com questionário no google forms para resposta oficial das instituições, que foi respondido por apenas 22 instituições.

Segundo a pesquisa, apenas 23 Universidades possuem algum mecanismo ou política institucional para prevenção à violência de gênero e/ou acolhimento das vítimas, e na maior parte isso é decorrente de pressão externa de coletivos feministas. São elas:

TABELA 2 – UNIVERSIDADES COM MECANISMOS PARA ACOLHIMENTO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

<b>Finalidade dos Mecanismos</b>	<b>Número</b>	<b>Universidades</b>
Acolhimento e enfrentamento da violência de gênero	14	FURG / UFPe1 / UFSM (2) / UFRGS / UNILA / UFPR / UFRRJ / UFSC / UnB / UFG / UFCat / UFNT / UFABC <sup>15</sup>
Enfrentamento da violência contra mulheres	6	UnB / UNIFAL / UFOP / UFU / UFAL / UFPB
Enfrentamento da violência contra a comunidade LGBTQIA+	3	UNIFAL / UnB / UFRN

FONTE: Furlin; Delgado, 2024.

Acontece que, quando comparamos os resultados encontrados pelas pesquisadoras, com as respostas dadas pelas próprias Universidades ao questionamento feito através da plataforma Fala.BR, apenas 10 das citadas no quadro acima responderam com informações sobre os programas, projetos e resoluções (UFG, UFAL, UFPB, UFCAT, UFU, UFSM, UFABC, UFOPA, UFPe1 e UFRN).

Nem todas as universidades apontadas no quadro acima utilizavam a plataforma Fala.BR à época da pesquisa. Para além das 10 citadas anteriormente,

apenas mais 2 também foram contatadas durante o desenvolvimento desta tese, a UFSC e a UFRGS, que não responderam sobre a existência de programas, projetos e resoluções.

Em razão da utilização da Plataforma Fala.BR, que gera uma obrigação de resposta por parte dos órgãos, nossa pesquisa, de maneira geral, acabou recebendo mais respostas que a citada anteriormente, já que o contato feito por elas foi através de e-mail. Contudo, em relação aos mecanismos de enfrentamento apenas 17 responderam informando sobre alguma ação, programa, resolução etc.

A discrepância entre os resultados encontrados por Neiva e Ana Cristina e os resultados decorrentes das perguntas feitas através da plataforma de acesso à informação novamente corroboram a hipótese de que a ausência de informações seguras e confiáveis sobre a questão traduz a realidade das Universidades Federais e, mais ainda, tendo em vista a baixíssima taxa de respostas em ambas as pesquisas por parte das Universidades, fica evidente o total desinteresse e a falta de preocupação institucional com a temática.

Da mesma forma como nós não obtivemos respostas sobre isso para fins de realização de pesquisas, as pessoas que enfrentam situações de violência no ambiente acadêmico também possuem pouca (ou nenhuma) informação institucional capaz de auxiliar. Aliás, mais ainda, as Universidades têm sido tão bem-sucedidas em sua empreitada para se tornar espaços não demandáveis que a resposta institucional sequer é buscada.

Os dados do questionário aplicado corroboram com a hipótese e, conforme veremos a seguir, as histórias gentilmente compartilhadas comigo por três estudantes, também confirmam a hipótese levantada nesta tese.

#### 4.4 APRENDENDO COM A ESCUTA

Depois da negativa de acesso aos dados por parte da UFPR, ou melhor, depois das ausências de resposta mesmo tendo sido permitido o acesso, precisamos recalcular a rota da pesquisa, conforme explicado na descrição da metodologia utilizada.

Para tanto, a aplicação do questionário apresentado anteriormente foi uma das estratégias para encontrar pessoas dispostas a compartilhar suas experiências que envolvessem violências de gênero no ambiente acadêmico.

Submetemos um projeto de pesquisa ao Comitê de Ética das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Paraná com o detalhamento da pesquisa, já que a proposta envolvia o contato direto com outros seres humanos.

Uma das partes essenciais no detalhamento da proposta é a especificação dos riscos envolvidos na pesquisa, especialmente para as pessoas que se dispuserem a participar dela e quais as maneiras previstas para mitigação desses riscos.

O maior risco envolvido na pesquisa que propusemos perante o Comitê de Ética era uma possível revitimização das pessoas entrevistadas em razão da necessidade de olhar novamente para uma situação de violência vivenciada.

A fim de mitigar esse possível risco identificado propusemos que seriam selecionadas apenas pessoas que tivessem vivido a situação de violência há no mínimo mais de um ano, para que não fosse uma ferida emocional recente. Ainda, a proposta de condução das entrevistas era focada na (ausência de) resposta institucional para o problema e não um aprofundamento na violência enfrentada. E, por fim, prevemos o encerramento da entrevista caso houvesse qualquer desconforto para as participantes.

A submissão e posterior aprovação da pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Paraná representou um processo bastante longo, já que demandou uma série de formalidades, detalhamentos, ajustes e compromissos éticos firmados a fim de viabilizar as entrevistas a serem realizadas.

Ao total foram mais de 8 meses desde o requerimento de aprovação do projeto por parte do colegiado do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, que precisou endossar a posterior submissão em reunião oficial, até a aprovação do projeto por parte do Comitê.

Todo esse processo é indispensável para garantir, para além do respeito ao sigilo dos dados coletados, uma segurança para as pessoas entrevistadas de que as pesquisadoras envolvidas poderão ser responsabilizadas caso utilizem as informações para qualquer outro fim que não aqueles aprovados pelo Comitê. Ou seja, traz uma garantia ética à pesquisa que está sendo desenvolvida.

Assim, depois de aprovado o projeto de pesquisa específico perante o Comitê de Ética, foi distribuído o questionário, no qual a última pergunta, para as

peças que responderam ter sofrido algum tipo de violência de gênero no ambiente universitário, era se aceitariam participar de uma entrevista.

12 pessoas responderam afirmativamente, aceitando participar da etapa de entrevistas, todas oriundas de Universidades Públicas. Dessas, 5 não poderiam participar em razão de terem sofrido a violência há menos de 1 ano. Enviamos um e-mail para todas elas agradecendo a disponibilidade e explicando os critérios de seleção das pessoas entrevistadas.

Enviamos um e-mail e uma mensagem de WhatsApp (para aquelas que optaram por disponibilizar seus contatos de telefone) para as outras 7 pessoas que atendiam os critérios de seleção para possíveis entrevistadas a fim de agradecer e confirmar a manutenção da disponibilidade. Apenas três responderam de maneira afirmativa, duas pelo e-mail e uma pelo WhatsApp.

Agendamos uma primeira conversa para apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual a delimitação da pesquisa, os riscos e benefícios, os critérios de encerramento e os compromissos éticos de guarda e sigilo dos dados por parte das pesquisadoras são explicitados.

Todas as etapas foram feitas de forma remota, já que nenhuma das mulheres entrevistadas morava em Curitiba, cidade na qual eu residia à época, e não tínhamos verba para deslocamento. Portanto, o Microsoft Teams (ferramenta oficial utilizada pela UFPR) foi o palco das entrevistas realizadas.

Já nesse primeiro contato algumas conexões e surpresas aconteceram, pois foi o momento no qual os nomes constantes num formulário ganharam um rosto, uma materialidade e uma história.

Como no projeto optamos por realizar entrevistas não estruturadas, ou seja, entrevistas que não possuíam uma árvore de perguntas pré-definidas, fui disposta a escutar aquilo que aquelas mulheres estivessem dispostas a me contar.

Comecei, com todas elas, reforçando os pontos abordados na conversa anterior, explicando os objetivos da pesquisa e pedindo que elas me contassem apenas aquilo que elas se sentissem confortáveis para contar. Todas optaram por começar narrando a violência enfrentada. Com algumas, em alguns momentos, aquela narrativa parecia uma tentativa de tomar suas histórias nas mãos, apoderando-se dela.

Escutei atentamente cada detalhe do que elas me contavam e confesso que em muitos momentos compartilhei da indignação delas. Apesar disso, busquei fazer

poucas intervenções, realizando perguntas apenas para aprofundar melhor alguns aspectos com o objetivo de entender a percepção que essas mulheres, que enfrentaram violências de gênero no ambiente universitário, tinham, especialmente, em relação ao papel das Universidades perante a violência que sofreram.

Tentarei narrar as histórias confiadas à pesquisa nos próximos subtópicos. Apresento como uma tentativa justamente pela dificuldade existente em contar a história de outra pessoa, mas com o compromisso firmado principalmente com essas mulheres de, acima de tudo, respeito e anonimização dos dados.

#### 4.4.1 Helena

Helena foi a mulher mais jovem que participou das entrevistas. A única que estava cursando a graduação quando foi vítima da violência. O curso, Direito. Numa das melhores instituições públicas do país, a Universidade de São Paulo. Helena é uma mulher branca, jovem e de riso fácil, muito determinada e envolvida com a vida universitária. À época, Helena participava de uma Comissão de Acolhimento da Universidade, da Comissão anti opressão, de coletivos feministas e fazia parte da bateria.

Ela optou por contar sobre a violência enfrentada logo de início. A história da Helena envolve várias mulheres que foram vítimas de uma violência cometida por um colega de classe. Começou com uma de suas amigas, que foi perseguida virtual e fisicamente pelo aluno. Essa amiga da Helena, depois de bloquear o aluno nas redes sociais, buscou ajuda institucional e foi aberta uma sindicância para apurar o caso.

Depois disso o tal aluno enviou mensagens “bizarras e um tanto quanto obscenas” para várias alunas e mais um aluno, inclusive para Helena, que também o bloqueou. As outras vítimas dessa importunação foram “anexadas” à sindicância aberta a partir da denúncia feita pela amiga da Helena.

Segundo Helena, como resultado da sindicância instaurada, o aluno agressor sofreu uma sanção institucional e ela relatou ter se sentido satisfeita com a resposta institucional dada ao caso.

Contudo, quando perguntei se ela tinha sido ouvida, ou se tinha recebido algum acolhimento institucional, Helena afirmou que era uma vítima “anexa” ao processo. Que a amiga que deu início às denúncias foi ouvida e acompanhou o

resultado, mas que ela e as demais vítimas não receberam acolhimento institucional. Apesar disso, Helena não viu problema na maneira como a instituição lidou com o procedimento.

Helena não queria perder a liberdade que sentia antes e isso ficou bem claro durante toda a sua fala, pois ela reclamou muito de se sentir insegura dentro do campus depois de todo o ocorrido. Relatou também que a reação dos colegas em relação ao ocorrido não chegou nem perto do que ela esperava depois que ela narrou os fatos. Ela disse que apenas um colega, de uma república próxima, perguntou se ela estava bem, mas que a maioria das pessoas com quem ela conversava estava mais preocupada em justificar as atitudes do agressor em razão de supostos problemas psicológicos existentes.

Helena narrou, ainda, que depois de finalizada a sindicância o agressor tentou ingressar na bateria, da qual ela fazia parte e era uma das diretoras de instrumento. Ela avisou à mestre da bateria sobre a situação, informou sobre a sindicância que tinha acontecido e a sanção que o rapaz recebeu e solicitou que ele não fosse autorizado a participar. A retirada do rapaz da bateria aconteceu apenas 1 mês depois, com o envolvimento da presidência do centro acadêmico.

Durante esse processo Helena se afastou das atividades da bateria, não conseguiu fazer o acompanhamento dos calouros, teve crises de ansiedade e brigou com boa parte dos colegas da bateria que não escutavam sua história. Mas Helena reconhece em sua fala que é uma mulher bem-posicionada e bem relacionada no ambiente universitário. Uma mulher que reconhece seus direitos e que briga por eles. Ainda assim, ficou afastada de uma de suas atividades em razão de uma (não) resposta inadequada para seu caso.

Ela diz ter se sentido protegida pela Universidade enquanto instituição, já que sua história foi anonimizada durante a sindicância, mas confesso que durante toda a fala da Helena não acho que proteção tenha sido o que aconteceu. Helena não se demonstrou preocupada com anonimização, pois ela se apropriou da narrativa da violência sofrida, tanto que não teve dúvidas sobre expor os fatos e pedir o afastamento do agressor da bateria. Mas ela esperava um acolhimento que não teve.

Quando falamos de uma bateria, de um centro acadêmico, de uma comissão, estamos falando de agrupamentos discentes construídos dentro do

ambiente institucional e que são orientados (ou ao menos deveriam ser) pelos princípios institucionais.

Assim, numa situação em que há uma sindicância, na qual existe uma condenação, não deveria restar espaço para dúvidas sobre como proceder quando o agressor tenta ocupar um espaço que já era ocupado anteriormente por uma das vítimas. Helena ficou afastada de uma das suas atividades até que algum de seus colegas (a presidência do centro acadêmico, nesse caso) respeitasse seus pedidos e tomasse a atitude de afastar o agressor.

Helena reconhece a importância de “ressocializar” o agressor e facilitar a retomada da convivência com ele em alguns espaços, mas também afirma que isso não pode ser feito às custas da dignidade, liberdade e pertencimento da vítima. Ela relata que estava no grupo de WhatsApp no qual foi feito um debate sobre o pedido dela de afastamento do agressor da bateria.

A viabilidade do pedido foi debatida apesar da apresentação por parte dela da sindicância, apesar de ela ter falado abertamente sobre o desconforto e sobre o pertencimento que ela tinha em relação à bateria, como um ambiente de sociabilidade construído por ela antes de todos os fatos.

Acontece que Helena não foi escutada. E quando perguntei o que ela queria que tivesse sido diferente é assim que ela responde:

“Eu queria ter sido ouvida. Eu queria que tivesse realmente feito o que eu pedi para fazer”. (...) Mas assim, sabe. Era só me ouvir. Eu estava falando, aí é que está. Porque às vezes o problema é que a vítima não fala o que quer ou a vítima não sabe o que quer. Eu sabia. E eu estava falando, eu estava pedindo, eu só queria ter sido ouvida. Só isso teria... Resolvido. No meu caso.”

Helena fala que queria ser ouvida pelos colegas, não está se referindo à instituição quando diz que não foi ouvida. Novamente, a instituição consegue sequer ser um espaço demandável, pois Helena também não foi escutada durante a sindicância, mas isso não é uma questão para ela.

A Universidade se isenta de uma responsabilidade que é sua, que é ao menos direcionar a forma de condução de situações complexas como essa vivenciada por Helena. Seja com princípios, códigos de conduta ou qualquer mecanismo institucional que oriente e respalde as atuações dos coletivos discentes quando do enfrentamento dos casos.

Quando Helena afirma estar satisfeita com a “resposta institucional” recebida, o argumento central dessa tese é reforçado, já que, no caso da Helena, a

Universidade não apresentou uma resposta efetiva à violência diretamente sofrida por ela e ainda assim, pelo simples fato de ter respondido algo (uma sanção ao agressor e um acolhimento à amiga da Helena) gerou uma satisfação.

Não se espera nada da Universidade, quando do enfrentamento desses casos, por isso quando há qualquer resposta já é muito. O restante do relato da Helena confirma toda essa situação. Como dito, ela participava de uma série de comissões e coletivos e uma das maiores dificuldades que eles tinham era a ausência de apoio institucional para lidar com denúncias que recebiam sobre casos de violência.

Uma comissão discente, por mais que bem articulada e conduzida, não possui ingerência e força suficiente para apresentar respostas complexas a problemas e demandas também complexos. Helena contou sobre outras violências sofridas no ambiente acadêmico, mas que sequer procurou ajuda, por acreditar que precisava “ser diplomática”.

O medo das retaliações possíveis fez com que ela optasse por “deixar pra lá”, já que enfrentar a violência sofrida poderia gerar ainda mais violência, ainda mais que há um consenso velado de que a instituição não apresenta respostas suficientes e efetivas na maior parte dos casos.

Mais ainda, Helena ao participar das comissões citadas, ocupou uma posição diferenciada no desenho institucional e conversamos um pouco sobre isso. Ela relatou a dificuldade que encontrava em oferecer suporte, auxílio e apoio a pessoas que procuravam as comissões depois de ter vivenciado violências, especialmente casos de assédio e estupro.

As comissões que ela participava eram, conforme dito, compostas por discentes que construíam mecanismos para autorregulação de suas relações, mas que careciam de força institucional e atuavam, especialmente, no campo da sociabilidade universitária.

Helena citou a CAV Mulheres (Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra Mulheres e Gênero) da Universidade, como sendo a comissão institucional capaz de realizar um acolhimento mais adequado e completo das vítimas, já que envolvia profissionais da psicologia, direito, ciências sociais e outras especialidades.

O problema apontado por ela é a falta de comunicação dessas comissões discentes, tanto entre si, quanto com a própria comissão institucional. Ou seja, as

denúncias recebidas pela Comissão anti opressão só seriam atendidas pela CAV se a vítima optar por procurar, também, a CAV. A comissão discente não possui apoio institucional para lidar com as demandas que surgem por lá.

O que demonstra uma terceirização da responsabilidade por parte da Universidade, que ocupa um espaço bastante confortável, já que “sequer fica sabendo do que está acontecendo”.

Aproximadamente dois meses depois do dia da entrevista, Helena me mandou uma mensagem no WhatsApp pedindo ajuda. Ela havia recebido uma denúncia de estupro no âmbito da Comissão anti opressão e foi agendada uma conversa com o acusado, que era um discente do curso de medicina. Helena queria saber como conduzir a conversa de uma maneira que ela não fosse acusada por calúnia.

Conversamos bastante sobre a condução dessa conversa, sugeri que ela buscasse apoio institucional, através da CAV Mulheres, professoras, coordenação de curso etc. Mas o contato dela se mostrou bastante simbólico. Ela me procurou para pedir auxílio, para tirar dúvidas e conversar sobre os receios que tinha e não à instituição.

Foi com a Helena que mantive um contato mais próximo mesmo depois da etapa das entrevistas. Trocamos algumas mensagens sobre o futuro, objetivos de vida, carreira acadêmica etc. Apesar disso, nosso contato não foi tão significativo a fim de justificar essa procura. Acabei me tornando uma referência para ela no tema, depois da conversa que tivemos, isso nos indica que o projeto de construção de ausência institucional tem sido bem-sucedido.

Helena não procurou a Universidade. Ela iria enfrentar a situação sozinha. Procurou ajuda com alguém que reconheceu como minimamente capaz de ajudá-la, mesmo sendo alguém que estava longe e que não possuía qualquer ingerência sobre a situação.

Por fim, quando, durante a nossa conversa inicial, perguntei quais sugestões ela daria para otimizar a forma como as Universidades respondem a casos de violência, seja dentro dos processos, procedimentos e sindicâncias, seja uma alternativa para lidar com a situação da convivência no ambiente acadêmico, Helena respondeu que gostaria de uma “portaria da prefeitura do campus de como lidar com denúncias de violência sexual informais.”

A preocupação da Helena é de que os discentes envolvidos nas comissões que são demandas em casos de violência não têm a formação adequada para apresentar respostas complexas aos problemas e não têm uma orientação suficiente de como lidar com os casos:

Como eu devo reagir? Que tipo de expressão eu devo esboçar. Como eu me porto, como é que eu coloco meu corpo? Como é que eu coloco a minha fala? Que tom eu uso? O que que eu priorizo? Tirar o cara da festa, acolher a menina? Ou numa situação de uma denúncia após o ocorrido, assim como é que eu lido com essa menina? Como é que eu lido com esse cara? Como é que eu lido com “n” situações que possam acontecer. Como é que eu aconselho? Tento convencer a menina a fazer um BO? Insisto nisso, não insisto? Só sugiro a opção e explico como é? Sabe, explicando isso detalhadamente, assim fazer, sei lá, uma semana de formação assim, de um cursinho, de uma formaçãozinha assim. De como melhor lidar com os casos. Anualmente, porque as pessoas vão se renovando. E se a gente não ficar repetindo isso o tempo todo, essas coisas vão se perder. E não dá pra confiar nessa tradição oral geracional que a gente tem que a veterana conta para bichete, que conta para a bichete, que conta para a bichete, porque não funciona.

Novamente conseguimos perceber que a Universidade não é vista como uma instituição demandável para resolução do problema. Helena aponta como uma das soluções a formação dos próprios discentes envolvidos em comissões autorregulatórias por parte da Universidade, para que eles possam apresentar respostas melhores, mas não aponta a Universidade como a verdadeira responsável por essas respostas.

E esse padrão de não enxergar a Universidade como demandável, demonstrando o sucesso desse “empreendimento institucional”, vai se repetir na história da Heloísa, a próxima mulher que foi escutada nessa pesquisa.

#### 4.4.2 Heloísa

Heloísa foi a mulher mais velha que participou das entrevistas, aos 53 anos estava finalizando seu mestrado na Universidade de São Paulo. Uma mulher negra, servidora pública, que fez a graduação numa instituição particular e depois de alguns anos longe dos bancos universitários resolveu voltar à academia para fazer pesquisa.

Helena e Heloísa são alunas da USP, a Universidade que possuía um dos programas mais bem elaborados para enfrentamento da violência de gênero, conforme veremos no próximo capítulo. Ainda assim, apesar disso, as duas mulheres não receberam respostas institucionais adequadas.

Começamos conversando sobre pesquisa, pois Heloísa estava desenvolvendo pesquisa empírica e iria conduzir algumas entrevistas. Falamos sobre a dificuldade de submeter o projeto para o Comitê de ética e, mais ainda, de conseguir pessoas dispostas a participar. Ela falou que aceitou participar da minha pesquisa por uma questão de empatia, sabia que não era fácil conseguir respostas.

O sorriso de Heloísa é uma característica marcante, ainda mais quando ele some de repente. O sumiço aconteceu quando ela começou a me contar sua história. Da mesma forma que Helena, ela optou por narrar a violência sofrida, o que, segundo ela, serviu para “desopilar o fígado”.

Heloísa sofreu assédio por parte de um professor numa das aulas do mestrado, quando uma apresentação que ela estava conduzindo não ficou tão boa quanto aquele docente esperava. Era a primeira aula do mestrado, na qual ela era a primeira pessoa a apresentar, depois de mais de 20 anos afastada da Universidade.

O professor ao dar um feedback sobre a apresentação extrapolou os limites da crítica construtiva e cometeu assédio. A turma toda ficou constrangida com a situação, mas ninguém se manifestou, nem Heloísa. Ao final da aula alguns colegas foram conversar com ela explicando que o professor “era assim mesmo” e que não era para ela se preocupar com isso.

Apesar de se sentir acolhida pelos colegas, Heloísa relatou que esperava outro posicionamento deles. Disse que o silêncio coletivo durante o assédio foi algo que a incomodou e que a minimização da violência sofrida gerou uma sensação de solidão muito grande.

Mesmo com as afirmações de colegas que já estavam no curso há mais tempo de que o professor “é assim mesmo”, Heloísa percebeu um direcionamento mais severo em relação a ela, por ser uma mulher negra, mais velha e oriunda de uma instituição de ensino particular.

Colegas homens e brancos receberam críticas, mas não foram assediados como ela foi. Heloísa relatou ter havido outra situação de assédio com uma colega mais jovem, mas também não tão intensa quanto a que ela sofreu.

Ela não procurou um auxílio institucional formal para enfrentar a violência sofrida. Chegou a conversar com seu orientador sobre a situação e disse que recebeu todo o respaldo e valorização por parte dele, mas não buscou qualquer tipo de responsabilização institucional para o professor. Heloísa afirmou não ter “disposição” para isso.

A disposição seria de tempo e psicológica. Ela trabalha como servidora pública há muitos anos e não acredita muito na máquina pública. Quando perguntei por que ela não fez uma denúncia da violência, ponderou sobre a revitimização e as novas violências que sofreria, sobre a ausência de provas e sobre a relação de poder que estava instituída naquele contexto.

Mas, mais ainda, ela afirmou que essa ponderação estava sendo feita ali no momento da nossa conversa. À época da violência sofrida uma denúncia sequer foi uma hipótese levantada por ela, pelas colegas que tentaram acolhê-la, ou pelo orientador.

A história de Heloísa reafirma a tese aqui proposta. As Universidades estão sendo muito bem-sucedidas na ocupação desse espaço de ausência para se tornar não demandável em relação a essas questões complexas. A “autorregulação”, as respostas extraoficiais e os acolhimentos feitos individualmente são tidos como as formas adequadas de se lidar com a violência. No caso de Heloísa uma violência de gênero, de raça e etária.

Heloísa falou muito sobre o medo de se sentir sozinha durante o seu tempo na academia, da sensação de ocupar um espaço que não é seu por direito. Falou também que o medo de sofrer retaliações, em razão de uma eventual denúncia, também é um ponto impeditivo. Ainda mais por ser uma mulher negra. Rita Segato (2021, p. 331) aponta que as perdas pessoais existem para aqueles que abrem o caminho de luta contra o racismo acadêmico e Heloísa sabe disso.

Ela já precisou “embranquecer” para sobreviver no funcionalismo público, tanto que narrou uma série de situações que vivenciou e que, da mesma forma, teve que “engolir” para não sofrer retaliações em razão de também estar em contextos nos quais as relações de poder eram bastante demarcadas. E, durante sua fala, ficou gritante a decepção de passar por uma situação parecida na academia, ambiente que esperamos ser mais plural:

Eu estou lá na, consegui entrar no mestrado.

Quando começam essas relações eu fico achando que eu entrei pela porta do fundo.

Sabe? Entrei pela porta do fundo, ou eu só posso chegar... a gente acaba usando essas expressões muito racista até. Mas assim, eu só posso chegar na soleira. Eu só posso chegar na cozinha, eu não posso passar da cozinha, entendeu por quê? Porque eu sou burra, porque eu sou menor, né?

Heloísa é uma mulher potente. Uma mulher que enfrenta suas dores. Que desopila o fígado. Mas é uma mulher, como tantas outras mulheres racializadas, que foi obrigada a fazer escolhas para poder manter um acesso (precarizado) a alguns espaços, dentre eles a Universidade:

Sabe, é então aí como eu quero fazer isso, então eu também não vou ficar com essas outras batalhas institucionais. Eu acho que é um pouco respondendo aquela pergunta anterior, eu não vou chegar nessas batalhas institucionais porque eu quero entrar na sala.

Eu quero entrar pela porta da frente.

Sabe, então pra eu entrar pela porta da frente se eu ficar com essas batalhas, eu não sei até que ponto.

Quando falamos sobre acesso e permanência na Universidade, falamos sobre isso também. Heloísa quer entrar pela porta da frente e considera que fazer uma denúncia institucional em relação a uma violência sofrida impediria esse acesso. E a pergunta que fica com essa afirmação é: que porta da frente é essa que demanda um despedaçamento de determinados corpos para que acessem e permaneçam?

O scanner colonial está presente nessa porta universitária, e ele agride muitos corpos que tentam passar por ele. Essa construção acadêmica de ausência é tão perniciosa que nos incute o desejo de entrar pela porta da frente, mas esconde um mecanismo complexo que nos impedirá de fazê-lo, não adianta o quanto tentamos. Heloísa mais ainda, pois seu corpo possui mais marcadores detectáveis pelo scanner colonial.

Mas essa tentativa de passarmos pelo scanner, de entrarmos pela porta da frente, vai nos submetendo a um encaixe forçado e a uma convivência inconsciente. E deturpa o verdadeiro papel da Universidade enquanto espaço formativo intelectual e de seres.

Olha onde que nós estamos num ambiente acadêmico, num ambiente de educação, de formação, está formando ou tá deformando?

Sabe, por que é isso? Porque aí a violência faz isso, ela deforma, né? No caso, ela não é uma violência física, mas ela deforma, ela deforma a alma, ela deforma o caráter, ela deforma a minha coragem, né? Se eu fosse mais nova, por exemplo, ou mais fragilizada ou mesmo se eu tivesse num dia mais fragilizado.

Como que eu ia conseguir manter aquilo?

Como que eu vou conseguir continuar construindo? O que eu desejo, o que eu preciso e o que a sociedade precisa, porque na verdade, a minha pesquisa, ela não é para mim, só.

A deformação sentida por Heloísa demonstra tudo o que foi dito até agora. Deformar é perder forma, descaracterizar-se e isso é uma das coisas que a ausência institucional enquanto espaço de demanda para problemas complexos causa: tanto a deformação individual, quanto a deformação do próprio objetivo da educação.

Por fim, Heloísa falou sobre respaldo e sustento, reconhecendo a complexidade que é enfrentar uma situação de violência dentro dos ambientes de poder, ainda mais violências que não deixam marcas físicas, como é o caso do assédio sofrido por ela.

Como você vai fazer uma denúncia dessa sozinha?

Porque tem que ter quem te respalde. Não é nem quem te respalda, é quem te sustenta, porque cair você vai.

Mas quem que sustenta essa queda? Porque se não você vai se arrebentar mais ainda.

Só que não é só isso. São várias coisas. Não adianta só a universidade te dar os canais.

Te dar canal atualizado.

Isso é bastante importante.

Você ter sustentação pra poder fazer denúncia, então assim, você tem segurança para isso?

Não sei, não sei como funciona.

Não sei nem que porta que eu vou, quanto mais se essa porta tem.... se eu vou estar sustentada.

O descrédito em relação à capacidade institucional de lidar com as demandas fica nítido no relato de Heloísa e, novamente, conforme todos os dados (ou as ausências deles) nos dizem, esse descrédito cumpre um papel importante dentro de um objetivo maior institucional. Permite que a Universidade continue fingindo que sequer tem ciência plena daquilo que acontece, pois não é procurada para solucionar demandas que são decorrentes da própria lógica colonial instaurada na sua formação.

Dessa forma, a resposta à pergunta de Heloísa é necessariamente negativa. Não, não haverá sustentação institucional para uma denúncia, a instituição não está preparada e, principalmente, preocupada com o enfrentamento sério desse tipo de demanda complexa, pois a universidade continua sendo o “viveiro da elite” (Segato, 2021, p. 40). Não houve sustentação para Helena, não houve sustentação para Heloísa, não houve sustentação para Hannah e não houve sustentação para uma infinidade de corpos que sofreram violências no ambiente universitário.

#### 4.4.3 Hannah

Na nossa primeira conversa eu e Hannah percebemos que já nos conhecíamos de outras oportunidades, o que facilitou a aproximação. A conversa com Hannah foi a mais difícil para mim enquanto pesquisadora, pois ela sofreu assédio sexual e isso conversou com feridas pessoais profundas. Hannah é uma mulher branca, com seus 30 e poucos anos, muito gentil e acolhedora.

Hannah também optou por contar sobre a violência sofrida. Ela é professora universitária e estava participando de disciplinas como aluna especial do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e foi no âmbito da pós-graduação que a violência aconteceu.

Um professor do programa, que estava vinculado a uma linha de pesquisa mais “descolada”, iniciou uma aproximação com Hannah, primeiramente através do WhatsApp. Como o tal professor era conhecido por ser “descolado” e “amigo” dos alunos, Hannah não achou que havia qualquer problema em trocar mensagens, ainda mais que o teor da comunicação era exclusivamente sobre questões formais e acadêmicas.

Mais ainda, o professor era casado e tinha amigos em comum com Hannah, em razão de os dois serem da mesma área do conhecimento e ambos serem professores universitários. Hannah ingressou como aluna especial no programa da UFMT, pois seu objetivo era seguir com o mestrado por lá.

Com o tempo, o teor das mensagens foi sendo alterado para questões mais pessoais, chegando ao ponto de o professor ligar para Hannah no meio da noite. Ele começou a falar sobre questões de saúde mental com ela, sobre seu estado depressivo e sobre ideias suicidas, temas que eram bastante sensíveis para Hannah, já que seu pai cometeu suicídio.

O professor sabia da história familiar de Hannah e começou a se aproximar ainda mais dela usando a questão da saúde mental como um espaço de construção de vínculo. Depois disso as mensagens, ligações e aproximações foram aumentando vertiginosamente, até que ele tentou uma aproximação sexual e falou para Hannah que estava “afim dela”.

Hannah demorou a entender que estava passando por situações de violência, confusão foi o sentimento que imperou durante um bom tempo. Tanto que, quando o professor falou sobre sua “paixão”, ela se sentiu responsável e tentou

resolver a situação, nas palavras dela e com o gesto de aspas feito com as mãos, “dialogando como adultos”.

A preocupação de Hannah era de que qualquer resposta que pudesse dar naquela situação iria lhe prejudicar. Ela não tinha interesse no professor, seu interesse era na vida acadêmica, até porque isso lhe traria grandes benefícios profissionais. E, por isso mesmo, teve muito receio quando tudo aconteceu. Ela se sentiu enredada numa teia, ainda mais que o professor continuava falando que tinha questões psiquiátricas e que Hannah era a única pessoa que o entendia.

A manipulação somada à relação de poder existente potencializou toda a violência enfrentada por Hannah, que depois de tentar dialogar com o professor e estabelecer limites para a relação, precisou romper totalmente o contato, já que o *stalking* estava cada dia maior, o que deixou o professor bastante irritado.

Ele chegou a esse ponto de ficar puto e de chegar e falar olha, você não pisa aqui na UFMT. Foi tipo isso assim, sabe? Ele não vinculou...tipo assim, olha, se você...sei lá, não transar comigo você não pisa, mas foi uma coisa que ficou subentendida, sabe?

E aí?

Porque assim, a ideia dele era que...o que ele me passava a hora que ele começou a ser direto era de que ele queria um relacionamento. Não me pergunte como, sendo que ele estava casado, não é? Mas ele queria manter esse relacionamento. Mas ele começou a ficar puto, sabe? E aí ele criou essa situação de olha, você não tem o que fazer mais aqui nessa universidade, nem vem aqui.

Tanto é que eu não fui.

Não voltei mais lá de fato.

Efetivamente, não voltei mais lá.

Toda essa situação aconteceu entre os anos de 2015 e 2016. Hannah continuou recebendo mensagens do professor até o ano de 2018. Os impactos dessa violência, para além do rompimento de Hannah com a instituição, pois mesmo tendo interesse em seguir com o mestrado ela acabou fazendo o curso numa Universidade muito mais longe de sua residência, foram físicos.

Hannah enfrentou um dos piores processos depressivos de sua vida, sua autoestima ficou destruída, o sentimento de culpa lhe perseguiu durante um bom tempo, pois a palavra “assédio” não lhe passou pela cabeça para nomear o que tinha vivido.

A palavra assédio... na época, eu não sabia que era assédio. Eu acho. Eu acho, não, tenho certeza, não é?

Nem pensei que era assédio. Eu fui, depois...

Nossa, era assédio o que eu sofri, né?

Só depois que eu entendi o que estava acontecendo.

E aí depois eu comecei a observar assim o que ele causou... observar em retrospecto.

Esse sentimento de culpa narrado por Hannah foi um dos motivos que fez com que ela optasse por não procurar a Universidade no intuito de obter suporte para lidar com a situação, ou, ainda, acolhimento. O segundo ponto foi o fato de que ela considerava o vínculo que tinha com a instituição precário, pelo fato de ser “apenas” aluna especial.

Depois de um tempo, a partir de conversas com outras colegas que Hannah descobriu que aquele era o *modus operandi* do professor. Ele era conhecido na Universidade por cometer violências, especialmente contra mulheres, que estavam crescendo em número e grau com o passar do tempo. Apesar disso, as atitudes do professor continuaram não sendo encaradas como violência de fato pelas próprias estudantes.

A palavra assédio não apareceu.

O que ficou foi: ele é canalha...

Ele é filho da puta...

Ele é desleal com esposa... ficou nisso, sabe assim?

Não era uma violência institucional, também não...

Não estava tão, sabe... tipo assim é errado, mas ah, é isso, não é.

É errado, mas é como se fosse assim.

É antiético, mas não é ilegal... como se fosse isso...

Um tempo depois o professor sofreu punições por parte da instituição e foi afastado do programa de pós-graduação, mas isso aconteceu em decorrência de um episódio de violência doméstica cometido por ele contra a esposa e não em razão das reiteradas e conhecidas violências cometidas por ele no ambiente universitário. Violências essas que eram naturalizadas e encaradas como “o jeito dele”.

Hannah olhando de maneira anacrônica para a situação vivenciada reconhece a estrutura de poder envolvida no seu caso. Reconhece a hierarquia existente entre ela e o professor e sua fala, também, reforça a hipótese deste trabalho de que a ausência construída pelas Universidades a fim de se tornar um espaço não demandável existe a fim de manter-se enquanto o viveiro de determinados corpos.

Será que eu virei uma senhora conservadora?

Talvez.

Talvez eu tenha virado uma senhora conservadora, porque eu não gosto da ideia de alunos se relacionando com professores. Eu acho que tem 2 estruturas de poder que ficam muito claras ali, né? Ainda mais se é aluna com professor homem, né? Primeiro é a primeira escala de poder que é homem com mulher que já é desigual por natureza. Aí você tem um professor com uma aluna que é uma... É hierárquico, né? Por mais descolado que seja o professor, tipo esse que fingia ser, não é? A gente tem uma hierarquia ali, não é? Como ele deixou bem claro na minha ocasião, né? Eu não estudo mais lá na UFMT, graça ao poder dele, não é?

E Hannah não estuda mais na UFMT. Ela buscou fazer o mestrado e o doutorado em outras instituições. Aliás, Hannah nunca mais pisou na UFMT, pois não consegue, ainda hoje, passar nem perto da instituição em razão de toda a violência que sofreu lá dentro.

Quando perguntei para ela, num exercício de imaginação, o que ela esperaria que tivesse sido diferente na sua história, qual solução ela gostaria que fosse dada à época a nível institucional, Hannah não soube responder, justamente por reconhecer que há uma estrutura complexa que sustenta a perpetuação dessas violências.

E quando Hannah usa, especificamente, a palavra “sustentação”, lembro da fala de Heloísa questionando quem vai sustentar a vítima de violência dentro das Universidades. Hannah apresenta uma análise que explica o motivo de a própria Universidade não oferecer essa sustentação.

As Universidades estão se ocupando de sustentar uma estrutura complexa que perpetua as violências e enquanto isso não for reconhecido, enquanto as Universidades não se colocarem, institucionalmente, no centro do debate se reconhecendo como parte principal do problema, não haverá o giro necessário dessa sustentação.

Mas ainda assim, eu acho sempre difícil e acho que pessoas como ele, essas pessoas, esses homens que têm essa sensação de... que passaram a vida toda impunes por tudo que fazem, sabe? Porque a hora que a gente começa a olhar essas violências, elas não são isoladas, né? Não são isoladas no sentido de que eles exercem o poder deles de diversas maneiras, não só sobre as mulheres, no sentido de assédio sexual...exercendo o poder e passando incólumes, né? De tudo, porque são homens e brancos, não é? Então... é uma estrutura muito forte pra sustentar. Por exemplo, esse mesmo professor agora ele dá aula na pós-graduação da federal do Mato Grosso do Sul, porque tem um... Ele é amigo, inclusive amicíssimo, do “fulano de tal”, que é um professor super descolado também amigo da galera e não, eu não conheço “fulano de tal”, só para constar, mas assim não é muito bem-visto por aí etc. e tal.

Então ele dá aula na federal de Dourados, da grande Dourados, no Mato Grosso do sul.

Não é na federal do Mato Grosso do Sul é na federal da grande Dourados.

Então ele trocou lá, uma universidade por outra e tá assediando alguém por lá.

Hannah ainda afirmou que, mesmo que tivesse pensado em procurar ajuda institucional, ela sequer saberia como fazer, pois não se falava sobre isso e não era claro qual o caminho necessário para fazer uma denúncia, por exemplo.

É interessante perceber que os assédios enfrentados por Hannah e Heloísa demoraram a ser encarados como violência por elas. Acreditamos que isso está vinculado ao fato de que as duas estavam na pós-graduação, um ambiente no qual a proposta de maior horizontalidade das relações é defendida (apesar de não praticada na maior parte das vezes) e de que as violências foram praticadas em relações hierárquicas entre professor-aluna.

Apenas Helena, que era aluna da graduação e que foi assediada por outro aluno da graduação, procurou, de alguma forma, uma resposta institucional. Ela não teve dúvidas sobre o que vivenciou, pois a violência desde o início teve nome: assédio.

Reconhecemos que 3 entrevistas não possuem volume suficiente para gerar dados estatísticos e nem foi esse o objetivo. As entrevistas trazem a humanização dos reflexos resultantes da ausência das Universidades. Essas três mulheres, num universo de tantas outras, corajosamente contaram suas histórias e demonstraram como a falta de apoio institucional pode gerar danos, psíquicos e físicos significativos para as pessoas envolvidas. E a pergunta que fica é: quais as alternativas para enfrentamento das violências de gênero no ambiente Universitário? Falaremos sobre elas no próximo capítulo.

## 5 POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

### 5.1 A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO COMO REFERÊNCIA

Apesar de ter delimitado a análise de dados às Universidades Federais disponíveis para contato na plataforma Fala.BR, especialmente em razão da padronização dos dados disponíveis e pela necessidade de um recorte viável, é impossível falar sobre violência de gênero nas Universidades sem olhar para a realidade da Universidade de São Paulo.

A USP é a única Universidade brasileira a figurar no ranking QS World<sup>7</sup> dentre as 100 melhores Universidades do mundo e possui reconhecimento nacional e mundial no desenvolvimento de grandes pesquisas. Mas, para além disso, a USP ganha importância para a história contada nessa tese pois foi alvo de Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão de casos de violências de gênero e assédio em trotes, que impuseram respostas institucionais.

Mais ainda, a USP, conforme apresentarei em seguida, firmou parceria com a Organização das Nações Unidas – Escritório ONU Mulheres – para financiamento de pesquisas envolvendo gênero o que permitiu a criação do Escritório USP Mulheres, que desenvolveu projetos e pesquisas muito aprofundadas sobre questões de gênero na Universidade de São Paulo. Tudo isso motivou a utilização da USP como parâmetro, já que, dentre as maiores Universidades públicas, ela foi uma das pioneiras na abordagem da temática.

Importa destacar que reconhecemos como a colonialidade operou também nessa tentativa de construção de respostas e mecanismos por parte da USP, já que as iniciativas foram decorrentes, especialmente, da parceria institucional com a ONU. De qualquer forma, apesar disso, conforme veremos, as análises realizadas pelo escritório ONU Mulheres da USP tiveram um olhar, no mínimo, interseccional.

Esta parte da história começa a ganhar mais visibilidade em 2014, quando é instaurada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas, conhecida como CPI dos Trotes, pela

---

<sup>7</sup> O ranking está disponível em: <https://www.topuniversities.com/universities/universidade-de-sao-paulo>. Acesso em 26 jul. 2024.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O tema é levantado a partir de 10 denúncias de estupro ocorridos durante trotes universitários, especialmente vinculados a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Foram realizadas 28 reuniões no decorrer dos 120 dias de duração da CPI que foi presidida pelo deputado Adriano Diogo, teve como vice-presidente a deputada Sarah Munhoz, como membros efetivos os deputados Carlot Bezerra Jr., Dilador Borges, Marco Aurélio de Souza, Ulysses Tassinari (relator), Jorge Caruso, Carlos Giannazi e José Bittencourt e como membros suplentes os deputados Pedro Tobias, Welton Gasparini, João Paulo Rillo, Reinaldo Alguz, Itamar Borges, Leci Brandão e Rita Passos.

Na CPI dos Trotes o foco não foi exclusivamente violência de gênero, ou contra mulheres, mas também os abusos, violências, humilhações e, especialmente, estupros que eram cometidos durante os trotes universitários, sob a justificativa de que eram brincadeiras com os calouros que estavam ingressando no ambiente acadêmico. Durante as reuniões, especialmente com a oitiva de informantes e depoentes, foram identificadas diversas situações de violência e tortura.

O relatório final da CPI dos Trotes, em resumo, sugeriu, dentre outras ações, que as Universidades i) instaurassem as medidas disciplinares cabíveis nos casos de trotes violentos; ii) revisassem a grade disciplinar para fortalecer a formação de profissionais mais comprometidos com a construção de uma sociedade mais solidária; iii) revisassem a atuação das ouvidorias e comissões de ética universitárias para que agissem, de fato, no combate às violências; iv) construíssem instrumentos para transparência, com dados de verificação e encaminhamentos; e v) apresentassem as iniciativas no âmbito administrativo para punir e coibir violências.

Foi a CPI dos trotes que divulgou a nível nacional um problema endêmico em relação às Universidades e buscou “levantar, coletar, averiguar, investigar possíveis violações em face da dignidade, da honra e da proteção física e moral dos estudantes do ensino superior, especialmente violações contra a liberdade sexual de estudantes ocorridas no campus da Universidade de São Paulo” (Relatório Final da CPI, 2015, p. 18).

Além disso, em 2020, quando da instauração da CPI da Violência Sexual, também pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a CPI dos Trotes foi citada como precursora da temática e para ilustrar como as ações tomadas pelas Universidades adotaram medidas insuficientes para coibir violências.

A CPI da Violência Sexual, que teve como objetivo “apurar denúncias de violência sexual contra estudantes do ensino superior no último ano de 2019” (Relatório Final da CPI, 2020), sofreu severas críticas por parte da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), que apontou incongruências na justificativa para instauração, já que o pedido não se baseou em denúncias concretas, indo de encontro à regra do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e o pedido estava formulado de maneira genérica, sem indicar as Universidades nominalmente.

A ADUSP afirmou ainda que a CPI da Violência Sexual fez parte de uma manobra política dos deputados a fim de barrar, ou ao menos adiar, a instauração de outra CPI que investigaria serviços específicos de infraestrutura e deu a entender que para tratar desse tema, já abordado na CPI dos trotes, seria necessária uma nova denúncia concreta (ADUSP, 2020).

É possível que a CPI da Violência Sexual tenha sido instaurada a fim de atender uma manobra política, mas, segundo o relatório final, a justificativa oficial para instauração citou casos de trotes resultantes em violência sexual na cidade de Franca, o caso específico de um homem que abusou de 5 mulheres no ambiente universitário e, ainda, dados da pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” desenvolvida pelo Instituto Avon e Data Popular (Instituto Avon, 2015).

A citada pesquisa do Instituto Avon foi feita com 1823 universitários de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens e 24% estudantes de instituições públicas e 76% de instituições privadas e buscou identificar a ocorrência, no ambiente acadêmico, das seguintes violências: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e agressão moral/psicológica.

Os resultados foram alarmantes. 10% das mulheres entrevistadas afirmaram, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem na Universidade ou em festas universitárias, mas depois de explicados os tipos de violência, o número total subiu para 67%.

Já quando perguntados, apenas 2% dos homens afirmaram espontaneamente ter cometido algum tipo de violência e, depois de explicados os tipos, o número subiu para 38%. Os maiores números são referentes a assédios sexuais com 56% das mulheres respondendo já ter sofrido, seguido por desqualificação intelectual, que foi indicada por 49% das mulheres entrevistadas.

Uma das informações mais impactantes da pesquisa, e que conversa diretamente com o objeto de pesquisa desta tese, é que 95% das mulheres acreditam que as Universidades devem criar meios para punir os agressores. Já dentre os homens entrevistados, 88% afirmam que as Universidades deveriam criar esses mecanismos para punição de quem comete violências.

Importante destacar que o estudo do Instituto Avon foi conduzido em âmbito nacional e não foi direcionado para Universidades do Estado de São Paulo, mas foi um dos pontos de justificativa para a instauração da CPI da Violência Sexual em 2020 justamente porque identificou uma demanda por parte das pessoas entrevistadas de uma resposta mais adequada às situações que acontecem nos intramuros.

Este é um panorama geral sobre a instauração da CPI da Violência Sexual que teve como presidente a deputada Damaris Moura, vice-presidente a deputada Professora Bebel, como membros efetivos os deputados Valeria Bolsonaro, Marcia Nakashima, Marina Helou, Tenente Nascimento, Arthur do Val (renunciou à CPI em 28/09/2020), Ed Thomas (renunciou à CPI em 14/10/2020 e Isa Penna (renunciou à CPI em 29/10/2020) e como suplentes os deputados Castello Branco, Delegado Bruno Lima, Jorge do Carmo, Maria Lúcia Amary, Vinícius Camarinha (renunciou à CPI em 14/10/2020) e Erica Malunguinho (renunciou à CPI em 29/10/2020).

Ela foi instituída com o prazo inicial de 120 dias, mas no decorrer do trabalho optou-se por prorrogar por mais 60 dias, totalizando 180 dias de funcionamento. No site da Assembleia Legislativa de São Paulo foram disponibilizadas as transcrições das reuniões e o relatório final elaborado pela deputada Valéria Bolsonaro. Os áudios das reuniões, que aconteceram de maneira remota em decorrência da pandemia da COVID-19, só são disponibilizados mediante autorização. Fiz o requerimento oficial para acessar os áudios na íntegra, mas não recebi retorno.

Ainda, no Youtube da ALESP são disponibilizadas as gravações de algumas reuniões de trabalho referentes a CPIs, mas os vídeos da CPI da Violência Sexual não constam no acervo digital da Assembleia Legislativa. Mas, pelas transcrições e relatório final constata-se que foram realizadas 10 reuniões da Comissão, sendo que 5 delas foram dedicadas a ouvir representantes institucionais, representantes discentes e membras da defensoria pública.

Inicialmente foram ouvidos o reitor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), professor Dr. Sandro Roberto Valentini, e a ouvidora geral da UNESP,

professora Dra. Claudia Maria de Lima. Na reunião seguinte foram ouvidos o reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor Dr. Marcelo Knobel, e a diretora executiva de direitos humanos da UNICAMP, professora Dra. Néri de Barros Almeida. Na reunião seguinte foi ouvida a discente Beatriz Montani Silva Rocha Lima, dirigente do coletivo feminista Leolinda Daltro – Direito Mackenzie.

Logo na semana seguinte foi ouvido o reitor da Universidade de São Paulo (USP), professor Dr. Vahan Agopyan, a coordenadora do escritório USP Mulheres, professora Dra. Arminda do Nascimento Arruda, e superintendente de segurança da USP, professor Dr. José Antônio Visintin. Na última semana de oitavas foram chamadas a Dra. Paula Sant'anna Machado de Souza, defensora pública e coordenadora do núcleo especializado de promoção e defesa dos direitos das mulheres da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Dra. Albertina Duarte Takiuti, coordenadora de políticas para mulheres da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

As medidas de enfrentamento sugeridas pela CPI da Violência Sexual foram bastante genéricas, o que decorre da generalidade com a qual foram conduzidos os trabalhos da Comissão, e se resumem a indicação de:

- A) Criação de um grupo de atuação permanente no âmbito da Secretaria de Justiça do Estado para que seja instituído um fórum de discussão, capacitação e propositura de iniciativas legislativas e executivas;
- B) Estruturação, dentro das instituições de ensino superior, de procedimentos mínimos de boas práticas com o fim de desenvolver uma política interna própria para enfrentar a violência sexual;
- C) Implementação, pelas universidades, de calendários de campanhas, que contemplem, entre outros, temas voltados aos homens sobre masculinidade tóxica, assédio e violência sexual;
- D) Fortalecimento, pelas instituições de ensino superior, de políticas de acolhimento à vítima, centrais de encaminhamento de denúncias e escuta protegida das vítimas de violência sexual, para que não haja processos de revitimização e corpo permanente de pessoas para apreciar cada caso e fazer o acionamento junto aos órgãos de justiça;
- E) Indicação ao Senhor Governador de Estado que adote providências no sentido de fortalecer a infraestrutura de pessoal de instalações e equipamentos da Polícia Judiciária com foco na diminuição dos casos de violência sexual;
- F) Indicar ao Senhor Governador de Estado que fortaleça as instituições policiais para que elas desenvolvam políticas públicas de segurança e proteção à vida das mulheres em parceria com as universidades, e também incentive que as universidades tenham seus próprios agrupamentos de vigilância dos campi, pautados pelo princípio do policiamento comunitário, para oferecer maior segurança às mulheres. (Relatório Final da CPI, 2020)

Ainda, deu origem a 3 propostas de projetos de lei focados em: i) oferta obrigatória de atividades educativas para abordagem das temáticas de cidadania, ética e educação familiar no âmbito da rede de ensino estadual; ii) criação de um

programa de combate à violência contra as mulheres no âmbito do Estado de São Paulo; e iii) assegurar atendimento assistencial, psicológico e de saúde, a ser fornecido pelas instituições de ensino, às estudantes de ensino superior vítimas de violência sexual.

Estou destacando as CPIs pois, apesar de esta pesquisa focar nos dados relativos às Universidades Federais, é impossível falar sobre violência de gênero nas Universidades sem utilizar a Universidade de São Paulo como parâmetro. E há uma aparência de decorrência da CPI dos Trotes para ocupação deste lugar, pela USP, de pioneirismo na temática.

Essa hipótese de decorrência fica evidente quando o reitor da USP, ao se manifestar na CPI da Violência Sexual, explica que o Escritório USP Mulheres, iniciativa importante no combate às violências contra mulheres no ambiente universitário, foi criado em 2016 por portaria reitoral, ou seja, no ano seguinte à conclusão da CPI dos Trotes.

A CPI dos Trotes foi capaz de colocar um grande holofote direcionado para um problema grave que acabava não sendo abordado da maneira adequada no âmbito social, mas, o passar dos anos demonstrou que não foi ela que fez com que a Universidade de São Paulo, através de projetos e ações, olhasse para a realidade interna.

Os representantes da USP, ao prestarem contas das ações e programas focados em dirimir os casos de violência no ambiente universitário durante a CPI da Violência Sexual, apresentaram o Escritório USP Mulheres como uma ação guarda-chuva que engloba também:

- i) a adesão ao movimento “*HeforShe*”<sup>8</sup> coordenado pela ONU Mulheres em parceria firmada no ano de 2015;
- ii) parceria com a superintendência responsável por tratar dos dados da Universidade, a Ouvidoria Geral, as Comissões de Direitos Humanos e o Centro de Práticas Esportivas para acompanhamento dos números;
- iii) o estímulo à criação de Comissões de Direitos Humanos e ouvidorias nas unidades da USP, tendo em vista que é uma universidade descentralizada;

---

<sup>8</sup> É um movimento coordenado pela ONU Mulheres que segundo a professora coordenadora do Escritório USP Mulheres, em 2020, tinha a participação de apenas 10 universidades do mundo inteiro e no Brasil apenas a USP participava. O movimento tinha como objetivo engajar os homens em pautas que visassem a promoção de igualdade de gênero.

iv) parceria com a Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra Mulheres e Gênero (CAV Mulheres – Ribeirão Preto) para a construção e divulgação de uma cartilha sobre violência de gênero;

v) criação de uma aba dentro do aplicativo da USP para discentes específica para denúncia de violência de gênero;

vi) oferecimento de cursos de defesa pessoal em parceria com o Centro de Práticas Esportivas da USP;

vii) a manutenção de um setor de pesquisas vinculado ao Escritório USP Mulheres para realização de pesquisas focadas na temática;

viii) o desenvolvimento de campanhas institucionais focadas no combate às violências;

ix) a elaboração de um Protocolo Unificado de Acolhimento às vítimas de violência de gênero;

x) a construção do Observatório USP Mulheres, para divulgar os dados coletados nas pesquisas desenvolvidas.

Todas essas ações foram desenvolvidas a partir de 2015 e apresentadas em 2020 pela Universidade de São Paulo perante a Assembleia Legislativa de São Paulo, pois segundo o reitor à época a questão de gênero é a “faceta mais vergonhosa” que a Universidade de São Paulo tem, já que “[...] é um problema cultural muito forte, [e] dentro da academia também esse problema persiste [...]”<sup>9</sup>

Acontece que, em 5 de maio de 2022, foi publicada a portaria GR n. 7711 de 5 de maio de 2022 pelo então reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior, que incorporou as atividades do Escritório USP Mulheres à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, em razão do encerramento da vigência do convênio firmado entre a USP e a Organização das Nações Unidas.

Essa incorporação, ao menos aparentemente, traz reflexos na forma com que a USP enfrenta a questão da violência contra a mulher no ambiente universitário. Conforme foi explicado pelos representantes da USP na CPI da Violência Sexual, o Escritório USP Mulheres era uma ação guarda-chuva que

---

<sup>9</sup> Transcrição literal da fala do então reitor da USP professor Dr. Vahan Agopyan, na reunião de 10 de setembro de 2020 da Comissão da Violência Sexual da ALESP, que pode ser encontrada em: <https://www.al.sp.gov.br/comissao/cpi/?idLegislatura=19&idComissao=1000000599>. Acesso em 24 jul. 2024.

englobava uma série de campanhas, projetos, atividades de pesquisa e outras focadas no enfrentamento à violência.

Observando os dados apresentados nos relatórios de gestão na página *online* do Escritório USP Mulheres<sup>10</sup>, que ainda está disponível, é possível perceber a seriedade com a qual o escritório foi conduzido no decorrer dos anos, promovendo uma variedade de ações e buscando, ao menos, identificar os problemas e propor alternativas de solução e acolhimento.

Infelizmente, algumas informações importantes produzidas na página não estão mais disponíveis, como é o caso das informações sobre as redes de atendimento nas diversas cidades nas quais a USP possui campus. Ao clicar no *link* a pessoa receberá a informação de que o arquivo foi excluído. Mas algumas outras informações extremamente relevantes ainda estão preservadas na página.

É o caso do relatório “Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa” (Escritório USP Mulheres, 2018) de 25 de junho de 2018, que é o resultado de uma pesquisa realizada pelo Escritório USP Mulheres através do envio de um questionário para todos os 78.984 estudantes de todos os campi da USP com vínculo com a Universidade no 2º semestre de 2017.

A pesquisa objetivava, dentre outras coisas, identificar a percepção do corpo discente sobre machismo, racismo, LGBTfobia e elitismo na USP e fazer um panorama das violências sofridas. O relatório aponta que 47% das pessoas respondentes afirmou já ter sofrido violência no ambiente universitário, sendo que a maior parte corresponde a violência moral, seguida de violência sexual.

Ressalto que esse é o número total, sendo que foi feita uma divisão no relatório entre as respostas espontâneas e as estimuladas, que surgiram depois de perguntas direcionadas que explicavam ou exemplificavam possíveis situações de violência no ambiente universitário.

As pessoas que mais sofreram com violência, segundo as respostas estimuladas coletadas pelo relatório, foram pessoas que se identificaram como não binárias ou outros (48% da população que se identificou como não binária ou outros sofreu violência), seguidas de mulheres (35% da população sofreu violência). Já quando analisada a questão racial a pesquisa identificou que apenas 28% das

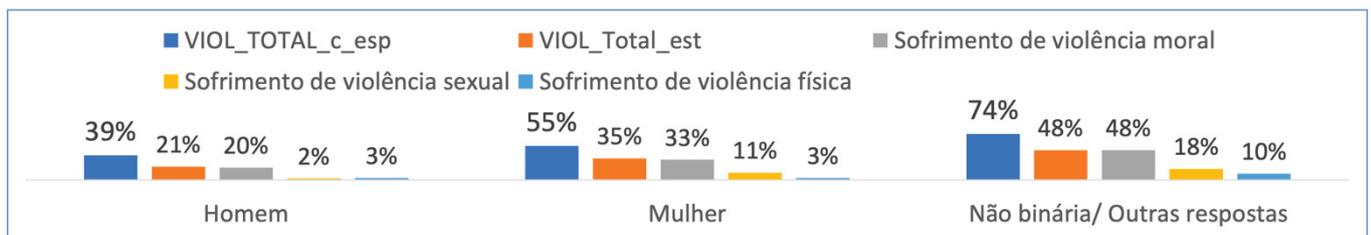
---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br>. Acesso em: 24 jul. 2024.

peças brancas sofreu violências. Já entre as pessoas pretas 31% do total sofreu violência, dentre as pessoas pardas 27% sofreu violência, dentre as pessoas amarelas 24% foi vítima de violência e dentre as pessoas indígenas 19% sofreu violência.

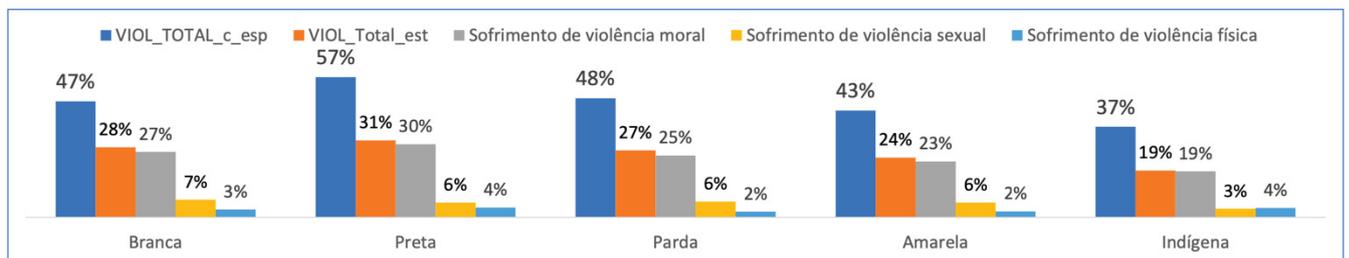
Os números relativos às respostas espontâneas sobre violências sofridas foram ainda mais assustadores. 74% da população que se identificou como não binária ou outros sofreu violência e 55% das mulheres sofreu violência. Já quando analisada a questão racial a pesquisa identificou que 47% das pessoas brancas sofreu violências. Já entre as pessoas pretas 57% do total sofreu violência, dentre as pessoas pardas 48% sofreu violência, dentre as pessoas amarelas 43% foi vítima de violência e dentre as pessoas indígenas 37% sofreu violência. Os dados foram compilados nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 24 – NÚMERO DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DE RESPOSTAS ESTIMULADAS



FONTE: Relatório Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa.

GRÁFICO 25 – NÚMERO DE VIOLÊNCIAS A PARTIR DE RESPOSTAS ESPONTÂNEAS



FONTE: Relatório Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa.

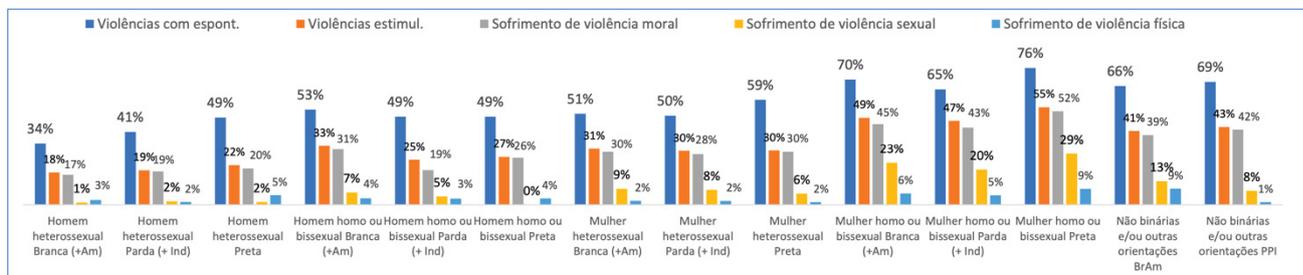
Na análise interseccional entre gênero, orientação sexual e raça/cor as mulheres pretas homo ou bissexuais são as que mais sofreram violências. 76% dessas mulheres afirmaram, espontaneamente, ter sofrido violências. Nas respostas

Gráfico 3 – Análise interseccional entre gênero, orientação sexual e raça/cor

Fonte: Relatório Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa

estimuladas 55% afirmaram ter sido vítima de violência no ambiente acadêmico, conforme gráfico abaixo, que apresenta os dados com análise interseccional:

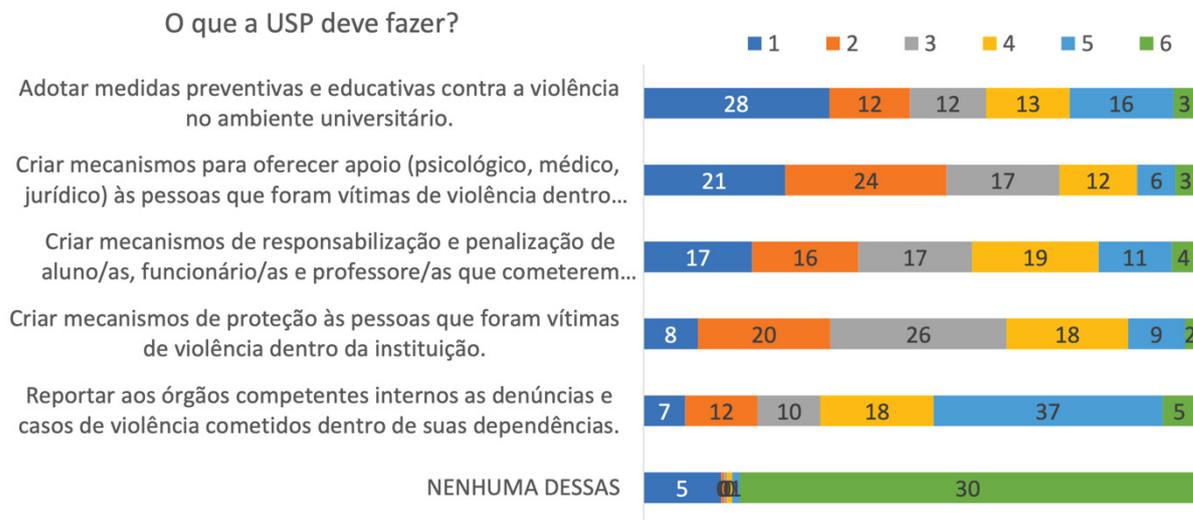
GRÁFICO 26 – ANÁLISE INTERSECCIONAL ENTRE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E RAÇA/COR



FONTE: Relatório Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa.

Ainda, o relatório de interações questionou os estudantes sobre o que, na opinião deles, a Universidade poderia fazer de maneira prioritária para efetivamente enfrentar o problema de violência de gênero e o resultado foi consolidado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 27 – AÇÕES PRIORITÁRIAS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS NA USP



FONTE: Relatório Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa.

Na antiga página da internet do Escritório USP Mulheres também está disponível uma versão adaptada da cartilha “Violência de Gênero na Universidade: onde buscar ajuda?”, que foi elaborada em 2017 pela Comissão para apurar

denúncias de violência contra mulheres e gêneros – CAV Mulheres da USP de Ribeirão Preto.

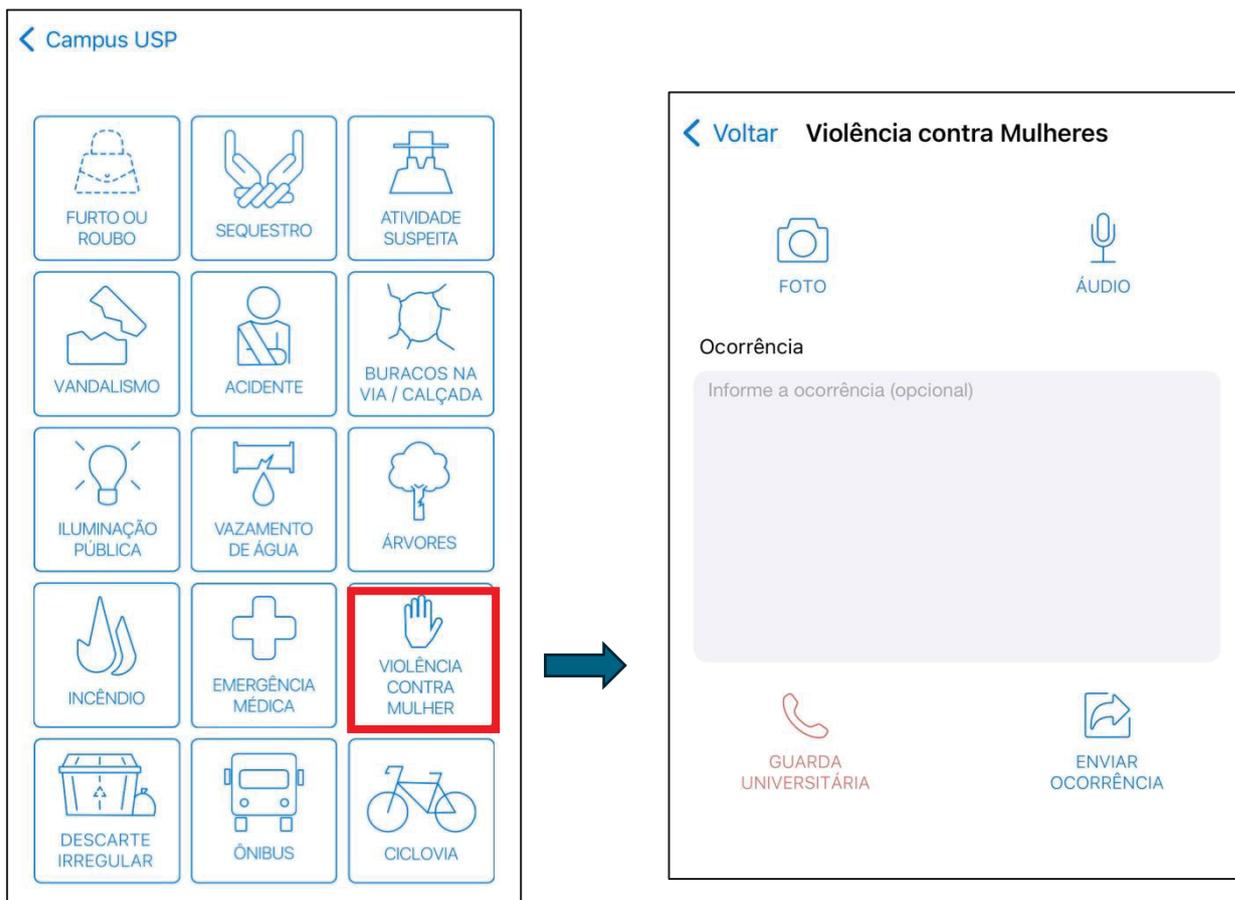
A cartilha apresenta informações para o enfrentamento da violência nos campi Butantã, Saúde/Direito, USPLeste da Universidade de São Paulo (CAV Mulheres, 2017). A cartilha original, que possui as orientações sobre o campus de Ribeirão Preto está disponível na página da CAV Mulheres USP Ribeirão.

A proposta desse material é, para além de apresentar as ferramentas institucionais possíveis de serem acionadas para auxílio em casos de violência, explicar sobre os tipos de violência, o que é a violência, legislações existentes e atendimentos possíveis para a vítima.

Além disso, a USP adotou medidas tecnológicas para auxiliar o enfrentamento aos casos de violência. E é importante frisar que todas as iniciativas relacionadas a violência de gênero tiveram a participação do Escritório USP Mulheres, que segundo a portaria 6.766 de 10 de agosto de 2016, que o instituiu, tinha “como finalidade propor e implementar iniciativas e projetos voltados à igualdade de gêneros no âmbito da Universidade de São Paulo.”

Dentro do aplicativo Campus USP, que auxilia os discentes com a vida universitária, existe a possibilidade de relatar uma ocorrência, e dentre elas, está a violência contra a mulher, conforme se vê na imagem abaixo:

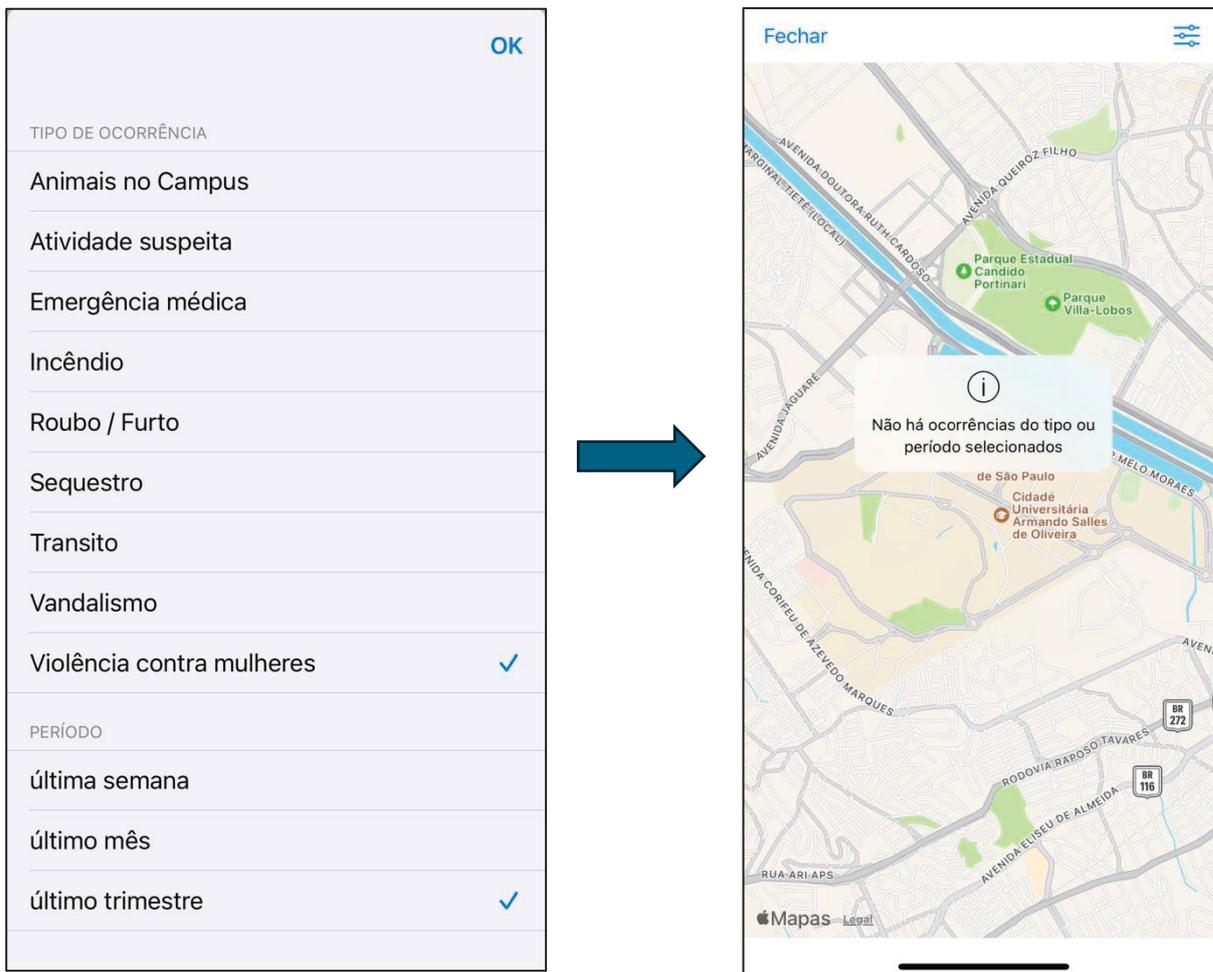
FIGURAS 2 E 3 – ABA “DENÚNCIAS” DO APLICATIVO CAMPUS USP.



FONTE: Print de tela do aplicativo Campus USP

Segundo as informações dadas pelos representantes da USP durante a CPI da Violência Sexual, as denúncias são encaminhadas para os setores responsáveis, para que seja feito o atendimento adequado em cada caso. Para além disso, elas servem para alimentar uma outra aba do aplicativo que possui um mapa indicando locais úteis para a vida acadêmica e os endereços nos quais violências e crimes aconteceram.

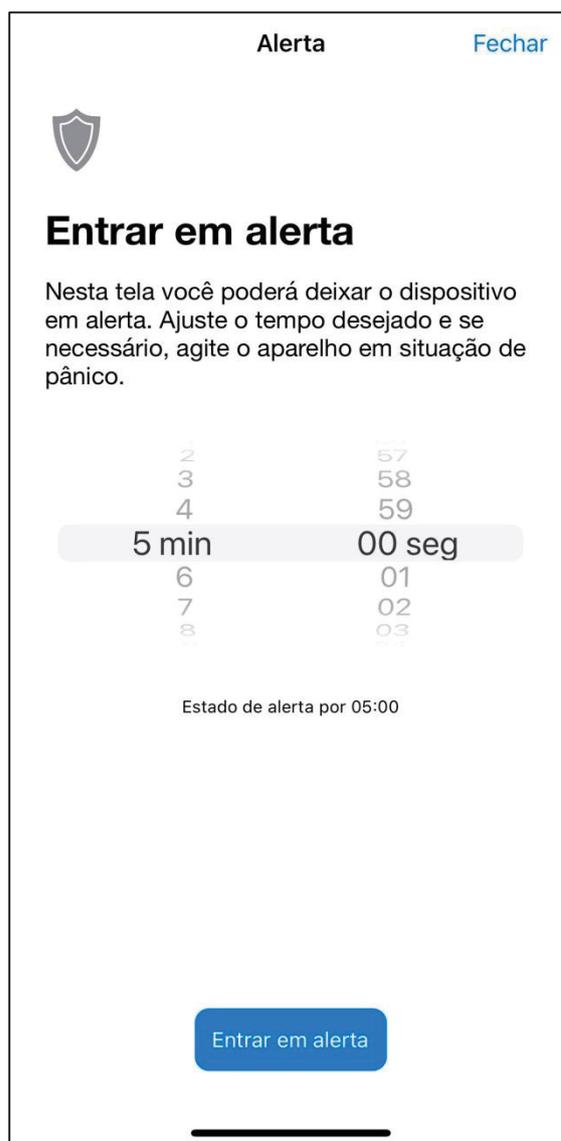
FIGURAS 4 E 5 – MAPA DE OCORRÊNCIAS DO APLICATIVO CAMPUS USP NA DATA DE 24 DE JULHO DE 2024



FONTE: Print de tela do aplicativo Campus USP

Por fim, ainda no aplicativo Campus USP existe uma opção de “entrar em alerta”, com a qual o usuário configura um tempo no aplicativo para que a guarda do campus seja acionada e receba sua localização em tempo real caso o aparelho seja agitado, a fim de garantir maior segurança nos deslocamentos dentro dos campi da USP.

FIGURA 6 – ABA “ENTRAR EM ALERTA” DO APLICATIVO CAMPUS USP



FONTE: Print de tela do aplicativo campus USP.

Destaco, por fim, o “Protocolo de atendimento da Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo para casos de violência de gênero contra mulheres”, instituído pela portaria 7.653 de 14 de dezembro de 2020. O protocolo apresenta diretrizes para o atendimento de vítimas de violência de gênero no ambiente acadêmico e o encaminhamento de formação continuada de todos os profissionais que realizam esse tipo de acolhimento.

Em resumo, o documento propõe que o atendimento seja dividido em 4 fases: Fase 1 – Primeiro contato com a usuária: identificação de sua demanda e situação de segurança; Fase 2 – Acolhimento: exercício de uma escuta ativa e

análise da situação apresentada; Fase 3 – Orientações e encaminhamentos; e Fase 4 – Registros e conclusão do atendimento.

FIGURA 7 – RESUMO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA USP

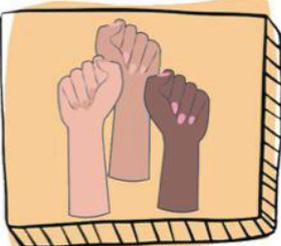
## RESUMO

### VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES

A adoção do termo Violência de Gênero contra as mulheres está baseada na **Recomendação Geral N. 35** Sobre Violência de Gênero Contra as Mulheres do **Comitê Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**.

*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women - CEDAW*

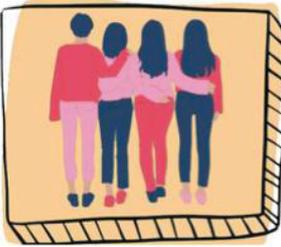
### TIPOS DE VIOLÊNCIA



Definidas pela Lei Maria da Penha: **Física, sexual, moral, patrimonial e psicológica**



Violências podem ocorrer em **meios virtuais** (redes sociais, reuniões e eventos online)



Perspectiva de gênero inclui **todas as mulheres**: com ou sem deficiências, de qualquer idade, classe social, raça, etnia, orientação e identidade de gênero

O conceito de 'violência contra as mulheres', como definido na Recomendação Geral n. 19 e em outros instrumentos e documentos internacionais, enfatiza o fato de que tal violência é baseada no gênero. Adequadamente, na presente recomendação, a expressão 'violência de gênero contra as mulheres' é usada como um termo mais preciso, que torna explícitas as causas que se baseiam no gênero e os impactos da violência. Essa expressão fortalece a **compreensão dessa violência como um problema social e não individual, requerendo respostas abrangentes**, para além de eventos específicos, agressores individuais e vítimas/sobreviventes.

## PROTOCOLO: FASES DE ATENDIMENTO

### FASE 1

Primeiro contato, **identificação da demanda** e verificação da situação de segurança

### FASE 2

Acolhimento que demonstre empatia, sigilo e privacidade; escuta ativa e respeitosa que possibilita a **análise da situação e os impactos da violência**

### FASE 3

Elaboração de um **plano individual com orientações e encaminhamentos** de acordo com a demanda específica da atendida, respeitando sua vontade, seus limites e prioridades na demonstração dos serviços de saúde, psicossociais, de reparação e restituição de direitos

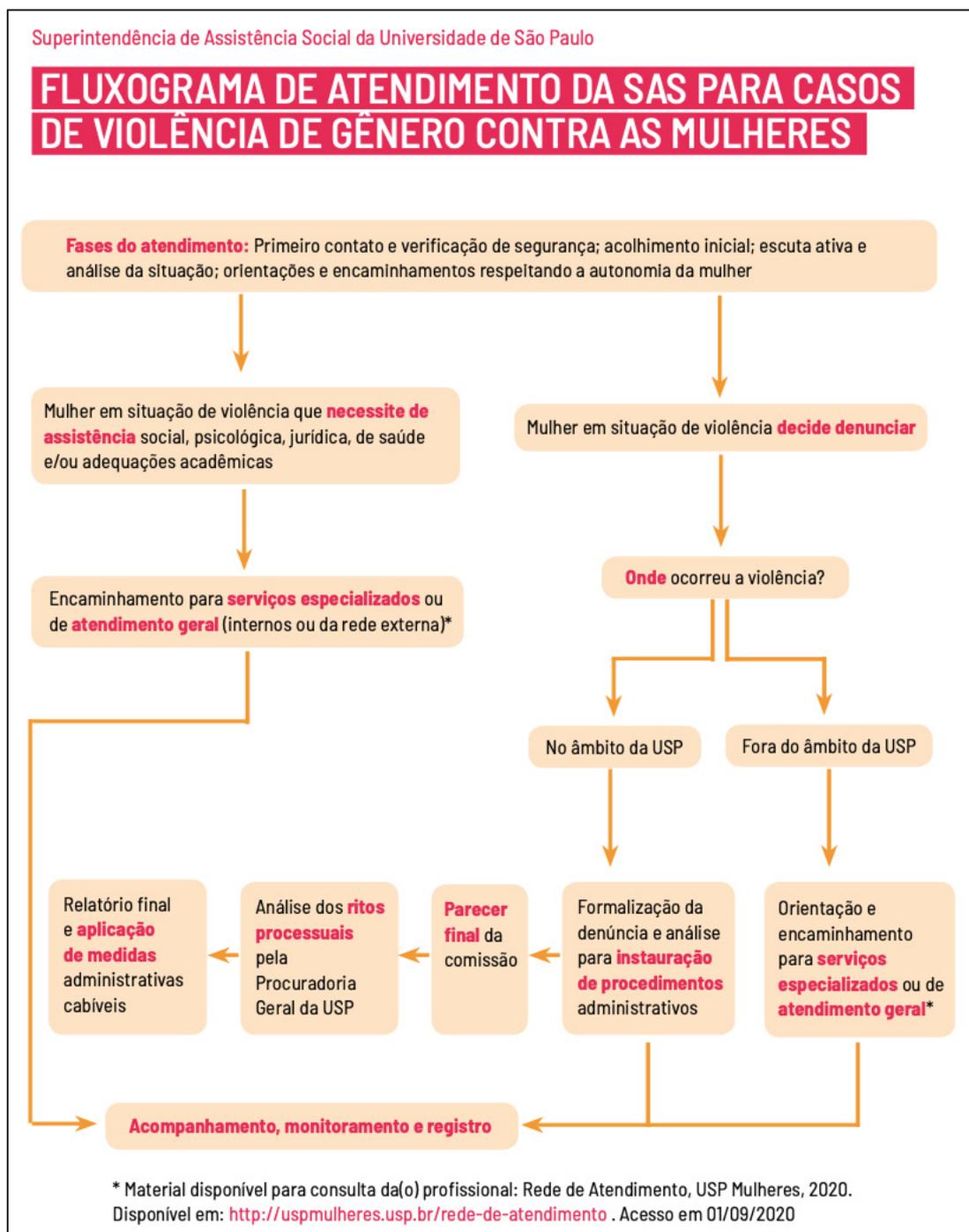
### FASE 4

**Finalização do atendimento**: registros e consulta à usuária sobre consentimento para acompanhamento nos encaminhamentos internos e externos à USP

FONTE: Print de tela site oficial USP

O referido protocolo, que durante a CPI da Violência Sexual, em 2020, foi citado pelos representantes da USP como “em elaboração”, apresenta também um fluxograma do atendimento da Superintendência e direciona para a página *online* sobre a rede de atendimento vinculada ao USP Mulheres citada acima e que não está mais disponível.

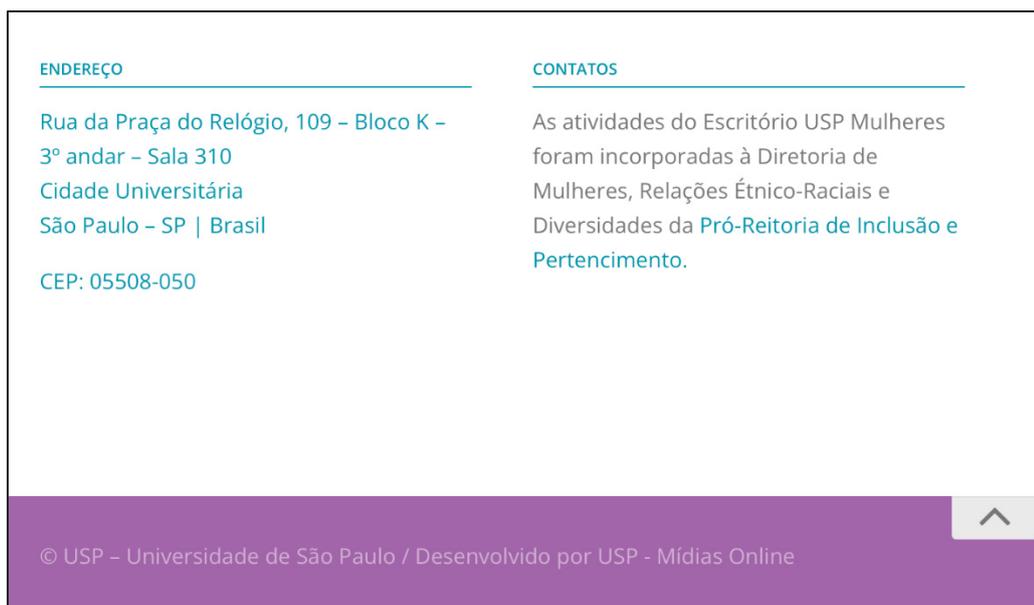
FIGURA 8 – FLUXO DE ATENDIMENTO DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA USP



FONTE: Print de tela site oficial USP

Acontece que, ao acessar a página do USP Mulheres, o único aviso sobre sua desativação está num rodapé, falando que suas atividades foram incorporadas pela Diretoria de Mulheres, Relações Étnico-Raciais e Diversidades da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento:

FIGURA 9 – RODAPÉ SITE USP MULHERES



FONTE: Print de tela do site <http://uspmulheres.usp.br> feito em 26/07/2024.

E, ao acessar a página da Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento, que teoricamente absorveu as atividades do Escritório USP Mulheres, a única informação que foi incorporada é o Protocolo citado anteriormente:

FIGURA 10 – SITE PRÓ-REITORIA DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO USP



FONTE: Print de tela do site da USP

Para além disso, na aba Sexualidade e Identidades é apresentada a campanha USP contra o assédio, que tem como objetivo informar a comunidade acadêmica sobre formas de assédio e qualquer tipo de preconceito e os encaminhamentos possíveis nesses casos<sup>11</sup>. Já a aba relações étnico-raciais apresenta, em 4 parágrafos sucintos, a política de reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas e a adoção de comissão de heteroidentificação no vestibular de 2023, como as duas ações de destaque da Universidade de São Paulo.

Por fim, ainda abarcada pela aba “Diversidades” está a subdivisão de “pessoas com deficiência”, que em 2 parágrafos explica que a USP se preocupa com acessibilidade em espaços físicos desde 2006, que em 2024 um edital de libras disponibilizou intérpretes para eventos e que em 2023 foi fundado um grupo de trabalho a fim de elaborar políticas mais inclusivas.

A discrepância das informações produzidas pela USP entre 2016 e 2021 e o que está disponível agora no tocante a violências de gênero no ambiente acadêmico é gritante, o que ao menos indica a fragilidade existente em ações que busquem atacar problemas sociais estruturais, replicados no ambiente universitário.

<sup>11</sup> A cartilha de divulgação está disponível em: [https://prip.usp.br/wp-content/uploads/sites/1128/2024/02/folder\\_UspContraOAssedio.pdf](https://prip.usp.br/wp-content/uploads/sites/1128/2024/02/folder_UspContraOAssedio.pdf). Acesso em: 26 jul. 2024.

Considerando que estamos falando da 92ª melhor universidade do mundo e 1ª melhor universidade latino-americana em 2024 segundo o ranking QS World<sup>12</sup>, esse aparente dismantelamento das ações focadas no enfrentamento da violência é ainda mais assustador.

É importante não negligenciar o contexto histórico dentro do qual esse dismantelamento aconteceu. Nas eleições de 2018 foi eleito o neoconservador e antidemocrático (para dizer o mínimo) Jair Bolsonaro, que legitimou um discurso e práticas autoritárias, genocidas, violentas e neofascistas. Isso se espalhou por vários âmbitos sociais, inclusive nas Universidades e, como podemos perceber com os fatos ocorridos, na própria USP e nas suas políticas de gênero (tema tão massacrado nessa época).

Transcrevo aqui um trecho do texto de Ricardo Musse (2021, p. 63-64) que fez uma descrição muito certa sobre esse avanço autoritário e os impactos disso para a ciência e para vínculos sociais comunitários, como era o caso das ações da USP:

A identificação com Bolsonaro de uma massa de indivíduos (personalidades autoritárias, presentes em todos os segmentos sociais, embora majoritárias apenas no âmbito da classe média) passa pela mobilização de afetos como o medo, o ódio e o ressentimento social (ADORNO, 2019; FREUD, 2020). Como condutor de um movimento neofascista, ele estimula mecanismos inconscientes valendo-se de um repertório de procedimentos miméticos, provenientes de uma tradição iniciada com Mussolini e Hitler, e aclimatada no continente no pós-guerra por uma série de agitadores fascistas norte-americanos (ADORNO, 2015). Esse arsenal foi recentemente atualizado pela imitação da atitude de pastor no púlpito televisivo e do comportamento do apresentador de programas de auditório. Enquanto Bolsonaro demonstra, por meio de *lives* diárias ou semanais, o domínio de técnicas radiofônicas e televisivas, seus colaboradores, valendo-se do uso cientificamente programado de algoritmos, disseminam toneladas de *fake news* nas redes sociais.

O bolsonarismo frutificou-se no solo adubado pelo movimento cultural dito pós-modernista e pela reconfiguração da subjetividade, e da identidade individual promovida pela sociabilidade neoliberal. Os teóricos do pós-modernismo disseminaram a ideia de que qualquer forma de saber, inclusive o discurso científico, constitui apenas uma narrativa sujeita à disputa. Assim, embaralhando as esferas dissociadas ao longo da modernidade, transformaram tudo em luta pelo poder, logo, em política (embora se anunciem como uma antipolítica) (LYOTARD, 1992; ANDERSON, 1999). As formas determinantes de configuração das identidades, nesse período de hegemonia neoliberal, hipertrofiaram a ação individual num mundo hobbesiano de cada um para si (e deus contra),

---

<sup>12</sup> O ranking está disponível em: <https://www.topuniversities.com/universities/universidade-de-sao-paulo>. Acesso em 26 jul. 2024.

destruindo os últimos resquícios dos vínculos sociais comunitários (Dardot; Laval, 2008).

Por fim, acessei o portal da transparência da USP e preenchi o formulário de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão, informando sobre a pesquisa da presente tese e requerendo informações sobre a quantidade de processos administrativos disciplinares que envolvam questões relativas a violências de gênero, separados por ano de abertura do PAD, desde quando se tenha registro na instituição. Solicitei, também, informações sobre programas, projetos, resoluções e outras medidas que a Universidade possua para enfrentamento da questão.

O pedido foi protocolado em 24 de julho de 2024, registrado sob o código #259676 e encaminhado para a Procuradoria Geral. No dia seguinte, 25 de julho de 2024, recebi a seguinte resposta:

Informa esta Procuradoria que não possui os dados sistematizados da forma requerida pelo interessado, estando assim, em razão da Portaria GR 7378/2019, desobrigada à realizar trabalhos adicionais para fornecê-los (art. 7º, inc. III):

Artigo 7º – Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I – genéricos;
- II – desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

**Referente à solicitação de informações sobre programas, projetos e medidas da Universidade em relação à prevenção de violência de gênero, aponto que durante o ano de 2020, foi desenvolvido pela antiga SAS e USP Mulheres o Protocolo de atendimento para casos de violência de gênero.** Seu principal objetivo é explicar todas as etapas do atendimento, fornecendo informação e maior segurança para testemunhas ou vítimas. O documento inclui informações sobre o conceito de violência de gênero e a legislação que a envolve, além de falar da problemática no meio universitário.

Para informações mais detalhadas, acesse: [https://sites.usp.br/sas/wp-content/uploads/sites/265/2021/01/violencia\\_genero2.pdf](https://sites.usp.br/sas/wp-content/uploads/sites/265/2021/01/violencia_genero2.pdf) (grifei).

Toda essa situação da USP é bastante simbólica, pois ela foi uma das Universidades públicas que mais avançou em relação a políticas e medidas de enfrentamento a violências de gênero no ambiente universitário, com a produção de pesquisas de ponta sobre o problema enfrentado. E, ainda assim, as ações mais recentes deixam em dúvida o real comprometimento institucional com questões relacionadas à diversidade.

De qualquer forma, tudo o que foi produzido pela Universidade de São Paulo sobre a temática é referência e parâmetro a ser observado pelas demais

Universidades públicas federais, objeto de pesquisa desse trabalho, como um pontapé inicial para enfrentamento da questão.

## 5.2 REVISÃO DE LITERATURA: O QUE JÁ FOI IDENTIFICADO

Logo depois de definir meu tema de pesquisa, o primeiro passo era começar a consumir conteúdo sobre ele e entender o que já tinha sido produzido sobre o assunto. Por isso que a professora Clara me encaminhou um livro, editorado pela OAB Nacional, chamado “Panorama da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas”.

Trata-se de uma coletânea com 18 artigos, com textos de autores brasileiros, uruguaios, colombianos, chilenos e equatorianos, que se debruçam sobre a questão da violência contra as mulheres nos ambientes acadêmicos. O livro é dividido em três partes: Parte I: Panorama mundial e de países estrangeiros, Parte II: Panorama Nacional e Parte III: Panorama regionais e locais. Alguns pontos dessas pesquisas merecem destaque.

1) Alguns textos se propõem a demonstrar como a questão das violências contra as mulheres nas Universidades, dando destaque especial aos casos de assédio, são uma realidade estimulada pela cultura. Uma cultura institucional, hierárquica e patriarcal, colonizada e colonizante, que “naturaliza” determinadas situações e estimula o surgimento e manutenção de violências múltiplas. Esses textos trabalham com números, a fim de demonstrar que, de fato, é um problema grave e repetitivo, seja no Brasil, seja em outros países da América Latina.

2) Outros textos da coletânea se propõem a fazer análises de casos, como por exemplo de uma audiência pública realizada no Distrito Federal, depois da elaboração e divulgação de um dossiê pelo Coletivo Afetadas sobre casos de assédio na Universidade de Brasília, ou de um coletivo feminista “*Coletivo Marielle Franco*” da Universidade Federal de Juiz de Fora, dentre outros. Estes textos põem luz sobre problemas reais vivenciados nos mais variados ambientes acadêmicos.

3) Alguns textos se propõem a apresentar possíveis soluções ou formas de enfrentamento que possam ter alguma efetividade em relação à problemática da violência de gênero nos ambientes universitários a partir das realidades encontradas.

Essa coletânea de artigos reuniu os principais textos que tratam sobre o assunto e, especialmente, os textos que apresentam possíveis soluções ou formas de enfrentamento. Tanto formas de enfrentamento que estão sendo testadas em casos reais, quanto propostas decorrentes das pesquisas realizadas.

Mas, perceba como é um assunto, infelizmente, pouquíssimo explorado. Estamos falando de UMA coletânea de artigos, com 18 textos, abordando a temática de maneira específica e, ainda assim, boa parte deles com o enfoque em casos de violência contra as mulheres e assédio sexual contra mulheres (alguns com análises interseccionais correlacionando o assédio sexual ao racismo existente nos ambientes acadêmicos).

As pesquisas que procuram demonstrar a existência do problema são unânimes em apresentar os dados que confirmam a gravidade e a quantidade dos casos e, ainda assim, olhamos (nós pesquisadores) pouco para isso. Tanto é que tive grande dificuldade em dar continuidade à fase de revisão bibliográfica para elaboração desta tese.

Fiquei muito feliz quando soube do serviço de levantamento bibliográfico oferecido pelas bibliotecas da Universidade Federal do Paraná e me socorri a ele. Enviei a solicitação de levantamento bibliográfico à equipe da biblioteca indicando as seguintes palavras-chave (em português e inglês) para pesquisa: violências, violência de gênero, universidade, violência acadêmica; mulher e gênero.

Poucos dias depois de enviar o e-mail com o requerimento recebi uma ligação da bibliotecária Eglem Maria Veronese Fujimoto me pedindo que fosse até a biblioteca para conversarmos. Tive muita sorte de encontrar com ela, que foi de um profissionalismo e cuidado gigantescos.

No dia seguinte eu estava na biblioteca e a Eglem havia me chamado pois tinha ficado preocupada com o número baixíssimo de resultados quando combinava as minhas palavras-chave nos mecanismos de busca disponíveis. Fiquei conversando com ela e testando palavras-chave por mais de uma hora para ver se conseguíamos aumentar o número de resultados.

Por fim, depois de muitas tentativas, percebemos que os melhores termos de busca seriam: “violência de gênero” AND universidades, e a Eglem seguiu com a realização do levantamento. A pesquisa foi feita nas seguintes bases nacionais: Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações, Portal de Periódicos CAPES, Rede Virtual de Bibliotecas e ROnline. Já nas bases internacionais optamos por

utilizar os termos de busca "*violence against women*" AND "*gender violence*", na *Web of Science* e *Scopus*.

Depois que a Eglem me enviou os resultados das pesquisas comecei a pensar em como lidar com os resultados. A primeira ideia foi, claro, trabalhar com categorias e foi assim que comecei a fazer uma pré análise dos textos. Acontece que, conforme fui realizando as leituras, percebi algumas coisas: i) os textos que efetivamente tratam sobre violência no ambiente universitário são poucos; ii) fazer a análise dos resultados usando categorias poderia reduzir a complexidade da questão de uma forma que acho perigosa; e iii) é importante que fiquem registrados os dados que foram coletados nessas pesquisas, pois isso é o ponto central do problema e que mobiliza a pesquisa desta tese.

Portanto, depois de fazer essa pré análise, optei por construir tabelas com resumo dos resultados, que foram adicionadas ao anexo 1 deste trabalho para que você tenha uma visão geral daquilo que encontramos. Li todos os textos que abordaram a temática que nos interessa e fiz um resumo com os principais pontos e dados trabalhados, para encontrar pontos de convergência e entender melhor o tamanho do problema que estamos encarando aqui.

A pesquisa feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações trouxe 7 resultados, sendo que, depois da leitura dos resumos, identifiquei que 6 deles eram dissertações de mestrado que abordaram a temática da violência de gênero nos ambientes universitários, especialmente questões relacionadas a assédio sexual e os problemas decorrentes de trotes universitários.

Já na Rede Virtual de Bibliotecas, a pesquisa obteve 21 resultados, dentre livros (coletâneas de artigos) e artigos publicados em revistas, sendo que, depois da leitura dos resumos, identifiquei que apenas 6 deles, de fato, abordavam a temática da violência em ambientes universitários, especialmente casos de assédio sexual contra mulheres e análises de casos.

A pesquisa feita na base de Periódicos CAPES foi a que encontrou maior número de resultados, foram ao total 132, incluindo textos em português, espanhol e inglês. Depois de detida leitura dos resumos dos textos encontrados, identifiquei que 28 deles abordavam especificamente a temática. 3 destes resultados também foram encontrados na pesquisa realizada na base *Web of Science* e 5 se repetiram na pesquisa realizada na base *Scopus*.

A pesquisa na ROnline foi realizada em momento posterior às outras, pois a Universidade estava renovando a contratação quando começamos o levantamento. A Eglem fez a busca com uma pequena alteração nos termos, pois com os novos, nesta base especificamente, acabou encontrando mais resultados.

Foram usados 1) os termos “violência contra a mulher” AND “ambientes acadêmicos”, que geraram um resultado que de fato tratava sobre o tema; 2) os termos “violência doméstica” AND “ambientes acadêmicos” que geraram 10 resultados ao total, mas apenas um relevante, que era o mesmo encontrado com os termos de busca anteriores; e 3) os termos genero AND mulher AND violencia AND "ambientes academicos" que geraram 13 resultados ao total, e apenas dois que abordavam a temática, sendo que um deles é o mesmo que se repetiu nos resultados anteriores. Ou seja, dentre todos os resultados encontrados com o uso das três combinações de termos de busca, foram encontrados apenas 2 resultados que abordavam o tema.

Já na base de dados internacional *Web of Science* optamos pela seguinte estratégia de busca: "*violence against women*" AND "*gender violence*", com o campo da pesquisa “no título” e assim foram encontrados 3.398 documentos. Posteriormente, a Eglem aplicou 3 filtros: i) *open access*; ii) *article*; e iii) *book chapters* o que gerou um total de 972 resultados.

Num segundo momento, fiz a filtragem dos resultados lendo todos os títulos e resumos para conferir a aderência. Depois dessa primeira filtragem selecionei apenas 14 resultados, que foram submetidos a uma segunda leitura e análise mais aprofundada, momento no qual cheguei a apenas 5 resultados efetivamente aderentes àquilo que estava pesquisando.

Por fim, na base internacional *Scopus 42*, utilizamos as mesmas estratégias de busca da *Web of Science*: "*violence against women*" AND "*gender violence*", com os campos de pesquisa título, resumo e palavras-chave e foram encontrados 532 documentos. Posteriormente, a Eglem reduziu para 461 resultados ao aplicar os filtros *article* e *book chapters*.

Segui o mesmo procedimento realizado nos resultados brutos obtidos na plataforma *Web of Science*, inicialmente fiz a leitura dos títulos e resumos de todos os resultados para fazer uma primeira filtragem de conteúdo, o que gerou 18 resultados. Num segundo momento fiz uma leitura e análise mais densas desses resultados e cheguei a 10 textos aderentes ao intuito da pesquisa.

Fizemos a pesquisa em quatro bases de dados nacionais e duas bases de dados internacionais e conseguimos apenas 46 resultados não repetidos, sendo que 2 destes resultados são matérias jornalísticas de jornais e revistas eletrônicas, ou seja, apenas 44 artigos acadêmicos encontrados que abordam o tema. É uma quantidade muito pequena de resultados, ainda mais que estamos falando de uma problemática que já foi alvo de Comissões Parlamentares de Inquérito e que é vivenciada diariamente por uma infinidade de pesquisadores.

A maior parte dos textos funciona como denúncia da realidade encontrada nos ambientes universitários, tanto no Brasil, quanto em vários outros países do mundo. Muitas pesquisas se ocuparam da aplicação de questionários e de análises dos dados obtidos para conseguir demonstrar o problema endêmico da violência de gênero nas instituições e/ou regiões pesquisadas.

Diante disso tudo, o que se destaca em todos os textos encontrados é a concordância de que a violência de gênero no ambiente universitário é uma questão estrutural e institucionalizada, no Brasil e em diversos outros países do mundo, o que ficou claro também pelos resultados apresentados em textos internacionais que encontramos.

Boa parte dos artigos focou em análises de casos de Universidades específicas, com dados quantitativos, formulários, entrevistas etc. e demonstraram que a violência de gênero é um fenômeno grande e com poucos dados, especialmente a nível nacional. Os textos que abordaram números nacionais foram feitos com fundamento em pesquisa desenvolvida pelo Instituto Avon no ano de 2015.

Outro ponto de destaque importante é que as pesquisas, via de regra, apontam como soluções ações de coletivos, divulgação de canais de apoio, maior conscientização sobre tipos de violências e direitos das mulheres, mas poucas falam sobre o papel institucional nisso tudo. As que abordam a necessidade de mudança nas políticas universitárias e regimentos internos são decorrentes de demandas externas, como foi o caso da CPI da Violência Sexual que aconteceu em 2020 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O que eu gostaria de destacar com todos esses resumos é: temos informação e números suficientes, coletados em pesquisas qualificadas, que demonstram o tamanho do problema e, mais, muitas dessas pesquisas se propuseram a apresentar propostas de enfrentamento a essa realidade, ainda assim

continuamos tendo que lidar com pouco caso e pouca preocupação institucional em relação a isso, o que corrobora aquilo que foi encontrado com esse levantamento bibliográfico: estamos tratando de uma questão estrutural e institucionalizada (Akotirene, 2019, p. 71).

Ainda, gostaria de apontar que os textos, quando falam de gênero falam, via de regra, de mulheres cis e brancas, já que a arrasadora maioria usa a palavra gênero enquanto categoria conceitual ordinária. Alguns até tensionam questões relativas à raça, mas de maneira mais superficial, pois na arrasadora maioria o foco é exclusivamente casos de assédio sexual e aqui fica explícito o lado oculto do gênero e a colonialidade operando diretamente, nos termos daquilo que Lugones ensina (Lugones, 2020).

Esses resultados encontrados com a revisão de literatura também reforçam a principal hipótese levantada nesta tese: as Universidades ocupam um lugar de ausência em relação à violência de gênero. Quando as pesquisas sobre dados não possuem respaldo institucional, quando os números produzidos são “extraoficiais”, quando as informações existentes dependem de pesquisadores independentes a preocupação institucional é inexistente.

Não há monitoramento por parte das próprias Universidades a fim de realizar um mapeamento situacional e, mais ainda, há uma dificuldade no processo de coleta de informações por parte daqueles que se propõem a olhar para o problema, como acabou acontecendo com este processo de pesquisa e com as inúmeras tentativas de diálogo que minha orientadora, professora Clara, propôs para a UFPR.

Fica muito mais fácil fingir que o problema não existe e esperar que a situação “se resolva”, excluindo-se do papel de regular as relações e, mais ainda, de responsável por apresentar respostas complexas para demandas complexas, quando sequer há dados oficiais capazes de mapear o tamanho do problema existente.

É muito mais fácil esperar que um centro acadêmico tome providências para exclusão de um aluno da bateria, como aconteceu no caso de Helena, do que reconhecer o seu papel enquanto instituição que estimula que esse tipo de violência aconteça e agir de maneira a entregar acolhimento e escuta ativa para as vítimas.

Da mesma forma, é muito mais fácil não se colocar como construtora do problema, por ser um ambiente que promove espaços de poder tão simbólicos nos quais há a naturalização do assédio de maneira tão corriqueira, como aconteceu

com Heloísa e Hannah, do que rever a construção cultural existente que permite que esse tipo de situação aconteça ainda hoje.

É claro que isso tudo atende ao propósito já denunciado por Rita Segato (2021) de as universidades continuarem se mantendo como viveiro das elites, pois políticas de permanência para corpos fronteiriços e endiabrados também precisam abranger políticas de enfrentamento às violências que esses corpos sofrem.

Nas falas das três mulheres ouvidas nessa pesquisa e nos textos encontrados com a revisão de literatura feita as soluções apontadas passam, principalmente, pela ação de coletivos feministas, formação educativa através de projetos direcionados, construção de espaços de acolhimento e de resistência por parte das pessoas que ocupam as “bordas universitárias”.

Reconhecemos o papel e a importância dessas ações, mas não podemos mais encará-las como suficientes ou únicas capazes de apresentar respostas ao problema endêmico enfrentado. Precisamos direcionar os holofotes para as instituições e cobrar que elas também se imbriquem com o mapeamento do problema e seu enfrentamento, coletando e apresentando dados e construindo coletivamente, a partir da escuta, da imaginação, da aproximação, do acalento, da lembrança, da reparação, da recriação, da celebração, do compartilhamento, das perguntas, da fala e da desobediência (Diniz e Gebara, 2022), respostas formais efetivas. Essa é a proposta apresentada no último tópico deste capítulo.

### 5.3 RESPONSABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL: QUAL O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Leigh Whannell dirigiu o filme *O Homem Invisível*, que foi inspirado no livro de H. G. Wells, e conta a história de Cecília, uma mulher que vivia um relacionamento abusivo (a partir daqui, conterà *spoilers*). O ex de Cecília aparentemente comete suicídio logo no início do filme, depois de ela sair de casa e deixá-lo.

Apesar disso, Cecília sente sua presença em diversos lugares. Ninguém acredita nela, pois todos viram o enterro dele. Mas Cecília sente medo e acredita estar enlouquecendo, pois acontecem coisas inexplicáveis com ela durante um bom tempo. Até que, depois de muito sofrimento, Cecília descobre que o ex criou uma roupa que o permite ficar invisível.

Ele forjou sua morte e passou a usar a roupa para transformar a vida de Cecília num inferno, fazendo com que ela e as pessoas de seu convívio duvidassem de sua sanidade. Depois de descobrir sobre o plano de seu ex, ela consegue encontrar formas de enxergá-lo e cria um plano para se defender. O final do filme (que não irei contar aqui para não dar *spoiler* demais) é, para dizer o mínimo, intrigante.

No decorrer da escrita desse texto, lembrei do filme. As Universidades Federais estão construindo uma roupa que as permite ficar invisíveis perante o problema da violência de gênero e não conseguimos enfrentar seriamente algo que “não existe”. Como vamos demandar respostas se sequer temos ideia do que, de fato, estamos enfrentando?

Dentro da UFPR um dos projetos que apontou holofotes para o problema foi desenvolvido pela professora Taysa Schiocchet. O projeto de extensão “Se as paredes da UFPR falassem” coletou, através de um formulário distribuído especialmente entre discentes, relatos de pessoas que sofreram violência de gênero no ambiente universitário. As respostas e os relatos foram anonimizados e expostos em cartazes fixados nos corredores do prédio histórico da Santos Andrade.

Foram muitas histórias. Muitos relatos. Muitas pessoas que sofreram violências num ambiente que deveria ser formativo, e não deformativo, como disse Heloísa. E, para além das respostas neste formulário, as histórias sobre violência na UFPR se acumulam e são contadas pelos corredores. A gente sabe que existe, mas a instituição continua se isentando.

Esse posicionamento não é exclusivo da UFPR. Conforme defendido neste trabalho, essa é a lógica das Universidades de maneira geral. Mas esse posicionamento, apesar de explicado pela lógica colonial que ainda persiste nos corredores universitários, é incongruente com as práticas e cobranças que a própria Universidade faz em relação a outras instituições.

Temos tanta pesquisa sendo desenvolvida, atuamos tanto enquanto censor externo de instituições, olhamos e avaliamos as ações desenvolvidas em outros espaços, mas internamente, enquanto instituição que também enfrenta problemas e que precisa gerar respostas adequadas a eles, não conseguimos entregar o mínimo.

No mundo jurídico um bom exemplo para isso é o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ através da instituição de um grupo de trabalho composto por pessoas

do próprio CNJ, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e pesquisadores externos vinculados a grupos de pesquisas e Universidades.

O protocolo foi elaborado depois de uma condenação internacional do estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos e tem como objetivo orientar a magistratura para que desenvolvam julgamentos a partir de uma lente de gênero interseccional. Academicamente pesquisamos sobre os impactos e a usabilidade do protocolo e precisamos mesmo fazer isso! Até porque a efetivação daquilo que existe no texto, na prática dos julgamentos, não tem sido uma realidade (Borges e Abreu, 2022).

Acontece que, quando olhamos para “dentro de casa”, para as Universidades enquanto instituições, percebemos que sequer chegamos perto do nível de preocupação institucional existente em outros espaços. Sabemos que o fundamento dessa preocupação normalmente decorre de pressões externas, normalmente, com fundo econômico e não de uma genuína preocupação com as pessoas que ocupam as bordas e que precisam ter suas existências reconhecidas e garantidas.

Ainda assim, mesmo que não pelos fundamentos que acreditamos serem os eticamente mais adequados, a realidade é de que existem leis, protocolos, orientações e guias que dispõem sobre a maneira institucionalmente mais adequada para lidar com as situações complexas decorrentes de violências de gênero interseccionais.

E nas Universidades sequer isso temos. Não há dados suficientes produzidos, na arrasadora maioria não há protocolos, resoluções, ou qualquer outra normativa institucional que estabeleça diretrizes e parâmetros para conduzir casos que envolvam violência de gênero, que é, segundo o reitor da USP em 2020, a faceta mais vergonhosa daquela Universidade.

Conforme trazido neste trabalho até aqui, essa é uma das facetas mais vergonhasas de muitas Universidades Federais, que sequer reconhecem o problema que acontece nos seus intramuros. E, ainda, conforme defendido até aqui, é impossível acreditar que isso acontece porque as Universidades não estão cientes de um problema tão grande e gritante.

Não se trata apenas de uma falta de interesse para perceber o problema, mas sim de um esforço ativo para deixá-lo debaixo dos panos, pois assim finge-se

que ele sequer existe e não há responsabilidade institucional sobre os impactos disso na vida acadêmica das pessoas que ocupam o espaço acadêmico (r)existindo, aquelas pessoas que não conseguem passar pelo scanner colonial instalado nas portas de entrada.

Isso fica evidente quando nenhum dos dados produzidos pelas Universidades são confiáveis já que informam algo quando demandadas diretamente pela Plataforma Fala.BR e informam outros números perante o Painel Correição em Dados da CGU. Fica evidente quando questionamos quais os mecanismos existentes para enfrentamento da violência de gênero e as Universidades respondem com projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por professoras, como se eles fossem efetivamente respostas da própria instituição. Ou, pior ainda, quando sequer sabem o que (não) existe de normativa dentro da própria Universidade.

Fica evidente quando praticamente nenhuma das Universidades pesquisadas têm, pelo menos, nos seus princípios previstos em regimentos internos o combate à violência de gênero e de todas as formas de discriminação. Fica mais evidente ainda quando a diretoria disciplinar da UFPR não permite que os processos administrativos disciplinares sejam acessados para fins de pesquisa mesmo depois de haver autorização por parte do Comitê de Ética da própria Universidade.

Reconhecemos a importância das iniciativas extra institucionais no combate à violência de gênero, até porque são elas quem têm minimizado as situações existentes. Contudo, não podemos nos manter coniventes com essa lógica cíclica e cruel que a ausência institucional cria em relação ao problema, na qual a ausência da Universidade estimula ainda mais as violências.

O imbricamento institucional com encarar o problema é condição primária para enfrentamento. Enquanto as Universidades não se corresponsabilizarem pelas violências existentes no ambiente acadêmico, enquanto não reconhecerem a existência desse scanner colonial instalado nas portas de entrada, será impossível falarmos seriamente sobre políticas de permanência, sobre acolhimento, sobre escuta.

Toda a situação vivenciada pela USP é muito simbólica nesse sentido. Em decorrência de uma parceria com a ONU foi criado o escritório USP Mulheres que desenvolveu pesquisas, coletou dados e construiu ferramentas muito interessantes para iniciar uma mudança de perspectiva. Acontece que, tal iniciativa não foi,

verdadeiramente, uma iniciativa institucional, mas sim decorrente de um convênio específico, que quando findo causou a morte de todo um projeto complexo.

É claro que não há como apagar os dados já coletados, ou os protocolos construídos, e por isso a importância desses resultados serem documentados e institucionalizados. Por isso tudo, e, especialmente, tendo em vista a realidade do que (não) encontramos na UFPR, que propusemos uma Resolução que cria mecanismos para coibir a violência de gênero praticada por estudantes, servidores e professores na convivência universitária.

A professora Clara chamou a Deise Santos, a Angélica Pavelski e eu para construirmos uma proposta de resolução (anexada a este trabalho), justamente por ter percebido como a ausência normativa estava abrindo espaço para arbitrariedades e, mais ainda, novas violências.

Cada vez que conversávamos sobre a proposta de resolução ou sobre o tema “violência de gênero” a professora Clara trazia mais relatos de situações insustentáveis narradas por alunos, professores, servidores de maneira informal e que tinham um ponto central em comum: apesar de estarem falando sobre violências ocorridas dentro do ambiente acadêmico, o silêncio sepulcral da instituição não era encarado como um problema.

Mas ele é, e dos grandes! Por isso tudo que, olhando para disposições internacionais das quais o Brasil é signatário como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Agenda 2030, mas, mais ainda e principalmente, escutando aquilo que “as paredes da UFPR” falavam, que montamos a proposta de resolução.

Acreditamos seriamente que o imbricamento institucional é parte indispensável no enfrentamento do problema e ele precisa ser feito tendo diretrizes adequadas, pois estamos lidando com demandas extremamente complexas de pessoas plurais e ocupantes de uma fronteira muito demarcada pela colonialidade.

Por isso que, o papel institucional que desejamos é um papel protagonista, no qual as Universidades reconhecem sua parcela de culpa e começam a agir diferente, realizando pesquisa, construindo resoluções, tendo mecanismos de controle, espaços de acolhimento, normativas que combatam o problema e quaisquer outras ações a nível institucional que sejam eficazes, para que a realidade daqueles que hoje sofrem em razão dessa ausência também se altere.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última reunião de orientação que tive com a professora Clara, pouco tempo antes da finalização desta tese, compartilhei com ela a dificuldade em escrever essas considerações finais. Tanto é que terminei o item 5.3 com a sensação de que o parágrafo final do texto era um abandono e não uma finalização, justamente porque não sabia como fazer uma amarração daquilo tudo o que (não) foi trazido durante o trabalho.

Eu não sabia qual caminho seguir a partir de tudo o que foi exposto até aqui. Foi a professora Clara quem me falou: nomeia e compartilha a angústia, pois é esse sentimento que o trabalho apresenta.

E ela tem razão. Escrevi a tese inteira angustiada, pois encarnar o ausente é um processo muito difícil e doloroso. A gente “brincava” em sala de aula que pesquisa precisa doer, mas eu não pensava que poderia doer tanto. Uma dor decorrente, primeiro, da percepção de que a realidade é mais cruel do que imaginávamos, que o problema é maior do que aquilo que aparenta e que ocupamos um lugar de impotência e, mais ainda, de conivência.

Uma dor decorrente das minhas próprias feridas. Eu fiz um esforço muito grande para conseguir nomear a violência que sofri como estupro, pois a possibilidade de busca por uma resposta formal não existiu no meu caso. E eu achava que o não reconhecimento formal/institucional da violência que sofri era o que gerava a angústia em relação à falta de nomeação.

Ter que encarar as ausências e, mais ainda, a construção deliberada e sistemática delas, foi um processo de entender que não é o reconhecimento institucional que valida a violência sofrida. Não seria o reconhecimento jurídico de que fui estuprada que iria confirmar a violência que sofri, o ato em si precisa ser suficiente para tanto.

Mas é um projeto da colonialidade fazer com que somente o reconhecimento institucional seja suficiente para “validar” as violências sofridas, pois assim somos submetidos a uma infinidade de situações violentas, que não são nomeadas dessa forma, a fim de manter o poder de alguns corpos às custas de outros.

É isso que toda essa pesquisa permitiu perceber: a ausência das Universidades é, de fato, construída, pois é assim que elas se mantêm como um espaço não demandável e como o “viveiro da elite”. Passa-se o verniz da pluralidade

para aplacar as demandas que surgem, mas, na prática, as exclusões de determinados corpos continuam acontecendo.

Não reconhecer as violências enquanto violências é o primeiro passo para essas ausências e invisibilizações que impactam diretamente na (não) permanência e no (não) pertencimento. As demandas respondidas pelas Universidades são as demandas do estudante visto como legítimo: o homem branco, cis, hetero, neurotípico e burguês. Isso fica demonstrado quando o combate às discriminações não faz parte dos princípios institucionais da arrasadora maioria das Universidades Federais pesquisadas.

Mas, as violências sofridas precisam ser suficientes para a nomeação e o reconhecimento da existência. Só que o que fazemos com essa nomeação e esse reconhecimento é um dos pontos importantes. Para além de usarmos isso para denúncia, é preciso usarmos para cobrança: as Universidades precisam ser constrangidas com os dados.

Não é possível que achemos razoável que as Universidades atuem como censores externos de outras instituições enquanto ignoram sua própria responsabilidade em relação a um problema socialmente endêmico. Isso quer dizer que as Universidades não têm legitimidade para esta atuação? Não! Isso quer dizer que não podemos nos contentar com a lógica de “casa de ferreiro, espeto de pau”.

É importante que consigamos encarar a realidade sem as lentes da lógica universitária colonial. Um exemplo gritante para mim foi o caso da Helena. Ela disse que estava satisfeita com a resposta institucional que recebeu à violência sofrida, mas, na verdade, ela não recebeu resposta alguma. Aquela migalha de reconhecimento foi suficiente para uma satisfação, afinal ela recebeu algo (o que já é muito mais que a maioria dos casos).

Helena, enquanto diretora de uma comissão discente me pediu ajuda para lidar com demandas universitárias relacionadas a violências. Ela não procurou a Universidade, procurou alguém externa com quem ela construiu um vínculo, que era frágil, mas ainda assim maior que o vínculo institucional quando se tratava da temática.

Tive um reconhecimento muito grande com Helena e, como disse para ela, estarei sempre à disposição para o que ela precisar, mas eu não deveria ser a primeira opção dela para diálogo nesse caso. Ela precisava ter um respaldo

institucional adequado, sério e eficiente. Mas não tinha. Ainda assim ela não apontou, durante nossa conversa, a Universidade como ausente.

Isso é simbólico para demonstrar o grande sucesso do projeto das ausências. Funcionou e funciona. E é um sistema que se retroalimenta, pois colocar essas lanternas direcionadas para as ausências é um processo complicado e que pode gerar reflexos.

Tanto é que a UFPR negou, sistematicamente, nosso acesso aos dados e depois fingiu que nunca tínhamos pedido. Demanda um pouco de coragem realizar uma crítica tão direta em relação (também) à Instituição à qual estamos vinculadas. Minha orientadora terá uma marca em sua trajetória profissional que não poderá mais ser apagada: permitiu/incentivou/colaborou que uma orientanda denunciasse um mecanismo que estão tentando manter invisível. Quais os impactos disso numa carreira profissional?

Quando optei pelo tema de pesquisa eu pensei também nisso: quero seguir carreira acadêmica? Quero um pós-doutorado? Quais os impactos dessa denúncia nas portas que preciso abertas para conseguir dar os próximos passos?

Mas com o decorrer da pesquisa percebi que não temos como fugir de algumas questões e que há algumas portas que sequer quero acessar, justamente para não me tornar conivente com projetos dos quais discordo diametralmente. E, mais ainda, percebi que essa tese é uma denúncia contra a lógica colonial da qual as Universidades fazem parte, mas não uma crítica direcionada à UFPR, USP ou qualquer outra instituição.

É uma lanterna apontada para um problema como um pedido de socorro, o escancaramento de um referente ausente como um requerimento de mudança, um questionamento à coletividade: é assim que queremos agir? Dessa forma que vamos continuar seguindo? Continuaremos coniventes ou vamos começar a redirecionar as demandas a fim de romper com essa lógica que nos aprisiona, exclui e animaliza?

Eu não tenho resposta alguma. Acho que não há resposta possível para o que (não) foi encontrado aqui. E (depois de muito brigar com isso) tudo bem! Mas acredito que este trabalho é um instrumento importante para gerar perguntas. Muitas. Perguntas difíceis, incômodas e pessoais sobre qual papel de cada um nesse projeto colonial de ausências, por exemplo.

Por isso tudo a angústia: tanto pelos resultados e pela falta de respostas, quanto pela percepção da minha parte de responsabilidade nisso tudo. Seja em relação às ausências nas Universidades, sejam em relação à ausência da minha história.

Me torno conivente com o projeto quando ainda me questiono se aquilo que vivi foi de fato um estupro, já que não tive uma confirmação formal de que foi. Isso quer dizer que sou culpada? Não, fui vítima. Mas preciso me reconhecer enquanto vítima com todos os direitos que uma vítima tem: especialmente o direito de ser acolhida, respeitada, ouvida e, mais ainda, o direito de cura, independentemente de o judiciário validar isso ou não.

Da mesma forma, me torno conivente com o projeto de ausências da Universidade quando ocupo aquele espaço entrando na lógica do “é assim mesmo” e não me escandalizando com as violências diárias que acontecem nos intramuros e que são tratadas como banalidades cotidianas.

Como posso contribuir para a mudança dessa perspectiva? Usando o espaço que tenho para escutar o que as ausências dizem, ouvir os gritos das fronteiras, denunciar, apontar os holofotes para o problema e pedir por respostas institucionais adequadas. Foi essa a tentativa dessa tese.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ABREU, Ana Claudia da Silva. **Descolonizando corpos:** feminicídio reprodutivo e a responsabilidade do Estado criminalizador. São Paulo: Blimunda, 2023.
- ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne:** a relação entre o carnivorismo e a dominação masculina. Tradução de Cristina Cupertino. São Paulo: Alaúde, 2012.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALBERT, Katelin; COUTURE-CARRON, Amanda; SCHNEIDERHAN, Erik. Non-physical and ambient sexual harassment of women undergraduate university students in Canada: a diary study. **Violence against women**, v. 30, n. 9, p. 2345-2370, 2024.
- ANDIFES, Agência Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES.** Brasília, DF: Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 11 out. 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciencia”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 13(3): 704-719, setembro-dezembro, 2005.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARISTÓTELES. **Metafísica.** Tradução de Carlos Humberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 2021.
- ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo:** antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP) (São Paulo). **Assembleia Legislativa cria CPI para investigar denúncias de violência sexual contra estudantes das universidades.** 2020. Disponível em: <https://adusp.org.br/violencia/cpi-viol-sex/>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie *et al* (org.). **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/#>. Acesso em 15 ago. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. TROTOS, ASSÉDIOS E VIOLÊNCIA SEXUAL NOS CAMPIUNIVERSITÁRIOS NO BRASIL. **Revista Gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p. 49-79, 1.sem. 2017.

BARRETO, Magali. Violencia de género y denuncia pública en la universidad. **Rev. Mex. Sociol**, Ciudad de México, v. 79, n. 2, p. 262-286, jun. 2017.

BENHABIB, Seyla *et al.* **Debates Feministas**: um intercâmbio filosófico. Tradução de Fernanda Verissimo. São Paulo: Unesp Digital, 2018.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BISI, Roberta. Una ricerca sulla violenza di genere nell'Ateneo bolognese. **Rivista di Criminologia, Vittimologia e Sicurezza**, Bologna, v. 7, n. 2, p. 120-134, mai./ago. 2013.

BORGES, Clara Maria Roman. **Provocações Feministas para uma Descolonização da Teoria Geral do Direito Processual Penal**. Tese de Professora Titular da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024.

BORGES, Clara Maria Roman; ABREU, Ana Claudia da Silva. As armadilhas do julgamento com perspectiva de gênero: ausências e invisibilizações. *In*: SALADINI, Ana Paula Sefrin; ASSAD, Sandra Mara Flugel. **Direito, Gênero e Raça**: um debate necessário. Londrina: Thoth, 2022.

BRANDALISE, Camila; MONTENEGRO, Raul. **Violência sexual no campus**. IstoÉ online. 2014. Disponível em:

[https://istoe.com.br/395396\\_VIOLENCIA+SEXUAL+NO+CAMPUS/](https://istoe.com.br/395396_VIOLENCIA+SEXUAL+NO+CAMPUS/). Acesso em: 10 set. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](http://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 13 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições e Crocodilo, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.

CAPOVILLA, Silmara Helena. **Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres**: subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na UFSCar. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**: classic edition. Tradução de Marcia Heloisa e Leandro Durazzo. Ilustrações de John Tenniel. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2019.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

CAV MULHERES. **Violência de Gênero na Universidade**: onde buscar ajuda? São Paulo, 2017. Disponível em: [http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2017/04/Versão\\_final.pdf](http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2017/04/Versão_final.pdf). Acesso em 26 jul. 2024.

CAV MULHERES. **Violência de Gênero na Universidade**: onde buscar ajuda? 2.ed. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sites.usp.br/cavrp/wp-content/uploads/sites/1313/2023/06/cartilha-CAV.pdf>. Acesso em 26 jul. 2024.

CAZARES-PALACIOS, Itzia María; TOVAR HERNANDEZ, Deysi Margarita; HERRERA-MIJANGOS, Santos Noé. Violencia de género en una universidad de Coahuila, México. **Sinéctica**, Tlaquepaque, n. 58, e1405, jun. 2022.

CHAFLOQUE-CÉSPEDES, Raquel et al. Academic presenteeism and violence against women in schools of business and engineering in Peruvian universities. **Lecturas de Economía**, n. 93, p. 127-153, 2020.

CHAPA ROMERO, Ana Celia et al. Violencia de género en la universidad: percepciones, actitudes y conocimientos desde la voz del estudiantado. **Rev. Guillermo Ockham**, Cali, v. 20, n. 1, p. 77-91, June 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, p. 139-167, 1989.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COSTA, Fafate. Borderless a study of violence against women in universities: Brazil, Portugal, and the UK. **Journal of International Women's Studies**, v. 21, n. 2, p. 169-177, 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

DINAMARCA-NOACK, Consuelo; TRUJILLO-CRISTOFFANINI, Macarena. Educación superior chilena y violencia de género: demandas desde los feminismos universitarios. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 2, p. 191-212, 2021.

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUFOUR, Dany-Robert. **O divino mercado**: a revolução cultural liberal. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESCRITÓRIO USP MULHERES. **Interações na USP**: primeiros resultados da pesquisa. São Paulo, 25 jun. 2018. Disponível em: [http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERAÇÕES-NA-USP\\_final\\_publicação2407.pdf](http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/145/2018/07/INTERAÇÕES-NA-USP_final_publicação2407.pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

FENTON, Rachel A.; MOTT, Helen L. Evaluation of the intervention initiative: A bystander intervention program to prevent violence against women in universities. 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; MUSMANNO, Rafaella; CARVALHO, Monique. Violência de gênero: o caso da universidade federal fluminense. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 3, p. 102-116, set./dez. 2020.

GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernández. O que é a pesquisa participante? Tradução de Telmo Adams. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

GARCÉS ESTRADA, Carolina; SANTOS PEREZ, Antonia; CASTILLO COLLADO, Loreto. Universidad y Violencia de Género: Experiencia en Estudiantes Universitarios de Trabajo Social en la Región de Tarapacá. **Rev. latinoam. educ. inclusiva**, Santiago, v. 14, n. 2, p. 59-77, dic. 2020.

GOMES, Tathiana Rodrigues Alves. **Violência contra as mulheres nas universidades públicas, o que elas têm a dizer?:** facebook como espaço de denúncia. 2021. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

GONSALVES, Elisa Pereira. Pesquisar, participar: sensibilidades pós-modernas. *In:* BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GONZALEZ SALA, Francisco; MORA VALERO, Belén. Características de la violencia de género en la Universidad de Valencia. **Escritos de Psicología**, Málaga, v. 7, n. 2, p. 36-43, agosto 2014.

GUIZARDI, Menara; GONZÁLVEZ, Herminia; STEFONI, Carolina; DUARTE, Graciana Alves; SOUSA, Maria Helena de. Te Shoemaker and Her Barefooted Daughter: power relations and gender violence in university contexts. **Frontiers**, Recife, v. 43, n. 1, p. 32-67, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Em Construção**, [S.L.], n. 5, p. 143-162, 2019. Tradução de Rebeca Furtado de Melo. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/41257>. Acesso em: 19 ago. 2024.

HIRA, Sandew. **Decolonizing the Mind: A guide to decolonial theory and practice.** Países Baixos: Amrit Publisher, 2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução de Bhuví Libânio. 8.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO AVON. Pesquisa Instituto Avon/Data Popular. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.** São Paulo: Instituto Avon, 2015. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/17R-bdbILgFp2xn-FWhfc7\\_c1LI5Y2Fjn/view](https://drive.google.com/file/d/17R-bdbILgFp2xn-FWhfc7_c1LI5Y2Fjn/view). Acesso em 24 jul. 2024.

IRVINE-COLLINS, Emma et al. Promoting compassionate responses to disclosures of sexual violence in university settings: exploring the impact of a social marketing campaign. **Violence against women**, v. 29, n. 9, p. 1832-1852, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KORTE, Júlia; CARRERA, Isabela. **Esquadrões antiestupro**. Revista Época. 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/07/esquadroes-bantiestuprob.html#:~:text=Em%20várias%20delas%2C%20as%20estudantes,as%20mulheres%20e%20até%20estupros>. Acesso em: 10 set. 2023.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAZREG, Marnia. Decolonizando o feminismo (mulheres argelinas em questão). Tradução de Cristine Carvalho. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOPEZ FRANCES, Inmaculada; ESCALANTE FERRER, Ana Esther. Lo esencial es invisible a los ojos: igualdad y violencia de género. Análisis comparativo entre universidades española y mexicana. **Sinéctica**, Tlaquepaque, n. 46, jun. 2016.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução de Juliana Araújo Lopes. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MACEDO, Julia Palmeira; GRAF, Paloma Machado. Abordagens restaurativas no enfrentamento ao assédio sexual nas instituições de ensino: uma reflexão a partir da relação professor-aluna. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 196, n. 196, p. 41-65, 2023.

MAITO, Deíse Camargo et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180653, 2019.

MAITO, Deíse Camargo. **Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

MARTÍN, Mario Toboso. Capacitismo. *In*: PLATERO, Lucas; ROSÓN, María; ORTEGA, Esther (orgs.). **Barbarismos queer y otras esdrújulas**. Barcelona: Bellaterra, 2017.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Tradução de Sílvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>. Acesso em: 18 ago. 2024.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles educativos**, Ciudad de México, v. 37, n. 148, p. 138-155, jun. 2015.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Superando el Análisis Fragmentado de la Dominación: Una Revisión Feminista Descolonial de la Perspectiva de la Interseccionalidad. *In*: **En Tiempos de Muerte**: Cuerpos, Rebeldías, Resistencias. Buenos Aires, Argentina: Clacso, Retos, ISS. 2019.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia; FABBRO, Marcia Regina Cangiani; DIAS, Teresa Cristina Martins; FUSARI, Livia Maria; MOREIRA, Diogo Barboza. Violência de Gênero numa Universidade Pública Brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2. sem. 2020.

MOREIRA, Adilson José; ALMEIDA, Philippe Oliveira de; CORBO, Wallace. **Manual de educação jurídica antirracista**: direito, justiça e transformação social. São Paulo: Editora Contracorrente: 2022.

MORENO CUBILLOS, Carmen Leonor; SEPULVEDA GALLEGO, Luz Elena; RESTREPO RENDON, Luisa Fernanda. DISCRIMINACIÓN Y VIOLENCIA DE GÉNERO EN LA UNIVERSIDAD DE CALDAS. **Hacia promoc. Salud**, Manizales, v. 17, n. 1, p. 59-76, July 2012.

MOYLAN, Carrie A. "I fear I'm a checkbox": College and university victim advocates' perspectives of campus rape reforms. **Violence Against Women**, v. 23, n. 9, p. 1122-1139, 2017.

MUSSE, Ricardo. Governo Bolsonaro: a calamidade triunfal. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NUNES, Sued. **Povoada**. Muritiba: Mugunzá Recors, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara de. A cobaia agora é você: c isgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, [s. l], v. 36, n. 1, p. 157-178, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69857>. Acesso em: 12 ago. 2024

ORTIZ ORTEGA, Adriana; GONGORA, Janette; AGUILAR BARROSO, Claudia. Dilemas constitucionales vigentes en la implementación de los protocolos para atender la violencia de género en las universidades. **Rev. mex. cienc. polít. soc**, Ciudad de México, v. 67, n. 244, p. 221-262, abr. 2022.

OSBORNE, Rachel L. The continuum of violence against women in Canadian universities: Toward a new understanding of the chilly campus climate. *In*: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1995. p. 637-646.

OTARELI, Vilma; FAÏNDES, Anibal; OSIS, Maria José Duarte; DUARTE, Graciana Alves; SOUSA, Maria Helena de. Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade brasileira. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 12, n. 1, p. 37-46, jan./mar. 2012.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

PAREDES, M. Mejía; MIÑO, S. Veloz; HERNÁNDEZ, R. Saeteros; DUARTE, Graciana Alves; SOUSA, Maria Helena de. Gender Violence in the University: the role of higher education institutions in its prevention. **Epoch Congresses: The Ecuadorian Journal of S.T.E.A.M**, v. 1, n. 1, p. 478-493, ago. 2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2020.

PRECIADO, Paul. O que é contrassexualidade? *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRECIADO, Paul B.. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução de YORK, Sara Wagner. **Cadernos Pet-Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 20 fev. 2023. p. 281. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, 31, dez. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em: 22 out. 2024.

OLIVEIRA, M. R. G. de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 157–178, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-9. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/69857>. Acesso em: 15 out. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROMAN, Clara Maria; LEMOS, Alessandra Prezepiorski. Os estupros nas universidades: uma análise da heteronormalidade e seus mitos. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 133, n. 25, p. 199-218, jul. 2017.

SALDARRIAGA GENES, Guillermina et al. Sexist beliefs and attitudes of gender violence situation of university students in the health area. Cartagena-Colombia. **Enferm. glob.**, Murcia, v. 20, n. 62, p. 35-64, 2021.

SANDOVAL OBANDO, Eduardo; PENA, Juan Carlos. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. **sophia**, Armenia, v. 15, n. 2, p. 55-70, Sept. 2019.

SÃO PAULO. **Relatório Final da CPI, aprovado em 03 de dezembro de 2020**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, v. 130, n. 236, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com6952.pdf>. Acesso em 24 jul. 2024.

SÃO PAULO. **Relatório Final da CPI, aprovado em 10 de março de 2015**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Legislativo, v. 125, n. 67, São Paulo, 2015, p. 18. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf>. Acesso em 24 jul. 2024.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. *In*: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SÁTYRO, Natália. Desigualdade: crônica de uma morte trágica anunciada. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SCHAEFER, Maureen. **Mapa-múndi e interesses políticos**. 2022. Disponível em: <https://teoriadodesign.com/mapa-mundi-e-interesses-politicos/>. Acesso em 23 out. 2024.

SCHMIDT, Jéssica. **Violência contra as mulheres no trabalho**: o assédio em uma universidade federal. 2019. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Tradução de Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; EGGERT, Edla; STRECK, Danilo R.. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Manifesto-convite para endiabrar as pesquisas em educação a partir de olhares de desobediência epistêmica. *In*: MOURA, Iago; MONTEIRO, Nai; PERUZZO, Renato; AFONSO-ROCHA, Rick (orgs). **Cutucando o cu do cânone**: insubmissões teóricas e desobediências epistêmicas. Salvador: Devires, 2022.

SOBOTTKA, Emil; EGGERT, Edla; STRECK, Danilo R.. A pesquisa como mediação político-pedagógica: reflexões a partir do orçamento participativo. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Eugênia Suely Belém de. **"Perseguições que humilham..."**: um estudo do assédio moral e da violência de gênero na Universidade do Estado do Pará. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2010) - Universidade Estadual do Ceará, 2010.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: LeBooks, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Crítica da razão pós-colonial**: por uma história do presente fugidio. Tradução de Lucas Carpinelli. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2022.

STRECK, Danilo R.; STRECK, Danilo R.. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

TAPIA HERNÁNDEZ, S. I. Violencia de género en las universidades o la necesidad de una intervención educativa. **Revista INFAD de Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 531–544, 2015.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TIBURI, Marcia. **Delírio do poder**: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portaria nº 6766, de 10 de agosto de 2016**. Dispõe sobre o Escritório USP Mulheres. São Paulo, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-6766-de-10-de-agosto-de-2016>. Acesso em: 26 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portaria nº 7653, de 14 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o protocolo de atendimento da Superintendência de Assistência Social para casos de violência de gênero contra mulheres. São Paulo, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-7653-de-14-de-dezembro-de-2020-copy>. Acesso em: 26 jul. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portaria nº 7711, de 05 de maio de 2022**. Incorpora as atividades do Escritório USP Mulheres à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento e revoga a Portaria GR 6766, de 10 de agosto de 2016. São Paulo, 06 maio 2022. Disponível em: <https://leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-7711-de-5-de-maio-de-2022>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VALLS, Rosa; PUIGVERT, Lúdia; MELGAR, Patricia; GARCIA-YESTE, Carme. Breaking the Silence at Spanish Universities: findings from the first study of violence against women on campuses in Spain. **Violence Against Women**, v. 22, n. 13, p. 1519-1539, 2016.

VARELA GUINOT, Helena. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Rev. mex. cienc. polít. soc**, Ciudad de México, v. 65, n. 238, p. 49-80, abr. 2020.

VARELA GUINOT, Helena. Las universidades frente a la violencia de género. El caso de la Universidad Autónoma de Guanajuato. **Rev. interdiscip. estud. género Col. Méx.**, Ciudad de México, v. 6, e556, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIDU, Ana; SCHUBERT, Tinka; MUÑOZ, Beatriz; DUQUE, Elena. What Students Say About Gender Violence Within Universities: Rising Voices From the Communicative Methodology of Research. **Qualitative Inquiry**, v. 20, n. 7, p. 883-888, 2014.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In: In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WORKYE, Haile et al. Prevalence and predictors of gender-based violence among Wolkite University female students, southwest Ethiopia, 2021: Cross-sectional study. **Frontiers in reproductive health**, v. 5, p. 978808, 2023.

ZAKARIA, Rafia. **Contra o feminismo branco**. Tradução de Solaine Chioro e Thaís Britto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

ZAMUDIO SANCHEZ, Francisco José et al. Violencia de género sobre estudiantes universitarios(as). **Convergencia**, Toluca, v. 24, n. 75, p. 133-157, dic. 2017.

ZOTARELI, Vilma Maria. **Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista**. 2010. 88 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.

**APÊNDICE 1 – TABELAS COMPARATIVAS ENTRE DADOS RECOLHIDOS DAS RESPOSTAS OBTIDAS ATRAVÉS DA LAI NA PLATAFORMA FALA.BR E DADOS COLETADOS NO PAINEL CORREIÇÃO EM DADOS DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO**

TABELA 3 –UFRA

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia		
Ano	Quantidade de processos Resposta Institucional	Quantidade de Processos CGU
2019	Pedido genérico	1
2022	Pedido genérico	1
2023	Pedido genérico	1
<b>TOTAL</b>	<b>*</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 4 –UFAC

UFAC – Fundação Universidade Federal do Acre		
Ano	Quantidade de processos Resposta Institucional	Quantidade de Processos CGU
<b>TOTAL</b>	<b>Não há controle</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 5 –UFMG

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais		
Ano	Quantidade de processos Resposta Institucional	Quantidade de Processos CGU
<b>TOTAL</b>	<b>Não conseguem acessar os antigos por tema no SEI</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 6 –UFLA

UFLA – Universidade Federal de Lavras		
Ano	Quantidade de processos Resposta Institucional	Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual
2018	termo genérico	1
2019	termo genérico	1
2020	termo genérico	0

2021	termo genérico	0
2022	termo genérico	1
2023	termo genérico	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 7 –UFCA

<b>UFCA - Universidade Federal do Cariri</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2019	Informação inexistente	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 8 –UFES

<b>UFES – Universidade Federal do Espírito Santo</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Mandou olhar CGU. Sem dados	1
2018	Mandou olhar CGU. Sem dados	3
2019	Mandou olhar CGU. Sem dados	2
2020	Mandou olhar CGU. Sem dados	0
2021	Mandou olhar CGU. Sem dados	0
2022	Mandou olhar CGU. Sem dados	1
2023	Mandou olhar CGU. Sem dados	2
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>9</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 9 –UFPE

<b>UFPE – Universidade Federal de Pernambuco</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	CGU não fala em Viol. Gen.	0
2018	CGU não fala em Viol. Gen.	2
2019	CGU não fala em Viol. Gen.	2
2020	CGU não fala em Viol. Gen.	3
2021	CGU não fala em Viol. Gen.	2
2022	CGU não fala em Viol. Gen.	1
2023	CGU não fala em Viol. Gen.	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 10 –UFJF

<b>UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Sem resposta institucional	0
2018	Sem resposta institucional	2
2019	Sem resposta institucional	0
2020	Sem resposta institucional	0
2021	Sem resposta institucional	0
2022	Sem resposta institucional	1
2023	Sem resposta institucional	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 11 –UFRJ

<b>UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Pedido genérico (lapso temporal)	0
2018	Pedido genérico (lapso temporal)	1
2019	Pedido genérico (lapso temporal)	1
2020	Pedido genérico (lapso temporal)	0
2021	Pedido genérico (lapso temporal)	0
2022	Pedido genérico (lapso temporal)	0
2023	Pedido genérico (lapso temporal)	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 12 –UFMT

<b>UFMT – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Recusou info, só com pedido no SEI deles	0
2018	Recusou info, só com pedido no SEI deles	2
2019	Recusou info, só com pedido no SEI deles	2
2020	Recusou info, só com pedido no SEI deles	0
2021	Recusou info, só com pedido no SEI deles	0
2022	Recusou info, só com pedido no SEI deles	0
2023	Recusou info, só com pedido no SEI deles	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 13 –UFRRJ

<b>UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Disse que não é o setor certo para a info	0
2018	Disse que não é o setor certo para a info	1
2019	Disse que não é o setor certo para a info	0
2020	Disse que não é o setor certo para a info	0
2021	Disse que não é o setor certo para a info	0
2022	Disse que não é o setor certo para a info	1
2023	Disse que não é o setor certo para a info	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 14 –UFSB

<b>UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 15 –UFCAT

<b>UFCAT - Universidade Federal de Catalão</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 16 – UFERSA

<b>UFERSA-RN – Universidade Federal Rural do Semi-Árido</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 17 –UFCSPA

<b>UFCSPA – Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 18 –UFBA

<b>UFBA – Universidade Federal da Bahia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
<b>2023</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 19 – UFAP

<b>UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU</b>
<b>2023</b>	Comissão de PAD criada em 2022, nada instaurado ainda	Sem PAD instaurado
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 20 –UFG

<b>UFG – Universidade Federal de Goiás</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Concluídos por ano</b>
<b>2011 a 2016</b>	19 assédio sexual	*	*
<b>2016</b>	*	1	1
<b>2017</b>	3	1	
<b>2018</b>	4	3	1
<b>2019</b>	12	13	2
<b>2020</b>	9	1	14
<b>2021</b>	2	2	2
<b>2022</b>	0	1	2
<b>2023</b>	*	3	
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>25</b>	<b>22</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 21 –UFOPA

<b>UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2023	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 22 –UFPeI

<b>UFPeI – Fundação Universidade Federal de Pelotas</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Concluídos por ano</b>
2018	1	0	
2019	1	2	1
2020	0	1	
2021	2	2	2
2022	0	0	2
2023	3 sindicâncias	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 23 –UFOP

<b>UFOP – Fundação Universidade Federal de Ouro Preto</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2019	1	2
2020	0	1
2021	1	2
2022	0	1
2023	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 24 –UFSCar

<b>UFSCar – Fundação Universidade Federal de São Carlos</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2015		1
2018		2
2019		1
2020		2
2021		0
2022	1	3
2023	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>10</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 25 –UFPA

<b>UFPA – Universidade Federal do Pará</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2015	1	1
2017	3	0
2018	5	4
2019	0	1
2020	1	1
2021	0	0
2022	0	2
2023	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>9</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 26 –UFC

<b>UFC – Universidade Federal do Ceará</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional (tudo assédio sexual)</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2018	1	0
2019	2	2
2020	2	1
2021	3	1
2022	6	3
2023	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>9</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 27 –UFAM

<b>UFAM – Fundação Universidade do Amazonas</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2018		3
2019		0
2020		0
2021		2
2022		1
2013 - 2023	26	0
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>6</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 28 –UFAL

<b>UFAL – Universidade Federal de Alagoas</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017		1
2018		0
2019		0
2020		0
2021		1
2022		0
2023		1
2014-2023	5	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 29 –UFPB

<b>UFPB – Universidade Federal da Paraíba</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2016	1	0
2017	1	0
2018	0	2
2019	1	1
2020	0	0
2021	2	1
2022	1	2
2023	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 30 –UFF

<b>UFF – Universidade Federal Fluminense</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 31 –UFU

<b>UFU – Universidade Federal de Uberlândia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2009	1	
2010	2	
2011	1	
2012	0	
2013	1	
2014	0	
2015	1	
2016	5	
2017	1	
2018	2	
2019	1	
2020	4	2
2021	1	
2022	1	
2023	5	6
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>8</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 32 –UFABC

<b>UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Sem PADs	
2018	Sem PADs	
2019	Sem PADs	
2020	Sem PADs	
2021	Sem PADs	
2022	Sem PADs	2
2023	Sem PADs	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 33 –UFFS

<b>UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
Entre 2011 e 2023	Sem PADs	
2018		
2019		
2020		1
2021		
2022		
2023		2
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 34 –UFCG

<b>UFCG – Universidade Federal de Campina Grande</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2005	1	
2006	1	
2007	1	
2008	0	
2009	1	
2010	0	
2011	0	
2012	0	
2013	0	
2014	0	
2015	0	
2016	2	
2017	1	1
2018	1	1
2019	1	
2020	1	
2021	0	
2022	1	
2023	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>3</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 35 –UFOB

<b>UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 36 –UFPI

<b>UFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017		
2018		
2019		
2020		
2021		
2022	5	
2023		1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 37 –UFSM

<b>UFSM – Universidade Federal de Santa Maria</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	1	4
2018	2	4
2019	3	0
2020	1	1
2021	0	1
2022	1	1
2023	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>12</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 38 –UFSC

<b>UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	0	0
2018	6	5
2019	4	4
2020	2	1
2021	1	2
2022	2	3
2023	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>20</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 39 –UFV

<b>UFV – Fundação Universidade Federal de Viçosa</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	0	0
2018	0	2
2019	1	3
2020	0	0
2021	0	0
2022	1	1
2023	2 procedimentos correcionais	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>8</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 40 –UFS

<b>UFS – Fundação Universidade Federal de Sergipe</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional (assédio sexual)</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2016	1	0
2017	2	0
2018	1	1
2019	0	0
2020	1	2
2021	0	0
2022	0	2
2023	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>9</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 41 –UFRR

<b>UFRR – Fundação Universidade Federal de Roraima</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2018	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 42 –UFMA

<b>UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2016	Sem processos instaurados	0
2017	Sem processos instaurados	0
2018	Sem processos instaurados	2
2019	Sem processos instaurados	0
2020	Sem processos instaurados	3
2021	Sem processos instaurados	3
2022	Sem processos instaurados	5
2023	Sem processos instaurados	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>13</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 43 –UFRPE

<b>UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2015	1	0
2016	0	0
2017	1	0
2018	2	1
2019	1	1
2020	0	0
2021	0	0
2022	0	0
2023	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 44 –UFT

<b>UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2019	Não há processos instaurados	3
2020	Não há processos instaurados	1
2021	Não há processos instaurados	0
2022	Não há processos instaurados	2
2023	Não há processos instaurados	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>6</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 45 –UFTM

<b>UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	1	0
2018		0
2019		0
2020		0
2021	1	0
2022		0
2023		0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 46 –UFRB

<b>UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	0	0
2018	1	2
2019	1	3
2020	0	0
2021	1	1
2022	2	2
2023	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

FONTES: A autora, 2024.

TABELA 47 –UFRGS

<b>UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Não há PADs	0
2018	Não há PADs	1
2019	Não há PADs	1
2020	Não há PADs	0
2021	Não há PADs	0
2022	Não há PADs	0
2023	Não há PADs	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 48 –UFDFPar

<b>UFDFPar - Universidade Federal do Delta do Parnaíba</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2023	Não tem Unidade de Correição ainda	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 49 –UFRN

<b>UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2013	2	1
2014		0
2015		0
2016	1	4
2017	5	1
2018	6	1
2019	6	3
2020		0
2021	1	1
2022	3	3
2023	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>15</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 50 –UFGD

<b>UFGD – Fundação Universidade Federal da Grande Dourados</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	Não há processos instaurados	1
2018	Não há processos instaurados	2
2019	Não há processos instaurados	1
2020	Não há processos instaurados	1
2021	Não há processos instaurados	0
2022	Não há processos instaurados	1
2023	Não há processos instaurados	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 51 –UFMS

<b>UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional (assédio sexual)</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2010	1	0
2016	1	0
2017	2	0
2018	0	2
2019	0	0
2020	0	0
2021	0	0
2022	2	6
2023	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 52 –UFVJM

<b>UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2016	1	0
2017	0	0
2018	0	0
2019	0	0
2020	2	0
2021	0	0
2022	0	0
2023	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

FONTE: A autora, 2024.

TABELA 53 –UFJ

<b>UFJ - Universidade Federal de Jataí</b>		
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de processos Resposta Institucional</b>	<b>Quantidade de Processos CGU - Assédio Sexual</b>
2017	2	0
2018	0	0
2019	0	1
2020	1	1
2021	1	0
2022	0	0
2023	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

FONTE: A autora, 2024.

## APÊNDICE 2 – TABELAS RESULTANTES DA REVISÃO DE LITERATURA

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações		
Termos de busca utilizados	“violência de gênero” AND universidades	
Data da pesquisa	27/09/2023	
Apontamentos		
<b>Violência contra as mulheres nas universidades públicas, o que elas têm a dizer?</b> Facebook como espaço de denúncias	Dissertação apresentada no PPG em educação sexual da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP	
Thatiana Rodrigues Alves Gomes	<b>Ano</b>	2021
<p>A pesquisa é desenvolvida com análise temática de conteúdo de um conjunto de denúncias anônimas feitas em 4 comunidades do Facebook, que têm vínculo com 3 universidades públicas estaduais de São Paulo. Através dos relatos foram identificados: i) os perfis das vítimas; ii) os locais e eventos nos quais as violências ocorreram; iii) os tipos de violências sofridas; iv) os perfis dos agressores. A pesquisa, ainda, identificou alguns motivos que explicam o silenciamento desse tipo de violência: i) o não reconhecimento da situação, por parte da vítima, enquanto violência de fato; ii) a falta de (re)conhecimento de formas de combate às violências dentro das Instituições de Ensino; iii) medo de sofrer represálias; iv) o não acolhimento das demandas por parte dos próprios colegas universitários. Por fim, o trabalho apontou que as violências se apoiam em relações de poder e privilégio, crenças e atitudes sexistas.</p>		
<b>Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na USP</b>	Dissertação apresentada no PPG em Direito da USP	
Deise Camargo Maito	<b>Ano</b>	2017
<p>A pesquisa se propôs, a partir do diálogo com grupos para enfrentamento da problemática da violência formados dentro da própria Universidade de São Paulo, a</p>		

construção de parâmetros para o combate à violência contra as mulheres na USP. A pesquisa aponta como medidas importantes: i) a construção de guias, cartilhas, panfletos, sites, grupos de discussão, oficinas de debate etc. a fim de informar sobre as violências; ii) ações focadas na punição do agressor (formais e informais - citando especificamente procedimentos conciliatórios); iii) medidas de habitabilidade, que afastem o agressor ou deem respaldo para a vítima continuar os estudos sem sofrer revitimização ou ser colocada em posição de maior vulnerabilidade. Diante de todo o diagnóstico e com base na devida diligência, a pesquisa apresentou algumas mudanças necessárias nas normativas da USP e elaborou, junto da OAB Mulheres, diretrizes para o enfrentamento à violência na forma de um protocolo, que tem como objetivo aprimorar as práticas dos órgãos já existentes. Esse protocolo aborda: i) a necessidade de atendimento integral à vítima, nos termos do art. 30 da Lei de Violência Doméstica; ii) o dever de investigação, providências e respostas rápidas às denúncias e relatos recebidos com respeito aos direitos humanos das pessoas afetadas; iii) o respeito à dignidade humana, à privacidade, à proteção e à diferença; iv) a não vitimização; v) a prevenção de situações de violência e discriminação; vi) a garantia de informação, assistência e reparação; vii) as competências das comissões sobre violência de gênero; e viii) o procedimento disciplinar na Universidade para o enfrentamento à violência de gênero.

<b>Violência contra as mulheres no trabalho:</b> o assédio em uma universidade federal	Dissertação apresentada no PPG em Gestão de Organizações Públicas na Universidade Federal de Santa Maria
--	--

Jéssica Schmidt	<b>Ano</b>	2019
-----------------	------------	------

A pesquisa aplicou um questionário que utiliza a Escala de Crenças sobre Violência Sexual com mulheres que trabalham na Universidade Federal de Santa Maria e fez entrevistas com duas gestoras da pró-reitoria de gestão de pessoas. Desta forma, identificou que: i) servidores não são tolerantes com casos de violência sexual; e ii) ainda não há um local de atendimento para as vítimas. Em razão disso, propôs a criação deste local de atendimento, bem assim a construção de ações preventivas visando a orientação para servidores. A pesquisa também apontou que a

culpabilização da vítima e a falta de estrutura completa e integrada para atendimento na instituição enquanto fatores que impedem denúncias.		
<b>Violência de gênero e sexual entre alunos de uma universidade paulista</b>	Dissertação apresentada no PPG da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas	
Vilma Maria Zotarelli	<b>Ano</b>	2010
A pesquisa aplicou um questionário online que obteve 2.430 (duas mil quatrocentas e trinta) respostas de alunos de Instituições de Ensino Superior e, dentre os resultados obtidos, 56,3% das alunas afirmou ter sofrido algum tipo de violência desde o ingresso na universidade, destes, 9,4% correspondendo a assédio sexual. Ainda, 29,9% dos respondentes disseram já ter cometido algum tipo de violência. A pesquisa identificou a violência de gênero como um problema estrutural.		
<b>Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres: subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na UFSCar</b>	Dissertação apresentada no PPG em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos	
Silmara Helena Capovilla	<b>Ano</b>	2016
A pesquisa faz um levantamento de ações inovadoras encontradas nas universidades federais brasileiras para combate à violência de gênero, especialmente grupos que poderiam inspirar o Observatório de Gênero Mulheres e Violência que seria construído na UFSCar.		
<b>“Perseguições que humilham”</b> : um estudo do assédio moral e da violência de gênero na Universidade do Estado do Pará	Dissertação apresentada no Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas da Universidade do Estado do Ceará	
Eugênia Suely Belém de Sousa e Maria Helena de Paula Frota	<b>Ano</b>	2010

A pesquisa identificou a incidência do assédio moral e da violência de gênero na UEPA e quais as políticas adotadas pela instituição para extinguir esses atos. Foi feita pesquisa de campo aplicando-se questionários, entrevistas e grupos focais com trabalhadores e professores, não abrangendo alunos. Concluiu que: i) a universidade estudada possui estrutura hierarquizada, o que favorece o surgimento de autoritarismos; ii) as violências contra servidores, normalmente, vem de superiores abusando de relações de poder. A pesquisa acabou focando em assédio moral e abordou menos as outras violências de gênero.

<b>Rede Virtual de Bibliotecas</b>	
Termos de busca utilizados	1. “violência de gênero” AND universidades
Data da pesquisa	27/09/2023
<b>Apontamentos</b>	
<b>Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil</b>	Lourdes Maria Bandeira
<p>O artigo afirma que a violência contra mulheres no ambiente universitário é algo estrutural, complexo e decorrente de uma cultura social, visto que os números de violência contra as mulheres de maneira geral são alarmantes. A pesquisa tem um enfoque na cultura dos trotes nas universidades e analisa literatura, relatos, entrevistas e notícias veiculadas a fim de demonstrar que os trotes, da forma como via de regra são conduzidos, não têm nada a ver com uma “brincadeira” para iniciação dos calouros, mas sim uma forma de praticar atos de violência e assédio sexual contra, especialmente, as calouras mulheres.</p>	
<b>Os estupros nas universidades: uma análise da heteronormalidade e seus mitos</b>	Clara Maria Roman Borges e Alessandra Lemos

O artigo traz dados do Brasil, Estados Unidos da América e Inglaterra, que demonstram como a violência sexual em ambientes acadêmicos é um problema estrutural. Ainda, demonstra como há práticas de poder fazendo crescer a heteronormalização dos corpos nos mais variados contextos, mas aponta resistências necessárias a esse processo e cita como um dele a oitiva das narrativas das vítimas e a sensibilização de todos para entender que estupro não tem *script*.

**Violência sexual no campus**

Camila Brandalise e Raul Montenegro

Matéria da revista IstoÉ (disponível online no link: [https://istoe.com.br/395396\\_VIOLENCIA+SEXUAL+NO+CAMPUS/](https://istoe.com.br/395396_VIOLENCIA+SEXUAL+NO+CAMPUS/)) publicada em 2014 sobre os escândalos de violência sexual na faculdade de medicina da USP e como essa realidade é generalizada e não restrita àquela universidade.

**Contrabuso: da violência sexual na universidade**

Isadora Vier Machado e Marina Andrade Batista

Artigo de acesso restrito da Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça.

**Esquadrões antiestupro**

Júlia Korte e Isabella Carrera

Artigo da revista Época (disponível online no link: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/07/esquadroes-bantiestuprob.html#:~:text=Em%20v%C3%A1rias%20delas%2C%20as%20estudantes,as%20mulheres%20e%20at%C3%A9%20estupros.>) publicado em 2014 que relata formas de enfrentamento à violência e assédio sexual encontrada por mulheres universitárias.

**Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade**

Aida Victoria Garcia Montrone, Marcia Regina Cangiani Fabbro, Teresa Cristina Martins Dias, Lívia Maria Fusari e Diogo Barboza Moreira

A pesquisa aplicou questionário com estudantes de uma universidade pública do interior de São Paulo (Universidade Federal de São Carlos) no período de maio a outubro de 2018. Os dados revelaram que há um desconhecimento dos tipos de violência de gênero e que poucos estudantes reportaram violências sofridas por não saber como fazê-lo. Foi identificado, também, que estudantes mulheres negras e

homossexuais têm probabilidade 6 vezes maior de sofrer violências quando comparado com homens brancos e heterossexuais. Concluiu que a violência de gênero no ambiente acadêmico é um problema estrutural e por isso a importância de dar maior visibilidade ao tema e a urgência de se implementar políticas e legislações institucionais.

<b>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações</b>	
Termos de busca utilizados	1. “violência de gênero” AND universidades
Data da pesquisa	27/09/2023
<b>Apontamentos</b>	
<b>Violência de gênero:</b> o caso da Universidade Federal Fluminense	Rita de Cássia Freitas, Monique Carvalho e Rafaella Gonçalves
<p>O artigo apresenta a violência de gênero enquanto fenômeno social e aborda gênero para além das mulheres cis. Para coleta de dados foi aplicado questionário, no âmbito do Observatório de Violência de Gênero da universidade, que obteve 742 respostas (98,8% dos respondentes eram pessoas cis). A pesquisa identificou que as violências simbólicas são vistas como menores ou sequer reconhecidas como violências pelas vítimas. Alguns dos resultados encontrados foram: 43% dos participantes já sofreram violência de gênero fora do ambiente acadêmico, com muitos relatos de homofobia e 29,9% dos participantes afirmaram ter sofrido violência de gênero no ambiente da Universidade Federal Fluminense e os professores foram apontados como principais agressores. Ainda, apenas 10,8% dos participantes disseram ter procurado suporte junto à instituição de ensino. Por fim, a pesquisa, que também apresentou relatos dos participantes narrando suas vivências e dificuldades ao procurar apoio, concluiu que os motivos para a falta de denúncia são: i) falta de informações sobre os canais de apoio e suporte institucional; e ii) medo da vítima de sofrer represálias.</p>	

<b>Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade</b>	Aida Victoria Garcia Montrone, Marcia Regina Cangiani Fabbro, Teresa Cristina Martins Dias, Lívia Maria Fusari e Diogo Barboza Moreira
Artigo resumido acima, na tabela referente à Rede Virtual de Bibliotecas.	
<b>Dilemas constitucionales vigentes en la implementación de los protocolos para atender la violencia de género en las universidades</b>	Adriana Ortiz Ortega, Janette Góngora e Claudia Aguilar Barroso
<p>A pesquisa, que aponta a violência de gênero como problema estrutural, faz uma análise de como as universidades podem melhorar o tratamento dos casos de violência de gênero e propõe controle de convencionalidade diante da reforma da Lei de Educação Superior no México, ocorrida em 2021. Apesar de ter focado apenas em casos de assédio sexual, concluiu que é indispensável fortalecer o tratamento dos casos com base: i) na legalidade; ii) no princípio <i>pro persona</i>; iii) no respeito à presunção de inocência; iv) na devida diligência; e v) no contato com instituições externas. Foi feita, também, uma busca de documentos/protocolos que estabelecessem procedimentos para enfrentamento das violências de gênero nos ambientes universitários. Das 203 instituições de ensino superior filiadas à Agência Nacional mexicana, apenas 54 (26%) tinham algum tipo de protocolo, sendo que o 1º deles foi instituído em 2012. Dentre esses 54, apenas 18 protocolos fizeram modificações na lei orgânica ou nos procedimentos efetivos das instituições de ensino.</p>	
<b>Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales</b>	Helena Varela Guinot
<p>A pesquisa, que surgiu depois de uma série de denúncias online feitas com a <i>#metooacademicos</i>, analisou os mecanismos formais adotados pelas universidades mexicanas para prevenção e combate aos casos de violência de gênero. Muitas foram as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa, tais como: i) dificuldade de dimensionar o problema; ii) falta de transparência das universidades em relação ao manejo dos casos; iii) o sigilo dos processos; iv) falta de repasse de</p>	

informação adequada por parte das pessoas responsáveis pelos programas de gênero nas universidades. Foram analisadas 35 universidades públicas e 10 privadas e os dados permitiram identificar que: i) 49% das universidades não têm protocolos de enfrentamento; ii) 28% têm protocolos de enfrentamento; e iii) 23% têm protocolos parciais de enfrentamento, o que demonstra a ineficácia das ações institucionais em atacar o problema. Constatou, também, que apenas 8 universidades (4 públicas e 4 privadas) possuem instâncias especiais para julgar os casos que envolvem violências de gênero, mas que não há clareza sobre como são formadas as comissões. Ainda, foi analisada a acessibilidade das informações sobre os procedimentos a serem seguidos em casos de violências e de todas as universidades pesquisadas, apenas 11 (apenas 1 é privada) têm acesso direto na página inicial para protocolos/unidades de gênero. Algumas até anunciavam a existência dos protocolos, mas eles não foram encontrados online. A pesquisa concluiu: i) pela necessidade de publicização dos mecanismos de enfrentamento; ii) pela importância de enfrentamento do problema pelas instituições, já que as ações empreendidas têm sido insuficientes; e iii) a necessidade de reconhecimento, por parte das universidades, da generalização do ambiente acadêmico.

**Las universidades frente a la violencia de género. El caso de la Universidad Autónoma de Guanajuato**

Helena Varela Guinot

A pesquisa foi motivada pelas denúncias online feitas com a *#metooacadémicos* no México em 2018. A pesquisa relata que a *#metooacadémico* teve início em razão de uma denúncia realizada em 2015 por uma estudante contra o coordenador do doutorado interinstitucional em Direito, sendo que o professor teve uma rápida absolvição administrativa. Em seguida, em 2017, a universidade aprovou um protocolo para atenção à violência de gênero, que se mostrou insuficiente. Diante desse cenário, foram realizadas entrevistas a fim de verificar o processo institucional em casos de violência de gênero, identificando alcances e limitações. Constatou que a *Universidad Autónoma de Guanajuato* atua de forma reativa, sem o estabelecimento de medidas preventivas, e isso gera respostas insuficientes que mais causam desconforto do que efetivamente trazem soluções para os problemas. Por fim, a pesquisa concluiu que há uma série de falhas e inconsistências nos

<p>processos administrativos e que isso apenas piora a situação que já é grave, diante da realidade de violências estruturais e sistêmicas.</p>	
<p><b>Lo esencial es invisible a los ojos:</b>          igualdad y violencia de género.          Análisis comparativo entre universidades española y mexicana</p>	<p>Inmaculada López Francés e Ana Esther Escalante Ferrer</p>
<p>A pesquisa fez uma análise comparativa entre uma universidade mexicana e uma espanhola sobre a questão da violência de gênero nos ambientes acadêmicos com aplicação de questionário, grupos de discussão e observação participante. Observou, a partir dos dados coletados, que: i) a violência de gênero nos ambientes acadêmicos é um problema estrutural; e ii) as universidades reforçam elementos que geram desigualdades e violências. Por fim, conclui que estudantes apontam a necessidade de professores também com o coração e não só com o cérebro.</p>	
<p><b>Violencia de género en una universidad de Coahuila, México</b></p>	<p>Itzia María Cazares-Palacios, Deysi Margarita Tovar Hernández e, Santos Noé Herrera-Mijangos</p>
<p>Através da análise de grupos focais, a pesquisa identificou as distintas manifestações das violências de gênero na Universidade Pública do Estado de Coahuila no México. Observou que a violência simbólica é algo constante e que mecanismos normativos são insuficientes para solucionar a problemática. Conclui que espaços coletivos são indispensáveis ao enfrentamento da violência de gênero no ambiente acadêmico, que é um problema estrutural.</p>	
<p><b>Violencia de género en la Universidad:</b> percepciones, actitudes y conocimientos desde la voz del estudiantado</p>	<p>Ana Celia Chapa Romero, Itzel Cadena Alvear, Ariagor Manuel Almanza Avendaño e Anel Hortensia Gómez San Luis</p>
<p>A pesquisa, que apontou a violência de gênero nos ambientes acadêmicos como um problema estrutural, foi realizada na Universidade Autônoma do México. Foram criados 10 grupos focais nos quais participaram, ao total, 46 mulheres e 44 homens (90 pessoas). Quando da análise dos dados foram destacadas 5 categorias: i) cultural institucional de gênero; ii) respostas ante a violência de gênero; iii) ações ante a violência de gênero; iv) mitos sobre violência de gênero; v) conhecimento sobre as instâncias de atenção à violência de gênero. Concluiu que apesar de</p>	

<p>algumas universidades mexicanas terem implementado protocolos para enfrentamento aos casos de violência de gênero, ainda prevalece a impunidade.</p>	
<p><b>Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial</b></p>	<p>Eduardo Sandoval Obando e Juan Carlos Peña</p>
<p>A pesquisa aplicou um questionário entre integrantes de uma universidade privada no Chile que foi respondido por 635 pessoas. Des respondentes, 76,5% eram mulheres e do total des participantes 78% não conhecia a política de denúncias instituída pela Instituição para casos de violência de gênero. A pesquisa também identificou que a violência de gênero no ambiente acadêmico é um problema estrutural.</p>	
<p><b>El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad</b></p>	<p>Araceli Mingo; Hortensia Moreno</p>
<p>O artigo analisou 5 casos de violência contra mulheres na Universidade Nacional Autônoma do México. A pesquisa encara a violência de gênero como um problema estrutural e sistêmico e afirma que o sexismo opera em contextos de solidão, impotência, vergonha, medo de represálias, confusões etc. Conclui que denúncias só terão eficácia se o contexto de recepção seja capaz de combater e suprimir a cultura do silenciamento, do direito a não saber e da ignorância cultivada.</p>	
<p><b>Discriminacion y violencia de genero en la Universidad de Caldas</b></p>	<p>Carmen Leonor Moreno Cubillos, Luz Elena Sepulveda Gallego e Luisa Fernanda Restrepo Rendon</p>
<p>O artigo analisou alguns atos de violência de gênero ocorridos na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Caldas na Colômbia. Foi aplicado questionário durante o 2º semestre de 2010 e primeiro semestre de 2011 com 292 estudantes, 88 docentes e 18 funcionários administrativos. A violência mais reportada foi o abuso de autoridade e 64,6% das pessoas entrevistadas afirmaram ter sido vítima de algum ato de discriminação e violência de gênero. Foi feito um recorte de raça que demonstrou a dupla vulnerabilidade a qual estão expostas as mulheres racializadas. A pesquisa encontrou como principais motivos que levam à não realização de denúncias: i) medo de represálias; ii) a ideia de que não é necessário denunciar; iii) falta de objetividade nas instâncias disciplinares; iv) desconhecimento</p>	

sobre o procedimento para denunciar; v) medo de que o problema se tornasse maior em decorrência da denúncia; vi) em razão do solucionamento da questão através de diálogo. Por fim, concluiu sugerindo as seguintes ações: i) formação dos docentes; ii) criação de programa especial que permita o acompanhamento para garantia de cuidados no momento da denúncia; e, iii) sejam divulgados os processos de controle já existentes.

**Características de la violencia de género en la Universidad de Valencia**

Francisco González Sala e Belén Mora Valero

A pesquisa aplicou questionário na Universidade de Valencia na Espanha, que obteve 3.404 participações, sendo que 20,03% das pessoas afirmou já ter sofrido algum tipo de violência de gênero no ambiente universitário e 86,99% considera necessário que a Universidade disponha de um serviço de atenção à violência de gênero, bem assim sejam elaborados protocolos de atuação e programas de prevenção. A pesquisa também identificou que a maioria das pessoas entrevistadas não sabia se a Universidade possuía algum tipo de serviço de atendimento e atenção à vítima. Em razão dos dados coletados, foi concluído que a violência de gênero no ambiente universitário é algo estrutural.

**Universidad y Violencia de Género: Experiencia en Estudiantes Universitarios de Trabajo Social en la Región de Tarapacá**

Carolina Garcés Estrada, Antonia Santos Pérez e Loreto Castillo Collado

A pesquisa, que aponta a violência de gênero no ambiente acadêmico como algo estrutural, aplicou questionário com estudantes do curso de Serviço Social da região de Tarapacá, no norte do Chile. Foi constatado que 30% das pessoas entrevistadas sofreram violência de gênero e os dados apontaram que os números de violência psicológica aumentam no nível superior de ensino quando em comparação com o nível médio, e as relações de poder são apontadas como fator determinante para estes números. Conclui que há um sentimento coletivo, entre as vítimas, de impunidade e aponta para a necessidade de adoção de medidas preventivas efetivas, que atendam às particularidades de cada contexto.

**Violencia de género y denuncia pública en la universidad**

Magali Barreto

A pesquisa faz uma análise da experiência de 4 estudantes que fizeram denúncias públicas de casos de violência na Universidade Autônoma do México dentro do período de 2011 a 2014. Apontou que apesar de a violência de gênero ser estrutural e um fenômeno reconhecido e estudado no México, não há protocolos para lidar com a problemática. Ficou demonstrada a falta de acesso público às medidas de enfrentamento adotadas pela Universidade. Os principais problemas encontrados foram: i) o fato de as vítimas não entenderem que as experiências vividas eram violência de gênero e se calarem; 2) o uso de dispositivos de negação por parte das universidades; e 3) a revitimização constante. Por tudo isso que a pesquisa indicou como extremamente importantes as denúncias públicas, para que as vozes sejam reverberadas.

**Gender and sexual violence among students at a brazilian university**

Vilma Zotareli, Anibal Faúndes, Maria José Duarte Osis, Graciana Alves Duarte e Maria Helena de Sousa

Foi aplicado um questionário com estudantes de uma universidade brasileira que obteve 2.430 respostas. Os dados coletados sobre violências de gênero sofridas no ambiente acadêmico foram analisados para identificação de fatores relevantes ao cenário e de possíveis intervenções para prevenir ou minimizar o problema no campus. A pesquisa foi capaz de diagnosticar que o ambiente acadêmico reproduz a realidade da sociedade como um todo quando se trata de violência de gênero, ou seja, também é um problema estrutural, e que o enfrentamento é uma tarefa árdua e complexa.

**The Shoemaker and Her Barefooted Daughter: Power Relations and Gender Violence in University Contexts**

Menara Guizardi, Herminia González e Carolina Stefoni

O artigo, que possui tom de denúncia e aponta que a violência de gênero em ambientes acadêmicos é uma questão estrutural, apresenta a narrativa de mulheres diversas que foram vítimas deste tipo de violência. A pesquisa, ao menos em parte, foi motivada por protestos que aconteceram no Chile em relação a casos de abuso sexual e afirma que essas manifestações impulsionam a necessidade de repensar as abordagens e formas de lidar com as situações.

<b>Sexist beliefs and attitudes of gender violence situation of university students in the health area. Cartagena-Colombia</b>	Guillermina Saldarriaga Genes, Patricia I Cárdenas Serrato, Nadia M González Suarez, Fabio A Velásquez Higueta, Olga S Díaz Usme e Keydis Ruidiaz Gómez
<p>A pesquisa aplicou um questionário com estudantes da área da saúde de uma universidade de Cartagena na Colômbia a fim de entender quais as “crenças sexistas” ainda existiam dentre a população estudada e como elas seriam capazes de conduzir a situações de violência de gênero. Concluiu, a partir da análise dos dados coletados, que os comportamentos que promovem a violência são: i) questões de poder; ii) isolamento; e iii) o fato de que as condutas acabam passando “despercebidas”.</p>	
<b>What Students Say About Gender Violence Within Universities: Rising Voices From the Communicative Methodology of Research</b>	Ana Vidu, Tinka Schubert, Beatriz Muñoz e Elena Duque
<p>O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa empírica realizada com estudantes de universidades espanholas, entre os anos de 2005 e 2008, para que pudessem falar sobre episódios de violência sofridos nos ambientes acadêmicos, considerando que na maior parte dos casos, no contexto universitário, os agressores ficaram impunes. A pesquisa teve grande impacto, eis que os resultados impulsionam alterações nas políticas institucionais das universidades, tendo sido criados gabinetes para a igualdade e protocolos contra a violência de gênero.</p>	
<b>Gender Violence in the University: The Role of Higher Education Institutions in its Prevention</b>	M. Mejía Paredes, S. Veloz Miño e R. Saeteros Hernández
<p>Houve um estudo conduzido em 2017 que fez a análise de casos de violência e assédio sexual no ambiente universitário do Equador. Este artigo analisou alguns resultados encontrados, através de uma revisão de literatura, e buscou identificar medidas e ações existentes para combater a violência.</p>	
<b>Gender violence in universities or the need for an educational intervention</b>	Sara I. Tapia Hernández

A pesquisa foi realizada na Universidade de Burgos, na Espanha, com um grupo de estudantes e indicou a existência da violência de gênero no ambiente universitário. Destacou, ainda, que alguns comportamentos sequer são entendidos enquanto violência, dada a sua “naturalização” naqueles espaços.

**Una ricerca sulla violenza di genere nell’Ateneo bolognese**

Roberta Bisi

Uma pesquisa maior aplicou um questionário, distribuído por diversos países do continente europeu, com cerca de 30.000 estudantes entre 2009 e 2010. Foi reconhecido que a violência de gênero no ambiente acadêmico é estrutural. Depois de coletadas as respostas do questionário, foi selecionado grupo focal e o presente artigo analisou, especificamente, o caso da Universidade de Bologna. Identificou que as vítimas, depois dos episódios de violência, têm a tendência de se isolar por não se sentirem seguras no ambiente da Universidade. Ainda, através do contato com os grupos focais, identificou que possíveis soluções são: i) maior acesso à informação, com produção e disseminação constantes de materiais, guia online etc.; e, ii) investimentos institucionais em mudança cultural.

**Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on Campuses in Spain**

Rosa Valls, Lúdia Puigvert, Patricia Melgar e Carme Garcia-Yeste

A pesquisa faz uma análise quantitativa da violência de gênero em universidades da Espanha, tendo como base uma pesquisa anterior realizada entre 2005 e 2008 e a partir disso faz críticas e propõe alternativas para melhorias. Esta pesquisa encontrou dados alarmantes, como por exemplo o fato de que 62% das pessoas participantes conhecem alguém ou já sofreram violência de gênero no ambiente universitário. Concluiu que as universidades espanholas têm o hábito de não intervir nessas situações, mas identificou também que as universidades que abordam de forma mais eficaz a questão implementaram políticas e mecanismos de enfrentamento, somado a legislações específicas. A pesquisa também percebeu que há dificuldade no reconhecimento das situações de violência de gênero por parte dos estudantes. Por fim, a pesquisa aponta dois caminhos de enfrentamento: i) uma “política zero” em relação aos casos por parte das instituições; e ii) intervenções específicas tanto

<p>institucionais, quanto de colegas, para repressão à violência e acolhimento das vítimas.</p>	
<p><b>Borderless A Study of Violence against Women in Universities: Brazil, Portugal, and the U.K</b></p>	<p>Fafate Costa</p>
<p>Trata-se de texto escrito por uma jornalista, em 1ª pessoa, que apresenta a violência sexual em universidades do Brasil, Portugal e Reino Unido a partir de notícias veiculadas e aponta caracteres históricos e sistemáticos dessa ocorrência. Também levanta questionamentos sobre o que une países tão distantes numa realidade tão próxima quanto à violência de gênero nas universidades.</p>	
<p><b>Academic presenteeism and violence against women in schools of business and engineering in Peruvian universities</b></p>	<p>Raquel Chafloque-Cespedes, Aristides Vara-Horna, Zaida Asencios-Gonzales, Dennis Rolando López-Odar, Aldo Alvarez-Risco, Liliana Quipuzco-Chicata, Christin Schulze e Marte Sanchez-Villagomez</p>
<p>A pesquisa analisa a situação dos cursos de engenharia em universidades peruanas e a proposição de que as alunas podem frequentar os espaços sem, contudo, explorar seus melhores potenciais em razão das violências vivenciadas naqueles ambientes. Por fim, aponta a necessidade de realizar mais pesquisas, já que se trata de uma situação estrutural.</p>	
<p><b>The continuum of violence against women in canadian universities: Toward a new understanding of the chilly campus climate</b></p>	<p>Rachel L. Osborne</p>
<p>A pesquisa argumenta que cada situação individual de violência contra mulheres no ambiente universitário canadense representa as tentativas masculinas de controlar socialmente as mulheres, por isso que a construção desse “clima ostensivo” deve ser encarada também como uma violência, que é estrutural.</p>	
<p><b>“I Fear I’m a Checkbox”: College and University Victim Advocates’ Perspectives of Campus Rape Reforms</b></p>	<p>Carrie A. Moylan</p>

<p>O estudo fez entrevistas com 14 advogades de vítimas de violências sexuais em campus universitários. Os entrevistados afirmaram que políticas federais, caso não sejam bem construídas, podem ser mais prejudiciais do que benéficas para as vítimas.</p>	
<p><b>Non-Physical and Ambient Sexual Harassment of Women Undergraduate University Students in Canada: A Diary Study</b></p>	<p>Katelin Albert, Amanda Couture-Carron e Erik Schneiderhan</p>
<p>Trata-se de pesquisa realizada em uma universidade canadense durante o período de 60 dias, nos quais 117 mulheres relataram sofrer assédio sexual no campus universitário. Foi identificado que essa é a realidade cotidiana das estudantes e que a universidade é um ambiente hostil para mulheres.</p>	
<p><b>Promoting Compassionate Responses to Disclosures of Sexual Violence in University Settings: Exploring the Impact of a Social Marketing Campaign</b></p>	<p>Emma Irvine-Collins, Emma Moore, Kailun Cao, Melissa Curley, Christine Ablaza e Emma Heard</p>
<p>O estudo analisou uma campanha de marketing social realizada em um campus universitário na Austrália com o intuito de sensibilizar professores, servidores e estudantes sobre o problema e questões relativas ao assédio. Identificou o resultado positivo das estratégias adotadas e sugeriu que as descobertas podem ajudar em campanhas futuras.</p>	

RTonline	
<p>Termos de busca utilizados</p>	<p>“violência doméstica” AND “ambientes acadêmicos”            genero AND mulher AND violencia AND            "ambientes academicos"            “violência contra a mulher” AND            “ambientes acadêmicos”</p>

Data da pesquisa	13/11/2023
<b>Apontamentos</b>	
<b>Os estupros nas universidades:</b> uma análise da heteronormalidade e seus mitos	Clara Maria Roman Borges e Alessandra Lemos
Resumo apresentado na tabela acima referente à Rede Virtual de Bibliotecas.	
<b>Abordagens restaurativas no enfrentamento ao assédio sexual nas instituições de ensino:</b> uma reflexão a partir da relação professor-aluna	Julia Palmeira Macedo, Paloma Machado Graf
O artigo propõe o cruzamento de pesquisas bibliográficas, análise de conjuntura e estudo de caso para analisar a possibilidade de utilização de justiça restaurativa para enfrentamento dos casos de assédio sexual nas relações professor-aluna em ambientes acadêmicos universitários.	

<b>Web of Science</b>	
Termos de busca utilizados	1. "violence against women" AND "gender violence"
Data da pesquisa	02/10/2023
<b>Apontamentos</b>	
<b>Gender violence on college students</b>	Francisco Jose Zamudio-Sanchez, Marco Antonio Andrade-Barrera, Roxana Ivette Arana-Ovalle e Arturo A. Alvarado-Segura
A pesquisa identificou os principais elementos que impulsionam os casos de violência de gênero na Universidade Autônoma do Chile: i) abuso de poder; ii) falta de aplicação das normas; iii) impunidade; e iv) corrupção. Os autores desenvolveram um índice para valoração da violência à qual os estudantes estão submetidos e posteriormente aplicaram um questionário para testá-lo. O resultado indicou um	

<p>índice 5.6 pontos percentuais maior para mulheres e isso indica que a violência é um problema estrutural e que boa parte se deve à falta de sanção. Concluiu que programas direcionados aos agressores podem auxiliar no combate e que há necessidade de criar um Comitê de equidade de gênero na Universidade.</p>	
<p><b>Evaluation of the Intervention Initiative: A Bystander Intervention Program to Prevent Violence Against Women in Universities</b></p>	<p>Rachel A. Fenton e Helen L. Mott</p>
<p>Trata-se de pesquisa sobre a aplicação do programa “Iniciativa de Intervenção”, que é um programa educacional de intervenção facilitada, que foi encomendado pelo Public Health England para aplicação em todas as universidades inglesas com o intuito de prevenir violências no ambiente universitário. A pesquisa fez uma análise junto de estudantes do 1º ano do curso de direito de uma grande universidade do Sudoeste da Inglaterra, por meio de questionário com os alunos. As análises trouxeram resultados positivos já que foram aplicados questionários antes e depois da participação dos alunos no programa. Depois da participação no programa, a aceitação e entendimento sobre questões como cultura do estupro e violência doméstica aumentaram, assim como disponibilidade para intervir em situações de violência. A pesquisa também identificou que a aplicação, concomitantemente, de uma campanha de marketing social no campus também auxiliou nos resultados encontrados.</p>	
<p><b>Breaking the Silence at Spanish Universities: Findings From the First Study of Violence Against Women on Campuses in Spain</b></p>	<p>Rosa Valls, Lidia Puigvert, Patricia Melgar e Carme Garcia-Yeste</p>
<p>Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.</p>	
<p><b>Universities facing Gender Violence. The Limited Scope of Formal Mechanisms</b></p>	<p>Helena Varela Guinot</p>
<p>Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.</p>	
<p><b>Current Constitutional Dilemmas in</b></p>	<p>Adriana Ortiz Ortega, Janette Gongora e</p>

<b>the Implementation of Protocols for Addressing Gender Violence in Universities</b>	Claudia Aguilar Barroso
Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.	

<b>Web of Science</b>	
Termos de busca utilizados	1. "violence against women" AND "gender violence"
Data da pesquisa	02/10/2023
<b>Apontamentos</b>	
<b>Prevalence and predictors of gender-based violence among Wolkite University female students, southwest Ethiopia, 2021: Cross-sectional study</b>	Haile Workye, Zebene Mekonnen, Wesen Wedaje e Aregash Sitot
<p>Estudo realizado com 393 estudantes de uma universidade na Etiópia, com a aplicação de um questionário e posterior análise estatística. Dentre as conclusões e sugestões propostas destacam-se: i) a sensibilização dos estudantes de ensino superior sobre a questão das violências; ii) comunicação efetiva entre pares para desenvolver estratégias e habilidades sobre como prevenir as violências; iii) trabalho árduo das universidades para promover conscientização das alunas sobre seus direitos legais em casos de violência sexual.</p>	
<b>Educación superior chilena y Violencia de género: demandas desde los feminismos universitarios</b>	Consuelo Dinamarca-Noack e MacArena Trujillo-Cristoffanini
<p>Em maio de 2018 houve uma série de manifestações no Chile para denunciar as violências de gênero no ambiente universitário. O artigo se propôs a responder a seguinte pergunta: "em quais dimensões a violência de gênero é produzida e reproduzida nos contextos universitários?". Para tanto, entrevistaram estudantes de</p>	

<p>universidades públicas chilenas de Santiago e Valparaíso. Concluiu que: i) a violência de gênero no ambiente acadêmico é sistemática e decorrente de uma cultura sexista; ii) o assédio sexual decorre de uma lógica de impunidade; e iii) a violência epistêmica sustenta a constituição androcêntrica das áreas de conhecimento. Por fim, pontua a importância de espaços educativos e de protocolos para enfrentamento ao assédio sexual e a necessidade de as universidades assumirem e identificarem as problemáticas para poder enfrentá-las. Destaca também que o fato de essas violências serem encaradas como cotidianas indica que são, na verdade, estruturais.</p>	
<p><b>Sexist beliefs and attitudes of gender violence situation of university students in the health area. Cartagena-Colombia</b></p>	<p>Guillermina Saldarriaga Genes, Patricia I Cárdenas Serrato, Nadia M González Suarez, Fabio A Velásquez Higueta, Olga S Díaz Usme e Keydis Ruidiaz Gómez</p>
<p>Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.</p>	
<p><b>Male university peer educators on violence: Challenging and complying with hegemonic masculine norms</b></p>	<p>Sibusiso Ngubane e Shakila Singh</p>
<p>O estudo foi feito com estudantes homens residentes de universidade da África do Sul a fim de mapear o entendimento deles sobre o que constitui, produz e promove violências no campus. Foram identificadas falas e crenças sexistas nas falas dos entrevistados apesar de manifestações diretas sobre preocupações em relação à violência de gênero. Apesar disso, segundo a pesquisa, estavam dispostos a repensar e reavaliar suas falas e crenças.</p>	
<p><b>Borderless A Study of Violence against Women in Universities: Brazil, Portugal, and the U.K</b></p>	<p>Fafate Costa</p>
<p>Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.</p>	
<p><b>Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade</b></p>	<p>Deíse Camargo Maito, Maria Paula Panúncio-Pinto, Fabiana Cristina Severi e Elisabeth Meloni Vieira</p>

A pesquisa teve como objetivo elaborar um documento com diretrizes para respostas institucionais à violência de gênero no ambiente universitário. Em 2014 as Universidades do Estado de São Paulo foram alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os trotes universitários e isso motivou a realização da pesquisa. O texto apresenta formas de enfrentamento à violência a serem adotadas pela Universidade de São Paulo, que é entendida enquanto estrutural, como: i) a Rede Não Cala, formada por professoras e pesquisadoras; ii) tornar-se signatária do programa HeforShe da ONU Mulheres; iii) criação da Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra Mulheres e Gênero na USP Ribeirão Preto; iv) criação da Comissão de Violência de gênero da Faculdade de Direito da USP Ribeirão Preto; v) criação da Comissão de Direitos Humanos da Faculdade de Medicina da USP Ribeirão Preto. Casos dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e México foram usados como referencial para a construção das diretrizes propostas. O resultado foram as “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”.

**Gender and sexual violence among students at a brazilian university**

Vilma Zotareli, Anibal Faúndes, Maria José Duarte Osis, Graciana Alves Duarte e Maria Helena de Sousa

Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

**What Students Say About Gender Violence Within Universities: Rising Voices From the Communicative Methodology of Research**

Ana Vidu, Tinka Schubert, Beatriz Muñoz e Elena Duque

Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

**El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad**

Araceli Mingo; Hortensia Moreno

Resumo apresentado na tabela acima referente à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

## ANEXO 1 – MODELO DE RESOLUÇÃO PARA ENFRENTAMENTO INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

### RESOLUÇÃO Nº \_\_/\_\_ - COUN

Cria mecanismos para coibir a violência de gênero praticada por estudantes, servidores/as e professores/as na convivência universitária.

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, com base no art. 9º, a, do seu Regimento,

**CONSIDERANDO** a disposição relativa à igualdade de gênero, prevista no art. 5º, caput, I, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** as disposições internacionais das quais o Estado Brasileiro é signatário, com especial relevo a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW);

**CONSIDERANDO** a Convenção Americana de Direitos Humanos, que prevê a igualdade de gênero, bem como a interpretação de seus postulados pelos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos,

**CONSIDERANDO** o compromisso da Universidade Federal com os objetivos do desenvolvimento sustentável contidos na Agenda 2030 da ONU, assumido em 2022;

**CONSIDERANDO** a decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADO 26 e no MI 4733 (2019), que determinou a aplicação da Lei 7.716/89 às condutas homofóbicas e transfóbicas;

**CONSIDERANDO** a decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADI 4277 e ADPF 132 (2011), que reconheceu a aplicação dos princípios de Yogyakarta para assegurar a não discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero, e

**CONSIDERANDO** que historicamente pessoas sofrem violência, assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito por sua identidade de gênero ou orientação sexual, sendo as mulheres, as pessoas trans, as não binárias, as travestis, as não heterossexuais e as racializadas são as principais vitimadas;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 8.112/90, no Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná; a Resolução nº 65/19 – COPLAD,

#### **RESOLVE:**

criar mecanismo para coibir a violência de gênero praticada por estudantes, servidores/as e professores/as na convivência universitária.

## **Título I** **Da violência de gênero**

### Disposições gerais

Art. 1º. Para efeitos desta Resolução, configura violência de gênero qualquer conduta praticada por estudantes, servidores/as técnicos e professores/as, no exercício da convivência universitária, que seja motivada por questões de gênero ou orientação sexual e provoque lesões de ordem física, psicológica, moral e sexual.

Art. 2º. Para efeitos desta Resolução, a convivência universitária abrange todas as relações acadêmicas e institucionais que se estabelecem entre estudantes, servidores/as, professores/as, dentro e fora das dependências físicas da Universidade Federal do Paraná, incluídos os ambientes virtuais.

Art. 3º. São formas de violência de gênero na convivência universitária:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal,

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause danos à saúde psicológica, diminuição da autoestima ou obstáculo à autodeterminação, prejudicando e perturbando o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e laborais,

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja uma pessoa a ter qualquer espécie de contato sexual não desejado.

IV – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação, injúria, discriminação ou instigação à discriminação ou preconceito.

### Capítulo I

#### Das Infrações disciplinares

Art. 4º. Além daquelas contidas no Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná, para efeitos desta Resolução, são infrações administrativas passíveis de penalidades, desde que motivadas por questões de gênero e/ou orientação sexual:

I - difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação;

II - injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade;

III - obstaculizar ou impedir alguém de participar das atividades universitárias e de acessar as dependências da Universidade, por ação discriminatória;

IV - recusar-se a chamar a pessoa trans, travesti ou não binária pelo nome social informado, com intuito de discriminá-la;

V - ofender a integridade corporal ou a saúde, inclusive psíquica, de outrem, motivado/a por ódio ou desprezo;

VI - ameaçar alguém, através de palavra, gesto ou qualquer outro meio simbólico, de modo a causar mal injusto e grave;

VII - perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade;

VIII - causar dano emocional a alguém que prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação;

IX - divulgar, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, inclusive documentos eletrônicos como vídeos, imagens, sons etc., de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem;

X - produzir, fotografar, filmar, registrar, editar conteúdo de nudez ou ato sexual de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes;

XI - oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de sexo, nudez ou pornografia, sem o consentimento da vítima;

XII - constranger alguém, mediante violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que impeça o pleno exercício do consentimento, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso;

XIII - constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico e/ou acadêmico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, e

XIV - praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

## Capítulo II Das Penalidades

Art. 5º. São penalidades disciplinares:

I - perda da condição de bolsista ou monitor;

II - não concessão de auxílio a eventos a centros acadêmicos e diretórios cujos dirigentes praticarem ou apoiarem quaisquer das infrações previstas no art. 4º, desta Resolução;

III - advertência;

IV - suspensão;

VI - desligamento.

Parágrafo único. A servidores/as e professora/as serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.112/90 e no Regimento Geral da UFPR.

Art. 6º. As penas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sendo que a reincidência acarreta a aplicação da pena hierarquicamente mais grave.

Art. 7º. A pena de suspensão será aplicada num mínimo de quinze dias e num máximo de noventa dias, impedindo o infrator de participar de quaisquer atividades discentes.

Art. 8º. Se a infração for cometida por duas ou mais pessoas, ou com violência à pessoa ou grave ameaça, ou com emprego de arma, de substância inflamável, explosiva ou intoxicante, aplica-se a de desligamento.

Art. 9º. Se a infração for motivada por racismo, aplica-se no mínimo a pena de suspensão.

Art. 10. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem ao serviço público, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os antecedentes na vida acadêmica.

## **Título II** **Da apuração da Violência de Gênero**

### **Capítulo I** **Do recebimento das denúncias**

Art. 11. As denúncias de violência de gênero serão realizadas por escrito e recebidas pela SIPAD – Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidades.

§ 1º As denúncias deverão conter os dados da pessoa denunciante, uma narrativa sucinta dos fatos e os dados que permitam identificar a pessoa denunciada.

§ 2º As denúncias de violência de gênero somente poderão ser formalizadas pela pessoa ofendida ou por sua/sua responsável legal, caso seja menor de idade.

Art. 12. Ao receber a denúncia, a SIPAD deverá:

I - encaminhar a/o denunciante ao Centro de Psicologia Aplicada ou ao Centro de Atenção à Saúde – Casa 4 ou, ainda, aos centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres em situação de violência do Município.

II - encaminhar a/o denunciante economicamente hipossuficiente para órgão de assistência jurídica, quando a violência de gênero envolver a prática de crime, nos termos do Convênio nº.

III - auxiliar no estabelecimento de uma rede de apoio para acolher a pessoa vitimada pela violência de gênero.

Art. 13. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o seu recebimento, a denúncia deverá ser encaminhada à Seção de Apoio Técnico da Diretoria Disciplinar, que deverá instaurar processo administrativo para a sua apuração.

Art. 14. A SIPAD acompanhará todos os atos dos processos administrativos instaurados para apurar violência de gênero, tendo amplo acesso a todos os documentos, provas produzidas e às audiências.

## Capítulo II Das Medidas Cautelares

### Seção I Disposições Gerais

Art. 15. As medidas cautelares apresentam caráter excepcional e têm o propósito de preservar a saúde física, psicológica, sexual, patrimonial, e moral dos/as estudantes, dos/as servidores, dos/as professores/as, visando coibir e prevenir a violência a convivência universitária.

Art. 16. As medidas cautelares serão deferidas motivadamente pelas Comissões Disciplinares processantes, quando requeridas pela pessoa ofendida ou por sua/sua representante legal, desde que presentes indícios razoáveis de autoria, de materialidade do fato investigado e para assegurar que não serão cometidas novas infrações que possam causar danos a pessoa ofendida ou a demais integrantes da comunidade universitária.

Parágrafo único. As medidas cautelares devem vigorar enquanto houver situação de risco para a integridade física, psicológica, sexual, patrimonial, e moral pessoa ofendida ou para qualquer integrante da comunidade universitária.

Art. 17. Recebido o pedido da/o denunciante, a Comissão Disciplinar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, marcará audiência a ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias corridos para ouvir o/a denunciado/a e decidir sobre a concessão de medida.

§ 1º Em caso de urgência, a medida cautelar poderá ser concedida de imediato, independentemente da oitiva da pessoa denunciada, que será comunicado/o prontamente a decisão

§ 2º As medidas cautelares serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Resolução forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá a Comissão Disciplinar, a requerimento da pessoa ofendida ou de seu representante legal, conceder novas medidas cautelares ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da pessoa ofendida.

§ 4º A pessoa ofendida não poderá entregar a notificação ao infrator, cabendo à Seção de Apoio Técnico realizar as notificações necessárias.

Art. 18. Da decisão da Comissão Disciplinar caberá interposição de recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, constados da ciência da decisão pelo interessado, para a instância imediatamente superior, nos termos do artigo 28, do Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à Comissão Disciplinar que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade competente.

Art. 19. Descumprir decisão da Comissão Disciplinar que defere medidas cautelares previstas nesta Resolução, importará na aplicação de medida cautelar hierarquicamente mais grave e suspensão.

## Seção II Das Medidas Cautelares que obrigam a Pessoa Denunciada

Art. 20. A Comissão disciplinar, nos termos dos artigos anteriores, poderá aplicar aos/às discentes processados:

I - suspensão das atividades acadêmicas, no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período;

II - tratamento domiciliar, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo das atividades estudantis, mediante decisão motivada;

III - realocação de turma, se possível;

IV - comparecimento periódico a determinado setor da Universidade, para informar e justificar atividades que irá desenvolver/participar na Universidade;

§ 5º proibição de determinadas condutas, entre as quais:

I - aproximação da pessoa ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e a pessoa denunciada;

II - contato com a pessoa ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

III - frequentar de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da pessoa ofendida;

IV - frequentar de determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva a pessoa denunciada permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações ou risco de destruição de provas;

V - comparecimento da pessoa denunciada em aulas de disciplina ofertada no âmbito da graduação ou pós-graduação, que aborde temas relacionados à violência de gênero, racismo e direitos humanos, ou curso de curta duração;

VII - acompanhamento psicossocial da pessoa denunciada, por meio de atendimento em grupo de apoio vinculado à Universidade;

§ 6º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná, sempre que a segurança da pessoa ofendida ou as circunstâncias o exigirem.

§ 8º Nos casos de infrações praticadas por servidor público, aplica-se o disposto no artigo 147 da Lei nº 8.112/1990.

§ 9º A Comissão Disciplinar poderá revogar o tratamento domiciliar ou o afastamento preventivo da pessoa denunciada se, no curso do processo disciplinar, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como decretá-la novamente, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A pessoa ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos à pessoa denunciada, especialmente daqueles pertinentes ao início e final do tratamento domiciliar ou da suspensão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

### Seção III Das Medidas Protetivas de Urgência à Pessoa Ofendida

Art. 22. Poderá a Comissão Disciplinar, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas e no interesse da pessoa ofendida mediante o seu requerimento, naquilo que couber ao segmento discente, docente ou técnico-administrativo:

I - encaminhar a pessoa ofendida a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a realocação da pessoa ofendida em outra turma, quando possível;

III - conceder tratamento domiciliar, pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, sem prejuízo das atividades estudantis;

IV - conceder o afastamento de quaisquer atividades que tenham a participação vínculo com a pessoa denunciada, sem prejuízos do exercício de sua atividade.

### Capítulo III Do Processo Disciplinar

Art. 23. Todas as sanções disciplinares de que trata esta Resolução serão aplicadas conforme o Regimento Geral da UFPR, a Resolução nº 65/19- COPLAD, bem como respeitando a Lei 8.112/90, que regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar do Servidor Público Federal.

§ 1º A aplicação de sanção disciplinar prevista nesta Resolução não exclui a responsabilização civil ou penal do/a docente, servidor/a ou discente envolvido.

§ 2º A apuração das infrações disciplinares decorrentes da violência de gênero deverá observar rigorosamente os princípios constitucionais aplicáveis ao devido processo administrativo.

Art. 24. Deverão ser observados e garantidos, no âmbito do processo administrativo disciplinar, em que figurem como processados docentes, servidores/as ou discentes, os seguintes direitos, sem prejuízo daqueles já assegurados na legislação constitucional e infraconstitucional:

I – o tratamento respeitoso de todos os envolvidos pelas autoridades e servidores/as, os quais deverão facilitar o exercício de direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II – a ciência da tramitação dos processos administrativos, sejam partes ou interessados/as, sendo garantida também vista dos autos, obtenção de cópias e pleno conhecimento das decisões proferidas;

III - possibilidade de produção de provas, contraprovas, formulação de alegações escritas, indicação e oitiva de testemunhas, solicitar a oitiva das partes, bem como apresentação documentos antes da decisão, os quais deverão sempre ser objeto de consideração pelo órgão competente;

IV – a faculdade das partes fazerem-se assistir por advogado;

V - a intimação da pessoa denunciante para participar das audiências de oitiva de testemunhas e interrogatório do processado, caso seja de seu interesse;

V – o depoimento sem dano da pessoa vítima da violência, nos termos da Lei 13.505/2017;

VI - caso o discente seja menor de 18 (dezoito) anos no momento da instauração do Processo Administrativo Disciplinar, deverá estar acompanhado de sua/sua responsável legal, a quem será garantida ciência do andamento processual.

Art. 24. No curso da apuração da infração disciplinar, os discentes deverão observar

os seguintes deveres, sem prejuízo de outros previstos em lei e nos regulamentos internos da UFPR:

I - expor sempre a verdade dos fatos ocorridos;

II - não agir de modo temerário, e

III - colaborar com a elucidação dos fatos, sempre fornecendo informações e documentos que sejam solicitados.

Art. 25. A comissão disciplinar será composta, preferencialmente por mulheres.

Art. 26. Todos os membros da Comissão deverão estar presentes quando da realização de atos como audiências, deliberações, oitivas.

Art. 27. A Comissão Disciplinar deverá proceder todas as diligências convenientes e necessárias a elucidação dos fatos, tais como requerimento e juntada de documentos de qualquer espécie, tais como escritos, fotografias, vídeos, conteúdos de mídias sociais, capturas de tela, além de realizar a oitiva das partes e eventuais testemunhas.

Art. 28. As citações e intimações deverão ser realizadas pela Seção de Apoio Técnico da Diretoria Disciplinar, através de envio de mensagem pelo email institucional, quando se tratar de pessoa integrante da comunidade universitária, ou carta com A.R..

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, as citações e intimações devem ficar a cargo da pessoa denunciante.

Art. 29. Será considerada impedido de atuar no processo administrativo o/a docente ou servidor/a que:

I - tenha interesse e/ou participação diretos ou indiretos no acontecimento;

II - seja cônjuge, companheiro/a ou parente de até terceiro grau dos/as envolvidos/as;

III - seja ele/ela ou seu cônjuge/companheiro litigante em processo judicial ou administrativo com qualquer dos/as envolvidos/as, e

IV - seja denunciado/a em processos administrativos ou judiciais por violência de gênero ou, ainda, tenha sido condenado em processos administrativos em razão do cometimento de infrações graves ou gravíssimas, bem como por violência de gênero;

Art. 30. Será considerado/a suspeito/a o/a docente ou servidor/a que tenha, ele próprio ou seu/sua cônjuge/companheiro/a e parentes de até terceiro grau, amizade íntima ou inimizade notória com qualquer das partes;

Art. 31. O/a servidor/a ou docente impedido/a ou suspeito/a deverá declarar o motivo de seu impedimento ou suspeição, abstendo-se de atuar no Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo único. A não declaração de suspeição ou impedimento implica em infração disciplinar, que deverá ser apurada.

Art. 32. Podem as partes alegar impedimento ou suspeição de autoridade, servidor ou discente componente da Comissão no prazo para apresentação de defesa.

### **Disposições Finais**

Art. 33. Aplicam-se, de forma subsidiária, a legislação penal e civil, o Regimento Geral da UFPR, bem como a Lei 8.112/90, no que couber e sempre que houver lacuna. Após sua aprovação, esta Resolução deverá ser amplamente divulgada à Comunidade Universitária, inclusive nas redes sociais institucional, tendo-se como objetivo torná-la pública.

Art. 34. A entrada em vigor desta Resolução, deverá ser acompanhada de ações por parte da UFPR para prevenir a violência de gênero na convivência universitária, de modo a incentivar a eventos, cursos, projetos de extensão e oferta de disciplinas que abordem e discutam essa temática.

Art. 35. entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário, restando revogadas disposições em contrário.

Autoria:

Prof. Clara Maria Roman Borges  
Departamento de Direito Penal e Processual Penal

Angélica Pavelski  
Mestranda do PPGD-UFPR

Deise dos Santos Nascimento  
Doutoranda do PPGD-UFPR

Fernanda Pacheco Amorim  
Doutoranda do PPGD-UFPR